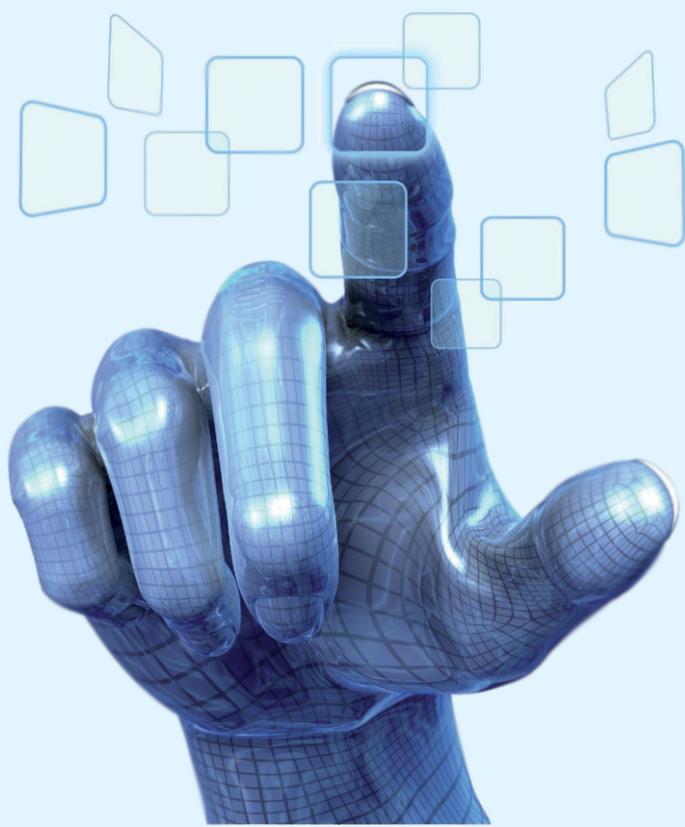


PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2013 2016

Versão 1.0

Agosto - 2013

Presidente do INSS

Lindolfo Neto de Oliveira Sales

Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

Pedro Augusto Sanguinetti

Diretor de Benefícios

Benedito Adalberto Brunca

Diretora de Saúde de Trabalhador

Verusa Maria Rodrigues Guedes

Diretora de Atendimento

Cinara Wagner Fredo

Diretor de Recursos Humanos

José Nunes Filho

Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS

Alessandro Antonio Stefanutto

Corregedor Geral

Silvio Gonçalves Seixas

Auditora Geral

Sueli Aparecida Carvalho Romero

Coordenadora-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Cibele Magalhães Pinho de Castro

Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

Alan do Nascimento

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

Edifício Sede do INSS – Administração Central

SAUS, Quadra 2, Bloco O, 10º Andar, Ala Sul

CEP: 70.070-946 Brasília/DF

Tel.: 3313-4927

COMITÊ DE SEGURANÇA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - CSTIC/INSS

PORTARIA N° 582 /PRES/INSS, DE 1º DE MARÇO DE 2013

Presidência

Alan do Nascimento Santos ¹
Nelson Antônio Pimentel Jacinto

Diretoria de Benefícios

Maria de Fatima cunha Viegas
Carlos Lucas de Oliveira

Diretoria de Saúde do Trabalhador

Morgane Lionço
José de Oliveira Braz

Diretoria de Atendimento

Robinson Flávio dias Nemeth
Cleosmilda de Sousa Santos

Diretoria de Gestão de Pessoas

Daniel Valério Barros de Oliveira
Elisabete Gonçalves Ferreira

Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística

Leandro Alves dos Santos
Rafael da Silva França

Auditoria-Geral

Delania da Silva Pereira
Alex Pires Moreira

Corregedoria-Geral

Francisca Deusiete Feitoza
Vera Maria Venâncio de Souza

Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS

Marcos Vinicius Beton Amorim
Rodrigo Abreu Belon Fernandes

Equipe de Elaboração

Joselias Castro Amorim (GEXNAT)
Luiz Cláudio Sena Santos (AUDSAL)
Luiz Otávio Soares da Silva (CGTI)
Marcelo Genu Bezerra(DCRTI)
Maria Auxiliadora da Silva Coelho (AUDSAL)
Raimunda de Andrade Ávila (CGPGE)
Rômulo Nonato (GEXNAT)

¹ Presidente do Comitê

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
12-11-2012	-	Elaboração do Documento	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
23-11-2012	1.0	Aprovação da Fase de Preparação .	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
16-04-2013	1.0	Versão preliminar (Fase de Diagnóstico) enviada para revisão do Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações - CSTIC/INSS	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
03-05-2013	1.1	Aprovação da Fase de Diagnóstico pelo Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações - CSTIC/INSS.	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
23-05-2013	1.2	Versão preliminar do PDTI enviada para revisão do Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações - CSTIC/INSS	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
20-06-2013	1.3	Workshop para Diretoria do INSS	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
24-06-2013	1.4	Revisão do Documento	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
02-07-2013	2.0	Aprovação do PDTI pelo Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações - CSTIC/INSS.	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
05-07-2013	3.0	Aprovação do PDTI pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação da Previdência Social - CETI/PS.	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
	-	Extrato de Publicação do PDTI	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012
	-	Publicação na Internet	GT/PDTI/INSS PT Nº 1816/2012

Sumário

Apresentação.....	10
Fase I - Preparação	11
Equipe.....	12
Documentos de Referência	13
Proposta do PDTI	14
Anexo I - Regras de Responsabilidade a serem cumpridas	19
Anexo II - Glossário	20
Anexo III- Plano de Trabalho	21
Metodologia do PDTI.....	23
Fluxo de elaboração do PDTI	23
Preparação.....	24
Diagnóstico	24
Planejamento	25
Gerenciamento do Projeto	25
Fontes por Nível.....	26
Matriz de TI e Objetivos Estratégicos	27
Diretrizes do PETI x Foco PDTI	28
Portaria de Composição do Grupo de Trabalho	29
Fase II - Diagnóstico.....	11
Sumário Executivo	32
Apresentação.....	38
Introdução	39
Levantamento de Informações	40
Infraestrutura	41
Soluções e Serviços.....	72
Avaliação do PDTI 2001	148
Pontos Críticos.....	190
Desafios	214
Ações em Andamento	233
Inventário de Sistemas	250
Completo	251

Simples.....	251
Quadro Consolidado.....	251
Inventário de Equipamentos	253
Chamados Técnicos	255
Informações Infosart	256
Sistemas e Ocorrências.....	260
Outros Documentos	264
Análise SWOT	265
Documentos de Referência	266
Portfólio de Projetos do INSS	267
Análise do Referencial Estratégico	268
Relacionamento PPA e a Função TI	272
Termos e Abreviações	273
Órgãos de Controle - TI/BENEF.....	275
Órgãos de Controle - TI/GI.....	275
Fase III - Planejamento	276
Sumário Executivo	277
Apresentação.....	277
Documentos Complementares.....	277
Metodologia Aplicada.....	278
Proposta do PDTI	278
Projetos do PDTI—Negócio	281
PN 1.1 - Acordos Internacionais	282
PN 1.2 - Atendimento	284
PN 1.3 - Auditoria	286
PN 1.4 - Cadastro	288
PN 1.5 - Comprev.....	293
PN 1.6 - Comunicação.....	294
PN 1.7 - Corregedoria	296
PN 1.8 - Demandas Judiciais	299
PN 1.9 - Gestão Documental	302
PN 1.10 - Gestão de Pessoas	304

PN 1.11 - Orçamento, Logística, Finanças e Engenharia	306
PN 1.12 - Monitoramento de Benefícios e Cadastro.....	309
PN 1.13 - Pagamento de Benefícios	311
PN 1.14 - Perícia Médica e Serviço Social.....	313
PN 1.15 - Planejamento.....	315
PN 1.16 - Reabilitação Profissional.....	317
PN 1.17 - Reconhecimento de Direitos	319
PN 1.18 - Recursos Administrativos.....	321
PN 1.19 - Sistemas Estratégicos e Gerenciais.....	323
PN 1.20 - Créditos Consignados.....	326
Projetos do PDTI—Tecnologia	328
PT 1.1 - Ambiente Central	329
PT 1.2 - Ambiente Cliente.....	332
PT 1.3 - Comunicação Corporativa	335
PT 1.4 - Gerenciamento e Monitoramento	338
PT 1.5 - Infraestrutura de Redes.....	341
PT 1.6 - Desenvolvimento de Soluções.....	343
Projetos do PDTI—Segurança.....	347
PS 1.1 - Políticas e Normas	348
PS 1.2 - Controle de Acesso	351
PS 1.3 - Gestão de Riscos.....	354
PS 1.4 - Plano de Continuidade do Negócio	356
PS 1.5 - Gestão do Ambiente.....	358
Projetos do PDTI—Governança	361
PG 1.1 - Estrutura da Função Informática	362
PG 1.2 - Proposta de Governança de TIC e R&SI	364
Projetos do PDTI—Pessoas.....	372
PP 1.1 - Adequação das Equipes de TIC à Estrutura Proposta no PDTI	373
PP 1.2 - Capacitações.....	375
PP 1.3 - Preparação da Equipe de Colaboradores de TIC	378
Outros Documentos	380
OD 1.1 - Diretrizes Tecnológicas.....	381

OD 1.2 - Matriz de Riscos.....	385
OD 1.3 - Planilha de Equipamentos	386
OD 1.4 - Custeios e Investimentos.....	387
OD 1.5 - Planilha de Ponto de Função	388
Fase IV – Modelo de Avaliação.....	389
Modelo de Avaliação	390

Apresentação

O PDTI tem como finalidade a definição e o planejamento de todas as ações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alinhado aos objetivos institucionais definidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição, de acordo com o previsto nas ações do Plano Plurianual (PPA). Período de vigência de 2013 a 2016.

A elaboração e atualização do PDTI pelo INSS tem previsão estabelecida no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, que agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de TI dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, no nível estratégico do Ministério da Previdência Social – MPS, representa o documento que complementa o Planejamento Estratégico Institucional – PEI (Mapa Estratégico), possibilitando a definição de objetivos específicos para a área de TI.

A segunda fase do projeto apresenta o fluxo do processo de Diagnóstico do Ambiente Tecnológico em relação a Infraestrutura de TI e Soluções e Serviços de TI com a descrição sucinta de cada uma das atividades que compõem o processo dividido em três níveis.

Para efeito do nível estratégico, todas as áreas participaram do diagnóstico de suas respectivas necessidades de informação, alimentando em uma solução web para edição de conteúdos (wikinss) e a realização de várias reuniões com as equipes das áreas de negócio.

Para efeito do nível tático, os levantamentos levaram em consideração os registros trimestrais feitos pelos gerentes de unidades de atendimento e gerentes executivos por ocasião da avaliação do plano de ação (Banco de Dados do Plano de Ação fornecido pela Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica).

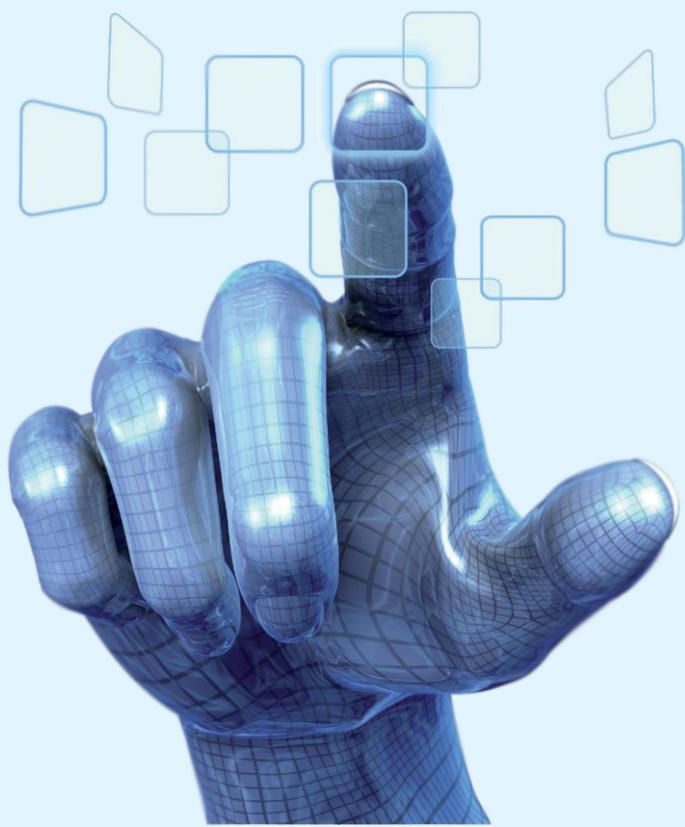
Para efeito do nível operacional, os levantamentos foram feitos a partir dos registros dos usuários dos serviços de TI demandados no Sartweb.

O conteúdo relativo à dados e informações cadastrais de unidades, informações funcionais e financeiras, encontram-se devidamente classificado como “acesso restrito”, em conformidade com a legislação em vigor.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

FASE I - PREPARAÇÃO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

FASE I—PREPARAÇÃO

Equipe

- **Presidência**

Lindolfo Neto de Oliveira Sales—Presidente

- **Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação**

Alan do Nascimento Santos—Coordenador

Luiz Otávio Soares da Silva

Marcelo Genu Beserra

- **Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica**

Cibele Magalhães Pinto de Castro—Coordenadora

Raimunda de Andrade Ávila

- **Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações CSTIC/INSS**

Equipe Dedicada

- Joselias Castro Amorim—Gex Natal/RN
- Luiz Cláudio Sena Santos—Gex Salvador/BA
- Rômulo Nonato—Gex Natal/RN

FASE I—PREPARAÇÃO

Documentos de Referência

- Diretrizes da Estratégia Geral de TI – SISP
- Plano Plurianual – PPA
- Planejamento Estratégico da Previdência Social – PEI
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social – PETI
- Plano de Ação Anual do INSS
- Regimento Interno do INSS
- Instrução Normativa Nº 02/2008 – SLTI/MP
- Instrução Normativa Nº 04/2008 – SLTI/MP
- Acórdão Nº 1603/2008 – TCU
- Medida Provisória Nº 2200-2/2001

Área Interessada

Ministério da Previdência Social - MPS

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

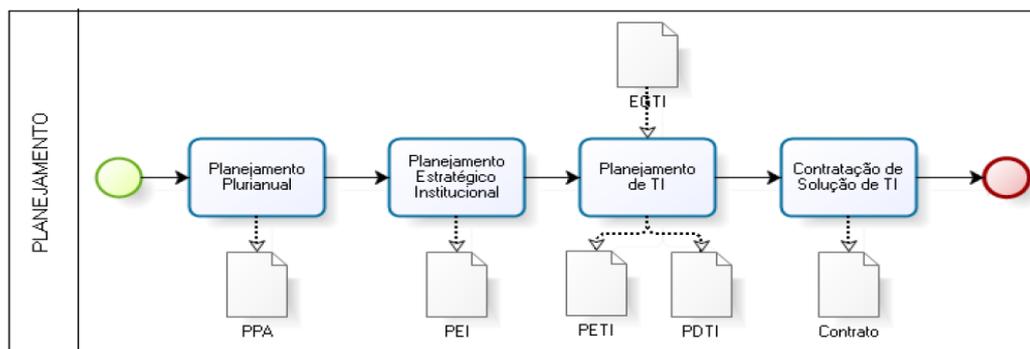
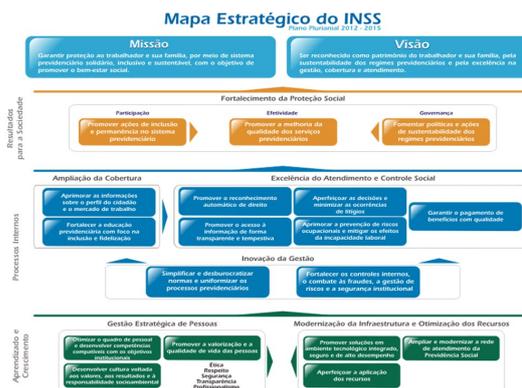
1. Justificativa

1.1 O propósito de um planejamento de TI é atender as necessidades de informação e de tecnologia da organização, garantindo, desta forma, um dos objetivos estratégicos do INSS que é **“Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho”**.

1.2 É nele que a área de TI declara os objetivos e iniciativas estratégicas necessários ao suporte dos processos das áreas, alinhando-as às metas da organização, principalmente por tratar-se de processo que compreende diretrizes e ações que atravessam transversalmente todos os processos do INSS.

1.3 O planejamento de TI é consolidado num documento denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI, cujo conceito, à luz da IN nº 04 é: *instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”*.

1.4 O Plano Diretor de tecnologia da Informação do INSS vigente foi elaborado no ano de 2001, tornando-se necessária a sua atualização. Decorridos 12 anos, e considerando a celeridade das mudanças no contexto da TI, os projetos ali desenhados necessitam ser revistos para adequá-los às atuais necessidades das operações do Instituto.



PROPOSTA DO PDTI

1.5 Quatro entradas são relevantes para a elaboração do **PDTI**:

- Planejamento Plurianual (**PPA**);
- Planejamento Estratégico Institucional – **PEI**;
- Estratégia Geral de TI – **EGTI** (elaborada pelo SISP); e
- Planejamento Estratégico de TI - **PETI**

2. Escopo do Projeto

2.1 Objetivo Geral

Elaborar o Planejamento Estratégico de TI, alinhando-o às necessidades de informação dos processos do INSS.

2.2 Objetivos Específicos

- Elaborar o diagnóstico e levantamento de necessidades relativas à infra-estrutura de TI;
- Elaborar o diagnóstico e levantamento de necessidades de soluções e serviços de TI;
- Avaliar o PDTI vigente, promovendo sua atualização;
- Elaborar o planejamento de TI para o quadriênio 2013/2016;
- Definir Modelo de Avaliação do PDTI, garantindo sua permanente atualização.

3. Resultados Esperados

- Conhecer a situação atual dos ativos de TI (infra-estrutura);
- Conhecer a situação atual das soluções e Serviços de TI;
- Gerir os processos de TI a partir de um Portfólio de Projetos de TI, que integre todas as iniciativas relativas a soluções tecnológicas;
- Garantir a implementação efetiva dos projetos e a atualização das iniciativas a partir de um Modelo de Avaliação do PDTI.

PROPOSTA DO PDTI

4. Produtos

- Diagnóstico do ambiente tecnológico do, no que diz respeito a Infraestrutura de TI e Soluções e serviços de TI
- Avaliação do PDTI vigente
- Planejamento de TI
- Modelo de avaliação do PDTI

5. Metas

- Elaborar, até 31 de novembro de 2012, 100% do diagnóstico de infra-estrutura de TI
- Elaborar, até 14 de dezembro de 2012, 100% do diagnóstico de soluções e serviços de TI
- Elaborar, até 14 de dezembro de 2012, 100% da avaliação do PDTI vigente
- Elaborar, até 31 de março de 2013, 100% do planejamento de TI
- Elaborar, até 31 de abril de 2013, 100% do Modelo de Avaliação do PDTI para o quadriênio 2013/2016

6. Premissas

DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
<i>Participação ativa dos patrocinadores</i>	<i>Permitir a execução do projeto focado nas Diretrizes e Objetivos Estratégicos, garantindo a alocação de pessoas para o desenvolvimento das atividades do projeto.</i>
<i>Participação ativa da Dataprev</i>	<i>Garantir a alocação de equipe na fase de diagnóstico (de infraestrutura e soluções e serviços de TI) e de elaboração do Portfólio de Projetos.</i>
<i>Disponibilidade de Recursos Financeiros</i>	<i>Garantia de recursos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento das atividades do projeto em relação à manutenção de equipe de trabalho e/ou aquisições necessárias.</i>
<i>Participação ativa das áreas</i>	<i>Garantia da participação de todas as áreas na elaboração do PDTI.</i>
<i>Existência de Modelo de Governança de TI</i>	<i>Atuação efetiva das estruturas formais de governança dos processos de TI.</i>

PROPOSTA DO PDTI

7. Restrições

TIPO	DESCRIÇÃO	DIFICULDADE GERADA	ESTRATÉGIA DE CONTORNO
Administrativa	Falta de disponibilidade dos recursos humanos alocados como facilitadores.	Atraso nas entregas dos produtos.	Replanejamento das atividades e/ou alteração do cronograma.
	Baixa atuação das estruturas formais de governança de TI.	Baixa qualidade e ineficiência do processo de elaboração do PDTI	Garantia da efetiva participação das estruturas formais de Governança de TI.
Tempo	Não desenvolvimento do projeto no tempo previsto.	Atraso no cronograma.	Replanejamento das atividades e/ou alteração do cronograma

8. Prazos:

O detalhamento dos prazos do projeto serão demonstrados no Plano de Trabalho.

9. Responsáveis pelo Projeto/Cargo

PATROCINADOR:

Lindolfo Neto de Oliveira Sales
Presidente do INSS

FACILITADORES

Pedro Augusto Sanguinetti
Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

Benedito Adalberto Brunca
Diretor de Benefícios

Verusa Maria Rodrigues Guedes
Diretora de Saúde de Trabalhador

Cinara Wagner Fredo
Diretora de Atendimento

José Nunes Filho
Diretor de Recursos Humanos

PROPOSTA DO PDTI

Alessandro Antonio Stefanutto
Chefe da Procuradoria Federal Especializada

Silvio Gonçalves Seixas
Corregedor Geral

Sueli Aparecida Carvalho Romero
Auditora Geral

Cibele Magalhães Pinho de Castro
Coordenadora-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Alan do Nascimento
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

André Camargo Horta de Macedo
Gestor de Segurança da Informação

Melissa Miotto
Assessora de Comunicação Institucional

Renato do Carmo das Neves Alves
Assessor da Presidência

Francisco José Barbosa
Presidente do Comitê Permanente de Controle

Alan do Nascimento
Presidente do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações

Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do MPS

Elisete Berchiol da Silva Iwai
Presidente do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações da Previdência Social - CSTIC-OS

PROPOSTA DO PDTI**Anexo I - Regras de responsabilidade a serem cumpridas**Legenda:

P – Patrocinador

F – Facilitador

G – Gerente do Projeto

Responsável	Descrição
P	Autorizar as fases do projeto
P	Garantir os recursos do Projeto
G, F	Garantir o alinhamento do projeto e seus benefícios com os objetivos estratégicos do INSS
G	Autorizar mudanças com impacto de até 20% no escopo, custo ou prazo do projeto
P	Autorizar mudanças com impacto de mais de 20% no escopo, custo ou prazo do projeto
F	Auxiliar na manutenção do patrocínio efetivo do Projeto
P, F, G	Auxiliar na disponibilização de informações e recursos para o Projeto
F	Facilitar o relacionamento entre o Projeto e as diversas áreas da Instituição contribuindo para a resolução de conflitos
G	Gerenciar o Projeto
G	Negociar recursos necessários
G	Dirimir conflitos no Projeto
G	Apresentar periodicamente relatório de status do Projeto
G	Garantir a entrega dos produtos/serviços com qualidade, custo e tempo estimados
G	Validar os produtos dentro dos prazos acordados por meio de termo de aceite
G	Manter atualizada e disponível a documentação do projeto para acompanhamento da Instituição
G	Manter o alinhamento do projeto com os seus objetivos

Anexo II – Glossário

- **PPA** - Planejamento Plurianual;
- **PEI** - Planejamento Estratégico Institucional;
- **EGTI** - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
- **PETI** – Planejamento Estratégico de TI

PROPOSTA DO PDTI
Anexo III – Plano de Trabalho

Nº	ETAPA	PRODUTO ESPERADO	RESPONSÁVEL	LOCAL	%	CRONOGRAMA
01	DIAGNÓSTICO DA INFRA ESTRUTURA	IE 1.1 - Servidores de Rede IE 1.2 - Estações de Trabalho e Notebooks IE 1.3 - Impressoras e Multifuncionais IE 1.4 - Scanners IE 1.5 - Equipamentos de Rede Local IE 1.6 - Serviços de Rede de Longa Distância IE 1.7 - Ambiente Central de Processamento IE 1.8 - Parque de Telefonia IE 1.9 - Videoconferência IE 1.10 - Equipamentos de apoio a TIC	CGTI	BSB	10%	Nov/2012
02	DIAGNÓSTICO DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS DOS PROCESSOS	SS 1.1 - Cadastro SS 1.2 - Reconhecimento de Direitos SS 1.3 - Pagamento de Benefícios SS 1.4 - Compensação Previdenciária SS 1.5 - Reabilitação Profissional SS 1.6 - Recursos Administrativos SS 1.7 - Demandas Judiciais SS 1.8 - Acordos Internacionais SS 1.9 - OFC SS 1.10 - Logística, Licitações e Contratos SS 1.11 - Gestão Documental SS 1.12 - Engenharia e Patrimônio SS 1.13 - Auditoria SS 1.14 - Corregedoria SS 1.15 - Capacitação e Aperfeiçoamento SS 1.16 - Educação Previdenciária SS 1.17 - Gestão de Pessoas SS 1.18 - Planejamento SS 1.19 - Gestão de TIC SS 1.20- Soluções Gerenciais	CGTI Facilitadores	BSB	20%	NOV/DEZ/2013

PREPARAÇÃO

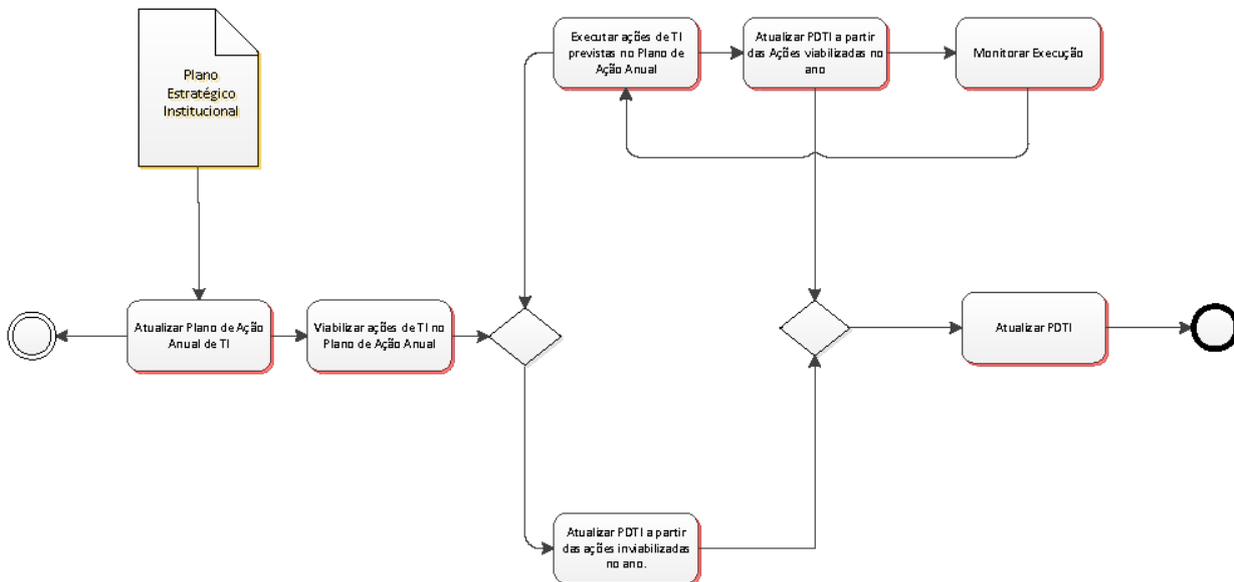
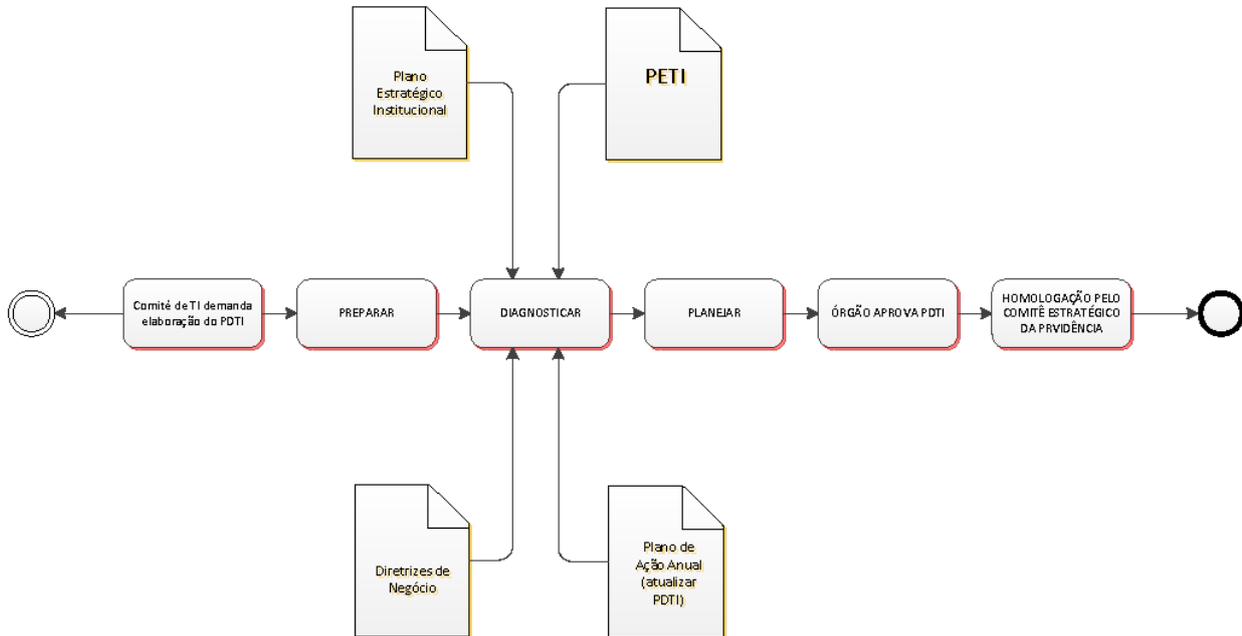
PROPOSTA DO PDTI

Nº	ETAPA	PRODUTO ESPERADO	RESPONSÁVEL	LOCAL	%	CRONOGRAMA
03	AVALIAÇÃO DO PDTI VIGENTE	AV 1.1 - Plano de Comunicação AV 1.2 - Modelo Lógico Detalhado AV 1.3 - Metodologia e Padrões de Desenv. de Sistemas AV 1.4 - Plano Estruturante da Migração da Base de Dados AV 1.5 - Gerenciamento Eletrônico de Documentos AV 1.6 - Alinhamento de Projetos em Andamento X PDTI AV 1.7 - Gerenciamento de Projetos AV 1.8 - Business Intelligence AV 1.9 - Estrutura de Gestão de TI AV 1.10 - Base de Conhecimento AV 1.11 - Seleção de Tecnologia para os Ambientes AV 1.12 - Ambiente Contact Center AV 1.13 - Ambientes de Processamento Central e Desenvolvimento AV 1.14 - Ambientes Clientes AV 1.15 - Infraestrutura de Rede AV 1.16 - Portal Integrador de Interfaces de Sistemas AV 1.17 - Auto Atendimento AV 1.18 - Ensino à Distância AV 1.19 - ICP e Diretório Centralizado AV 1.20 - Plano de Segurança e Continuidade de Negócio AV 1.21 - Gerenciamento do Ambiente de TI AV 1.22 - Projetos de Sistemas AV 1.23 - Government Resource Planning – GRP	CGTI	BSB	20%	NOV/DEZ/2013
04	CONSTRUÇÃO DO PDTI	Portfólio de Projetos de TI	CGTI	BSB	40%	MAR/2013
05	MODELO DE AVALIAÇÃO DO PDTI	Critério de Avaliação da Implementação do PDTI	CGTI	BSB	10%	ABR/2013

PREPARAÇÃO

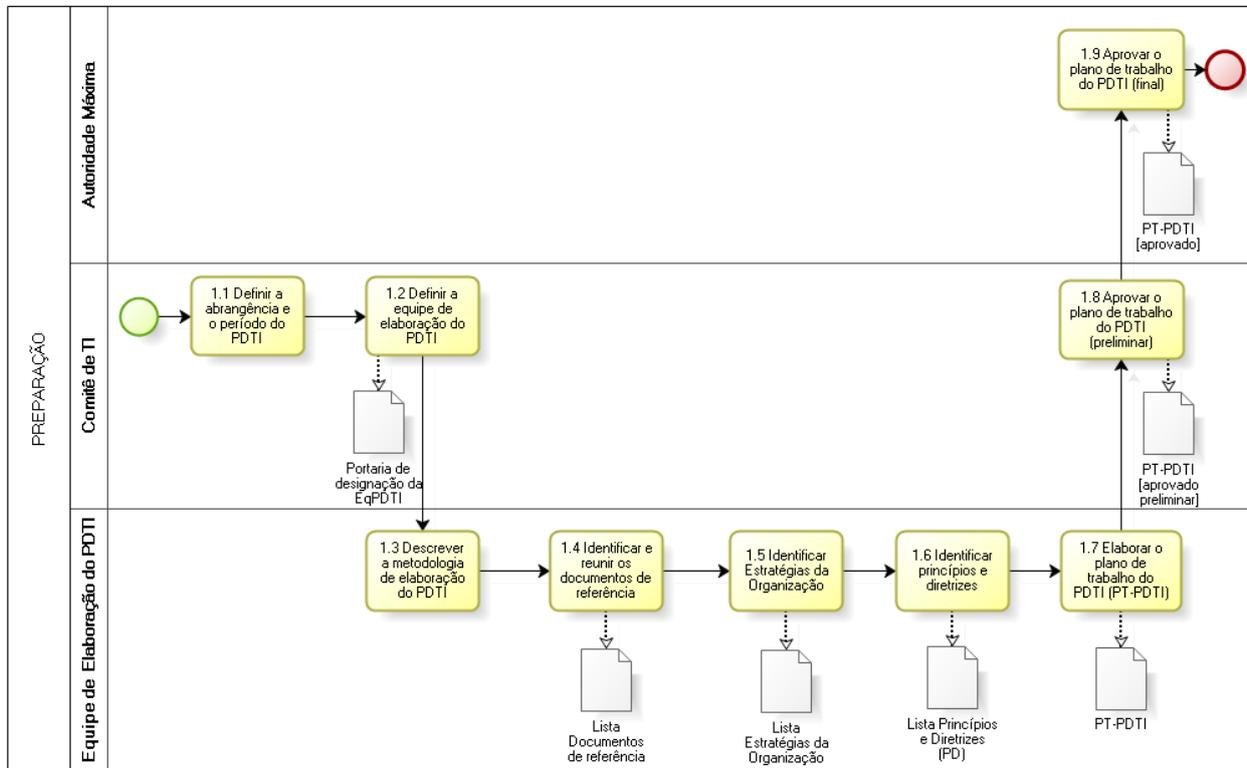
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDTI

Fluxo de Elaboração do PDTI



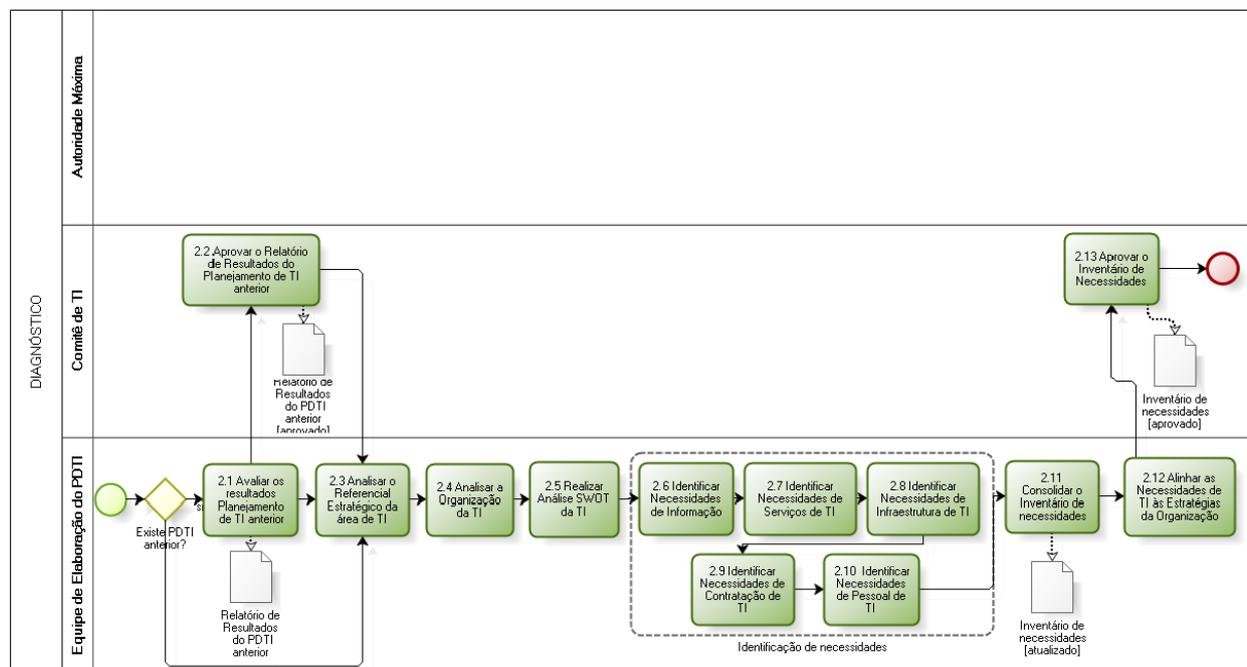
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDTI

Preparação



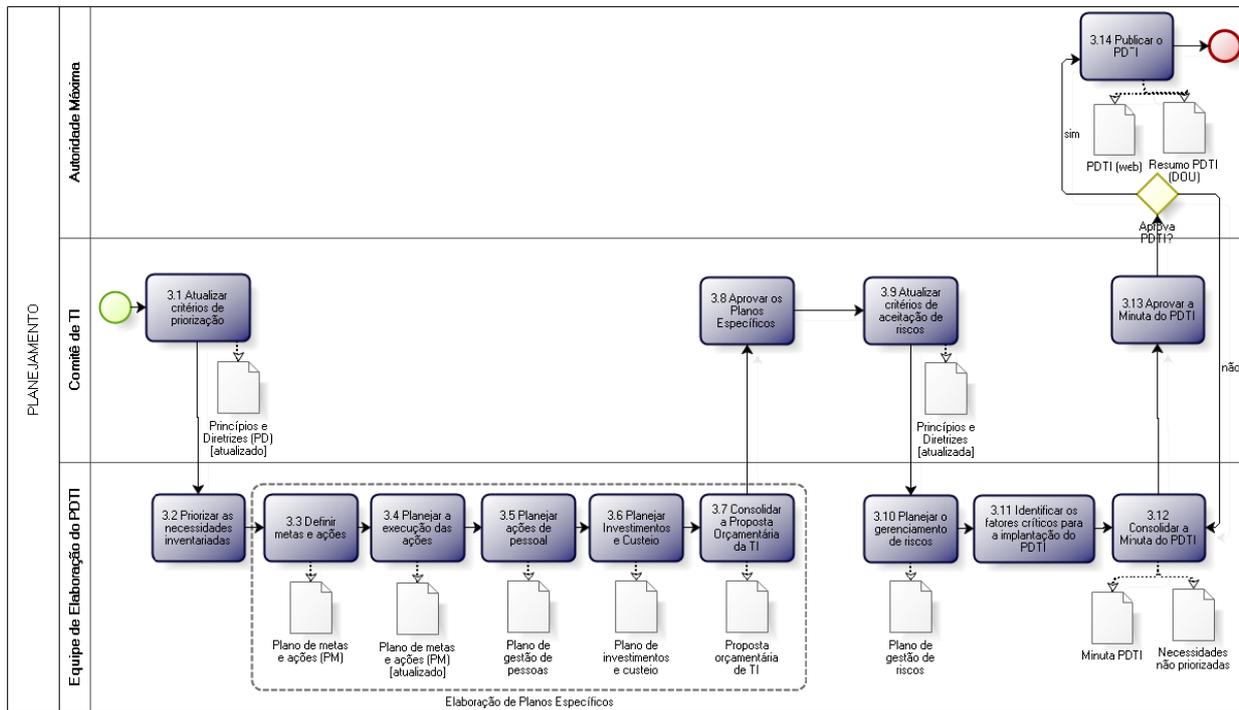
PREPARAÇÃO

Diagnóstico

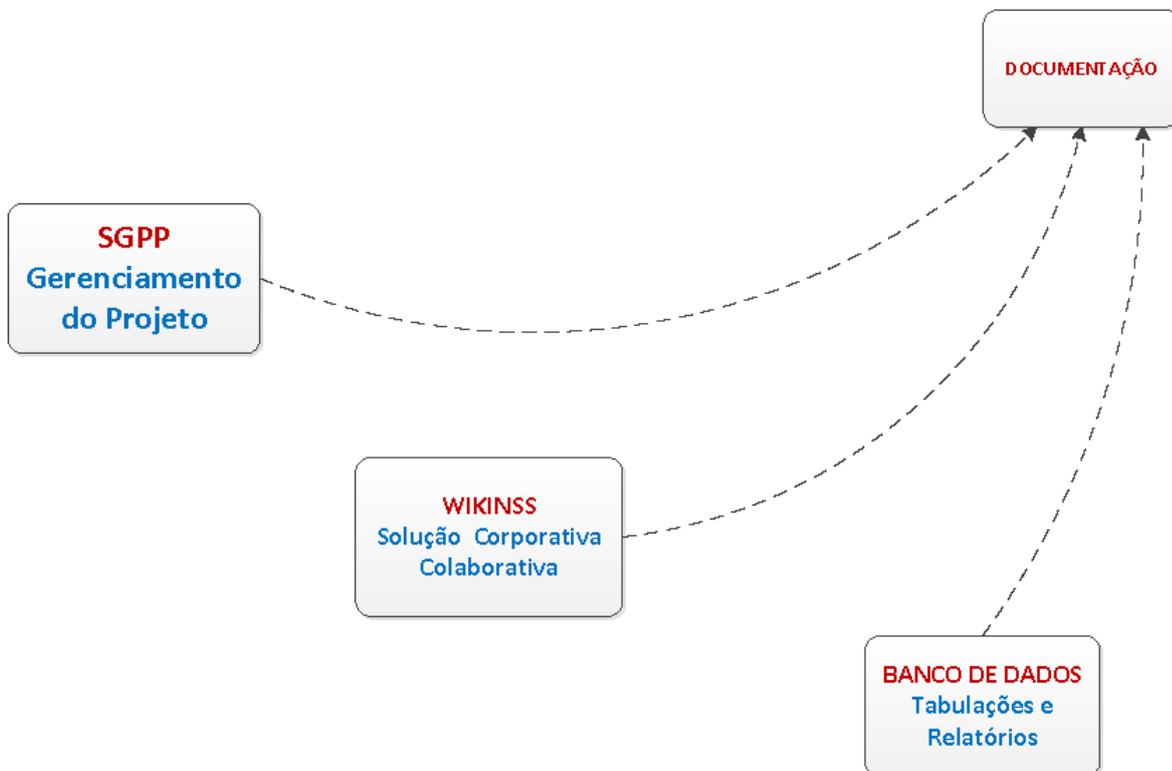


METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDTI

Planejamento



Gerenciamento do Projeto



METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDTI

Fontes de Informação para cada nível de análise



PREPARAÇÃO

MATRIZ DE RELACIONAMENTO ENTRE TI e OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO INSS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Relação do objetivo com TI		
	DIRETA	INDIRETA	N/A
Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário		X	
Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários	X		
Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho	X		
Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários		X	
Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização		X	
Promover o reconhecimento automático de direito	X		
Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios	X		
Garantir o pagamento de benefícios com qualidade	X		
Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva	X		
Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	X		
Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo		X	
Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios			
Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários	X		
Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário		X	
Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional	X		
Otimizar o quadro de pessoal e desenvolver competências compatíveis com os objetivos institucionais		X	
Desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental			X
Promover a valorização e a qualidade de vida das pessoas			X
Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho	X		
Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social	X		
Aperfeiçoar a aplicação dos recursos		X	

PREPARAÇÃO

DIRETRIZES DO PETI ASSOCIADAS AOS FOCOS DO PDTI/INSS

PREPARAÇÃO

DIRETRIZ	FOCO				
	Negócio	Tecnologia	Segurança	Governança	N/A
I - observar as orientações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP;					
II - adotar as melhores práticas de governança e gestão de serviços de TI;					
III - aplicar as regras e Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-PING) aos sistemas e no intercâmbio de informações entre base de dados;					
IV - aplicar os padrões de interfaces observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) e os Padrões Web em Governo Eletrônico (e-PWG);					
V - promover a TI como parte integrante do processo de planejamento estratégico e tático-operacional do negócio;					
VI - zelar pela independência tecnológica sustentável de soluções de TI;					
VII - coordenar iniciativas de TI entre o Ministério e suas entidades vinculadas, visando otimizar as necessidades de investimentos e custeio;					
VIII - definir e aplicar padrões de desenvolvimento de sistemas;					
IX - promover o reaproveitamento e readequação de soluções e sistemas entre o Ministério e suas entidades vinculadas;					
X - promover a cooperação e compartilhamento das iniciativas de desenvolvimento de soluções de TI entre o Ministério e suas entidades vinculadas e demais órgãos integrantes do SISP; e					
XI - promover a contínua evolução da infraestrutura, serviços e soluções de TI de acordo com as necessidades do Ministério e de suas entidades vinculadas.					



PORTARIA Nº 1.816/PRES/INSS, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Aprova elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e designa equipe responsável.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 12 de novembro de 2010;

Resolução MP/SLTI nº 1, de 23 de outubro de 2012;

Portaria nº 947/PRES/INSS, de 29 de setembro de 2011; e

Portaria MPS nº 207, de 18 de maio de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do INSS, para o período de 2013 a 2017, nos termos desta Portaria.

Art. 2º O PDTI deverá abranger o objetivo estratégico de prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho, previsto no Mapa Estratégico da Previdência Social, no que tange ao INSS, contemplando:

I – o diagnóstico da infraestrutura, sistemas e soluções, governança, assim como a avaliação da execução dos projetos previstos no Plano Diretor de Tecnologia e Informação da Previdência Social, elaborado em 2001;

II – o Plano de Ação, contemplando os projetos e ações estratégicas a serem executadas durante a vigência do PDTI; e

III – o Modelo de Avaliação e Atualização do PDTI.

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores como integrantes da equipe responsável pelas atividades de elaboração do PDTI, com a observância dos termos da Resolução nº 125/PRES/INSS, de 14 de dezembro de 2010, sob a coordenação do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação:

NOME	MATRÍCULA Nº	LOTAÇÃO
Alan do Nascimento Santos	1.104.032	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Luiz Cláudio Sena Santos	1.101.515	Auditoria Regional Salvador
Luiz Otávio Soares da Silva	1.377.715	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Marcelo Genu Beserra	1.376.889	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Raimunda de Andrade Ávila	0.897.623	Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

§ 1º Caberá ao coordenador a responsabilidade de exercer as competências e as tarefas previstas no Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º Caso haja necessidade, poderão ingressar novos componentes na equipe, sem prejuízo da execução das atividades.

Art. 4º As Diretorias, a Corregedoria-Geral, a Auditoria-Geral, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, assim como o Gabinete da Presidência, a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS e a Assessoria de Comunicação Social, deverão indicar um servidor e respectivo suplente, como representantes, para disponibilizar à referida equipe os insumos necessários a fim de subsidiar a elaboração do PDTI, sem prejuízo de suas atividades funcionais.

Parágrafo único. A indicação de representante, titular e suplente, dar-se-á até o quinto dia útil, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 5º A equipe designada deverá apresentar, em 180 (cento e oitenta) dias, a partir do início das atividades, o Plano de Trabalho para elaboração do PDTI com vistas à aprovação pelo Comitê de Segurança, Tecnologia da Informação e Comunicações (CSTIC) do INSS.

Art. 6º Os resultados de cada fase deverão ser apresentados, pela CGTI, à Presidência do INSS em suas reuniões ordinárias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES
Presidente

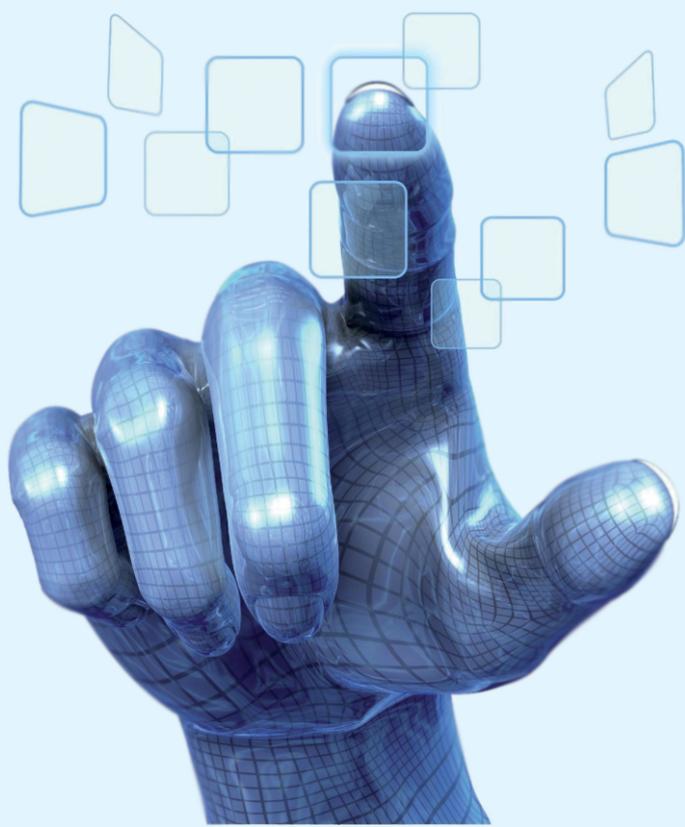
Publicada no BS/INSS nº 218, de 12/11/2012

NOME	MATRICULA Nº	DEPARTAMENTO
Adriana Regina Sales	1.104.312	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Wagner Costa Bastos	1.372.829	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Wagner Costa Bastos	1.372.829	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Wagner Costa Bastos	1.372.829	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Wagner Costa Bastos	1.372.829	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Wagner Costa Bastos	1.372.829	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

FASE II - DIAGNÓSTICO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

1. Apresentação

Esta fase tem o papel de consolidar as informações relevantes para subsidiar a Fase de planejamento do PDTI.

Abaixo, seguem informações acerca da Metodologia, das Fontes de Informação, dos Produtos, das Conclusões do Diagnóstico e Direcionadores para a Fase de Planejamento.

2. Metodologia

Para elaboração dos produtos relativos à Fase II do Projeto PDTI, foi adotada metodologia recomendada pelo **SISP** (*Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação*) e pelo Planejamento Estratégico de TI/PDTI do MPS, a saber:

- Guia de Elaboração do PDTI - SISP
- Metodologia de Elaboração do PDTI - MPS.

2.1 Gerenciamento do Projeto

O projeto utiliza, para efeito de gerenciamento:

- Metodologia de gerenciamento de projetos, recomendada pela Resolução 125/PRES/INSS/2010.
- Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos – SGPP, Resolução nº 275/PRES/INSS/2012.
- Solução Colaborativa para edição de conteúdos ([www-wikins](http://www-wikins.com))

Níveis de Análises

As análises consideram os três níveis da organização: Estratégico, Tático e Operacional.

Para efeito do **nível estratégico**, todas as áreas participaram do diagnóstico de suas respectivas necessidades de informação, alimentando uma solução web para edição de conteúdos ([wikins](http://www-wikins.com)). Foram feitas diversas reuniões com as equipes das áreas de negócio.

Para efeito do **nível tático**, os levantamentos levaram em consideração os registros trimestrais feitos pelos gerentes de unidades de atendimento e gerentes executivos por

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

ocasião da avaliação do plano de ação (Banco de Dados do Plano de Ação fornecido pela Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica).

Para efeito do **nível operacional**, os levantamentos foram feitos a partir dos registros dos usuários dos serviços de TI feitos no Sartweb.

3. Fontes de Informação

Para efeito do levantamento das necessidades de informação, foram analisadas diversas fontes, a saber:

- Os registros produzidos pelas áreas no wikinss (pontos críticos, ações em andamento e os desafios para os próximos quatro anos);
- Consolidação dos pontos críticos, ações em andamento e necessidades para os próximos quatro anos;
- Informações de atendimento e suporte, legado do PDTI de 2001;
- Recomendações dos órgãos de controle;
- Ações em andamento no sistema de gestão das demandas junto à Dataprev e o Plano de Ação da Dataprev;
- Diretrizes da Estratégia Geral de TI – SISP;
- Plano Plurianual – PPA;
- Planejamento Estratégico da Previdência Social – PEI;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social – PETI;
- Plano de Ação Anual do INSS;
- Regimento Interno do INSS;

4. Produtos

Resultaram dessa fase os seguintes produtos:

Avaliação do PDTI vigente:

Foi avaliado o planejamento de TI anterior de modo a responder às seguintes perguntas, dentre outras: As ações planejadas foram executadas? As metas foram alcançadas? As necessidades foram atendidas?

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

A partir desta análise, foram identificadas as necessidades de TI que persistem e que devem compor o inventário de necessidades a serem priorizadas para o presente quadriênio.

Referencial Estratégico

Foi analisado o referencial estratégico da TI, verificando se é coerente, compatível e alinhado com a estratégia organizacional, o modelo de negócio e os objetivos de negócio, verificando, por consequência a necessidade de ajustes.

Análise da Organização da TI

Foi feita uma análise do contexto geral em que se estrutura a unidade de TI na organização, evidenciando a hierarquia e, considerando:

Como a unidade de TI está inserida na estrutura da organização;

Como a unidade de TI está estruturada internamente, informando as atividades e funções desenvolvidas.

SWOT

Foi feita análise dos ambientes interno e externo da TI organizacional utilizando o método SWOT.

Inventário de Necessidades de Informação

A partir de reuniões com as áreas de negócio, foram identificadas as necessidades de informação vinculadas aos processos de negócio da organização, verificando quais são necessárias para executar cada processo de negócio, e se estão sendo obtidas e devidamente armazenadas no ciclo do processo.

Consolidação das Necessidades de TI

Foi realizada a consolidação das necessidades levantadas e reavaliados todos os itens inventariados, considerando aspectos como: Pontos Críticos, Ações em andamento e Desafios para os próximos quatro anos.

Levantamento da Situação Atual de Infraestrutura de TI

Foram analisados os aspectos relativos à infraestrutura, considerando os seguintes itens: servidores de rede, estações de trabalho e notebooks, impressoras e multifuncionais, scanners, equipamentos de rede local, serviços de rede de longa

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

distância, ambiente central de processamento, parque de telefonia, videoconferência, equipamentos de apoio a TIC, ambiente cliente.

Inventário de Sistemas

Foi realizado levantamento dos sistemas existentes na organização.

Consolidação das Informações de Chamados Técnicos

Foi realizado um levantamento e consolidadas as informações de suporte técnico prestado pela Dataprev, tendo como base o exercício 2012.

Levantamento de Equipamentos do Parque

Foi consolidado o quantitativo dos principais equipamentos em uso no parque e seu grau de obsolescência.

Recomendações de Órgãos de Controle

Foram consolidadas as recomendações do controle interno, CGU e TCU afetas as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Segurança da Informação.

5. Conclusões desta Fase

Segue abaixo um resumo das principais conclusões verificadas na documentação:

Análise do PDTI elaborado em 2001 para toda Previdência Social

Grande parte das ações e projetos previstas naquele PDTI foram executadas total ou parcialmente, todavia em sua grande maioria após o prazo previsto que seria de até cinco anos. Além disso, ações estruturantes tais como a implantação de um Diretório Centralizado de Autenticação, uma solução integrada de Business Intelligence, a solução de Gestão Eletrônica de Documentos não foram viabilizados. Por outro lado, algumas propostas se tornaram inaplicáveis pela mudança do contexto desde aquela época, em especial as ações voltadas para a área de Receitas Previdenciárias. Todas as pendências verificadas serão consideradas no contexto do planejamento deste PDTI.

Infraestrutura de TIC

O diagnóstico de infraestrutura aponta um quadro preocupante no que tange à efetividade do uso dos recursos disponíveis nas unidades, em especial nas questões de rede de comunicação e na gestão dos equipamentos de TIC. Há necessidade de ajustes no modelo de governança e no processo de levantamento de necessidades, evolução

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

nos mecanismos de gestão do parque, do uso de recursos e mesmo intervenções no modelo de suporte e de segurança na operação das unidades. Além disso, verifica-se a necessidade de consolidar a estratégia de gestão dos diversos tipos de componentes da infraestrutura de TIC do INSS;

Sistemas e Soluções

Foram avaliados ainda os sistemas e soluções de TIC de todas as áreas, verificando-se a necessidade de coordenar as diversas ações em andamento de modo a contribuir para a continuidade do processo de modernização já em curso;

Verifica-se que apenas parte das propostas do PDTI anterior e do próprio Novo Modelo de Gestão do INSS foram totalmente aplicadas, assim como a incorporação de novas demandas relevantes, tais como a evolução das fontes do CNIS, da solução de gerenciamento do pagamento de benefícios e ampliação da capacidade de atendimento. Está em curso ainda a integração dos serviços e dados com outros órgãos e parceiros, tendo como foco a melhoria do serviços aos cidadãos;

Nas áreas de gestão do INSS (áreas meio) verifica-se uma lacuna em relação às suas necessidades que implicarão em ações estruturais para garantirem o alcance dos resultados estratégicos do INSS;

O processo de modernização nos últimos anos tem ocorrido de forma mais lenta do que o esperado e tem gerado bastante dificuldade na convivência com os processos anteriores e mais ainda com as soluções de TIC durante a fase de transição. A continuidade do processo de modernização é irreversível, cabendo ao processo de planejamento de TIC um papel relevante na coordenação da priorização e bom uso da capacidade de desenvolvimento de soluções, tal como na adequação da infraestrutura e dos processos de negócio para garantir a continuidade do processo de evolução institucional no qual o INSS está imbuído;

A análise dos dados de atendimento e suporte indica: um volume significativo de suporte no acesso a sistemas, apontando a necessidade de melhoria deste processo; um volume significativo de ocorrências de lentidão e indisponibilidade em sistemas críticos, ratificando o entendimento da necessidade de evolução da qualidade dos ambientes computacionais e nas soluções de sistemas; e, por fim, confirma a dificuldade em dimensionar precisamente a origem dos problemas, hoje diluídos em problemas de sistemas, de rede, de infraestrutura de equipamentos e mesmo de cultura de operação dos recursos de TIC, apontando a necessidade profunda intervenção nestes processos;

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE DIAGNÓSTICO

Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A atual estrutura de gestão do INSS é bastante limitada do ponto de vista de estrutura regimental e corpo de servidores alocados. Há deficiências em operações importantes que ocorrem de modo não alinhado, tais como no desenvolvimento de soluções internas, ou em condições precárias, como no processo de monitoramento dos serviços das unidades;

O diagnóstico aponta a necessidade de uma revisão profunda do modelo atual e a necessidade de uma proposta de reforma administrativa contemplando a gestão do contrato Dataprev, a gestão do parque de equipamentos e serviços e o apoio ao desenvolvimento de soluções que envolvem tecnologia junto às áreas de negócio;

Direcionadores para a fase de Planejamento do PDTI.

(Consolidação do Inventário de Necessidades)

Consolidação dos pontos críticos, ações em andamento e necessidades para os próximos 4 anos, as informações de atendimento e suporte, legado do PDTI de 2001 e as recomendações dos órgãos de controle;

Avaliar as ações em andamento no sistema de gestão das demandas junto à Dataprev e o Plano de Ação da Dataprev.

Consolidar as referências estratégicas do PDTI (EGTI, Plano Plurianual, Planejamento Estratégico da Previdência Social, Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social, Plano de Ação do INSS);

Definição do Planejamento baseado nos seguintes **focos**: Negócio, Tecnologia, Segurança Governança de TIC e Pessoas.

A Fase de Planejamento foi iniciada e dá sequência ao desenvolvimento do PDTI. Nessa nova fase poderão surgir atualizações nos documentos elaborados até a fase de Diagnóstico.

Atenciosamente,

Alan do Nascimento Santos
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

Apresentação

O PDTI tem como finalidade a definição e o planejamento de todas as ações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alinhado aos objetivos institucionais definidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição, de acordo com o previsto nas ações do Plano Plurianual (PPA). Período de vigência de 2013 a 2016.

A elaboração e atualização do PDTI pelo INSS tem previsão estabelecida no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, que agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de TI dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, no nível estratégico do Ministério da Previdência Social – MPS, representa o documento que complementa o Planejamento Estratégico Institucional – PEI (Mapa Estratégico), possibilitando a definição de objetivos específicos para a área de TI.

A segunda fase do projeto apresenta o fluxo do processo de Diagnóstico do Ambiente Tecnológico em relação a Infraestrutura de TI e Soluções e Serviços de TI com a descrição sucinta de cada uma das atividades que compõem o processo dividido em três níveis.

Para efeito do **nível estratégico**, todas as áreas participaram do diagnóstico de suas respectivas necessidades de informação, alimentando em uma solução web para edição de conteúdos (wikinss) e a realização de várias reuniões com as equipes das áreas de negócio.

Para efeito do **nível tático**, os levantamentos levaram em consideração os registros trimestrais feitos pelos gerentes de unidades de atendimento e gerentes executivos por ocasião da avaliação do plano de ação (Banco de Dados do Plano de Ação fornecido pela Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica).

Para efeito do **nível operacional**, os levantamentos foram feitos a partir dos registros dos usuários dos serviços de TI demandados no Sartweb.

INTRODUÇÃO

Introdução

Essa fase de diagnóstico tem por objetivo analisar todos os seguimentos do parque de TI da instituição inserindo micros, notebooks, impressoras, periféricos, certificações, softwares, serviços de suporte, manutenção técnica dos equipamentos, rede, telefonia, vídeo conferencia e capacitação em TI.

Aliado a isto há o fato de que a evolução tecnológica está tornando cada vez mais complexo o ambiente de TI a ser gerenciado, sendo assim, de acordo com as recomendações do SISP, a realização de um diagnóstico do ambiente tecnológico em relação a infraestrutura e soluções e serviços de TI servirá para identificar as necessidades, gerar as ações e visualizar o ambiente atual comparando-o a cenários alternativos que possam organizar e otimizar o gerenciamento do parque de TI, bem como obter o retorno dos investimentos feitos e a realizar.

Para a realização desse diagnóstico, foi utilizada uma solução web (wikinss) a fim de coletar todas as informações oriundas das áreas de negócio do INSS em relação a Infraestrutura, Soluções e Serviços e Avaliação do PDTI 2001, com a finalidade de dispor essas informações de forma transparente, eficiente e estimular a participação de todas as áreas da Previdência Social, na elaboração do PDTI com vigência de 2013 a 2016.

Vale ressaltar que foi criado um banco de dados, com o objetivo de armazenar e tratar as informações apresentadas no wikinss, bem como o inventario de sistemas e o levantamento dos registros dos usuários demandados no Sartweb, de forma a facilitar o gerenciamento dessas informações, no tocante ao controle, apresentação, cruzamento, emissão de relatórios e outros pertinentes. Esse banco de dados foi disponibilizado na rede interna da Previdência – Intranet, para que todas as áreas de negócio e os próprios servidores tivessem acesso ao desenvolvimento do PDTI.

O resultado do diagnóstico propiciará ao INSS condições necessárias à elaboração da fase de planejamento.

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

INFRAESTRUTURA



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

IE 1.1 - SERVIDORES DE REDE

Descrição do Cenário

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Governança

- A identificação de necessidade das unidades é gerida pela DIRAT, que identifica quantidades e necessidade de distribuição.
- A CGTI elabora o processo de aquisição em conjunto com as áreas demandante e administrativa, sendo responsável pela especificação técnica dos equipamentos.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação. A CGTI apoia em relação a questionamentos técnicos de licitantes e na fase de homologação técnica.
- A CGTI/CGSURE/CGRLOG definem as regras e procedimentos para instalação e utilização dos equipamentos.

A Contratação é realizada de forma descentralizada na Administração Central e nas Superintendências Regionais.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistemas Operacionais utilizados: Debian GNU/Linux e Ubuntu LTS Server (este último em fase de estudos para as próximas aquisições).
- Sistema de Gestão de Atendimento – SGA: Este software é utilizado para subsidiar a gestão do fluxo de pessoas nas unidades e tem alto nível de integração com os demais sistemas corporativos. Além disso, disponibiliza informações para o ambiente centralizado, a partir do qual o monitoramento do atendimento é executado. Esta solução está em fase de avaliação e será mais detalhada no Tema Sistemas e Soluções – Atendimento.
- Solução de Antivírus: instaladores e atualizações.
- MySQL: destina-se ao banco de dados do SGA.
- Apache2: servidor web do SGA.
- (SR-I) Tomcat: servidor de aplicação
- Samba: servidor de compartilhamentos.
- FTP: repositório de arquivos.
- SABI: Replicação das atualizações do Sistema de Administração de Benefícios por

IE 1.1 - SERVIDORES DE REDE

Incapacidade.

- PCALC: Programa de Cálculos.
- RLAPS: Configurações e instaladores de programas corporativos.

Pontos Críticos

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e intervenção remota nestes equipamentos;
- Revisão da configuração de gestão da solução de antivírus, otimizando a rede e melhorando a eficácia para as estações de trabalho das unidades;
- Permanente atualização do parque para evitar obsolescência;
- Viabilização de ambiente físico seguro e adequado nas unidades para garantir a integridade física e durabilidade dos equipamentos;
- Garantir disponibilidade e redundância;
- Ligação a um link de rede com banda insuficiente para permitir intervenções gerenciais remotas sem prejudicar a utilização do tráfego demandado pelos expedientes da unidade;
- A atual solução de backup é realizada no próprio dispositivo ou em microcomputador destinado ao atendimento.
- (SR-I) Ausência de política de configuração e utilização dos servidores de arquivo.

DIAGNÓSTICO

Ações em Andamento

- Aquisição de novos servidores para substituir obsoletos e atender novas demandas;
- Implantação de sistemática integrada de gestão e integração do equipamento às políticas de gestão de acesso à rede e gestão de documentos (a partir da implantação do projeto e-DOC);
- Implantação do projeto de gestão da solução de antivírus;
- Implementação de esquema de monitoramento remoto dos servidores das unidades.
- Definição de uma política de controle de acesso físico e lógico.

Desafios para os próximos 4 anos

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;

IE 1.1 - SERVIDORES DE REDE

- Evoluir a sistemática de contingência e backup;
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede;
- Melhorar a sistemática de gerenciamento da instalação e da operação destes equipamentos;
- Implementar um esquema integrado e controlado, independente de fabricantes, de gerenciamento e monitoramento remoto dos servidores;
- Implementar uma solução de suporte técnico em caso de pane no servidor;
- Implementar a política de controle de acesso físico e lógico aos servidores.

IE 1.2 - ESTAÇÕES DE TRABALHO E NOTEBOOKS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- A identificação de necessidade das unidades é gerida pela DIRAT, que identifica quantidades e necessidade de distribuição.
- A CGTI elabora o processo de aquisição em conjunto com as áreas demandante e administrativa, sendo responsável pela especificação técnica dos equipamentos.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação. A CGTI apoia em relação a questionamentos técnicos de licitantes e na fase de homologação técnica.
- A DIROFL e DIRAT conduzem os processos de controle patrimonial e desfazimento.
- A CGTI/CGSURE/CGRLOG definem as regras e procedimentos para instalação e utilização dos equipamentos.
- A Contratação é realizada de forma descentralizada na Administração Central e nas Superintendências Regionais.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistemas Operacionais utilizados: Windows XP e Windows 7
- Softwares de Gestão: CACIC
- Antivírus: TrendMicro, versão atual 10.6
- Sistemas Corporativos
- Navegadores homologados: Internet Explorer e Mozilla Firefox
- Suíte de Automação Padrão: Libre Office
- Leitor de PDF
- Software cliente de correio eletrônico: Mozilla Thunderbird

IE 1.2 - ESTAÇÕES DE TRABALHO E NOTEBOOKS

Pontos Críticos

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e intervenção remota nestes equipamentos;
- Deficiência no processo de revisão da configuração e gestão da solução de antivírus, prejudicando a performance da rede e a aplicação de políticas e atualizações das estações de trabalho das unidades;
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência;
- Ausência de gestão do processo de entrega, instalação e monitoramento da utilização;
- Deficiência no processo de gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil;
- Necessidade de contingenciamento em caso de incidentes tais como incêndio, alagamentos, roubos, etc;
- Ausência de solução de atualização dos softwares;
- Necessidade de capacitação dos usuários para os softwares padrão;
- Falta de estrutura de gestão do INSS para apoiar a operação dos recursos adequadamente.
- (SR-I) Fixação de critérios objetivos para a identificação do quantitativo de equipamentos necessários.

Ações em Andamento

- Aquisição de novos microcomputadores e notebooks para substituir obsoletos e atender novas demandas;
- Implantação de sistemática integrada de gestão e integração do equipamento às políticas de gestão de acesso à rede (domínio centralizado) e à atualização de software;
- Realizar desfazimento dos equipamentos obsoletos;
- Melhoria da gestão da solução antivírus.

Desafios para os próximos 4 anos

IE 1.2 - ESTAÇÕES DE TRABALHO E NOTEBOOKS

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, incluindo a instalação, operação e desfazimento;
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede;
- Atualizar continuamente a configuração mais compatível com as soluções corporativas em uso;
- Viabilizar o gerenciamento remoto e o controle de uso de softwares e hardwares inadequados
- Promover a capacitação e orientações para uso adequado dos recursos.

IE 1.3 - IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- A identificação de necessidade das unidades é gerida pela DIRAT, que identifica e consolida quantidades e necessidade de aquisições e distribuição.
- A CGTI elabora o processo de aquisição em conjunto com as áreas demandante e administrativa, sendo responsável pela especificação técnica dos equipamentos.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação. A CGTI apoia em relação a questionamentos técnicos de licitantes e na fase de homologação técnica.
- A CGTI/CGSURE/CGRLOG definem regras e procedimentos para instalação e utilização dos equipamentos.
- A contratação é realizada de forma descentralizada na Administração Central e nas Superintendências Regionais.
- A contratação dos consumíveis são geridas pela Direção Central, Superintendências e Gerencias Executivas, no âmbito de sua gestão direta.
- (SR-A) definição prévia de métrica de critérios que subsidiem a tomada de decisão com relação ao quantitativo de impressão e por consequência o quantitativo de impressoras necessárias.

DIAGNÓSTICO

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistemas Operacionais embarcados nos equipamentos específicos de cada fabricante.
- Drivers de dispositivos com suporte ao sistema operacional Windows.
- Software de gerenciamento de documentos Samsung SmarThru Office
- Sistema de Administração de Material Permanente – ADMPER.
- Sistema de Planejamento e Controle de Equipamentos de Informática – SIPAC.
- Controle de Material de Consumo – CMC Web.
- Portal de Gestão de Tecnologia da Informação – PGTI.

IE 1.3 - IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS

Pontos Críticos

- Ausência de mecanismo que permita acompanhar e controlar o volume de impressão e digitalização.
- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento nestes equipamentos.
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência.
- Deficiência de gestão do processo de entrega, instalação, inventário e monitoramento da utilização.
- Deficiência no processo de gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil.
- Necessidade de contingenciamento em caso de incidentes tais como incêndio, alagamentos, roubos, etc.
- Necessidade de capacitação dos usuários para os softwares padrão.
- Falta de estrutura de gestão do INSS para apoiar a instalação e utilização dos recursos adequadamente.
- Utilização dos equipamentos no modo escravo por falta de ponto de rede.
- Alto custo logístico para aquisição de consumíveis e papéis.
- Eficiência na disponibilização dos consumíveis em todas as unidades em tempo compatível com a necessidade dos usuários.

Ações em Andamento

- O INSS atualmente encontra-se na fase de integração das soluções corporativas de digitalização ao parque de scanners e multifuncionais;
- Alteração do fluxo de atendimento, imputando a digitalização no processo de trabalho, em especial nas unidades de atendimento;
- Avaliar a contratação deste tipo de equipamento por meio de Outsourcing de impressão e/ou digitalização.
- O INSS está conduzindo processo de aquisição para substituição e modernização de parte do parque de impressoras e multifuncionais.

IE 1.3 - IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS

Desafios para os próximos 4 anos

- Controle eficiente de gastos e quantitativo de impressão, papéis e consumíveis.
- Melhoria do processo de gestão relativo a aquisição, entrega, instalação, inventário, monitoramento e desfazimento.
- Melhoria da estrutura de gestão do INSS para apoiar a instalação e utilização dos recursos adequadamente.
- Viabilizar a instalação de todos os equipamentos conectados na rede local.
- Diminuição do volume de impressão por conta da melhor gerencia e utilização dos recursos de impressão e de implantação gradual de processos digitalizados.

IE 1.4 - SCANNERS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Nas Agências e Gerências Executivas as Seções/Serviços de Atendimento, informam as Divisões de Atendimento (DIVAT) suas necessidades. Estes por sua vez, consolidam as informações enviando-as a DIRAT
- Na Direção Central, assim como em áreas específicas do INSS como Procuradoria e Logística, estas por suas respectivas Diretorias devem consolidar suas informações e encaminha a DIRAT.
- A identificação de necessidade das unidades (GEX e APS) é gerida pela DIRAT, após a identificação, esta consolida as quantidades em conjunto com as necessidades de outras áreas do INSS, assim como consolida o modelo de distribuição.
- A CGTI elabora o processo de aquisição em conjunto com as áreas demandante e administrativa, sendo responsável pela especificação técnica dos equipamentos.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação. A CGTI apoia em relação a questionamentos técnicos de licitantes e na fase de homologação técnica.
- A CGTI/CGSURE/CGRLOG definem as regras e procedimentos para instalação e utilização dos equipamentos.
- A Contratação é realizada de forma descentralizada na Administração Central e nas Superintendências Regionais.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Scanners kodak: é utilizado o software omnipage para digitalização e edição de arquivos digitalizados.
- Scanners fujitsu: é utilizado o software scanall pro para digitalização e para edição é utilizado o adobe acrobat.

IE 1.4 - SCANNERS

Pontos Críticos

- Integração das demandas para otimização do uso dos scanners;
- Qualidade no processo de indexação dos documentos scaneados;
- Integração do software de captura aos sistemas corporativos do INSS;
- Sistemática do processo de digitalização.
- Com aumento da demanda de digitalização de documentos/processos, verificou-se que é necessário equipamentos robustos, com de tração horizontal visto a fragilidade dos documentos, assim como variação no tamanho do documento a ser digitalizado e a qualidade da imagem gerada versus tamanho do arquivo. Com estas características a definição de um modelo de digitalização e guarda do documento digitalizado versus custo de aquisição tornou-se o ponto mais crítico desta necessidade.

Ações em Andamento

- O INSS na evolução dos sistemas corporativos, está em fase de alteração do fluxo de atendimento em suas unidades.
- Esta evolução dos processos internos do Instituto, assim como a implantação do modelo híbrido de documentos e processos, isto é, documentos e processos parte eletrônica parte física, leva a modificação dos processos de trabalho.
- O INSS atualmente encontra-se na fase de integração das soluções corporativas de digitalização ao parque de scanners e multifuncionais;
- Alteração do fluxo de atendimento, imputando a digitalização no processo de trabalho, em especial nas unidades de atendimento;
- Avaliar a contratação deste tipo de equipamento por meio de Outsourcing.

Desafios para os próximos 4 anos

- Prover agilidade no momento da digitalização visando evitar o aumento no tempo de atendimento.
- Estudo de viabilidade para contratação outsourcing com serviços de digitalização.
- Prover infraestrutura adequada para suprir o aumento da demanda de digitalização proporcionada pela implantação de novos processos eletrônicos.
- Integrar este parque de equipamentos a uma solução baseada em gestão de conteúdo.

IE 1.5 - EQUIPAMENTOS DE REDE LOCAL

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito**

Governança

- A identificação de necessidade de equipamentos (rack, switch, nobreak, etc) das unidades é gerida pela CGSURE/DIRAT, que identifica quantidades e a forma de distribuição.
- A CGTI elabora o processo de aquisição em conjunto com as áreas demandante e administrativa, sendo responsável pela especificação técnica dos equipamentos.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação. A CGTI apoia em relação a questionamentos técnicos de licitantes e na fase de homologação técnica.
- A DIROFL é responsável pelo controle patrimonial e desfazimento.
- A CGTI/CGSURE/CGRLOG definem as regras e procedimentos para instalação e utilização dos equipamentos.
- A gestão e disponibilização dos equipamentos da rede corporativa (roteador e modem) é de responsabilidade da Dataprev.
- A gestão da infraestrutura das redes locais (lógica e elétrica) é de responsabilidade das áreas de Logísticas e Engenharias.
- A Contratação dos equipamentos de redes (Switches) é realizada de forma descentralizada na Administração Central e nas Superintendências Regionais.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistemas Operacionais embarcados nos equipamentos de redes específicos de cada fabricante.
- Sistema de Administração de Material Permanente – ADMPER.
- Sistema de Planejamento e Controle de Equipamentos de Informática – SIPAC.
- Controle de Material de Consumo – CMC Web.
- Portal de Gestão de Tecnologia da Informação – PGTI.

IE 1.5 - EQUIPAMENTOS DE REDE LOCAL

Pontos Críticos

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento, controle e intervenção remota nestes equipamentos.
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência.
- Inexistência de processo eficiente que permita a gestão de entrega, instalação e monitoramento dos equipamentos nas unidades.
- A gestão descentralizada tem ocasionado a utilização desses equipamentos em locais e ambientes diferentes daqueles destinados no processo de aquisição.
- Dificuldade em retirar equipamentos obsoletos do ambiente de produção das unidades, ocasionando degradação da performance da rede local.
- Deficiência na gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil.
- Ausência de política que permita a atualização de versões de firmware/sistema operacional, considerando a disponibilização pelos fabricantes de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases.
- Inexistência de política de controle de acesso ao ambiente físico nas unidades tornando vulnerável a integridade física e durabilidade dos equipamentos.
- Vulnerabilidades quanto a disponibilidade e redundância.
- Ausência de política de segurança da informação.
- Compartilhamento de infraestrutura e serviços de rede com diversos órgãos.
- Contratação de profissionais não certificados que atuam na infraestrutura de redes locais nas unidades.
- Deficiências na infraestrutura lógica, elétrica e refrigeração em diversas unidades.

Ações em Andamento

- Aquisição de novos equipamentos (switches, nobreaks, rack, etc) para substituir obsoletos e atender novas demandas.
- Implantação de gestão integrada que permita o monitoramento e controle destes equipamentos.
- Desfazimento dos equipamentos obsoletos.
- Elaboração de Política de Gestão das Redes Locais nas unidades do INSS.

IE 1.5 - EQUIPAMENTOS DE REDE LOCAL

Desafios para os próximos quatro anos

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência.
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, contemplando a instalação, operação e desfazimento.
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede.
- Padronização da infraestrutura das redes locais.
- Segregação física e lógica dos serviços de redes nos prédios compartilhados por mais de um órgão.
- Garantia da adequação da infraestrutura lógica, elétrica e de refrigeração nas unidades.
- Prover solução de gestão do parque de rede, seu uso e o monitoramento dos serviços operados a partir dessa estrutura.

IE 1.6 - SERVIÇO DE REDE DE LONGA DISTÂNCIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito**

Governança

- A identificação de necessidade de rede de dados é feita pela DIRAT, à medida que novas unidades do Instituto entram em serviço. A DIRAT especifica uma largura de banda mínima de 512 Kbps por APS.
- A definição da largura de banda de cada um dos sites é feita pela DATAPREV, após estudos de tráfego, quantidade de estações de trabalho ativas, dispositivos de comunicação utilizados.
- A DATAPREV, através de contratos mantidos com seus provedores, faz a conexão das unidades com seu backbone, instalando o link, modem e roteador.
- A DATAPREV cria logicamente a rede, dentro de seus critérios de distribuição de faixas de endereçamento IP.
- A DIRAT fornece os switches necessários para conexão da rede interna com a rede fornecida pela DATAPREV, adquiridos após especificação técnica feita pela CGTI.
- A CGTI, sob demanda das unidades, interage com a DATAPREV na solução de problemas relacionados aos links de comunicação de dados

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistemas Operacionais embarcados nos equipamentos específicos de cada fabricante;
- COCAR
- ZENOSS

Pontos Críticos

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e controle remotos nos equipamentos por parte do INSS. A gestão está toda com a DATAPREV;

IE 1.6 - SERVIÇO DE REDE DE LONGA DISTÂNCIA

Ações em Andamento

- PEX
- Renovação dos contratos de rede pela Dataprev;
- Elaboração da política de gestão da rede.

Desafios para os próximos quatro anos

- Contingenciamento da rede nas unidades;
- Evolução do modelo de gerenciamento;
- Adequação contínua dos circuitos;
- Atendimento da expansão da rede de unidades do INSS;

IE 1.7 - AMBIENTE CENTRAL DE PROCESSAMENTO

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito**

Governança

Gestão

- A gestão das máquinas DELL e Storage são feitas pela CGTI.
- As máquinas EPCOM são controladas por suas respectivas áreas.
- As máquinas virtuais são criadas pela CGTI e administradas pela área requisitante.
- As máquinas IBM em collocation na DTP/DF são gerenciadas pela DIRAT.
- As máquinas IBM situadas na Sala Restrita da direção central são controladas em parceria pela CGTI e equipe do Erecursos.
- As máquinas de vídeo conferência são controladas pela CGTI.

DIAGNÓSTICO

Monitoramento

- Todas os servidores físicos do INSS são monitorados pela DTP através da ferramenta Zabbix.
- A CGTI monitora todos os seus servidores, físicos e virtuais através da ferramenta Zenoss.

Controle de Acesso

- Na Sala Restrita somente a Divisão de Recursos Tecnológicos -(DCRET)/CGTI pode acessar através do uso do crachá.
- Na DTP/DF deve-se requerer acesso pela equipe S2GA da DTP e outras áreas devem requerer acompanhamento da CGTI.

IE 1.7 - AMBIENTE CENTRAL DE PROCESSAMENTO

Sistemas e Soluções Utilizados

Sistemas Operacionais

Parque INSS: São usados diversos Sistemas Operacionais, SOs, pelo INSS em seus equipamentos, sendo os principais:

- Debian 4, nas máquinas Epcom.
- Sistema de virtualização ESXi 4.0.1 (versão "freeware" do ESX da VMWare) nas máquinas Dell R900.
- Debian 5 na maior parte das máquinas virtuais
- Windows 2003 nas máquinas virtuais da Auditoria
- Ubuntu Server LTS em fase experimental em alguns servidores
- Debian 6 ou Ubuntu Server nas IBM.

DIAGNÓSTICO

Parque Dataprev:

- AIX
- MCP
- HP-UX
- Windows
- Red Hat
- Debian;
- Pick
- Bancos de dados: Oracle, DMSII e Postgree.

Monitoração

INSS: Ferramenta Zenoss para monitorar estados dos servidores. Dataprev: Suíte CA Unicenter, ZABBIX, CACIC, MARE e COCAR

IE 1.7 - AMBIENTE CENTRAL DE PROCESSAMENTO

Aplicações Instaladas

São utilizadas diversas aplicações dentro dos sistemas operacionais dentre as mais usadas:

- Acesso remoto via SSH ou VNC.
- Servidor web Apache2.
- Suporte a aplicações PHP, Java, Python e Ruby.
- Servidor de Banco de Dados MySql e PostgreSQL
- Servidor web Tomcat ou Jboss para aplicações Java
- Compartilhamento de arquivos via Samba, FTP e SFTP
- Repositório de arquivos via Alfresco
- Sistemas financeiros da DIROFL
- Repositório de fontes de programas desenvolvidos via SVN, Git e Mercurial
- Controle de programas desenvolvidos via Redmine

Sistemas em Produção

Em produção encontram-se diversas aplicações das áreas da Direção Central acessíveis via intranet, tais como:

- Portal do INSS <http://www-inss.prevnet>
- SISREF <http://www-sisref.prevnet>
- Portal da CGTI <http://www-inss.prevnet/cgti>
- Sala de Monitoramento <http://www-sala.prevnet>

Pontos Críticos

Gestão do Ambiente

INSS: Necessita-se de uma ferramenta de gerenciamento de máquinas virtuais que suporte:

- Balanceamento de carga entre máquinas físicas
- Movimentação de máquinas virtuais

IE 1.7 - AMBIENTE CENTRAL DE PROCESSAMENTO

- Criação de padrões de máquinas
- Utilização de Snapshots
- Melhor integração com Storage

Dataprev:

- Conclusão da implantação da solução integrada de gestão do ambiente
- Implantação das soluções de alta disponibilidade e contingenciamento
- Conclusão do ciclo de substituição das tecnologias obsoletas
- Concluir a modernização dos sites de São Paulo e Rio de Janeiro

DIAGNÓSTICO

Storage

INSS:

- Redimensionar o atual storage diante da atual escassez de espaço livre disponível.
- Reorganizar a estrutura lógica do atual storage para otimizar seu uso com máquinas virtuais.
- Redirecionar soluções corporativas e críticas hospedadas no ambiente INSS para a Dataprev.

Dataprev:

- Ajustar o parque à demanda atual e futura para atender aos projetos do INSS;
- Prover alta disponibilidade nos serviços

Ações em Andamento

INSS:

- Adequação e atualização do parque e ferramentas de virtualização e gerenciamento.
- Operacionalização de rotina de backup.
- Elaboração e aplicação de política de backup.

IE 1.7 - AMBIENTE CENTRAL DE PROCESSAMENTO

Dataprev:

- Implantação de solução de gestão integrada
- Adequação do parque e infraestrutura dos CP
- Implantação de rotinas para viabilizar alta disponibilidade e contingenciamento
- Padronização de tecnologias

Desafios para os próximos quatro anos

- Elaborar plano de recuperação em caso de desastre
- Atualização e adequação constante do parque tecnológico
- Estudo e proposta de criação uma nuvem computacional
- Efetivação de alta disponibilidade nas soluções corporativas
- Monitoramento dos serviços e efetividade na gestão de incidentes

IE 1.8 - PARQUE DE TELEFONIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

A identificação de necessidade de equipamentos de comunicação de voz é feita pela DIRAT, que apura as quantidades e a forma de distribuição.

A CGTI especifica os equipamentos para aquisição e conduz a homologação técnica.

A DIROFL, através da CGRLOG e da CGLCO, conduz a licitação e os processos de contratação, assim como as questões de controle patrimonial e desfazimento dos equipamentos obsoletos.

A CGTI atua junto à Dataprev, CGEPI e Superintendências para viabilizar as instalações e entrada em operação.

A CGEPI e as Superintendências Regionais são responsáveis pela manutenção da rede de acesso.

A gestão do efetivo uso, bem como o controle de gastos é feita pelas Gerências Executivas. A operação e manutenção do sistema são realizadas por empresa contratada, através de contrato elaborado pela CGRLOG, CGEPI e CGTI, cuja gestão está a cargo de comissão instituída pela DIROFL. Servidor da CGTI é o gestor do contrato e em cada uma das Superintendências Regionais há um co-gestor e respectivo suplente.

A contratação dos links de transmissão TDM, que interligam o Sistema VoIP com o STFC (Serviço de Telefonia Pública Comutada) é realizada pela CGLCO (para a Direção Central) e pelas Superintendências Regionais (para suas respectivas GEX e APS).

Os links de transmissão IP são fornecidos pela Dataprev, que os dimensiona de acordo com as configurações dos equipamentos e a partir de estudos de tráfego feitos pela CGTI.

Nas APSTEL existem plataformas de comunicação com os cidadãos fornecidas por fabricantes distintos, no âmbito dos contratos assinados pela DIROFL sob demanda da DIRAT. Os links de transmissão TDM que atendem a essas APSTEL são contratados pela DIROFL também sob demanda da DIRAT.

Sistemas e Soluções Utilizados

Sistemas Operacionais embarcados nos equipamentos específicos do fabricante Alcatel-

IE 1.8 - PARQUE DE TELEFONIA

Lucent (OMNI Pcx Enterprise e OMNI Vista);

Sistema fornecido pela empresa responsável pela operação e manutenção para abertura de chamados em caso de falhas ou solicitações de mudança (SD3, desenvolvido em software livre sobre o framework OTRS);

Sistema de tarifação Sumus for Web, responsável pela tarifação centralizada.

Nas APSTEL são utilizadas soluções de software e hardware fornecidas por TECNET, Avaya e Comunix.

Pontos Críticos

Inexistência de uma área específica responsável pela gestão global da planta. A gestão da comutação é realizada através de nomeação por portaria. A gestão da transmissão TDM está a cargo da CGLCO e das Superintendências Regionais. A gestão da transmissão IP está a cargo da Dataprev. A gestão da rede de acesso está a cargo da CGEPI e de suas projeções nas SR e GEX;

Diluição das responsabilidades de contratação e gestão. Frequentemente, a área responsável pela especificação da contratação da transmissão não se comunica com a área que gere a comutação, não levando em consideração fatores que influenciam nos preços pagos, gerando custos que poderiam ser diminuídos com técnicas de encaminhamento de chamadas. O mesmo se aplica a decisões das áreas responsáveis pela contratação e manutenção da rede de acesso.

Deficiência na gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil;

Deficiência no treinamento dos co-gestores, de forma a poder identificar corretamente as causas das falhas e abrir chamados técnicos com propriedade;

No caso das APSTEL, devido a características da arquitetura tecnológica adotada, o INSS não possui governança sobre a plataforma de tecnológica. Isto impede o conhecimento em tempo real da demanda de serviços e a melhor distribuição dos agentes.

Ações em Andamento

Implantação dos equipamentos adquiridos em 2012;

Negociação com o fornecedor para treinamento na operação dos co-gestores;

IE 1.8 - PARQUE DE TELEFONIA

Readequação do plano de numeração, visando à simplificação do processo de discagem para ligações internas ao sistema;

Integração com sistema semelhante em operação na Dataprev;

Especificação de nova arquitetura tecnológica de comunicação e controle para as Centrais de Tele-atendimento 135 (APSTEL).

Desafios para os próximos quatro anos

Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;

Prospectar e avaliar a evolução do sistema, com a implantação de novas facilidades;

Integrar o Sistema com outros sistemas de comunicação corporativos síncronos e assíncronos (videoconferência e comunicadores instantâneos);

Centralizar a contratação da transmissão TDM, de forma a obter maiores ganhos financeiros com o aproveitamento das condições vantajosas oferecidas pelo mercado;

Integrar o Sistema VoIP com a plataforma das Centrais de Atendimento 135 (APSTEL), para proporcionar à DIRAT uma base tecnológica de telecomunicações que lhe permita oferecer novos serviços aos cidadãos que procurem esse canal de atendimento, além de obter informações reais sobre a demanda dos serviços.

IE 1.9 - VIDEOCONFERÊNCIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- A identificação de necessidade de equipamentos de comunicação de videoconferência é feita pela CGTI, que apura as quantidades e a forma de distribuição.
- A CGTI especifica os equipamentos para aquisição e conduz a homologação técnica.
- A DIROFL, através da CGLCO, conduz a licitação e os processos de contratação, assim como as questões de controle patrimonial e desfazimento dos equipamentos obsoletos.
- A CGTI atua junto à Dataprev e Superintendências para viabilizar as instalações e entrada em operação.
- A operação é realizada pela CGTI, Diretorias e Superintendências.
- A manutenção da solução é realizada pela CGTI.
- Os links de comunicação são fornecidos pela Dataprev, que os dimensiona de acordo com as configurações dos equipamentos e a partir de estudos de tráfego.
- É disponibilizado na intraprev a Apostila da Videoconferência. Trata-se de uma manual que envolve a operação e configuração dos principais recursos da solução.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistema Operacional Windows 2008 Server
- Banco de Dados SQL Server
- Radvision IView Suite
- Scopia Conference Server
- Sistema de agendamento "Agendavideo".
- Sistemas embarcados no hardware das MCU's e endpoints (Radvision, TANDBERG e Sony).

IE 1.9 - VIDEOCONFERÊNCIA

Pontos Críticos

- Ausência de empresa especializada para prestar o suporte técnico e manutenção dos equipamentos e softwares da solução;
- Rede instável e insuficiente para o uso pleno dos recursos da videoconferência;
- Ausência do plano de continuidade específico;
- Falta de definição quanto à vida útil dos equipamentos e de planejamento para atualização tecnológica dos recursos;
- (SR-I) Deficiência na transmissão de apresentações em slides.

Ações em Andamento

- Elaboração do plano de contingência da videoconferência;

Desafios para os próximos quatro anos

- Aumentar a capacidade de comunicação por videoconferência, com capacidade de abrangência nas Agências das Previdência Social e videoconferência na internet (externa);
- Melhorar a qualidade da comunicação por videoconferência, em especial a resolução de vídeo;
- Prospectar solução que represente evolução tecnológica em relação à solução atual, contemplando: integração com dispositivos móveis; utilização de codecs com capacidade de adequar a qualidade de vídeo e áudio à disponibilidade de rede local; agendamento, apresentação e acionamento em um mesmo ambiente web; Gravação de videoconferências; Possibilidade de videoconferências na internet; integração com a solução de telefonia e demais soluções de comunicação corporativa.
- (SR-I) Agregar ao serviço de videoconferência salas de audioconferência, possibilitando a inclusão de audioconferência com as unidades de atendimento.

IE 1.10 - EQUIPAMENTOS DE APOIO À TIC

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- A identificação de necessidade das unidades é gerida pela DIRAT, que identifica quantidades e necessidade de distribuição.
- A CGTI especifica os equipamentos para aquisição e conduz a homologação técnica.
- A DIROFL conduz a licitação e os processos de contratação, assim como as questões de controle patrimonial e desfazimento.
- A CGTI atua junto à Dataprev e Superintendências para viabilizar as instalações;
- A gestão do efetivo uso durante a vida útil do equipamento é descentralizada nas Gerências Executivas.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Não se aplica

Pontos Críticos

- Gerenciamento da alocação e distribuição destes equipamentos
- Constante atualização da configuração destes dispositivos
- Gerenciamento da demanda destes equipamentos

Ações em Andamento

- Atualização e complementação do atendimento das demandas de projetos e televisores
- Integração destes dispositivos aos projetos de videoconferência, SGA, Sala de Monitoramento, dentre outros

IE 1.10 - EQUIPAMENTOS DE APOIO À TIC

Desafios para os próximos quatro anos

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Aquisição de Laser Pointer;
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, incluindo a instalação, operação e desfazimento;
- Atualizar continuamente a configuração mais compatível com as soluções corporativas em uso;
- Promover a capacitação e orientações para uso adequado dos recursos.

IE 1.11 - AMBIENTE CLIENTE

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- A DIRAT, DIRSAT e DIRBEN são responsáveis pela homologação de sistemas corporativos;
- A CGTI define os softwares complementares ao expediente das unidades (suite escritório, cliente e-mail, leitor de PDF, compactador/descompactador, etc);

Sistemas e Soluções Utilizados

- Suite Libre Office / BROffice para editor de texto, planilhas, apresentações;
- Cliente Thunderbird para configuração local do correio eletrônico;
- Leitor de PDF Sumatra ou Adobe Reader;
- Cliente Jabber (pidgin, pandion);
- Solução de compactação/descompactação (7zip);
- Softwares de gestão: CACIC, VNC, WPKG;
- Software de DI (ScanALLPRO, Omini Page, SmartThru e Software de digitalização do Comprev);
- Softwares cliente para soluções corporativas com arquitetura 2 camadas (Oracle para o SABI, Tarantella, Cristal Report, Emulador Plenus e Prisma);
- Softwares para operação de soluções web (Cliente Java, Browsers, Flash, cliente SGA);
- Softwares de mercado: Suite Corel, Suite Adobe, Autocad, ACL, Scopia Desktop, Consiafi;
- Sistemas operacionais: Windows 7, Vista, XP, Linux Cliente Ubuntu;
- Domínio de autenticação: Open LDAP (.gov), Previdencia, PREVGO, Auditoria, Dataprev e DataprevDF;
- Softwares de segurança - Cliente do Antivírus (Trend); VPN (dispositivos móveis) e Token;

IE 1.11 - AMBIENTE CLIENTE

Pontos Críticos

- Ausência de solução que permita as atualizações de versões de software de forma automatizada e unificada;
- Baixo nível de compatibilidade das soluções impactando no pleno atendimento das demandas dos usuários;
- Ausência de solução de gerenciamento que permita inventariar os softwares e soluções instalados nas estações de trabalho dos usuários;
- Ausência de políticas que garanta a utilização de apenas softwares e soluções licenciadas e homologadas pelo INSS;

DIAGNÓSTICO

Ações em Andamento

- Aquisição de equipamentos para atualização do parque;
- Alienação dos equipamentos com vida útil expirada.

Desafios para os próximos quatro anos

- Rever o modelo de gestão do parque e suporte
- Atualizar constantemente o parque
- Prover soluções de gerenciamento remoto do parque.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

SOLUÇÕES E SERVIÇOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

SS 1.1 - ATENDIMENTO

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Áreas de negócio do INSS
- Diretoria de Atendimento

Sistemas e Soluções Utilizados

- Portal Previdência
- SAE = SISAGE - Sistema de Agendamento Eletrônico
- SGA - Sistema de Gestão do Atendimento
- Sala de Monitoramento
- SIGMA - Sistema de Indicadores, Gestão e Monitoramento do Atendimento

Pontos Críticos

- Demanda crescente de atendimento em todos canais de atendimento;
- Viabilização da ampliação de serviços em canais remotos;
- Evolução das ferramentas de atendimento visando ampliar os recursos de gestão e a capacidade de atendimento em todos os canais;
- Aumentar o volume de atendimento agendado;
- Melhorar a gestão da capacidade de atendimento por serviço nas unidades presenciais e os processos de atendimento.

Ações em Andamento

- Evolução da Sala de Monitoramento;

SS 1.1 - ATENDIMENTO

- Atualização das centrais 135;
- Substituição do módulo de agendamento eletrônico do SAE pelo SISAGE;
- Integração dos fluxos de atendimento aos sistemas CNIS e SIBE.

Desafios para os próximos quatro anos

- Integrar o agendamento de todos os serviços em um única ferramenta, contemplando a gestão de todos serviços presenciais;
- Ampliar os serviços em canais remotos;
- Evoluir o modelo de contratação de serviços de call center;
- Disponibilizar serviços em dispositivos móveis;
- Ampliar o volume de atendimentos agendados;
- Disponibilizar recursos de interação com o cidadão (SMS, telefone, etc);
- Reduzir o índice de não comparecimento a serviços agendados;
- Melhorar a qualidade dos sistemas disponibilizados em todos os canais para otimização dos serviços;
- Monitorar a efetividade dos serviços de atendimento.

SS 1.2 - CADASTRO

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Ministério da Previdência Social - MPS
- Receita Federal do Brasil
- SDH
- Conselho Nacional de Justiça - CNJ
- Ministério da Justiça - MJ
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Portal CNIS

- A especificação dos módulos do Portal CNIS está sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Administração de Informações de Segurados-CGAIS, por meio de grupo de trabalho constituído de servidores convocados dedicados ao projeto em caráter de exclusividade, sob acompanhamento constante do quadro efetivo da CGAIS.
- A especificação também é acompanhada, subsidiariamente, pelas equipes de Divisão de Gestão de Documentação e Informação-DGDIN, Diretoria de Atendimento-DIRAT, Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-CGTI, Coordenação-Geral de Gerenciamento de Sistemas e Informação-CGSINF, Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos-CGRD, pela Diretoria de Benefícios-DIRBEN e pela equipe de desenvolvimento do SIBE;
- O processo de implantação é acompanhado conjuntamente pela DIRAT e equipe CGAIS.
- A CGTI acompanha a estrutura tecnológica e de rede necessária nas Agências para implantação dos novos sistemas
- A DIRAT monitora o desempenho dos sistemas, verificando os relatos de indisponibilidade, instabilidade e lentidão reportados pelas Agências.

SS 1.2 - CADASTRO

SIRC

- Cabe ao INSS, por meio da CGAIS, a gestão técnica do projeto e a aplicação das deliberações do Comitê Gestor do SIRC;
- O INSS contrata a Dataprev para as demandas de desenvolvimento de sistemas;
- O CNJ disponibiliza, por meio de webservice os dados da base do Código Nacional de Serventias – CNS;
- O Comitê Gestor do SIRC define as políticas e delibera sobre o acesso as informações da base Sirc. Até sua regulamentação por Decreto, este papel está sendo exercido pelo Sub-Comitê 3 da Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR.

Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

- Por meio de Grupo de Trabalho, foram responsáveis em conjunto pelas especificações do ambiente: o INSS, representado pela Coordenação-Geral de Administração de Informações de Segurados - CGAIS, o MPS, representado pela Assessoria de Cadastros Corporativos – ASCAD, A Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, e a Auditoria-Geral do INSS – AUDGER.
- A DATAPREV está sendo responsável pelo desenvolvimento do sistema Malha GFIP.

Serão responsáveis pelos bloqueios de GFIP:

- O Ambiente de Monitoração do CNIS e da Folha de Pagamentos – INSS;
- A Auditoria Geral – INSS;
- A Assessoria de Pesquisas Estratégicas e Gerenciamento de Riscos – APEGR/MPS e a
- Receita Federal do Brasil – MF.
- Inicialmente, conforme negociações com a RFB, a inclusão está sendo feita somente pela APEGR e somente nos casos de empresas extintas.

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- A CGAIS, representando o INSS, participa das definições de regras de negócio, validação e especificações dos sistemas, de forma compartilhada com a RFB, MTE e Caixa, com o

SS 1.2 - CADASTRO

objetivo de estabelecer critérios que propiciem a alimentação do CNIS.

- Subsidiariamente, a DIRSAT participa das definições de regras de negócio e validação referentes aos eventos relacionados à saúde do trabalhador (CAT/PPP).
- As soluções tecnológicas serão disponibilizadas pelo Serpro.

Sistemas e Soluções Utilizadas

Portal CNIS

- Sistema desenvolvido e implantado utilizando a plataforma tecnológica J2EE e ambiente WEB, para atender os processos de atualizações on-line das informações da base de dados de cadastro de pessoa física, atividades, vínculos, remunerações, eventos previdenciários, recolhimentos do CI e bases de dados de SE, atendendo as necessidades identificadas em todos os processos do NMG que exigirem esses serviços.
- As informações dessas novas bases de dados são armazenadas em clusters de servidores (plataforma baixa), em consonância com a estratégia para desativação dos mainframes Unisys (plataforma alta), conforme TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 21/05/2008, pelo Ministério Público Federal, Dataprev, INSS e Ministério da Previdência Social.
- As informações serão disponibilizadas através de consultas on-line, padrão WEB, via Intranet e Internet, de acordo com o perfil dos usuários.

SIRC

- Portal SIRC
- Sistema Justiça Aberta – CNJ
- Sistema Monitor – Módulo Cobrança Administrativa
- Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.
- Trata-se de um novo sistema desenvolvido pela Dataprev em ambiente WEB e que possui integração com o sistema GFIP Web.

SS 1.2 - CADASTRO

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- Utiliza tecnologia de Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- A responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital continuará sendo do contribuinte, havendo mínima interferência no ambiente deste.
- Serão disponibilizados aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte, a serem desenvolvidos pelo Serpro

Pontos Críticos

Portal CNIS

- Migração dos dados existentes da plataforma alta para a plataforma baixa, que gera riscos no tocante a integridade dos dados.
- Regras de negócio das novas versões da Extrato CNIS, com relação às informações dos sistemas legados.
- Expansão da implantação do módulo VRCE em conjunto com o SIBE-BI
- Mudança de cultura dos servidores para promover a aceitação dos novos sistemas
- Estrutura de rede e estrutura de TI necessárias para a operação dos sistemas, necessidade de contínuo monitoramento pelas áreas responsáveis
- Integração do Portal CNIS com os sistemas legado (PRISMA/SABI) e com o SIBE.

SIRC

- Aprovação do Decreto que regulamenta a gestão do Sistema e as obrigações dos cartórios;
- Cadastramento dos usuários dos cartórios e efetivação da utilização da tecnologia de certificação digital;
- Consolidação do processo e aplicação do sistema de cobrança administrativa.

Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social

- Necessidade de expandir o uso da Malha GFIP, atualmente restrita a empresas inativas,

SS 1.2 - CADASTRO

para que também sejam incluídas empresas ativas. Depende de negociação com a RFB.

- Necessidade de expandir o uso da Malha GFIP por transmissor, ao invés de somente por empresa. Depende de negociação com a RFB.
- Solução tecnológica para restituir GFIP substituídas por transmissores indevidos. Depende de negociação com a Dataprev.
- Necessidade de maior segurança na transmissão de dados por meio de GFIP – A insegurança está sendo mitigada pelo projeto Malha GFIP e será solucionado definitivamente com a EFD-Social.

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- Compatibilização dos dados cadastrais do trabalhador, utilizado pelas empresas, com os constantes do CNIS, tendo como base o CPF para validação das informações dos segurados, quando do cadastramento inicial dos vínculos no Ambiente Nacional;
- Adaptação do sistema CAT-WEB para captação das informações provenientes da EFD-Social e bloqueio do sistema de forma a não mais permitir que o módulo seja utilizado pelos empregadores;
- Adequação dos sistemas utilizados pelo CNIS para captação das informações oriundas da EFD-Social;
- Escassez de recursos humanos para formação da equipe técnica de acompanhamento do projeto;
- Conflito entre a legislação trabalhista e a legislação previdenciária, considerando as necessidades diversas dos dois órgãos.
- Tempo exíguo para cumprimento do cronograma definido.

Ações em Andamento

Portal CNIS

- Expansão da implantação do módulo VRCE em conjunto com o SIBE-BI
- Desenvolvimento do módulo SE do Portal CNIS

SS 1.2 - CADASTRO

- Continuidade do desenvolvimento de melhorias para todos os módulos e da integração com o SIBE e Gerenciador de Pesquisas-GPe.
- Aperfeiçoamento dos indicadores visando a integração com o SIBE
- Aperfeiçoamento das funcionalidades de consulta, com desenvolvimento da visão filiado do CNIS.
- Continuidade da adaptação da Extrato CNIS, que está sendo implementada em etapas, para atender às regras do NMG, à implementação dos novos sistemas e à migração das bases de dados.
- Desenvolvimento do módulo de informações gerenciais CNIS-Gestão
- Implantação da EXTRATO CNIS 3.5 e 4.0

Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

- Atualmente, já foram desenvolvidos os módulos de cadastro de empresas e responsáveis por transmissões de GFIP suspeitas, e o bloqueio automático das GFIP transmitidas por estes, além do bloqueio de GFIP retificadora com excessiva variação a menor na quantidade de trabalhadores, além do módulo de análise das GFIP em bloqueio.
- Ainda em desenvolvimento encontra-se a funcionalidade de invalidação de GFIP já transmitidas anteriormente, e a restauração da GFIP anterior. Também necessitam ser adaptados os sistemas CNIS para que conste a informação de vínculo pertencente a GFIP retida na malha.
- Também está em negociação a obtenção da base de procurações eletrônicas da CEF, para ajudar a identificar transmissores indevidos que possam eventualmente serem incluídos na Malha GFIP.

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- Acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas que serão utilizados pelas empresas para confecção, validação, assinatura e transmissão dos eventos trabalhistas e de folha;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos módulos simplificados que serão utilizados pelo MEI, Segurados Especiais, Pequenos Produtores Rurais, Empregador Doméstico, Empresas optantes pelo SIMPLES com até 10 empregados, Obras de Construção Civil de

SS 1.2 - CADASTRO

*Pessoa Física e o Empregador Pessoa Física para confecção, validação, assinatura e transmissão dos eventos trabalhistas e de folha;

- Estudo quanto aos impactos nos diversos módulos do CNIS;
- Definições de regras de negócio e de validação para captação, gravação, armazenamento e disponibilização dos dados oriundos da EFD-Social no CNIS;
- Levantamento das ações a serem desenvolvidas visando a adaptação do Portal CNIS para tratamento das informações captadas da EFD Social.

Desafios para os próximos quatro anos

- Implantação total e evolução do Portal CNIS, inclusive com Processo Eletrônico.
- Atualizar a dados cadastrais dos empregados com alguma divergência, premissa para a implantação da EFD-Social.
- Implantar a EFD-Social em parceria com a RFB/MTE. e CAIXA .
- Qualificar a base do CNIS.
- Ampliar o acesso aos dados do Extrato Previdenciário aos Filiados para atualização do CNIS, promovendo a atualização do cadastro antes da demanda de benefícios;
- Implantar a CTC Eletrônica.
- Implantar o requerimento para empresas conveniadas para atualização do CNIS.
- Utilizar tecnologia de áudio e/ou vídeo para entrevistas e oitivas de segurados
- Construir o Cadastro de vinculação (dependentes, grupo familiar, etc).
- Incentivar a utilização do CNIS pelos demais órgãos do Serviço Público.
- Expansão do SIRC
- Interação da base SIRC aos diversos órgãos do governo
- Identificação das GFIP's transmitidas por procuradores não autorizados, com base no arquivo de procurações da CAIXA.

SS 1.3 - RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

Áreas de negócio do INSS:

- Diretoria de Benefícios
- Diretoria de Saúde do Trabalhador

Sistemas e Soluções Utilizados

- SUB - Sistema Único de Benefícios
- PRISMA - Projeto de Regionalização de Informações e Sistemas
- SABI - Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
- SIBE - Sistema de Benefícios
- CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
- HIPNET - Sistema de Homologação das Informações da Previdência Social
- AOR - Ação Ordinária Revisional

Pontos Críticos

Soluções Legadas

- Limitações tecnológicas para o reconhecimento de direitos;
- Limitações na integração entre os sistemas;
- Deficiências em segurança da informação;
- Limitação na disponibilização de serviços por canais remotos;

Novas soluções

SS 1.3 - RECONHECIMENTO DE DIREITOS

- Conclusão da transição junto aos sistemas em fase de depletação;
- Estabilização dos ambientes dos novos sistemas.

Ações em Andamento

- Implantação do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE para os benefícios assistenciais e por incapacidade;
- Desenvolvimento no SIBE para inclusão das espécies de Aposentadorias;
- Integração com os demais sistemas da nova tecnologia. Ex: CNIS, GPE, SISAGE, etc.

Desafios para os próximos quatro anos

- Concluir o desenvolvimento das demais espécies de benefícios no SIBE e implantá-las;
- Iniciar a evolução do sistema, incorporando novas integrações e serviços;
- Evoluir a solução de monitoramento de qualidade e operacional;
- Ampliar o volume de serviços em canais remotos;
- Viabilizar o uso do processo eletrônico;
- Prover sistemas de informações gerenciais relativos ao reconhecimento de direitos;
- Incorporar novas tecnologias de segurança da informação.

SS 1.4 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- DIRETORIA DE BENEFÍCIOS- responsável pela especificação do projeto
- DATAPREV- responsável pelo desenvolvimento do projeto

Sistemas e Soluções Utilizados

- PRISMA
- SABI
- SUB
- SIBE
- SCF

Pontos Críticos

- Pagamento de benefício de forma indevida ao beneficiário.
- Cessar intempestivamente a emissão do crédito do benefício após o óbito do segurado e beneficiário ou retorno voluntário ao trabalho.
- Processo de geração de créditos não atualizado.
- Inexistência de informações gerenciais;
- Falta de integração às funcionalidades do sistema com o SIAFI;
- Inexistência de uso da certificação digital;
- Servidores sem conhecimento técnico, habilidades e atitudes desenvolvidas para atuar nos processos da folha de pagamento de benefícios.
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios ineficiente.

SS 1.4 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Ações em Andamento

- PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSAMENTO

Painel de Acompanhamento da Folha – o projeto deve desenvolver um painel de acompanhamento do processamento da Folha.

O painel deve indicar a situação atual do processamento da folha de determinado mês, além de oferecer informações visuais, sintéticas ou detalhadas com estatísticas sobre todos os subprocessos componentes da folha indicando a situação individual de cada um deles.

Sistema de Alertas para os Eventos Principais – o projeto deve desenvolver um mecanismo de alerta através de mensagens no SIBE-CONEV aos interessados sobre os eventos principais componentes da Folha de um mês. Exemplos: captação automática de parâmetros; prazo limite para preenchimento de parâmetros; início do processamento (primeiros créditos disponíveis para validação); conclusão da validação automática; fechamento da Folha; emissão bancária.

Expurgo da Folha (para reproprocessamento) – o projeto deve desenvolver funcionalidades para expurgos parciais ou totais da Folha de um determinado mês, com praticidade e segurança. Dessa forma, quando forem encontrados erros nos programas geradores da Folha, ela poderá ser facilmente reiniciada inclusive parcialmente.

Controle dos arquivos utilizados na Folha – o projeto deve desenvolver funcionalidades para guardar na base do SIBE II todos os arquivos necessários ao processamento da folha do mês, sejam arquivos capturados, recebidos de entes externos ou gerados pela própria Folha.

Visualização do calendário de processamento – o projeto deve desenvolver funcionalidades para exibir o calendário estimado e/ou realizado do processamento da folha do mês. Deve haver também a visualização de calendário das folhas que estão atualmente em processamento.

- EXTRAÇÃO DOS DADOS PARA OS CÁLCULOS

Aquisição do serviço de replicação de dados do SUB (BDSISBEN) para o Oracle – o projeto deve adquirir junto à COBC e ao projeto SIBE II BDCRED a solução que replicará os dados do SUB em base Oracle espelho.

Dessa forma, os dados a serem considerados para a geração da folha já estarão disponíveis em plataforma baixa.

SS 1.4 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Reorganização dos dados para os cálculos da folha – o projeto deve desenvolver um programa que reorganizará os dados trazidos do SUB para a plataforma baixa. Esse programa deve reorganizar os dados de forma a buscar maior performance para o processamento da Folha, incluindo a identificação dos benefícios com dependências entre si. Esse programa deve identificar os dados que estão inconsistentes para o processamento da Folha e apontá-los como tal.

- **BATIMENTO**

Comparação entre Folhas – o projeto deve desenvolver um aplicativo de Batimento que permita a comparação entre os dados de 2 Folhas de pagamentos de benefícios, sendo uma executada em Java e a outra executada em Cobol. Os dados da folha em Cobol já estarão disponíveis no Oracle de forma que todos os dados a serem comparados estarão nessa tecnologia, melhorando a performance da solução. O aplicativo deve ser configurável sobre quais partes da folha devem ser validadas. Deseja-se que o aplicativo possua inteligência não só para apontar os erros mas também para indicar as tendências dos erros analisados. É necessária a flexibilidade para indicar manualmente que determinados dados considerados divergentes não sejam mais comparados, considerando-se que a versão em Java é a que estará correta. Além disso, a solução deve prever uma adaptação futura para comparar duas Folhas integralmente geradas em Java.

Analizador de Resultados – o projeto deve desenvolver no aplicativo de Batimento a visualização dos resultados analisados, indicando estatísticas gerais (totais por espécies, totais por rubricas...) e as tendências identificadas.

Visualização individualizada de contracheques nas 2 Folhas – o projeto deve desenvolver no aplicativo de Batimento a visualização comparativa de 2 contracheques gerados para um benefício específico. A comparação deve apontar visualmente as diferenças encontradas nos valores de cada rubrica. Além disso, devem ser exibidas as informações que o sistema considerou para chegar aos resultados dos cálculos.

Desafios para os próximos quatro anos

- Implementar o sistema de gestão patrimonial, orçamentária, financeira e contábil da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS.
- Implementar as ações de correção no processo de geração de crédito/pagamento em até 60 dias após sua identificação;
- Definir juntamente com o DRH as estratégias de capacitação.

SS 1.4 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

- Elaborar Plano de Capacitação de acordo com a disponibilização do sistema;
- Elaborar capacitação de acordo com a disponibilização do sistema;
- Implementar novas rotinas de processamento da maciça.
- Implementar 100% das rotinas de processamento automatizadas referentes às informações provenientes do Sistema Informatizado de Mortos do Ministério da Saúde – SIM (base de dados para cessação de benefícios que não foram identificados no processamento do Sistema de Óbitos – SISOBI/SIRC ou por outras fontes)
- Implementar 100% das funcionalidade para tratamento das inconsistências nas informações da folha de pagamentos, com base nos critérios definidos.
- Planejar 100% das ações de correção das inconsistências detectadas na folha de pagamento até o mês subsequente a sua detecção.
- Implementar 100% das funcionalidades para geração de informações gerenciais de pagamento de benefícios.
- Realizar Integração do sistema de pagamento de benefícios com o SIAFI.
- Implementar 100% das funcionalidades para integração e uso com certificação digital.
- Implementar 100% das funcionalidades do Sistema integrado de pagamento de benefícios.
- Funcionalidade desenvolvida e implementada para geração das informações referentes à natureza de débito e crédito, às rubricas de pagamento de benefícios e respectivas fontes de custeio (RGPS, EPU e BPC/RMV).

SS 1.5 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Identificação das atuais necessidades para alterações e novas implementações no sistema Comprev é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos - CGRD por meio da Divisão de Compensação Previdenciária-DCOMP.
- Realização de novas demandas de melhorias e implementações legais é de competência da GGRD/DCOMP.
- Cadastramento dos Entes federativos é de responsabilidade do MPS.
- Propostas para desenvolvimento de novos módulos ou aplicativo para o Comprev é de responsabilidade da Diretoria de Benefícios
- A apuração dos valores para pagamento é de competência da CGRD/DCOMP e o pagamento é de competência do setor financeiro do INSS.
- Cadastramento dos usuários externos no sistema é de competência da DCOMP.

DIAGNÓSTICO

Sistemas e Soluções Utilizados

- Comprev Ro e RI - web
- Cadprev - MPS
- Sistema Único de Benefícios - SUB
- Sistema de Óbitos - SISOBI
- CNIS - Pagina da Previdência Social
- Plenus
- SADS - Módulo Digitalização e Transferência de Arquivo

Pontos Críticos

SS 1.5 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- Ausência de integração com sistemas da MPS, RFB e PGFN
- Ausência de sistema de Gerenciamento das Informações do Comprev
- Quantidade excessiva de demandas não atendidas pela Dataprev
- Dificuldade de operacionalização da Compensação Previdenciária pelas Unidades do INSS
- Sistema de Acesso apresentando inúmeras dificuldades e retrabalho.

Ações em Andamento

- Acompanhamento da implantação do sistema Comprev na nova Plataforma (WEB)
- Identificação dos pontos críticos da implantação.
- Estudos para a mudança para um novo sistema de Acesso
- Participação de grupo de trabalho buscando o desenvolvimento da Câmara de Compensação Previdenciária
- Elaboração de Cronograma com a priorização das demandas de Compensação Previdenciária
- Inclusão do Comprev no Sistema de Digitalização
- Cadastramento dos usuários externos no SAA

Desafios para os próximos quatro anos

- Implementação das demandas pendentes
- integração do sistema Comprev a outros sistemas
- Elaboração de novo projeto para um sistema de Compensação Previdenciária

SS 1.6 - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Ministério da Previdência Social;
- INSS;
- SDH - Programa Viver Sem Limites;
- MTE;
- MPT;
- CEREST;

Sistemas e Soluções Utilizados

Atualmente as equipes de RP utilizam os sistemas SABI e SRP

Pontos Críticos

A principal dificuldade encontrada está na necessidade de recomposição das equipes de RP, pois o cálculo do TMEAPL enviado pelas equipes de RP para Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, foram cálculos em sua maioria super estimados, como é o caso da GEX Santos que estimou 730 dias.

A média entre as 93 GEX que enviaram foi de 158 dias em Janeiro, chegando a 117 dias em Dezembro de 2013. As GEX justificam a falta de servidores para poder reduzir o TMEAPL que elas estimaram, pois com o quantitativo atual elas não dão conta de atender a demanda (segurados em PRP e os que aguardam para APL).

Segundo dados do BERP de Dezembro de 2012 temos:

ROP: 767(havendo possibilidade de se aposentar 254).

Administrativos: 284

SS 1.6 - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Peritos: 488

As equipes acreditam que para dar conta da demanda atual que é de 69.039 segurados (em PRP - 37.179 e aguardando APL - 31.860, dados do BERP de Dez/2012), seria necessário a contratação de:

ROP: 756

Administrativos: 559

Peritos: 428

Outro ponto crítico na área de Reabilitação Profissional é a capacitação das equipes de RP nas áreas de Orçamento, Logística e Procuradoria para tornar mais ágil os processos de aquisição de recursos materiais da área de RP e otimizar a utilização do orçamento da Ação 2585 - Reabilitação Profissional.

DIAGNÓSTICO

Ações em Andamento

Revisão do Manual de Reabilitação Profissional;

- Construção do Sistema SIBE RP, com primeira entrega prevista para Junho de 2013;
- Supervisões previstas para 25 GEX em 2013;
- Capacitação em Mercado de Trabalho para as SR-I, II e III para Março de 2013;
- EAD em Procedimentos de Reabilitação Profissional - 3ª oferta em Março de 2013;
- Ida da equipe de RP do INSS, em Março de 2013, para Alemanha por meio do acordo celebrado com a DGUV;
- Novo indicador para cálculo do TMEAPL a partir de Janeiro de 2013;
- Solicitação de recomposição de equipe da RP em 97 GEX (entregue à DGP em Fevereiro de 2013);
- Apresentar ao CFAI proposta de capacitação que reúna as áreas de RP, Logística, Orçamento e Procuradoria;
- Apresentar ao CFAI proposta de capacitação em prescrição de órteses e próteses para os peritos médicos.

SS 1.6 - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Desafios para os próximos 4 anos

- O principal desafio será reduzir o número de segurados na fila de espera para o atendimento da RP, para isso há necessidade de recomposição da atual equipe de RP;
- Propiciar um atendimento no PRP com eficácia e eficiência, por meio de concessão de recursos materiais em menor tempo, reduzindo assim o tempo de permanência do segurado em PRP e proporcionando um retorno ao mercado de trabalho com mais brevidade;
- Otimizar a utilização do orçamento da Ação 2585 - Reabilitação Profissional;
- Implementar o processo de descentralização das equipes de RP das GEX para as APS;
- Proporcionar capacitações mais frequentes para as equipes de RP, principalmente os da ponta;
- Reconhecimento da RP dentro e fora da Instituição.

SS 1.7 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

O gerenciamento de tudo que se relaciona a recursos de benefícios é exercida pela Divisão de Recursos de Benefícios da Diretoria de Benefícios Considerando que o projeto se aplica também aos processos do CRPS, a governança é compartilhada com aquele Conselho.

Sistemas e Soluções Utilizados

Sistema de Recursos Administrativos de Benefícios - RECBEN

Sistema de Processo Eletrônico de Recursos de Benefícios da Previdência Social - e-Recursos

Pontos Críticos

- RECBEN

O sistema não conta com equipe de suporte e manutenção técnica exclusiva e o suporte existente é totalmente insuficiente para o atendimento das demandas que surgem no dia a dia de sua operação.

- e-Recursos

A questão crítica para o sistema se reporta a falta de equipamentos scanner para a sua implantação e expansão de forma adequada, bem como a infraestrutura de rede da Instituição que pode se tornar um gargalo para o seu desempenho, além da questão da necessidade de infraestrutura de armazenamento de grande porte.

Ações em Andamento

Estão sendo adotadas ações para a conclusão da implantação do sistema e-Recursos em todas as APS do INSS, tal ação tem como meta de finalização 06/2013.

Desafios para os próximos 4 anos

Desabilitar o sistema RECBEN substituindo-o de forma plena pelo sistema e-Recursos.

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Advocacia Geral da União
- Procuradoria Geral Federal
- Ministério da Previdência Social
- Dataprev
- Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/INSS

Sistemas e Soluções Utilizados

- GPLANES – Ferramenta que coordena o Planejamento Estratégico e sua execução na PFE-INSS, em todas as áreas das Coordenações e instâncias de responsabilidade. Permite o acompanhamento em tempo real das metas e objetivos traçados, além de edição e extração de relatórios para análise/prestação de contas.
- Portal da PFE – ambiente/página na internet que congrega todas as informações institucionais da PFE, como estrutura, produção das unidades da Direção Central, sistematização/uniformização de teses, notícias de interesse, além de ferramenta de acesso rápido aos demais sistemas utilizados
- PROCWIKI – ambiente wiki utilizado para compilação de teses previdenciárias, de alimentação livre
- SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União – banco de dados da AGU utilizado para cadastramento de todas as demandas administrativas e judiciais na qual o INSS é parte. Permite a formação de dossiê eletrônico do conteúdo do processo físico
- Sistema de Numeração Unificada de Documentos – ferramenta em arquivo ACESS que permite à unidade (local, regional ou central) facilitação no controle de numeração na expedição de atos. Permite igualmente a expedição de relatórios de controle
- Sistema de Ações Cíveis Públicas – banco de dados (dentro do Portal da PFE) onde constam

SS 1.8 - PROCURADORIA

os cadastros das ACPs que envolvem o INSS em curso. Permite a consulta atualizada por meio de link com o site do Tribunal.

- ALFRESCO – software de uso livre. Ambiente de armazenamento da produção oficial da PFE -INSS, por meio de pastas referentes a cada tipo de ato
- SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
- Bibliotecas Digitais – AGU e Ed. Forum
- Banco de laudos e decisões – bancos de dados dentro do Portal da PFE-INSS destinados à compilação de decisões judiciais favoráveis e identificação de peritos com reiterada postura desfavorável
- PCALC/ACESS – programa de cálculos – desenvolvido por um servidor do INSS de base local (não funciona em rede)
- AOR – programa de revisões de valor de benefício - desenvolvimento estagnado e sem perspectiva
- SISTEMAS DO INSS – CNIS CIDADÃO, CNIS TRABALHADOR, CADPF, SABI, SISOB, SISREF, VPN, SDC, HISCREWEB, BUSCA EMPREGADOR, INTRAPREV, SIPPS, SISLEX, INFORMAR, SUIBE, GPWEB, PLANPCDP, APWEB, SARCI, SISCOL, TRANSAOR
- INFOSEG (Ministério da Justiça) – permite a consulta a várias bases de dados do governo federal
- Sistema de localização de pessoas – acessa base de dados o IBAMA, ANAC e ANATEL
- PDR- Programa de Despachos e Recursos – propicia auxílio aos servidores do INSS no desenvolvimento de fundamentação de seus despachos
- SCNR – INCRA – Sistema de Cadastro do trabalhador rural – banco de dados do INCRA sobre trabalhadores rurais
- SISDAT – Sistema Único de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

Pontos Críticos

- Lentidão dos sistemas – em razão do desenvolvimento/implantação dos mesmos pela DATAPREV

SS 1.8 - PROCURADORIA

- Unidades de execução da Procuradoria com problemas de acesso à Rede (internet) – em razão do link de dados de baixa capacidade e de diversas unidades descentralizadas, especialmente as instaladas em APS ou GEX do INSS, que acabam compartilhando o sinal. Os sistemas usados pela PFE-INSS acabam preteridos em detrimento dos da Autarquia, no desempenho de sua função
- Burocracia na liberação de acesso VPN
- Disponibilização precária de equipamentos – ainda há relatos de problemas na distribuição/instalação de novos equipamentos e softwares
- Dificuldades relativas a acessos e endereços eletrônicos (dificuldades com login) – razões nos itens 1 e 2 acima
- Disfunções relativas a gerenciamento das caixas de e-mail (.previdencia E .inss X .agu) – os domínios possuem um delay muito longo na troca de informações. Ademais, a capacidade de transmissão de dados/arquivos anexados nos domínios .previdencia e .inss é muito inferior ao do .agu, dificultando a troca de mensagens entre interlocutores
- Disfunções relativas à migração/instalação de programas e bases de dados da rede DATAPREV com a rede AGU (DTI) – dificulta a operacionalização das ferramentas de TI nas unidades da PFE-INSS e PGF/AGU
- Baixa eficiência no desenvolvimento de soluções de TI por parte da Dataprev – demora corriqueira na entrega de produtos de TI para homologação pela PFE-INSS (ou para as demais áreas, que acabem por impactar a demanda da PFE-INSS)
- Sobrecarga do SICAU – o banco de dados está sendo sobrecarregado pela decantação da cultura de seu uso pela PGF, bem como pela novel implementação de rotinas de registro de cumprimento de decisões judiciais pelo INSS. A DTI vem trabalhando na estabilização e no desenvolvimento do SICAU, ainda insuficiente face a sua demanda
- Ausência de ferramenta de cálculos judiciais que substitua em curto prazo os aplicativos domésticos utilizados

Ações em Andamento

- E-Consult - Sistema Eletrônico de Consultoria de área meio e finalística – sistema desenvolvido, em fase de teste de fluxo
- E-Recursos - Sistema Eletrônico de Processamento e Julgamento de Recursos – estudo de

SS 1.8 - PROCURADORIA

uso pela PFE-INSS em fase avançada

- SAPIENS - Ferramenta de Integração de Bases de Dados – operacional em Porto Alegre/RS. Em estudo para ampliação. Desenvolvimento pela DTI/AGU
- APWeb - Módulo de Despesas Judiciais – Operacional – agendada reunião com DIROFL para desenvolvimento de eventuais funcionalidades que permitam melhor gestão da execução orçamentária judicial da PFE-INSS
- SIPREC - Sistema de Precatórios – Aguarda entrega pela DATAPREV. Sistema apresentado para homologação não apresentava funcionalidades suficientes a seu uso operacional com a eficácia esperada
- Módulo de Demandas Judiciais – MDJ – Aguarda desenvolvimento do SIBE pela DATAPREV, para verificação das soluções em matérias de cálculos
- GPLANES – desenvolvimento de ambiente na ferramenta que apresente retrato estrutural das unidades cadastradas (estrutura, parque tecnológico, recursos humanos) e painel de indicadores estipulados pela PFE-INSS como medidores de eficácia das suas ações estratégicas. Em andamento
- MS Lync – ferramenta que propicia a comunicação em tempo real entre interlocutores a distância – após negativa da DATAPREV sob argumento de impossibilidade da rede suportar (item 2, ponto crítico), está se tentando garantir a conectividade junto às Procuradorias Regional e Direção Central da *PFE-INSS. Em fase de segregação de redes para teste
- SICAU – desenvolvimento de tarefas/atividades para cumprimento (e mapeamento deste cumprimento) de decisões judiciais pelas unidades específicas do INSS
- SIRC – Sistema Integrado de Registro Civil – em desenvolvimento – servirá de base de dados para consulta sobre a vida civil de todos os cidadãos brasileiros, a partir da alimentação pelos cartórios extrajudiciais
- Sistema Monitor – Integrado ao SIBE que executará a cobrança administrativa dos créditos do INSS bem como aplicação de multas administrativas pelo descumprimento de obrigações não tributárias

Desafios para os próximos quatro anos

- Informatizar a consultoria administrativa e de benefícios na PFE-INSS

SS 1.8 - PROCURADORIA

- Integrar as bases de dados em um ambiente único de controle gerencial e operacional das unidades da PFE-INSS
- Informatizar a atividade de transmissão de documentos
- Informatizar a atividade de cálculos judiciais
- Informatizar o controle da legitimidade de despesas com pagamentos judiciais
- Garantir maior uniformização na execução de projetos que envolvam as diversas instâncias estruturais da PFE-INSS
- Integrar a equipe da PFE-INSS por ferramentas de comunicação mais ágeis
- Garantir maior segurança ao repertório de documentação da produção institucional
- Controlar de forma mais contundente e sistêmica o cumprimento de demandas judiciais pela Autarquia

SS 1.9 - ACORDOS INTERNACIONAIS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Áreas de negócio do INSS
- Diretoria de Benefícios

Sistemas e Soluções Utilizados

- SIAI - Sistema de Acordos Internacionais
- SPAI - Sistema de Pagamentos de Acordos Internacionais

Pontos Críticos

- Demanda crescente de acordos internacionais;
- Tratamento das particularidades de cada país e sua incorporação no fluxo padrão;
- Integração com a Rede Bancária para os pagamentos de benefícios no Brasil e no Exterior;
- Melhoria nos mecanismos de troca de informação entre os países acordantes.

Ações em Andamento

- Evolução dos sistemas SIAI e SPAI;
- Implantação dos novos acordos firmados;
- Cumprimento dos compromissos de melhoria dos sistemas nos acordos bilaterais, unilaterais e multilaterais.

Desafios para os próximos quatro anos

- Integração com o projeto SIBE 2 (pagamento de benefícios);
- Integração dos sistemas de acordos internacionais aos sistemas CNIS e SIBE.

SS 1.10 - ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Fazenda - MF
- Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB
- Banco Central do Brasil - BACEN
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
- Ministério da Previdência Social - MPS
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN
- Procuradoria Geral Federal - PGF/AGU
- Secretaria de Orçamento Federal - SOF
- Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
- Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS
- Auditoria Geral do INSS
- Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE
- Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
- DATAPREV; Ministério Público; TCU; e CGU.

Sistemas e Soluções Utilizados

- Soluções Adquiridas:
 - * Consiafi - sistema de consulta de dados gerenciais do siafi. Possui módulo de extração de dados do siafi e módulo de elaboração de Proposta, Programação e Reprogramação Orçamentária.

SS 1.10 - ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

- Soluções Desenvolvidas:
 - * APWEB - Sistema de emissão e gerenciamento de Autorizações de Pagamento.
 - * DDBWEB - Sistema de emissão e gerenciamento de demonstrativos de despesas com benefícios.
 - * PLANPCDP - Sistema que controla a aprovação superior de PCDPs para atender o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012.
 - * GERADOR DE OFÍCIOS COBRANÇA REDE BANCÁRIA POSOBITO - Sistema de Emissão de Ofícios de Cobrança pós Óbito à Rede Bancária MANUAL OFC - Versão WEB do Manual de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
 - * Soluções Mantidas pela DATAPREV:
 - * SCF - Sistema de Controle Financeiro
 - * TCE - Sistema de Gerenciamento de Tomada de Contas Especial
 - * GRU - Sistema para emissão e consulta de GRU
 - * SISPAGBEN - Sistema que irá substituir o SCF
 - * PLENUS
 - * ARPA
 - * MACROS ACCES, EXCEL PARA MONTAR O FLUXO DE CAIXA
 - * MACROS PARA GERAÇÃO DA MACIÇA DE BENEFÍCIOS
 - * SUIBE
 - * CNIS
 - * SAA
 - * Soluções do Governo Federal:
 - * SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
 - * SIOP - Sistema de Planejamento e Orçamento Público

SS 1.10 - ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

- * CPR - Sistema de Contas a Pagar e Receber
- * SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
- * SIAFI GERENCIAL
- * GFIP
- * DIRF
- * DCTF - DECLARAÇÃO DE CONTRIBUÍNTES DA RECEITA
- * SIASG
- * SIAPE

DIAGNÓSTICO

Pontos Críticos

- CONSIAFI

Tendo em vista o término do contrato em 15 de dezembro de 2012 com a empresa Prismasys, as 50 licenças do software não se encontram mais mantidas pelo serviço de suporte e manutenção, que é de fundamental importância para a continuidade de sua operação e gestão eficiente da execução orçamentária e financeiro do INSS e do FRGPS. Neste sentido faz-se necessário a contratação imediata.

O impacto resultante da atualidade ou falta de atualização da informação é exatamente a diferença entre a tomada de decisão correta ou incorreta, baseada ou não no cenário real. A execução orçamentária e financeira é extremamente dinâmica. A todo instante ocorrem lançamentos que afetam os saldos, sejam decorrentes da emissão de notas de empenho (originais, reforços, anulações), liquidações de despesas, emissões de ordens bancárias, e esse dinamismo é tão mais significativo quando se trata de órgão da dimensão e capilaridade do INSS, que registra números vultosos, porque administra orçamento comparável a algumas nações do continente sul americano, e possui em sua estrutura várias Unidades.

E é também pelo porte e alcance do INSS que os efeitos de uma tomada de decisão inadequada podem representar prejuízos de grave repercussão interna e externa, em todas as esferas, desde as APS, Gerências Executivas, Superintendências Regionais, Direção Central do INSS e o próprio MPS.

SS 1.10 - ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Os dados retrospectivos são importantes, é bom que digamos, para determinadas formas de abordagem, tais como elaboração de séries históricas e avaliação de resultados com periodicidade mensal, trimestral, semestral ou anual, para efeito de apuração de resultados. Por outro lado, a informação atual, ou a possibilidade de obtenção de informações extraídas instantaneamente, pertencem à outra natureza de conhecimento e propiciam planejar e atuar rapidamente, e com a segurança de que estamos efetivamente decidindo sobre um cenário real, no qual nos inserimos agora, com isto podendo traçar um diagnóstico extremamente confiável e, portanto nos facultando reverter procedimentos que ocorreram e estão ocorrendo neste momento, corrigindo distorções quantitativas e qualitativas da execução orçamentária e financeira, e otimizando nossa atuação institucional, com reflexos internos e perante a clientela previdenciária, e nos antecipando, inclusive, aos órgãos de controle.

Tal é a importância de uma ferramenta que nos disponibilize não apenas dados de ontem ou anteontem, mas também de hoje, e até mesmo de agora.

DIAGNÓSTICO

- TCE

O sistema atual está defasado tecnologicamente e há necessidade constante de ajustes em funcionalidades, além disso a Instrução Normativa TCU nº 71/2012 estabeleceu que o processo de tomada de contas especial deverá ser constituído e encaminhado ao TCU em meio eletrônico, art. 14, dessa forma há necessidade de aperfeiçoamento tecnológico e implementação de novas funcionalidades.

Ações em Andamento

- CONSIAFI

Atualmente estamos oficializando demanda de contratação e aquisição de solução de análise e extração de dados do SIAFI que contemple 260 usuários simultâneos. Que pode seguir duas opções: a aquisição da mesma solução (CONSIAFI aproveitando a experiência do sistema atual e as licenças já adquiridas) ou a compra de uma nova solução.

- SISPABEN

O sistema que está em processo de homologação, irá realizar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de benefícios administrada pelo INSS, bem como a contabilização de toda a despesa do fundo de forma segregada e a prestação de contas junto à rede bancária. Esse sistema irá substituir o atual SCF, que não consegue atender a

SS 1.10 - ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

atual demanda de forma tempestiva, em atendimento as normas e determinações dos órgãos de controle.

- GRU

Sistema em processo de implantação, desenvolvido pelo INSS e DATAPREV, com o objetivo de atender demandas das diversas áreas do instituto. Atualmente GRU utiliza controle de acesso SAA e vai ser migrado para o GERIDI.

- APWEB

Em processo de homologação. A partir de 01 de maio, todas as áreas utilizarão o sistema para a emissão e consulta do documento AP (Autorização de Pagamento). O Sistema possui vários formulários para atender as diversas áreas do INSS.

- TCE

Em fase de levantamento de requisitos para especificação de uma nova solução de TI para gerenciamento de ações e procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial.

Desafios para os próximos 4 anos

- Sistematizar o Fluxo de Caixa do INSS/FRGPS.
- Homologação da provável aquisição do sistema ERP.
- Implantar o sistema SISPAGBEN em sua plenitude.
- Implantar o sistema GRU em sua plenitude.
- Implantar o novo sistema TCE em sua plenitude.
- Implantar as versões do sistema APWEB em sua plenitude.
- Busca-se a criação de um repositório de dados abraçando todo o conjunto de informações relativas ao negócio do INSS, por intermédio de seus sistemas internos, dos sistemas estruturantes de governo e das ferramentas de gestão a serem contratadas, para que se possa produzir maior conhecimento não apenas pelas informações relativas ao planejamento e execução orçamentária, mas principalmente permitindo integrar toda a cadeia de processos relativos aos projetos finalísticos do INSS, contribuindo para uma visão completa do planejamento, da execução, dos desvios apontados pelos indicadores, das pesquisas de avaliação de resultados físicos/financeiros e das ações necessárias de correção para prover maior excelência na gestão.

SS 1.11 - LOGÍSTICA, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Descrição do Cenário

- Conteúdo Classificado como Restrito

Governança

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;
- Ministério da Previdência Social - MPS;
- Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL;
- Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS;
- Auditoria Geral do INSS;
- Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE;
- Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI;
- DATAPREV; Ministério Público;
- TCU; e CGU.

DIAGNÓSTICO

Sistemas e Soluções Utilizados

- ADMPER;
- CMC;
- SISAT;
- SIPPS;
- SIASG.

Pontos Críticos

- Confiabilidade dos dados/informações;
- Incompatibilidade das ferramentas (planilhas);

SS 1.11 - LOGÍSTICA, LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Versões de programas instaladas nos equipamentos;
- Ausência de comunicação entre os sistemas;
- Falta de capacitação para os usuários de Logística;
- Ausência de sistema informatizado que forneça informações gerenciais para o controle e supervisão dos contratos nas Unidades Descentralizadas do INSS;
- Impossibilidade de gestão e acompanhamento das unidades de modo eficiente;
- No caso do ADMPER, CMC e SISAT, segundo a Dataprev, existem muitas limitações em função da linguagem dos sistemas.

Ações em Andamento

Foi desenvolvido, por servidor da casa, o Sistema de Gestão de Contratos e Execução de Serviços - SGCES, inicialmente utilizado pela Superintendência Regional Norte/Centro Oeste, passando posteriormente sua gestão para a CGRLOG.

O SGCES já está sendo, gradativamente, utilizado pelas unidades de Logística, porém devido a necessidade de ajustes, o mesmo terá um GT para avaliação, validação e homologação do sistema até o mês de abril/2013.

Continuidade do Projeto do ERP (Sistema de Gestão Integrada), com objetivo de padronizar as ações da área meio e viabilizar a integração das diversas ações de Logística, Orçamento, Finanças e Engenharia. A previsão de publicação de edital de licitação para o 2º semestre de 2013.

Demandas de implementações para melhoria do ADMPER (Depreciação e Reavaliação de Bens solicitadas pela STN) e no CMCWEB melhorias do Sistema.

Quanto ao SISAT ainda não foram demandadas.

Desafios para os próximos quatro anos

- Homologar o SGCES e implementá-lo em 100% das Gerências Executivas;
- Capacitação para operacionalização do SGCES;
- Contratação do Sistema Integrado de Gestão da área meio (ERP);

SS 1.11 - LOGÍSTICA, LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Capacitação dos usuários de Logística para utilização do ERP;
- Migração dos dados de todos os sistemas e planilhas atualmente utilizados pela CGRLOG para o ERP;
- Implementação do ERP em 100% das Gerências Executivas;
- Descontinuar a utilização do SGCES quando da implantação do ERP; e
- Controle e acompanhamento dos contratos e despesas operacionais por meio de sistema, seja qual ele for.

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

Arquivo Nacional, Ministério do Planejamento, Ministério da Justiça, CGU, DATAPREV, Ministério da Previdência Social, Presidência da República, Ministério Público, TCU, Procuradoria Federal Especializada.

Sistemas e Soluções Utilizados

Sistema de Protocolo da Previdência Social - SIPPS (Controle do trâmite e do arquivamento de documentos e processos) e Sistema de Empréstimo de Livros (controla o empréstimo e devolução de livros da Biblioteca)

Pontos Críticos

Atualmente o trâmite de documentos entre as unidades do Instituto é realizado através do Sistema Informatizado de Protocolo da Previdência Social – SIPPS. Neste sistema os documentos físicos são cadastrados e tramitados, garantindo controle no envio e no recebimento entre as unidades. Ainda que o trâmite seja cadastrado no sistema, o documento é sempre enviado fisicamente para o destino.

Analisando o cenário atual do trâmite de documentos podem ser observados alguns pontos críticos, passíveis de melhoria: grande volume de documentos físicos a serem tramitados; custo adicional para tramitar os documentos fisicamente; lentidão e risco de perda de documentos durante o trâmite; impressão de BRDP's para cada trâmite; entre outros.

Do ponto de vista técnico, o sistema atual de controle de protocolos (SIPPS) utiliza uma linguagem proprietária (ASP) que se encontra em processo de descontinuidade.

Também há, por parte dos atuais usuários do SIPPS, a necessidade de produzir, tramitar, armazenar e acessar documentos em suporte totalmente digital.

Sendo o SIPPS um sistema que afeta diretamente o atendimento ao cidadão, faz-se necessário o desenvolvimento de uma nova ferramenta capaz de otimizar o fluxo de cadastro, trâmite, acesso, segurança, armazenamento e guarda de documentos em qualquer tipo de meio (físico, híbrido ou eletrônico).

SS 1.12 - GESTÃO DOCUMENTAL

Outra característica que faz jus à modernização do SIPPS é sua adequação às diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), mais especificamente aos requisitos obrigatórios definidos pelo e-ARQ.

Em relação ao sistema da biblioteca, não há manutenção, é instável e fica fora do ar com grande frequência. Atende apenas as funções básicas de pesquisa de livro, empréstimo e devolução. Não permite pesquisa online e não há opção de renovação. Os campos para pesquisa são bastante limitados. Não há a possibilidade de inserção de periódicos e de cadastramento dos colaboradores. Vale ressaltar que boa parte do acervo é de livros com patrimônio, o que exige um sistema que ofereça segurança na guarda de dados.

Ações em Andamento

Em maio de 2011 a DGDIN, visando a modernização do SIPPS abriu uma demanda para a DATAPREV para que o mesmo pudesse funcionar na linguagem Java em substituição ao ASP que encontra-se obsoleta, permitindo entre outras coisas que o SIPPS pudesse ser aberto no navegador Mozilla Firefox.

Desde então após diversas discussões sobre a adequação desta demanda aos objetivos do escopo de projeto, a DATAPREV em conjunto com o INSS, PREVIC e MPS vem desenvolvendo um novo sistema que pretende substituir o SIPPS gradativamente.

O projeto tem como objetivo realizar o desenvolvimento de um novo sistema que viabilize a criação e o trâmite de documentos eletrônicos, além de sua manipulação e guarda, em substituição ao atual SIPPS.

As principais necessidades a serem atendidas pelo projeto são:

- Criar documentos processuais e não processuais através de formulário eletrônico;
- Anexar documentos digitalizados a documentos criados eletronicamente, compondo o documento principal;
- Permitir a tramitação de documentos eletrônicos, híbridos e físicos;
- Permitir o arquivamento, desarquivamento e localização no arquivo de documentos eletrônicos, híbridos e físicos;
- Controlar, armazenar, acessar e destinar documentos criados eletronicamente ou não, através do acesso aos serviços de gestão eletrônica de documentos;

SS 1.12 - GESTÃO DOCUMENTAL

- Permitir ao cidadão, através da web, consultar documentos nos quais ele seja citado;
- Prover serviços de comunicação com outros sistemas que necessitem realizar cadastro de documentos.

Em 28 de julho de 2010, iniciou-se o processo para aquisição de sistema para gerenciamento de acervo bibliográfico, no entanto, até o momento o processo encontra-se sem prosseguimento.

Desafios para os próximos quatro anos

- Os principais desafios para os próximos 4 anos são:
 - * Substituir gradativamente o SIPPS atual pelo e-Doc com o mínimo de impacto sobre as atividades e demandas das unidades;
 - * Prover a infraestrutura de TI necessária para suportar o novo Sistema em desenvolvimento;
 - * Manter o SIPPS funcionando adequadamente frente as demandas por documentos e processos do passivo, diante da possível atenção e preferência dada ao novo sistema;
 - * Manter constante o aprimoramento do novo sistema;
 - * Realizar a capacitação de todos os servidores que utilizarão o novo sistema;
 - * Atender adequadamente as necessidades de integração entre o novo sistema e os sistemas cujo SIPPS tem relação atualmente;
 - * Mudança na cultura organizacional frente a utilização de um novo sistema, tendo em vista a inserção de novos conhecimentos e procedimentos na rotina administrativa das unidades;
 - * Monitorar de forma eficiente a utilização do novo sistema, identificando os gargalos e dificuldades de operacionalização;
 - * Aquisição de um sistema de gerenciamento de bibliotecas, com manutenção e atualizações, bem como a implantação da Rede de Bibliotecas do INSS.

SS 1.13 - ENGENHARIA E PATRIMÔNIO

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Secretaria de Patrimônio da União
- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
- Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística

Sistemas e Soluções Utilizados

- Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário - SGPIweb
- Sistema de Gestão de Obras - SISGEO
- Sistema de Gerenciamento de Contratos e Execução de Serviços - SGCES

Pontos Críticos

- Sistemas foram desenvolvidos para finalidades diversas, tendo sido adaptados para a engenharia;
- Inexistência de documentação dos sistemas;
- Sistemas rodam em servidores com arquiteturas diversas (falta de padrão);
- Falta de comunicação/integração entre os sistemas existentes;
- Falta de sistema de informações gerenciais;
- Sistemas não automatizam todas as demandas, havendo rotinas sendo gerenciadas com soluções rústicas/caseiras;
- Inexistência de solução para gerenciamento de obras (filmagens, GPS).

SS 1.13 - ENGENHARIA E PATRIMÔNIO

Ações em Andamento

- Fusão dos sistemas SISGEO e SGPI.
- Criação de novas funcionalidades para suprimir o uso de planilhas eletrônicas ou mensagens/informações mantidas nas caixas eletrônicas.
- Mapeamento das necessidades de informações.

Desafios para os próximos quatro anos

- Concluir o Programa de Expansão da Rede de Atendimento - PEX;
- Contratação de solução integrada para a gestão dos imóveis sob governança do INSS;
- Contratação de solução integrada que atenda a área de gestão do INSS.

SS 1.14 - AUDITORIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Presidência do INSS
- Áreas de Negócio
- Comitê Permanente de Controle - CPC
- Assessoria Especial de Controle Interno - AEPS
- Controladoria Geral da União - CGU

Sistemas e Soluções Utilizados

- Atualmente, para operacionalização e gestão de suas atividades, a Auditoria Interna utiliza os seguintes sistemas:
- Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria (SA4) - em produção (web - PHP; MySQL)
- Sistema de Controle de Apoio da Auditoria (SICAAUD) - em produção (web - PHP, MySQL)
- Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria (SIGA) - fora de produção (web - PHP, MySQL), mas o histórico (base de dados) pode ser consultado eventualmente
- Controle de Demandas Externas (CONDEX) - em produção (local - Microsoft Access)

Pontos Críticos

- Carência de pessoal qualificado para atuar nas diversas áreas de auditoria
- Ferramentas necessitam de aprimoramento (as atuais atendem parcialmente às necessidades operacionais e gerenciais)
- Ausência de uma gestão de riscos nos processos da auditoria (aliás, nos processos do Instituto de uma forma generalizada)
- Distância das operações básicas da organização (maior domínio dos fluxos das unidades de atendimento)

SS 1.14 - AUDITORIA

- Atuação limitada no que diz respeito às ações de auditoria de sistemas
- Atuação limitada no que diz respeito a análise de banco de dados (mineração)
- Fragmentação dos sistemas de informações do INSS
- Acesso às informações do INSS.
- É fundamental conhecer os processos de negócios do ambiente a ser auditado para a adequada identificação dos riscos envolvidos e seus controles.
- Ausência de rotinas típicas de Auditoria nos sistemas em atividade.
- Demora na obtenção de subsídios para ações de Auditoria. Por exemplo, bases de dados de sistemas hospedados na Dataprev
- Sistemas utilizados no INSS, mas mantidos por órgãos externos (SIAPE, SIAFI)

Ações em Andamento

- Desenho/redesenho das atividades da Divisão de Auditoria em Sistemas e Projetos
- Desenho/redesenho das atividades do Serviço de Assuntos Estratégicos
- Desenho/redesenho das atividades da área de Monitoramento

Desafios para os próximos quatro anos

- Conduzir o Planejamento Plurianual alinhado aos objetivos estratégicos da organização
- Conduzir o Planejamento Plurianual a partir de subsídios dos stakeholders
- Conduzir ações que garantam a aderência, por parte das unidades operacionais, aos controles internos (conformidade)
- Obter um entendimento de alto nível dos negócios, seu mercado, alianças e forças externas.
- Entender e identificar os objetivos estratégicos que fornecem sua continuidade dos negócios e visão estratégica.
- Entender como a organização reage a estes desafios.
- Fornecer contexto e fundamentos para o plano de auditoria.
- Desenvolver fundamentos que apoiarão na identificação dos processos básicos de negócios que direcionarão os riscos estratégicos.

SS 1.14 - AUDITORIA

- Ênfase em TAAC - técnicas de auditoria auxiliadas por computador (ou outras tecnologias)
- Aquisição de ferramenta de fluxogramação
- Capacitar auditores em técnicas de fluxogramação
- Adoção de ferramentas CASE
- Adoção de ferramentas de Business Intelligence
- Revisão geral do ambiente de Tecnologia da Informação, considerando aspectos tais quais:
 - * Avaliação dos riscos e controles de Tecnologia da Informação;
 - * Identificação da estrutura de informática;
 - * Revisão dos sistemas utilizados pela organização;
 - * Revisão dos perfis de acessos aos dados;
 - * Levantamento da topologia das redes internas;
 - * Integração entre os sistemas;
 - * Segurança física e lógica;
 - * Segurança na Internet;
 - * Intranet;
 - * Política de segurança;
 - * Plano de contingência;
 - * Documentação;
 - * Backup;
 - * Projetos de tecnologia em andamento.
- Compliance nos processos de gerenciamento da Tecnologia da Informação
- Capacitar servidores na área de desenvolvimento nas principais linguagens utilizadas pela Dataprev

SS 1.15 - CORREGEDORIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Controladoria Geral da União - CGU
- Consultoria Jurídica do MPS
- Auditoria Geral
- Procuradoria Federal Especializada
- Assessoria de Pesquisas Estratégicos e Gerenciamento de Riscos - APEGR
- Procuradoria Geral Federal

DIAGNÓSTICO

Sistemas e Soluções Utilizados

- SIAI - Sistema de Acompanhamento de Inquérito Administrativo
- CGU/PAD (Sistema da Controladoria Geral da União, utilizados pela Corregedoria Geral, Corregedoria Regional e Representação da Corregedoria Regional)

Pontos Críticos

- Ausência de integração entre Banco de Dados do Sistema de Acompanhamento de Inquérito Administrativo-SIAI (INSS) e o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares-CGU/PAD (CGU)
- Processos operacionais não automatizado
- Ausência de ferramentas para emissão de relatórios gerenciais
- Ausência de processo de digitalização, sistematizado, dos procedimentos administrativos disciplinares (PAD e Sindicâncias)
- Ausência de ferramenta no SIAI para acompanhamento das atividade das Comissões Processantes

SS 1.15 - CORREGEDORIA

- Parque tecnológico defasado
- Incompatibilidade entre LibreOffice e Microsoft Office (O LibreOffice não está instalado em 100% das máquinas)
- Ausência de ferramenta de acompanhamento dos atos dos Processos Administrativos Disciplinares
- Ausência de ferramenta para supervisão com níveis de acessos diferenciados, com possibilidade de inserção de calendário, relatórios, facilitando o acompanhamento das sugestões e recomendações.
- Espaço insuficiente para a guarda dos processos em algumas regionais (arquivo morto), pelo grande volume de processos físicos.
- Grande demanda de solicitação de informações por parte de órgãos externos e como os processos não são de forma eletrônica, dificulta a agilidade na resposta.

Ações em Andamento

- SISCOR - Sistema da Corregedoria

Desafios para os próximos quatro anos

- Criação de Processo Administrativo Disciplinar eletrônico, a fim de proporcionar: maior acompanhamento das ações, a busca de informação com celeridade, redução de movimentação do processo físico, preservação de maior sigilo, diminuição de gasto público e redução de acervo físico.

SS 1.16 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Descrição do Cenário

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Governança

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- DATAPREV
- MPS

Sistemas e Soluções Utilizados

- SITEDWEB
- MOODLE
- CAPAZ
- PFC - NOVOS SERVIDORES
- PORTAL DE COMPETENCIAS
- BOLSAS
- SCDP
- APWEB
- ESCOLA
- REMOÇÃO CORREGEDORIA
- REMOÇÃO 2012
- QUIZ

Pontos Críticos

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

SS 1.16 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

- Limitação na tomada de decisão;
- Carência de licença Software específicos;
- Quantidade insuficiente de técnicos;
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL
 - Estruturação das equipes do CFAI na Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas (números reduzidos de servidores);
 - Falta de estrutura física, equipamentos e material para realização das ações educacionais;
 - Limitação orçamentária referente ao custo com deslocamento de servidores para participarem de eventos educacionais;
 - Frequente mudança de gestão que impede a continuidade das ações;
 - Falta de planejamento prévio para a realização, com qualidade, das ações educacionais;
 - Falta de atualização dos documentos normativos e norteadores;
 - Falta de qualificação das equipes de educação no INSS;
 - Falta de mapeamento de processos.
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
 - Estruturação e capacitação das equipes tanto na Administração Central quanto nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas;
 - Ausência de normativos específicos para a EaD;
 - Ausência de mapeamento de processos;
 - Número reduzido de servidores lotados na Coordenação de EaD e respectivas Divisões;

Ações em Andamento

- PFC - GESTORES

SS 1.16 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

- PFC - EDUCADORES
- PFC - TÉCNICOS
- PFC - MÉDICOS
- PFC - ASSISTENTE SOCIAL
- FERRAMENTAS DE QUALIDADE
- LNC
- PLANO DE CAPACITACAO
- PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
- BOLSAS - atualização
- AVALIAÇÕES

Desafios para os próximos 4 anos

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
 - Laboratório de prospecção apropriado
 - Ambiente apropriado para desenvolver vídeos-aulas
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL
 - Estruturação das Equipes de Educação do INSS (número de pessoal adequado para realização das ações educacionais com qualidade);
 - Estruturação física e logística dos CFAI na Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas;
 - Plano das Ações de Capacitação publicado no exercício que antecede a sua realização;
 - Documentos norteadores e normativos atualizados;
 - Equipes qualificadas para atuar no processo educacional do INSS;
 - Mapeamento dos processos da área;

SS 1.16 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

- Ações educacionais baseadas no mapeamento de competência.
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
 - Equipes tanto na Administração Central quanto nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas estruturadas e capacitadas;
 - Normas que tratem especificamente acerca das atividades da EaD;
 - Processos mapeados;
 - Coordenação de EaD e respectivas Divisões com lotação ideal;
 - Atividades descentralizadas.

SS 1.17 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- DATAPREV
- MPS

Sistemas e Soluções Utilizados

- SPEG
- AGPEP
- PORTAL DA PREVIDÊNCIA

Pontos Críticos

- Liberação de servidor para participar de ações de educação previdenciária;
- Desinteresse de alguns servidores em realizar ações de educação previdenciária dentro e fora da jornada do horário de trabalho e nos finais de semana;
- Falta Mídia (Notebook, 3G, datashow, máquina fotográfica) para Núcleos Locais do PEP (APS) para ser utilizada em eventos externos de educação previdenciária;
- Falta 3G para os Núcleos do PEP das GEX para acessarem o site da Previdência Social nos eventos externos para disponibilizar os serviços previdenciários ao cidadão;

Ações em Andamento

- SISGPEP

Desafios para os próximos quatro anos

- Diminuir o número de trabalhadores socialmente desprotegidos no Brasil;

SS 1.17 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- Disponibilizar o Portal do Programa de Educação Previdenciária na Internet e na Intraprev com produtos (cursos, cartilhas, matérias, jogos eletrônicos) e serviços de Educação Previdenciária;
- Inserir o tema Previdência Social nas salas de aulas de Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e das Escolas Profissionalizantes;
- Produzir materiais de educação previdenciária para crianças e jovens e disponibilizar na internet.

SS 1.18 - GESTÃO DE PESSOAS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

Áreas de Negócio do INSS.

Sistemas e Soluções Utilizados

Atualmente existem os seguintes controles, rotinas de trabalho e processos, sistemas em uso e/ou produção na Diretoria de Gestão de Pessoas.

- Sistema de Controle de Cedidos. Hoje esse controle é feito através de planilhas Excel. Em produção.
- Sistema de controle de funções que terá um módulo de acompanhamento da entrega e apresentação das DBR ou autorização de acesso à base de dados da RFB. Hoje esse controle é feito através de planilhas Excel. Em produção.
- Controle dos acórdãos do TCU feito através de planilhas Excel.
- Controle e acompanhamento das trilhas de auditoria feito através de planilhas Excel
- SIAPE
- SIAPECAD
- CADSERV (Antiga demanda 40) - Em produção pela DATAPREV
- SISREF – Sistema de Controle de Frequência dos servidores
- SITEDWEB - Sistema de gestão do processo de formação e capacitação de servidores
- Portal de Competências- Portal onde cada servidor registra seu conhecimento, suas habilidades e suas expectativas de crescimento na organização.
- Plataforma Moodle – Plataforma de formação e capacitação dos servidores à distância.
- SPEP - Sistema que permite o planejamento prévio, além de sistematizar algumas rotinas como: emissão de relatórios de execução, solicitação de descentralização de recursos e

SS 1.18 - GESTÃO DE PESSOAS

divulgação das ações.

- Agenda PEP – Desenvolvida para complementar os recursos e funcionalidades inexistentes no SPEP.
- CAPAZ - Sistema desenvolvido para agrupar e oferecer relatórios gerenciais das ações de capacitação do INSS.
- Sistema de bolsa – Sistema que contempla a etapa do edital até a seleção de candidatos. Para auxiliar no processo de ressarcimento da bolsa, utilizamos uma planilha dinâmica que realiza o cálculo dos valores a serem devolvidos pelo servidor.
- Escola - Sistema utilizado para controle e seleção de tutores, bem como a avaliação de desempenho nas tutorias.
- SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – Controle das instalações das Unidades SIASS é feito por planilha Excel
- Sistema de controle de ocorrências, cadastro e frequência dos servidores que utilizam o Espaço de Cuidado e Convivência. Hoje esse controle é feito através de planilhas Excel
- Cadastro das Equipes de SQVT feito através de planilha Excel.
- SISOuvidor (Sistema da Ouvidoria do Servidor/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) - No entanto, ele não é acessível às Superintendências Regionais e Gerências Executivas. Assim, todo o restante do fluxo é feito por e-mail. Também são utilizadas planilhas em excel para o controle dos encaminhamentos e estatísticas.
- CONSULTARH é um registro em banco de dados das consultas formalizada pelas unidades de Gestão de Pessoas das Gerências Executivas e das Superintendências Regionais sobre a aplicação da legislação de pessoal, favorecendo a velocidade nas respostas, a amplitude de acesso às consultas/respostas formuladas e a uniformização de procedimentos.
- Controle de remoções - Controle de remoções efetivadas controlado por planilha dos concursos de remoções realizados pelo INSS.
- Controle de nomeações de concurso público - Controle de nomeações, posse e local de exercício de novos Servidores nomeados em concurso público realizado por esta autarquia, atualmente é feito por meio de várias planilhas.

Pontos Críticos

SS 1.18 - GESTÃO DE PESSOAS

- Acórdãos do TCU- Hoje o trabalho é feito por um servidor que acompanha diariamente as publicações no DOU, insere as informações em uma planilha e depois é expedido um memorando pela DGP que encaminha a relação dos acórdãos e solicita o documento que foi gerado como resposta formal ao órgão de Controle pela unidade responsável. Um aplicativo poderia contemplar toda a parte de cadastro, controle de prazos e acompanhamento do atendimento de modo automatizado e mais célere.
- Todas as formas de controle que são feitas através de planilhas são críticas, pois se não for feita consulta diariamente pelo servidor a atualização ficará comprometida. É necessário o fim dessa intervenção manual onde não há nenhum tipo de sinalização de vencimentos de prazos.
- Cobrança dos órgãos de controle do acompanhamento da entrega e apresentação das DBR ou autorização de acesso à base de dados da RFB.
- Trilhas de Auditoria de Pessoal – Existe um grande volume de auditorias no cadastro e folha de pagamento dos servidores. Precisamos de uma mecanismo que receba as críticas da CGU, valide e devolva em forma de relatórios.
- Atualização das versões da Plataforma Moodle.
- O SPEP não atende as necessidades do processo de execução e acompanhamento das ações do PEP.
- O Agenda PEP não tem interface com outros sistemas, como por exemplo: SIAFI e SCDP.
- O CAPAZ não tem interface com todos os demais sistemas utilizados pelo CFAI.
- O Sistema de Bolsa no âmbito das Unidades de Gestão de Pessoas é realizado em meio papel.
- O Escola não foi desenvolvido para Web. Fica hospedado no computador do servidor.
- SIASS - No âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, há o Siape Saúde (sob a gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP), que possibilita diagnóstico do perfil epidemiológico e o controle dos exames médicos periódicos. No entanto, ele ainda não está disponível em todas Unidades Administrativas, nem temos acesso direto.
- Os sistemas corporativos não estão preparado para atender os servidores portadores de necessidades especiais.

SS 1.18 - GESTÃO DE PESSOAS

- O Sistema CONSULTARH está hospedado em servidor de arquivos dentro da DOUP. É necessário a mudança para um servidor Dataprev.
- Controle precário de lotação ideal de servidores e remoções internas. • Restruir o SISREF e internalizar o sistema na Dataprev. • Controle precário dos servidores assistidos pela GEAP e respectivos dependentes. • Implantação de um sistema de controle de Exames Médicos Periódicos.

Ações em Andamento

AÇÕES EM ANDAMENTO

- O Portal de Competências hoje faz interface com o CAPAZ, assim, todas as capacitações e cursos realizados pelos servidor, migram, automaticamente para o Portal, desenvolvido um módulo para visualização e impressão do currículo do servidor com base nas informações registradas e alimentadas no sistema; incluído módulo de consulta, para facilitar a identificação de servidores com o perfil necessário em alguns projetos e atividades.
- O Cadserv está na fase final do projeto. A Dataprev estima a sua entrega para o primeiro trimestre de 2013.
- Plataforma Moodle – Prospecção no mercado de novas versões.
- SitedWeb – Negociação com a equipe de sustentação da Dataprev para desenvolver o novo sistema em 2013.
- SPEG - Iniciado o desenvolvimento do novo SisGPEP, que contemplará o processo de gestão do PEP em todas as etapas. Primeiro módulo em produção desde o início de dezembro de 2012.
- CAPAZ - Mudança de layout, geração de relatório gerenciais, sem a necessidade de senha, para auxiliar no acompanhamento da execução das ações e monitoramento da meta física.
- Sistema de Bolsa - Iniciado o desenvolvimento de módulos adicionais que contemple as demais etapas após o processo seletivo, chegando ao recebimento e publicação dos TCC.
- Criação do Sistema de Gerenciamento das Ações de SQVT – SISQVT – está sendo construído por servidores da Casa.
- Criação do Sistema de Acessibilidade – ACESSQVT – construído por servidor da Casa e possibilitará o cadastramento, diagnóstico por equipe multiprofissional e levantamento das necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência;

SS 1.18 - GESTÃO DE PESSOAS

- Foi elaborada a proposta de criação da Ouvidoria Interna da Previdência Social, que fará uso de sistema próprio. A proposta foi elaborada por um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos quatro Órgãos da Previdência Social: MPS, INSS, PREVIC e DATAPREV, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da Previdência Social.
- O CONSULTARH está sendo atualizado por um servidor do Rio de Janeiro.

Desafios para os próximos 4 anos

- Integrar todos os Sistemas do INSS ao Cadserv.
- Automatizar todos os processos que hoje são feitos manualmente ou através de planilhas Excel.
- Integrar os sistemas Dataprev ao SERPRO.
- Tornar o Portal de Competências o instrumento de gestão de competências no INSS.
- Melhorar o processo de divulgação interno e externo das ações do PEP.
- Tornar o CAPAZ um sistema on-line, com interface com todos os sistemas que oferecem ou recebem informações para gestão das ações de formação e capacitação de servidores.
- Desenvolver e manter o Sistema de Bolsa de estudos no INSS, garantindo transparência e segurança para os servidores.
- Melhorar o processo seletivo e de avaliação dos tutores e educadores.
- Automatizar o Processo Seletivo de Remoção.
- Automatizar todo o Processo Seletivo Externo.
- Garantir acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais aos sistemas corporativos.
- Garantir pleno gerenciamento das ações de SQVT em nível nacional, por meio de uma ferramenta que possibilite acompanhamento, controle da qualidade e emissão de relatórios;
- Disponibilizar ferramenta interna para diagnóstico e controle do SQVT que possibilite a emissão de relatórios gerenciais, pesquisas qualitativas e quantitativas
- Reestruturar o SISREF para que possa atender com eficiência os sistemas que acessam a sua base de dados • Internalizar na Dataprev os principais sistemas desenvolvidos por servidores do INSS, principalmente o SISREF.

SS 1.19 - PLANEJAMENTO

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- INSS - a CGPGE, como assessoria direta da Presidência, atua no processo de Planejamento, Controle e Avaliação, subsidiando as áreas de negócio e de Apoio do INSS.
- MPS - Ministério da Previdência Social. MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sistemas e Soluções Utilizados

Sistemas operacionais utilizados:

- SGPA - Sistema de Gestão do Plano de Ação – alimenta e gerencia as informações do Plano de Ação;
- SGPP – Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos – disponibilizado para execução a partir do exercício 2013;
- e-SIC – Sistema do serviço de informação ao cidadão; e
- SIC INSS – Sistema de gerenciamento interno de demandas do SIC.

Pontos Críticos

- Ausência de solução de gestão integrada de informações – muitas informações são prestadas pelas áreas através de planilhas.
- Informações divergentes – diversos sistemas (soluções caseiras) são alimentados com informações de diferentes sistemas corporativos e em algumas situações apresentam-se divergentes.
- Redundância de informações – algumas informações são apresentadas/disponibilizadas em mais de um sistema.
- Dificuldade de Integração dos sistemas (soluções/aplicativos) – alternativas semelhantes são desenvolvidas pelas áreas com a mesma finalidade.

SS 1.19 - PLANEJAMENTO

Ações em Andamento

- Reanálise dos processos e desenvolvimento do SGPA;
- Continuidade do desenvolvimento do SGPP para inclusão de todos os processos de Gerenciamento de Projetos; e
- Manutenção do Sistema SIC/INSS.

Desafios para os próximos quatro anos

- Evolução do Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos;
- Capacitação de todos os servidores envolvidos com projetos;
- Monitoramento eficiente na utilização do SGPP;
- Integração e aprimoramento constante dos sistemas;
- Garantia de recurso para o trabalho evolutivo dos sistemas;
- Integração das áreas para consolidação da cultura de Planejamento, Controle e Avaliação, das Ações e Projetos do INSS;
- Planejamento integrado entre Dataprev e INSS para a execução dos projetos e ações; e
- Mudança na cultura organizacional frente à necessidade de melhor gerenciar os projetos da casa.

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

I. Gestão de Demandas CGTI

- Gerencia as demandas vinculadas ao contrato Dataprev
- Áreas de negócio: Produzem as demandas e gerenciam a aprovação e homologação
- Unidades do INSS: Acionam o suporte técnico e operacional

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- CGTI: Gerencia o ambiente central próprio e atua junto à Dirat no monitoramento de incidentes.
- DIRAT: Monitora o nível de serviços e incidentes por meio da sala de monitoramento.
- Dataprev: Monitora o ambiente central e de redes

III. Gestão de Telefonia

- CGTI: Atua em parceria com a CGEPI na gestão do parque VoIP
- CGEPI: Atua em parceria com a CGTI, CGRLOG e CGLCO na gestão dos projetos de telefonia
- CGLCO/CGRLOG: Apoiam a elaboração dos projetos de telefonia nas unidades
- Superintendências: Contratam serviços de telefonia fixa (serviços das operadoras) e de telefonia móvel

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- CGTI: Gerencia as soluções SAA e GERID, assim como acompanha definições de regras e gestão dos demais sistemas. Além disso, gerencia as regras de acesso à web e demais ambientes de autenticação no acesso à rede.
- Auditoria/Corregedoria: Aciona a obtenção de informações para monitoramento de

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

logs de acesso. Áreas de negócio: definem os perfis de utilização dos sistemas corporativos.

V. Gestão de videoconferência

- CGTI – Suporte técnico e prospecção tecnológica
- Demais áreas: Moderadores indicados pelas Direção Central, Superintendências e Gerências Executivas

VI. Prospecção Tecnológica

- CGTI – Promove o processo de prospecção
- Áreas de negócio – Demandam tecnologias para apoiar seus processos.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- CGTI – Sustentação dos sistemas desenvolvidos internamente (ambiente de produção);
- Acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas pela Dataprev (contratual).

Sistemas e Soluções Utilizados

I. Gestão de Demandas

- DemandasCliente Sartweb

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Ferramentas utilizadas pelo INSS: Sala de Monitoramento, Cocar, Cacic, Zennos e Zabix.

III. Gestão de Telefonia

- Omni Vista – VoIP SD3: Help Desk (VoIP)

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- SAA

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

- GERID
- SCA
- SISREF
- Check Point (VPN)
- Open LDAP

V. Gestão de videoconferência

- AgendaVÍdeo Iview (gerencia as MCU)

VI. Prospecção Tecnológica

- N/A

VI. VII – Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- N/A

Pontos Críticos

I. Gestão de Demandas

- Monitoramento da execução das demandas Integração de todo fluxo de gestão de demandas Otimização dos fluxos de controle de demandas Monitoramento qualitativo execução das demandas

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Falta de recursos humanos e tecnológicos para gerenciamento ativo da infraestrutura e sistemas
- Equipe insuficiente para atuar junto à Dataprev nos incidentes e no monitoramento ativo dos ambientes;

III. Gestão de Telefonia

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

- Falta de integração dos projetos de telefonia fixas e móveis, reduzindo o alcance da economia destes serviços. Ex: Plano de telefonia celular integrado nas ligações entre Direção Central, Superintendências e Gerências;
- Utilização sistemática de interfaces celulares nas centrais VoIP.
- Necessidade de concluir a padronização da planta de telefonia fixa em 100% da rede para garantia de serviços, monitoramento e redução de custos, além de eliminar o uso de linhas diretas de telefonia fixa.
- Integração com a modernização das redes do INSS para reduzir o impacto da tecnologia VoIP na rede.

DIAGNÓSTICO

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Qualidade do cadastro de usuários;
- Implantação de autenticação de rede em todas as unidades para otimizar as política de gestão e a segurança;
- Registro de logs do acesso de usuários da rede disponibilizados para auditoria;
- Unificação das regras e ferramentas de autenticação;
- Ausência de política de controle de acesso lógico específica para o INSS.

V. Gestão de videoconferência

- Ausência de solução para integração com videoconferências fora da rede Previdência;
- Obsolescência do parque adquirido em 2006;

VI. Prospecção Tecnológica

- Viabilizar a articulação com as prospecções promovidas pela Dataprev;
- Sistematizar o planejamento e consolidar os resultados; Assumir papel proativo de estimular o uso de TIC como meio para alavancar os processos de negócio, alinhada aos Planos Estratégicos e Anuais do INSS.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- Falta de integração da metodologia de desenvolvimento e tecnologias aplicadas pelo INSS e Dataprev, prejudicando a convergência de soluções e o reaproveitamento de serviços;
- Personalização de soluções desenvolvidas pelo INSS e baixa governança na manutenção e evolução de sistemas desenvolvidos internamente;
- Falta de padronização no desenvolvimento de sistemas pelo INSS;
- Ausência de mapeamento de pessoas com perfil e disponibilidade na área de desenvolvimento de sistemas;
- Baixa eficácia no monitoramento do uso de softwares livres e proprietários pelos usuários do INSS;
- Não há um ambiente de desenvolvimento centralizado. Ocasionalmente o uso de servidores locais e redundância de soluções;
- Falta um ambiente de testes e homologação. Os ambientes de desenvolvimento tem sido o mesmo de produção.

Ações em Andamento

I. Gestão de Demandas

- Implantação do software Clarity em substituição do DemandasCliente, incorporando novo fluxo de gestão;
- Avaliação da viabilidade de contratação de suporte técnico presencial em paralelo aos serviços da Dataprev.

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Avaliação de contratação de serviços para monitoramento ativo dos ambientes;
- Definição de política de redes locais;

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

III. Gestão de Telefonia

- Implantação da solução VoIP nas APS;
- Avaliação das soluções de convergência entre os diversos canais de comunicação corporativas;
- Avaliação da utilização intensiva de dispositivos móveis nos processos de negócio do INSS.

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Início da migração das soluções parceiras do SAA para o Gerid;
- Piloto da implantação do domínio Gov nas unidades;
- Implantação do conceito de grupos de acesso na gestão de permissões aos usuários;
- Elaboração de política de gestão de acesso à rede aos sistemas corporativos.

V. Gestão de videoconferência

- Aquisição de equipamentos complementares para atendimento de novas Gerências Executivas;
- Prospecção de novas tecnologias de videoconferência;
- Avaliação de alternativas de integração com videoconferências externas diretamente do ambiente INSS.

VI. Prospecção Tecnológica

- Integrar a equipe de prospecção às áreas de negócio para maior conhecimento das necessidades, visando promover ativamente a indicação das melhores tecnologias disponíveis;
- Acompanhamento da elaboração do PDTI para subsidiar o planejamento deste processo.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

- Convergência do ambiente de sustentação dos sistemas desenvolvidos pelo INSS no ambiente Dataprev;
- Reavaliação do modelo de desenvolvimento interno do INSS;
- Acompanhamento da evolução da metodologia de desenvolvimento da Dataprev (PDDataprev);
- Foi disponibilizada em 2012 uma área para a publicação e colaboração no desenvolvimento dos sistemas internos pelo inss (<http://10.120.3.13/redmine>).
- Será necessário, entretanto, ampliar a divulgação e estímulo à sua utilização.

DIAGNÓSTICO

Desafios para os próximos quatro anos

I. Gestão de Demandas

- Evolução no monitoramento de gestão de demandas;
- Evolução da solução de suporte aos usuários de TIC;
- Melhoria dos mecanismos de monitoramento e controle da execução e efetividade das demandas.

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Integração do monitoramento dos ambientes com a Dataprev;
- Viabilização do monitoramento ativo dos ambientes;
- Melhoria da comunicação com os usuários finais no caso de incidentes;
- Evoluir o nível de serviço contratado junto à Dataprev e os mecanismos de sua avaliação.

III. Gestão de Telefonia

- Implantação de solução convergente de telefonia, videoconferência e sistemas corporativos;

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

- Garantir a atualização constante do parque de telefonia e soluções de gestão
- Promover a integração e convergência dos projetos e contratações de telefonia.

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Convergência de soluções de autenticação tendo como referência o Gerid;
- Implantação do serviço de diretório em todas as unidades;
- Implantação da solução de gerenciamento e rastreabilidade de logs para todos os sistemas corporativos;
- Consolidar as tecnologias de gestão de acesso, procedendo os ajustes necessários para garantir a segurança, operacionalidade e integridade no acesso à rede e sistemas corporativos;
- Integrar o cadastro de usuários ao processo de gestão de pessoas, compartilhando a evolução naquela área e consolidando a qualidade das informações de referência gestão de acessos;
- Aplicação da tecnologia de certificação digital na autenticação de usuários;
- Utilização de soluções baseadas no conceito de extranet para reduzir a necessidade do uso de VPN e integrar o controle de acesso às regras de perfis definidas.
- (SR-I) Substituição do e-trust por uma ferramenta mais moderna e aperfeiçoamento do sistema de controle de acesso à internet.

V. Gestão de videoconferência

- Atualização do parque, incorporando novas tecnologias;
- Integração com as demais ferramentas de comunicação corporativa;
- Ampliação do alcance da tecnologia, incorporando as unidades de atendimento;
- Viabilização de integração com dispositivos móveis.

VI. Prospecção Tecnológica

SS 1.20 - GESTÃO DE TIC

- Promover a atualização e evolução tecnológica do INSS;
- Atuar de forma ativa e propositiva nos projetos estratégicos e demandas de inovação do INSS;
- Promover a integração com a Dataprev no processo de prospecção tecnológica;
- Sistematizar o planejamento e os resultados do processo de prospecção.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- Promover um cadastro dos desenvolvedores internos do INSS;
- Promover a definição de padrões de desenvolvimento, integrando o mesmo ao framework de desenvolvimento da Dataprev e demais tecnologias que promovam a otimização e compartilhamento de serviços com a Dataprev;
- Sistematizar a homologação de softwares, o controle de uso das licenças e monitorar a aplicação dos softwares proprietários e livres em toda rede.

SS 1.21 - SOLUÇÕES GERENCIAIS

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Áreas de negócio do INSS
- Demandam requisitos de BI
- Dataprev
- Define tecnologias e estratégias de desenvolvimento

DIAGNÓSTICO

Sistemas e Soluções Utilizados

- SUIBE
- SIGMA
- SABI GESTÃO
- ACL
- Monitor

Pontos Críticos

- Necessidade de um projeto integrado de sistemas gerenciais, contemplando as diversas áreas de negócio do INSS;
- Limitadas soluções tecnológicas para atender os desafios deste tipo de tecnologia;
- Integração dos projetos do MPS e INSS para produção de informações gerenciais; e,
- Inclusão das demandas de BI nos projetos desde o seu início, evitando-se limitações e futuros retrabalhos para viabilização do acesso a informações de gestão.

Ações em Andamento

SS 1.21 - SOLUÇÕES GERENCIAIS

- Utilização de novas tecnologias pela Dataprev para as soluções de BI;
- Metodologia de desenvolvimento de sistemas gerenciais em fase de consolidação pela Dataprev e incorporação de novas tecnologias no framework de desenvolvimento; e,
- Integração dos projetos de BI que atenderão os novos sistemas de atendimento, cadastro, reconhecimento de direitos e pagamentos.

Desafios para os próximos quatro anos

- Solução integrada de sistemas gerenciais que permitam o acesso pelas diversas áreas da Previdência Social com o mesmo critério e conceito de utilização;
- Incorporação e consolidação de novas tecnologias; e,
- Utilização de infraestrutura segregada, permitindo autonomia na extração de informações, sem prejudicar a operação dos sistemas transacionais.

SS 1.22 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Todas as áreas da Instituição
- Sistemas e Soluções Utilizados
- Sistema desenvolvido pelo servidor Álvaro Paniago.

Pontos Críticos

- Necessidade de dedicação exclusiva ao Projeto - Tendo em vista o escopo do Projeto, se faz necessária dedicação exclusiva dos servidores designados a fim de que as atividades possam ser realizadas dentro do prazo estabelecido. Para os servidores da ACS, o Projeto terá caráter prioritário.
- Infraestrutura disponibilizada - São necessários: servidores (máquinas) que tenham capacidade de suportar a quantidade de dados a ser migrada e de acessos simultâneos, já que as demais páginas serão descontinuadas; quantidade suficiente de pessoas devidamente capacitadas, com dedicação exclusiva ao projeto; recursos financeiros e tecnológicos.
- Ferramentas necessárias à implementação do portal disponibilizadas - Não há como implementar o projeto sem um gerenciador de conteúdo e um servidor capaz de suportar a migração de dados e a quantidade de acessos simultâneos.
- Comprometimento dos envolvidos e capacitados com os objetivos específicos do projeto - É primordial, devido ao volume de informações a serem tratadas e ao prazo exíguo, dedicação e habilidade técnica dos envolvidos no projeto.
- Realização de trabalho de forma integrada e sistêmica com as ACS/SCS - Os servidores das ACS/SCS, bem como os que mantêm atualizadas as páginas das GEX/SR, deverão participar do Projeto, pois conhecem as informações (conteúdos), conhecem as rotinas de atualização e, com isso, o trabalho fluirá com maior rapidez e qualidade.

SS 1.22 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Aquisição de softwares - As ACS/SCS necessitam de softwares para tratamento de imagens, construção de peças gráficas, edição de áudio e vídeo, conversão de formatos de arquivos, disponibilização de documentos em formato PDF para impossibilitar a alteração do conteúdo pelo usuário e garantir a lisura das informações, bem como a criação de formulários em PDF editáveis.
- Aquisição de solução de gestão de conteúdos de website - É necessário definir a infraestrutura tecnológica que será utilizada no desenvolvimento do portal único e na migração de conteúdo e dos sistemas agregados.
- Aquisição de uma ferramenta moderna de correio eletrônico que traga uma maior interação aos processos de trabalho na instituição como ferramentas colaborativas, maior capacidade de armazenamento, evitando a perda de e-mails, dentre outras contribuições para atividades corporativas.

Ações em Andamento

- Levantamento de conteúdos nas páginas das Gerências-Executivas e Superintendências.
- Classificação de informações
- Definição do conteúdo dos conteúdos das GEX e SR a ser migrado para o portal único.
- Início do processo de aquisição de softwares com o encaminhamento do Documento de Oficialização da Demanda à CGTI realizado no mês de dezembro/2012.

Desafios para os próximos quatro anos

- Criar um único portal para que sejam centralizadas e disponibilizadas as informações institucionais, atualmente espalhadas em diversas páginas na Intraprev.
- Aprimorar e dinamizar a disponibilização de informações corporativas, estabelecendo critérios de inclusão de conteúdo e de atualização do portal.
- Estimular os servidores a buscarem informações no portal de forma concisa, rápida e prática.
- Obter maior controle das informações disponíveis aos servidores do INSS por meio de uma ferramenta de gestão de conteúdo e de controle de acesso pelas ACS/SCS.
- Obter maior qualidade, eficiência, economicidade e padronização das informações disponibilizadas aos servidores do INSS e à sociedade, de forma rápida, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

SS 1.23 - ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Descrição do Cenário

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Governança

- Assessoria da Presidência
- Auditoria Interna
- Controladoria Geral da União
- Tribunal de Contas da União
- Ministério Público Federal
- Comitê Permanente de Controle-CPC

Sistemas e Soluções Utilizados

- Controle de Demandas do Órgãos de Controle Externo - CONDEX (Auditoria Interna)
- CPC - Sistema do Comitê Permanente de Controle
- CDE - Controle de Demandas Externas

Pontos Críticos

- Inexistência de sistema integrado de automação do processo de atendimento/acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno/externo.
- Inexistência de workflow que abranja toda a organização
- Política de gerenciamento das demandas dos órgãos de controle

Ações em Andamento

- Criação de comitês regionais para acompanhamento das soluções de demandas/recomendações/determinações.

SS 1.23 - ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Desafios para os próximos 4 anos

- Promover o mapeamento do processo
- Elaborar um workflow das rotinas
- Definir uma política de gestão de demandas dos órgãos de controle
- Desenvolver/implementar solução para suportar o processo, que integre todas os atores no processo.

SS 1.24 - ESTRUTURA DE TIC

Descrição do Cenário

- **Conteúdo Classificado como Restrito.**

Governança

- Áreas de Negócio
- CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
- Presidência do INSS

Sistemas e Soluções Utilizados

- DemandasCliente Sartweb
- Suporte Web
- Ferramentas utilizadas pelo INSS: Sala de Monitoramento, Cocar, Cacic, Zennos e Zabix.
- Omni Vista – VoIP SD3: Help Desk (VoIP)
- SAA
- GERID
- SCA
- SISREF
- Check Point (VPN)
- Open LDAP
- AgendaVídeo Iview (gerencia as MCU)
- (SR-I) www-agendavideo (agendamento de vídeoconferência).

Pontos Críticos

- Inexistência de fluxo de comunicação entre as estruturas de TIC distribuídas nas diversas

SS 1.24 - ESTRUTURA DE TIC

áreas do INSS;

- As áreas de negócio produzem demandas relacionadas a TIC diretamente com a Dataprev sem participação da CGTI;
- A Estrutura de TIC está distribuída de forma fragmentada nas diversas áreas da Administração Central prejudicando a atuação e gestão de TIC no Instituto.
- Ausência de subordinação das estruturas de TIC das áreas de negócios a um órgão central o que fragiliza as ações, programas e políticas de TIC do Instituto;
- Falta de Núcleos de TIC nas Gerências Executivas para dar suporte às APS, atuar junto à Dataprev e apoiar a CGTI;
- Inexistência de sistemática de gestão de soluções desenvolvidas internamente;
- Deficiências na estrutura da CGTI para cumprir plenamente suas atribuições regimentais.
- (SR-A) Falta de Núcleo de TIC também nas Superintendências.

DIAGNÓSTICO

Ações em Andamento

- Reavaliação da sistemática de gestão e monitoramento das unidades, visando melhorar a qualidade e reduzir a demanda de atuação presencial para suporte, mediante a utilização de novos serviços;
- Inclusão no PDTI de proposta de ajustes na estrutura de governança de TIC.

Desafios para os próximos quatro anos

- Aplicar as recomendações do PDTI para evolução dos processos de gestão de TIC;
- Viabilizar ajustes na atual estrutura de gestão de TIC.
- (SR-I) Formalizar a estrutura hierárquica da gestão de TIC nas unidades administrativas descentralizadas (SR e GEX).

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

AVALIAÇÃO PDTI 2001



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

AV 1.1 - PLANO DE COMUNICAÇÃO

Resultados Esperados 2001

- Plano de Comunicação implementado.
- Medidores definidos para avaliação da eficiência na comunicação.
- Medidores definidos para avaliação da satisfação com resultados do PDTI.

Propostas do PDTI 2001

- Priorizar a utilização da Web como meio de comunicação.
- Realizar reuniões de divulgação do PDTI e do canal de acesso à informações em todas as áreas que utilizem Tecnologia da Informação.
- Cria um único Portal para que sejam disponibilizadas as informações institucionais - (Projeto em andamento).

Avaliação

- Plano de Comunicação implementado.

Não foi encontrado nenhum plano de comunicação implementado.

- Medidores definidos para avaliação da eficiência na comunicação.

Não foi identificada nenhuma ação de definição de medidores.

- Medidores definidos para avaliação da satisfação com resultados do PDTI.

Não foi identificada nenhuma ação de definição de medidores.

AV 1.2 - MODELO LÓGICO DETALHADO

Resultados Esperados 2001

- Modelo Conceitual de Dados completo, incluindo representação gráfica, entidades e atributos e documentado em uma ferramenta CASE.
- Modelo Lógico de Dados detalhado (atual e proposto), incluindo representação gráfica, estruturas de dados e seus campos e documentado em uma ferramenta CASE.
- Documentação em ferramenta CASE sobre o Repositório de dados, incluindo dicionário de dados.
- Matriz de correlação entre estruturas de dados do modelo lógico atual versus estruturas de dados do modelo lógico proposto.

Propostas do PDTI 2001

- Não vincular este projeto a uma área específica de negócio (visão corporativa), mantendo a sua coordenação vinculada ao setor responsável pela gestão de tecnologia da informação do INSS.
- Utilizar as necessidades de informação identificadas no redesenho de processos como subsídio para construção do modelo lógico de dados futuro.
- No detalhamento do Modelo Lógico de dados (atual e proposto), dividir a equipe pelas áreas de negócio identificadas, utilizando pontos de controle, garantindo a integração dos trabalhos e do modelo de dados constituído.
- Para a constituição do Modelo Lógico atual, utilizar ao máximo as capacidades de ferramentas CASE que possam fazer engenharia reversa das bases já construídas.
- Para as áreas consideradas como área meio, o nível de detalhamento do modelo lógico de dados proposto deve ser somente no nível de entidades, considerando atributos apenas quando necessários para um melhor entendimento da entidade.
- É indicada a participação de uma consultoria externa em modelagem de dados, com experiência em projetos análogos, para agregar valor ao modelo de dados gerado.

Avaliação

- Modelo Conceitual de Dados.

AV 1.2 - MODELO LÓGICO DETALHADO

- Este projeto foi conduzido no período de 2002/2003 e gerou documentação que serviu de referência para a área de administração de dados da Dataprev.
- A documentação gerada foi consolidada no software Oracle Design e, desde então, tem sido atualizada pela Dataprev.

Projeto Concluído.

AV 1.3 - METODOLOGIA E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Resultados Esperados 2001

- Implantação da nova Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas aderente às propostas do PDTI.
- Documentação dos padrões da área de TI para projetos e sistemas.

Propostas do PDTI 2001

Utilizar o ambiente Web como facilitador na disseminação da metodologia pela organização.

Acompanhamento, por fases, do desenvolvimento de sistemas para garantir o cumprimento da metodologia.

Utilização de ferramentas automatizadas que avaliem a aderência aos padrões da metodologia.

É indicada a participação de uma consultoria externa em metodologia de sistemas para agregar eficiência ao processo.

Avaliação

O desenvolvimento foi centralizado na Dataprev e concluído. Hoje existe a metodologia denominada PD Dataprev, devidamente publicada na intranet e em fase de constante evolução.

Todavia, a disseminação desta metodologia para o INSS não se viabilizou até a presente data.

AV 1.4 - PLANO ESTRUTURANTE DA MIGRAÇÃO DA BASE DE DADOS

Resultados Esperados 2001

- Arquitetura técnica proposta para construção das bases de dados no novo ambiente (divisão de bancos de dados, estruturas de replicação, etc).
- Alternativas Técnicas para a Migração de Dados.
- Modelo Físico Básico de Dados construído e documentado em ferramenta Case.
- Coordenação das atividades de migração de dados, garantindo a continuidade do negócio.

Propostas do PDTI 2001

Apresentar, em linhas gerais, o modelo e o plano de migração da situação atual para a situação proposta.

- Estabelecer mecanismos formais para o intercâmbio de informações relativas aos processos de migração de dados entre as equipes responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas e a equipe de migração de dados.
- Disponibilizar o modelo físico básico, em ferramenta CASE, para todos os responsáveis por atividades de desenvolvimento de sistemas.
- Efetuar, primeiramente, a migração das estruturas de dados corporativas e de negócio para o novo ambiente, como pré-requisito para a migração dos sistemas.

Como estratégia de migração, foram identificadas duas alternativas, em ordem preferencial, consideradas viáveis para a migração de dados.

Alternativa 1 – Focada na convivência de uma mesma estrutura lógica de dados em ambientes distintos, com formatação distinta e replicação de dados.

Alternativa 2 – Cada estrutura lógica existe apenas em um ambiente (atual ou proposto), sem replicação de dados.

Avaliação

- Arquitetura técnica proposta para construção das bases de dados no novo ambiente (divisão de bancos de dados, estruturas de replicação, etc).
- Esse Plano se refere ao ambiente novo, com tecnologia totalmente nova, ou seja, um projeto com a solução já concebida para o novo ambiente, tal como está sendo feito para o SIBE e CNIS.

AV 1.5 - GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Resultados Esperados 2001

- Implantação da infra-estrutura tecnológica de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.
- Precisão e segurança na localização de documentos.
- Disponibilização instantânea de documentos sem limites geográficos.
- Redução de fraudes e extravio de documentos.
- Redução de custos e maior agilidade nos processos que requeiram trâmite de documentação.

Propostas do PDTI 2001

- Utilizar tecnologia de GED que contemple soluções de workflow.
- Definir as regras por processos de Workflow no Gerenciamento Eletrônico de Documentos devem estar integradas com aquelas utilizadas pelos sistemas transacionais.
- Definir uma data de corte para a digitalização dos documentos legados e que serão armazenados na base digitalizada.
- Definir uma data de corte para os documentos legados que não serão digitalizados, porém serão organizados e indexados eletronicamente.
- Indicar a participação de uma consultoria externa em Gerência Eletrônica de Documentos - GED , para agregar eficiência ao processo.

Avaliação

1. Implantação da infra-estrutura tecnológica de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

Em 2007 foi adquirido pelo MPS, via Proprev, uma solução de GED/ECM, porém houve insucesso em sua implantação e o contrato foi cancelado. Em 2012, a Dataprev viabilizou a infraestrutura com a ferramenta ORACLE WEBCENTER, a qual está em fase de instalação e início de operação, a partir do desenvolvimento do projeto e-DOC.

2. Precisão e segurança na localização de documentos.

Este requisito será viabilizado na ferramenta adquirida pela Dataprev, na medida em que a

AV 1.5 - GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

mesma será integrada aos sistemas corporativo. Até lá os trabalhos se resumiram à viabilização do melhor controle e organização dos processos físicos, através do CEDOCPREV, e o uso de digitalização para processos judiciais, desde 2006, e de recursos, desde 2012. A proposta consiste em utilizar uma ferramenta de gestão documental, baseada na tecnologia GED/ECM e BPMS para apoiar os processos de captura, gestão, acesso e política documental.

3. Disponibilização instantânea de documentos sem limites geográficos.

Vide situação do item 2

4. Redução de fraudes e extravio de documentos.

Vide situação do item 2

5. Redução de custos e maior agilidade nos processos que requeiram trâmite de documentação.

Vide situação do item 2

AV 1.6 - ALINHAMENTO DE PROJETOS EM ANDAMENTO X PDTI

Resultados Esperados 2001

- Relação dos projetos de TI em andamento.
- Definição dos projetos que terão continuidade.
- Elaboração do plano de ação detalhado para os projetos que tenham continuidade.
- Alinhamento dos Projetos.
- Redução de Custos.
- Eliminação de investimentos inadequados.

DIAGNÓSTICO

Propostas do PDTI 2001

- Não vincular este projeto a uma área específica.
- Não devem ser adquiridos novos equipamentos até a definição do novo ambiente técnico, caso seja necessária a utilização de novos equipamento deve ser priorizada a locação.
- Algumas estratégias já foram definidas, em um primeiro nível, e devem ser observadas em relação aos projetos em andamento:
 - * Investimentos em rede;
 - * Projetos que atendam exigência legal;
 - * Investimentos em sistemas legados;
 - * Investimentos em aplicações via Web;
 - * Projetos de longa duração associados ao PROPREV.
- Considerar o investimento já efetuado e o percentual já concluído do projeto, na avaliação da sua continuidade.
- Todos os planos de ação elaborados para os projetos em andamento devem estar alinhados com os projetos de sistemas.

AV 1.6 - ALINHAMENTO DE PROJETOS EM ANDAMENTO X PDTI

Avaliação

- Relação dos projetos de TI em andamento e os projetos que terão continuidade.
- Na Área de Atendimento: SISAGE (Agendamento Eletrônico), SGA (Agendamento APS) e Gerencial;
- Na Área do Cadastro: Novo CNIS (Consulta, ajuste de vínculos, remunerações e contribuições, dados de pessoa física e segurado especial), Gerencial e Extrato CNIS;
- Na Área de Benefícios: SIBE I (Loas e BI e demais espécies), SIACI (Acordo Internacional), MDJ (Judicial), e-Recursos, Gerencial, COMPREV (Compensação Previdenciária), Monitor (Monitoramento) e SIBE II (Pagamentos, HISCRE Imposto de Renda - IR, Consignações e outros);
- Além dos citados acima temos: GERID (Controle de Acesso), e-DOC (Protocolo), SDC (Tabelas Corporativas), ERP (DIROFL Integrada), CADSERV (Pessoal), SALA (Monitoramento), Novo SISREF (Ponto Eletrônico), SISGDASS (Gratificação), SISPAGBEN (Financeiro), SISPEP (CFAI) e SIRC (Dados do Registro Civil).

AV 1.7 - GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Resultados Esperados 2001

- Metodologia de gerenciamento de projetos implantada, com foco em custos e riscos.
- Redução de custos e riscos associados aos projetos.
- Aumento da sinergia e trabalho em equipe através da maior colaboração entre projetos, acesso de informações e reutilização da experiência adquirida nos projetos.
- Maior facilidade de coordenação dos projetos.

Propostas do PDTI 2001

- Utilizar uma consultoria especializada em gerência de projetos.
- Definir coordenadores locais, responsáveis pela implantação e monitoração do uso da metodologia.

Avaliação

- A primeira iniciativa para estruturação dos projetos no INSS ocorreu em agosto de 2010 após a realização de um workshop que reuniu os gestores do MPS, INSS e DTP. Neste evento foram definidos doze (12) projetos estruturantes para execução até 2015 no INSS.
- A partir dessa data iniciou-se o trabalho para estruturação dos projetos e definição de metodologia para gerenciamento dos mesmos e ainda, a criação da área na estrutura organizacional do INSS.

Estruturação dos projetos:

- Os doze (12) projetos estruturantes foram publicados no Plano de Ação pela Resolução INSS/PRES nº 122, de 14/12/2010 e os documentos de Proposição do Projeto publicados na página do INSS. Metodologia.
- A metodologia foi elaborada e encontra-se disponível na página do INSS. O documento denominado Guia de Referência em Gerenciamento de Projetos, foi publicado pela Resolução INSS/PRES nº 125, de 14/12/2010.

Estrutura organizacional:

- Com a publicação do Dec. 7.556, de 24/08/2011 a área de Gerenciamento de Projetos foi

AV 1.7 - GERENCIAMENTO DE PROJETOS

criada e incluída na estrutura organizacional da CGPGE - Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica do INSS.

Outras ações vêm sendo realizadas, como:

- Elaboração e disponibilização de curso na modalidade de Ensino a Distância e presencial para Gerenciamento de Projetos - GP o GP I de 13/10 a 03/11/2010. o GP I de 02/05 a 20/05/2011. o GP II de 31/10 a 13/12/2011. o GP I de 13 a 24/08/2012. o GP II de 29/10 a 11/12/2012. o Curso para operacionalização do Sistema de Gerenciamento de Programa e Projetos, na modalidade presencial, nos dias 13 e 14/12/2012.
- Revisão e acompanhamento dos projetos estruturantes, no âmbito da Administração Central;
- Assessoria às áreas na elaboração de projetos, entre outras.

Ferramenta:

- Com o objetivo de automatizar alguns processos do gerenciamento de projetos, foi desenvolvida em 2012 uma ferramenta, que na sua versão inicial, trata especificamente dos processos de iniciação e do controle de prazos. (E-projetos).

Planejamento para o quadriênio 2013 - 2016

Com a disponibilização da ferramenta, espera-se em 2013:

- Maior controle na execução e acompanhamento dos projetos no âmbito da Administração Central do INSS;
- Maior interação e colaboração entre as equipes de projetos;
- Acesso as informações dos projetos;
- Registro das melhores práticas; e
- Facilidade na coordenação dos projetos.

AV 1.8 - BUSINESS INTELIGENCE

Resultados Esperados 2001

- Enterprise Data Warehouse construído.
- Construção de todos os Data Marts.
- Consulta ao(s) Data Mart(s) implementada(s).

Propostas do PDTI 2001

- Utilizar uma consultoria especializada em construção de ambientes de Data Warehouse.
- Utilizar o modelo corporativo (lógico e físico) do EDW como integrador das visões para os diferentes data marts.
- Trabalhar os data marts por partes, conforme prioridade de negócio, de forma a delimitar o escopo da solução pretendida.

Montar uma “Arquitetura de Sistemas” para o PDTI com data marts nas seguintes áreas de interesse:

- Cidadão Segurado;
- Contribuinte Solidário;
- Contencioso;
- Área Meio (correspondem às informações do GRP).

Da mesma forma, são sugeridas visões para atender as seguintes áreas:

- Auditoria;
- Planejamento e Avaliação;
- Receitas e Despesas Previdenciárias.

Criar uma estrutura organizacional específica para a equipe externa durante a execução do projeto, possuindo uma estrutura paralela de gerência interna com formação da equipe interna e analistas com pleno conhecimento do negócio.

AV 1.8 - BUSINESS INTELIGENCE

Avaliação

- Construído o DM do CNIS que atende o MPS.
- Desenvolvido o portal SUIBE que não é um DW ou DM e atende as áreas da DIRBEN, DIRSAT e DIRAT.
- A proposta de um DW para a Previdência Social não avançou.

AV 1.9 - ESTRUTURA DE GESTÃO DE TI

Resultados Esperados 2001

- Implantação física e organizacional da Estrutura de Gestão de TI, com o efetivo gerenciamento da Tecnologia da Informação pelos respectivos órgãos, com papéis claramente definidos (INSS, MPAS e DATAPREV).
- Área de TI como parte integrante do processo de planejamento estratégico e operacional do negócio.
- Área de TI como agente facilitador e impulsionador do processo de mudança e, eventualmente, como o próprio agente de mudança da Previdência Social.
- Área de TI como integradora de pessoas, processos e tecnologias capaz de identificar e viabilizar soluções para o negócio.
- Área de TI como um provedor eficaz de serviços, com retorno em qualidade e soluções para o negócio da Previdência Social e disseminação de conhecimento.

Propostas do PDTI 2001

- Criação do Comitê de Gestão do Negócio Previdência Social com o objetivo de definir políticas, estratégias e diretrizes para o Negócio.
- Alteração da vinculação e composição do Comitê de TI da Previdência Social com o objetivo de tornar-se um comitê técnico que defina políticas, estratégias e diretrizes de TI, além de aprovar e acompanhar os Planejamentos de TI.
- Criação de um Comitê de Segurança vinculado ao Comitê de TI para estabelecer uma política de segurança completa, assegurando a sua implantação e acompanhamento nas três instituições.
- Alteração da vinculação e adaptação da estrutura de TI do MPAS para garantir o provimento, através da DATAPREV ou Terceiros, de bens, serviços e soluções de informática com a agilidade, qualidade, segurança e custo adequados ao Negócio – foco no planejamento e coordenação e não na execução – adotando as Diretrizes e Arquiteturas de Informação, Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI.
- Criação da estrutura de TI do INSS para garantir o provimento, através da DATAPREV ou Terceiros, de bens, serviços e soluções de informática com a agilidade, qualidade, segurança e custo adequados ao Negócio – foco no planejamento e coordenação e não na

AV 1.9 - ESTRUTURA DE GESTÃO DE TI

execução, adotando as Diretrizes e Arquiteturas de Informação, Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI.

- Adaptação da estrutura da DATAPREV, incluindo redução do quadro de pessoal, para que seja capaz de atender, de forma autônoma ou através de parcerias, as necessidades de TI da Previdência Social, adotando as Diretrizes e Arquiteturas de Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI.
- Criação de um processo formal de Planejamento Operacional de TI onde serão planejados, priorizados e quantificados projetos e atividades envolvendo TI para as três instituições.
- Estabelecimento de uma relação formal e profissional entre MPAS/INSS (clientes) e DATAPREV (fornecedor), onde os serviços somente serão executados se tiverem sido planejados e vencidas as etapas de análise detalhada da proposta, negociação e formalização contratual.
- Decisões sobre diretrizes tecnológicas, padrões, metodologias e uso de tecnologias deverão ser tomadas em conjunto pelas três instituições, sendo o Comitê de TI o órgão de instância.
- Aquisições de software e equipamentos deverão ser centralizadas, sempre que possível.
- Criação de programas internos de Garantia da Qualidade para as três instituições.
- Investimento permanente e pesado, focado na capacitação dos Recursos Humanos, tanto das áreas de TI como usuárias de TI.

Avaliação

- Implantação física e organizacional da EGTI, com efetivo gerenciamento da TI pelos respectivos órgãos com papéis claramente definidos.

Foi criada a Unidade de Gestão de TI no ano de 2000 e logo em seguida, em 2002, foi transformada em Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) vinculada a Presidência com o papel de exercer a gestão de tecnologia da informação no âmbito do INSS. Vale ressaltar que essa estrutura não reflete a proposta inicial do PDTI 2001.

- Área de TI como parte integrante do processo de planejamento estratégico e operacional do negócio.

A CGTI participa do processo de planejamento estratégico e operacional do INSS com dois

AV 1.9 - ESTRUTURA DE GESTÃO DE TI

papéis, a saber: na forma de metas e objetivos específicos de TIC e no apoio técnico ao planejamento das demais áreas nos temas que tem impacto de TIC.

- Área de TI como agente facilitador e impulsionador do processo de mudança e, eventualmente como próprio agente de mudança da Previdência Social.

A CGTI atua, porém há limitações ao pleno exercício desse papel em função da falta de estrutura adequada e carência de pessoal.

- Área de TI como integradora de pessoas, processos e tecnologias capaz de identificar e viabilizar soluções para o negócio.

A CGTI apoia as áreas de negócios nos processos de trabalho orientando na definição e escolha de novas tecnologias para os projetos de modernização e expansão da rede de atendimento, com o intuito de viabilizar soluções para o negócio. A CGTI teve participação ativa na implantação de projetos importantes para o INSS, como por exemplo, a implantação de sistema de Telefonia IP que trouxe grande avanço na comunicação interna e externa, além de redução de gastos e a implantação de call center (central 135) que proporcionou maior interação entre a Instituição e o cliente, no tocante ao atendimento e prestação de informações.

Todavia, a atuação em todas as frentes em que se faz necessário esse tipo de trabalho é limitada pela falta de estrutura e de pessoal para atuar perante às situações em que este papel é necessário.

- Área de TI como um provedor eficaz de serviços, com retorno em qualidade e soluções para o negócio da Previdência Social e disseminação de conhecimentos.

O INSS atua em conjunto com a Dataprev junto as áreas de negócio no sentido de prover soluções para o ambiente tecnológico buscando integração, segurança e melhoria do desempenho dos serviços. Todavia, os serviços são limitados aos recursos disponíveis, à capacidade de desenvolvimento e sustentação de soluções, prejudicando em parte o alcance do nível de eficácia adequada.

AV 1.10 - BASE DE CONHECIMENTO

Resultados Esperados 2001

Implantação de uma base de conhecimento única e disponível para a Previdência Social, a fim de viabilizar, entre outros objetivos:

- Auxílio na elaboração de notificação fiscal com melhor qualidade, evitando erros recorrentes, e conseqüentemente melhores resultados nos recursos administrativos e judiciais.
- Padronização dos procedimentos de reconhecimento de direitos, perícias médicas e reabilitações profissionais.
- Agilização e padronização da negociação na Cobrança.
- Acesso a uma base única de Legislações.
- Acervo de resultados dos recursos administrativos, gerando uma jurisprudência interna eletrônica.
- Acervo de resultados do contencioso judicial, gerando uma jurisprudência interna eletrônica.
- Construção de respostas mais consistentes para o Atendimento ao Cidadão / Segurado e Contribuinte Solidário.
- Aprimoramento e qualificação dos procedimentos internos da Previdência Social, de forma a dar suporte na análise de legislação, elaboração de defesa ou argumentação, entre outros.
- Identificação de casos de fraude recorrentes.

Propostas do PDTI 2001

- Priorizar a Web como canal de interação da base de conhecimento e os usuários, a fim de viabilizar a ampliação da base, a partir de respostas a dúvidas, novas definições, jurisprudências, etc.
- Utilizar o contact center como canal de esclarecimentos de dúvidas a partir da base de conhecimento.
- Promover fóruns de discussão de temas relativos às normas e procedimentos para subsidiar a difusão e atualização da base de conhecimento.

AV 1.10 - BASE DE CONHECIMENTO

- Difundir eletronicamente as novidades e alterações incluídas na base de conhecimento.
- Utilização de mecanismos de teste de conhecimento dos servidores quanto a legislação aplicável à Previdência Social.
- Definir níveis de acesso às informações constantes da base de conhecimento.

Avaliação

- Este projeto foi comprometido em sua proposta original pelo Novo Modelo de Gestão do INSS, que aplicou uma solução distinta para organização das informações.
- Projeto descontinuado.

AV 1.11 - SELEÇÃO DE TECNOLOGIA PARA OS AMBIENTES

Resultados Esperados 2001

- Parecer técnico conclusivo contendo a definição tecnológica dos ambientes operacionais da Previdência Social.

Propostas do PDTI 2001

- O parecer e os cenários devem levar em conta os investimentos já realizados na Previdência Social, os aspectos técnicos, financeiros e de recursos humanos envolvidos.
- Contratação de uma consultoria especializada, para apoiar técnicos da casa, na definição das tecnologias.
- Realização de Benchmarks junto a organizações similares.

DIAGNÓSTICO

Avaliação

- Parecer técnico conclusivo contendo a definição tecnológica dos ambientes operacionais da Previdência Social.

I. Ambiente de Processamento Central e de Desenvolvimento

Este projeto foi conduzido pelo Ministério da Previdência, Dataprev e INSS teve como conclusão a definição pela desmobilização do ambiente mainframe, adoção de tecnologias de padrão aberto e a manutenção da estrutura de sítios de produção nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

O cenário adotado está refletido no documento Plano de Modernização Tecnológica – PMT cuja atualização é realizada trimestralmente pela Dataprev de forma a indicar as ações em curso para sua efetivação e substituição das plataformas tecnológicas anteriormente adotadas.

II. Contact Center

Este ambiente foi definido tendo como base a consolidação dos serviços da Central 135. As características tecnológicas adotadas observaram as recomendações do PDTI, assim como as evoluções tecnológicas disponibilizadas desde o início de sua operação em 2005. Esta evolução deverá ser contínua e refletida nesta edição do PDTI.

AV 1.11 - SELEÇÃO DE TECNOLOGIA PARA OS AMBIENTES

I. Ambiente Cliente

Após o PDTI de 2001, houve diversas mudanças no modelo do ambiente cliente e na política de aquisição de seus insumos. Desde então, foi descontinuada a política de locação de estações de trabalho e impressoras, assim como a internalização de novos componentes para suprimir as necessidades deste ambiente. O modelo atual será objeto de avaliação deste PDTI.

IV. Parecer Técnico Conclusivo

Com relação ao parecer técnico conclusivo, a competência regimental da CGTI baseia-se nas definições de ambientes das unidades do INSS, tanto administrativos tanto de atendimento, perfazendo portanto a infraestrutura cliente do parque computacional.

Os ambientes de missão crítica e corporativos que sustentam as aplicações core, sendo finalísticas ou de área meio, constitui competência da Empresa DATAPREV. Nesse contexto, cumpre informar que, dado ao dinamismo da evolução dos componentes primordiais de um microcomputador, microcontroladores e microregistradores, não se constituíam pareceres conclusivos acerca das especificações e arquiteturas destes.

O critério adotado pela CGTI sempre foi a observância dos documentos de referência produzidos pela SLTI/MPOG em seus artefatos e-PING no que cabia aos expedientes do INSS, bem como a manifestação dos principais fabricantes mundiais de microcontroladores e microregistradores, coletando destes as alternativas fabris e as evoluções previstas nos road maps destas empresas. O critério sempre adotado, tanto pelo INSS quanto por toda a APF, baseia-se nos testes de capacidade - benchmarks, de modo a dimensionar-se dispositivos mais adequados aos expedientes.

AV 1.12 - AMBIENTE CONTACT CENTER

Resultados Esperados 2001

- Estudo que defina a quantidade, localização e organização do atendimento dos Contact Centers.
- Implantação dos novos ambientes de Contact Center da Previdência Social.
- Melhoria de qualidade no atendimento interno e externo a dúvidas e problemas.
- Criação de um conjunto inicial de métricas que permita a avaliação da qualidade do atendimento no Contact Center.
- Redução de custos com chamadas telefônicas.
- Capacitação dos técnicos responsáveis pela operação e suporte a este ambiente.
- Capacitação dos atendentes responsáveis pelo atendimento através da estrutura de contact center.

Propostas do PDTI 2001

- Na elaboração do estudo considerar os aspectos técnicos, financeiros, de recursos humanos envolvidos e investimentos já realizados.
- As atividades de elaboração e definição da distribuição e organização, e seleção da solução para suporte às atividades do Contact Center, poderão ocorrer simultaneamente, porém algumas definições relativas à atividade da escolha da plataforma de hardware e software irão depender de definições das primeiras atividades, como a topologia escolhida.
- O processo de implementação deve ser transparente para todos os usuários, não gerando impacto nos serviços atualmente prestados.

Avaliação

- Estudo que defina a quantidade, localização e organização do atendimento dos Contact Centers.

Foram feitos estudos pela DIRAT que identificaram as necessidades de atendimento telefônico.

AV 1.12 - AMBIENTE CONTACT CENTER

- 2. Implantação dos novos ambientes de Contact Center da Previdência Social.

Foram implantados. Atualmente o INSS dispõe de 3 centrais de teleatendimento, denominadas APSTEL. Uma delas, em Belo Horizonte, será desativada em 21 de dezembro de 2012. Continuarão em operação as APSTEL de Salvador (1.000 posições de atendimento) e Caruaru (1.000 posições de atendimento).

- 3. Melhoria de qualidade no atendimento interno e externo a dúvidas e problemas.

Ações da Diretoria de Atendimento, implantação de novos sistemas, implantação dos Contact Centers, entre outras ações, causaram uma revolução no atendimento aos segurados da Previdência Social, acabando com as filas nas APS. O tempo médio de concessão de benefícios também foi absurdamente reduzido, em comparação com o cenário de 2001.

- 4. Criação de um conjunto inicial de métricas que permita a avaliação da qualidade do atendimento no Contact Center

A qualidade do atendimento nas APSTEL é constantemente avaliada. Todas as ligações são gravadas e equipes monitoram em tempo real as ligações. As plataformas tecnológicas que suportam as APSTEL proporcionam todas as estatísticas necessárias para avaliação do atendimento. Foi implantada sala de controle, onde são mostradas informações em tempo quase real sobre a quantidade de cidadãos sendo atendidos, em fila aguardando atendimento.

- 5. Redução de custos com chamadas telefônicas.

Através de licitação realizada em 2012, entrará em vigor contrato com operadora de telecomunicações, cujos valores são equivalentes a ¼ (um quarto) do atualmente em vigor.

- 6. Capacitação dos técnicos responsáveis pela operação e suporte a este ambiente.

A operação das APSTEL é totalmente terceirizada. A empresa contratada fornece toda a mão de obra e infraestrutura tecnológica. O INSS mantém em cada APSTEL um gerente e um número reduzido de servidores gerenciando e supervisionando os trabalhos. Esses servidores são capacitados nos aspectos relacionados ao atendimento. Existe uma deficiência na capacitação nos aspectos tecnológicos.

- 7. Capacitação dos atendentes responsáveis pelo atendimento através da estrutura de contact center.

Os atendentes são capacitados antes de entrarem em operação. Durante a operação,

AV 1.12 - AMBIENTE CONTACT CENTER

constantemente são capacitados em novos serviços ou orientações. A monitoria também indica aqueles que, eventualmente, precisem de treinamento específico ou reciclagem.

As evoluções tecnológicas disponibilizadas para o Call Center desde o início de sua operação em 2005 deverá ser contínua e refletida nesta edição do PDTI.

AV 1.13 - AMBIENTES DE PROCESSAMENTO CENTRAL E DESENVOLVIMENTO

Resultados Esperados 2001

- Implantações dos novos ambientes de Processamento Central e de Desenvolvimento da Previdência Social.
- Capacitação dos técnicos responsáveis pela operação e suporte a estes ambientes.
- Capacitação dos técnicos responsáveis pela manutenção e desenvolvimento dos sistemas da Previdência Social.

Propostas do PDTI 2001

- Na elaboração do parecer considerar os investimentos já realizados pela Previdência em infra-estrutura, os aspectos estratégicos, técnicos e de recursos humanos envolvidos.
- Apoio de uma consultoria especializada.
- O processo de implementação deve ser transparente para os todos os usuários, não gerando impacto nos serviços atualmente prestados.
- Escalonar a implantação deste ambiente de forma a garantir que o ambiente de desenvolvimento esteja disponível para o desenvolvimento dos sistemas da Previdência Social.
- Capacitar todo o pessoal de desenvolvimento, de forma escalonada atendendo o cronograma de entrega dos sistemas.
- Grande parte dos custos deste projeto são relativos à manutenção, assim seus custos foram divididos proporcionalmente pelo prazo de execução.

Avaliação

- Implantações dos novos ambientes de Processamento Central e de Desenvolvimento da Previdência Social.

Foi desenvolvido pela Dataprev o Plano de Modernização Tecnológica - PMT, que desde 2006 orienta a evolução do ambiente central da DTP. A partir deste documento foi conduzida a mudança das plataformas, da infraestrutura de equipamentos e dos próprios sites de operação da empresa.

AV 1.13 - AMBIENTES DE PROCESSAMENTO CENTRAL E DESENVOLVIMENTO

- Capacitação dos técnicos responsáveis pela operação e suporte a estes ambientes.

Varias capacitações foram realizadas no decorrer desses anos para operar e dar suporte a esses ambientes, previstos no PMT.

- Capacitação dos técnicos responsáveis pela manutenção e desenvolvimento dos sistemas da Previdência Social.

Varias capacitações foram realizadas no decorrer desses anos para operar e dar suporte a esses ambientes, previstos no PMT.

AV 1.14 - AMBIENTES CLIENTES

Resultados Esperados 2001

- Ambientes clientes implantados e disponíveis em toda Previdência Social.
- Usuários capacitados para utilizar estes ambientes.
- Técnicos capacitados a dar suporte a estes ambientes.
- Documentação detalhada de todo o ambiente cliente.

Propostas do PDTI 2001

- Sincronizar capacitação e implantação para garantir que não haja muita distância entre eles.
- Realizar a implantação gradualmente gerando baixo impacto na rotina diária de trabalho dos usuários.
- Realizar uma única compra com a entrega escalonada em função do planejamento.
- Negociar a entrega dos equipamentos já com todo o software necessário pré-instalado.
- Possibilitar a aquisição das estações de trabalho e de atendimento com placa de som para possibilitar o seu uso para ensino a distância.

Avaliação

- Houve a efetivação da implantação do Ambiente Cliente nas unidades do INSS, assim como o amadurecimento da utilização dos componentes deste ambiente.

No entanto, vale destacar que este ambiente tem um grau de dinamismo elevado ocasionando a necessidade de contínua adequação, atualização e capacitação, prejudicando assim o pleno alcance das metas de documentação deste ambiente, assim como da capacitação dos usuários do mesmo.

AV 1.15 - INFRAESTRUTURA DE REDE

Resultados Esperados 2001

- Contingenciamento real na rede.
- Composição com a rede governo (Rede Br@sil.gov).
- Suporte pleno a dados, voz e vídeo na rede.
- Melhoria da qualidade da Rede.

Propostas do PDTI 2001

- Garantir que o fornecedor dos serviços de contingência da rede não seja o fornecedor atual de rede. (garantindo a contingência real).
- Iniciar este projeto pela interligação com a Rede Governo.
- Buscar formas de compartilhar os custos e as tarefas deste projeto com a Rede Governo.

Avaliação

- Contingenciamento real na rede.

Está sendo implementado nas Gerências Executivas a segmentação da rede com instalação de switches concentradores redundantes, sendo que nas demais unidades inexistente contingenciamento de rede.

Obs.: Em algumas unidades de atendimento consideradas mais críticas, a Dataprev disponibilizou circuito de comunicação de dados de contingência (Frame-Relay).

- Composição com a rede governo (Rede Br@sil.gov).

Os serviços prestados aos cidadãos que integram a rede governo é de governança do Ministério da Previdência Social.

- Suporte pleno a dados, voz e vídeo na rede.

Todas as unidades do INSS dispõem de redes que suportam dados, voz e vídeo, inclusive o INSS já implantou sistema de telefonia sobre IP e Videoconferência que trafega sobre suas redes de dados abrangendo todas as suas Gerências Executivas.

AV 1.15 - INFRAESTRUTURA DE REDE

- Melhoria da qualidade da Rede.

Desde 2009 tem-se executado ações visando melhorias das redes nas Gerências Executivas contemplando a segregação de tráfego por VLAN (Virtual Local Area Network ou Virtual LAN), aplicação de política de priorização de tráfego, utilização de switch L3 com redundância e melhoria de backbone vertical (interligação de switch de acesso aos switches concentradores). Está em fase de estudo projeto no sentido de realizar melhorias nas demais unidades do INSS.

Nos últimos quatro anos, a Dataprev realizou a migração dos circuitos de comunicação de dados nas unidades do INSS da tecnologia Frame-Relay para MPLS (Multi Protocol Label Switching), com exceção das unidades localizadas nas regiões em que as operadoras não dispunham dessa tecnologia sendo que, nestes casos, essas unidades foram atendidas pela tecnologia satélite. A migração proporcionou diversas melhorias nas redes das unidades, como exemplo, aplicação de política de QoS (Qualidade de Serviço), melhoria de desempenho, suporte a voz, dados e vídeo, etc.

AV 1.16 - PORTAL INTEGRADOR DE INTERFACES DE SISTEMAS

Resultados Esperados 2001

- Implantação de um portal que garanta um acesso único a todas as funções dos sistemas da Previdência Social.
- Melhoria da qualidade do atendimento.
- Redução de custos com suporte e treinamento.
- Diminuição do impacto da migração dos sistemas para os usuários.

Propostas do PDTI 2001

- Fazer o controle de permissões de acesso e login único dos usuários utilizando as informações do diretório centralizado da Previdência Social e da infraestrutura de ICP da Previdência Social.
- Chamar diretamente as funções dos sistemas antigos em suas próprias interfaces sem redesenvolver as interfaces para ganhar tempo e não desperdiçar esforços.
- Implantar o portal gradativamente por seus grandes grupos de usuários (benefícios, arrecadação, procuradoria e os demais).

Avaliação

- Este projeto foi sobrestado por um longo período, onde o foco foi o desenvolvimento das novas soluções na tecnologia atual e foi aplicado apenas a partir de 2009, por meio do projeto e-APS, que executa a consolidação do acesso aos serviços web em um conceito compatível para as soluções em ambiente internet e está previsto para 2013 a implantação de um portal com a função integradora, no ambiente intranet, consolidando o acesso e gestão aos serviços dos novos sistemas.
- Projeto suspenso e em fase de retomada.

AV 1.17 - AUTO ATENDIMENTO

Resultados Esperados 2001

- Disponibilização de novos serviços na Web e cumprimento das metas do Governo Federal.
- Ampliação da rede de auto-atendimento.
- Ampliação do acesso às informações por parte de pessoas com deficiências físicas.
- Manutenção do inventário de serviços prestados.
- Melhoria da imagem da Previdência Social.
- Diminuição do atendimento nas agências e nos Contact Centers.
- Definição de procedimentos operacionais para a disponibilização de serviços.
- Definição de indicadores de qualidade.

Propostas do PDTI 2001

- Deve-se optar por uma tecnologia que seja do domínio da Previdência Social para desenvolvimento destes serviços. Isto fará com que as funções possam ser desenvolvidas e implantadas rapidamente.
- Ao planejar os terminais de auto-atendimento levar em conta as iniciativas do Governo Federal neste sentido. Utilizar o inventário feito pelo e-Gov como ponto de partida para o Gerenciamento do Inventário de Serviços.
- Utilizar o relatório do e-Gov como direcionador na definição dos procedimentos operacionais.

Avaliação

- Disponibilização de novos serviços na Web e cumprimento das metas do Governo Federal.

Através do portal da Previdência Social os serviços do INSS foram disponibilizados, aperfeiçoados e são mantidos de forma a garantir o cumprimento das metas de inclusão digital estabelecidas pelo Governo Federal.

AV 1.17 - AUTO ATENDIMENTO

- Ampliação da rede de auto-atendimento.

A rede de auto-atendimento sofreu um revés com a extinção do contrato de locação dos quiosques instalados nas Agências da Previdência Social, ficando assim comprometido o plano inicial de expansão dos referidos terminais. É oportuno salientar que a demanda reprimida passou a ser atendida via web e prevfone (135).

- Ampliação do acesso às informações por parte de pessoas com deficiências físicas.

O acesso as informações para as pessoas com necessidades especiais foi trabalhado a partir da desobstrução das vias físicas de acesso e a adaptação dos ambientes internos dos imóveis do INSS de forma a permitir o livre acesso as informações para todo cidadão, independente da sua condição e/ou limitação física.

- Manutenção do inventário de serviços prestados.

Não foi localizado nenhum inventário de serviços prestados

- Melhoria da imagem da Previdência Social.

Inicialmente, os terminais de auto-atendimentos contribuíram para a melhoria da imagem da instituição, pois ao mesmo tempo que retiravam o usuário da fila, concomitantemente disponibilizavam a informação desejada. Entretanto, com a indisponibilidade dos referidos terminais, bem como a complexidade do acesso às informações nos terminais comprometeram a imagem da Previdência Social junto a população, quando estes passaram a ser vistos como um investimento inócuo.

- Diminuição do atendimento nas agências e nos Contact Centers.

A redução do quantitativo dos atendimentos nas agências e nos Contact Centers ficou abaixo do esperado, motivada pela indisponibilidade dos terminais de autoatendimento, bem como, pelo baixo índice de acessos via internet.

- Definição de procedimentos operacionais para a disponibilização de serviços.

Não encontrado.

- Definição de indicadores de qualidade.

Não foi construído indicadores para a qualidade do atendimento por intermédio dos auto atendimentos.

AV 1.18 - ENSINO À DISTÂNCIA

Resultados Esperados 2001

- Implantar um programa de ensino à distância efetivo em toda a Previdência Social.

Propostas do PDTI 2001

- Utilizar Consultoria Especializada.
- Determinar um conjunto reduzido de unidades da Previdência Social para este projeto. Analisar os resultados e planejar novos projetos com base na experiência aprendida.
- Observações: Estamos estimando a implantação de 100 localidades (Gerências Executivas). No caso de reavaliação desta quantidade, deve-se levar em consideração o número de funcionários beneficiados por Gerência, bem como a localização dos pontos atendidos, visando a distribuição dos mesmos de forma a abranger todos estes servidores. No que diz respeito a hardware e software, deve ser feita aquisição extra de equipamentos de videoconferência (por este projeto), assim como deve ser observada a necessidade de adequação da infraestrutura de rede e de comunicação (Projeto Infraestrutura de Rede). O dimensionamento feito para a rede da Previdência, pelo PDTI, suporta até o dobro de pontos de videoconferência considerados neste projeto.

Avaliação

- Foi criada a Escola da Previdência com o advento do EaD - Ensino à Distância.

AV 1.19 - ICP E DIRETÓRIO CENTRALIZADO

Resultados Esperados 2001

- Padronização dos procedimentos de autenticação de usuários e aplicativo, assegurando o não repúdio a transações.
- Padronização dos métodos de criptografia de dados.

Propostas do PDTI 2001

- Utilização de uma consultoria especializada para implantar estes serviços.
- A migração das informações de diretórios, atualmente existentes, em diversos softwares da Previdência Social, deve ser planejada de forma gradativa.
- A implantação da ICP da Previdência deve ser gradativa, por exemplo: começando pela autenticação das mensagens de correio eletrônico, depois realizando a autenticação das transações de pagamento, e assim por diante.
- O processo de implementação deve ser transparente para os todos os usuários, não gerando impacto nos serviços atualmente prestados.

DIAGNÓSTICO

Avaliação

- ICP: Vários projetos e configurações de arquiteturas foram concebidos de modo a constituir-se uma infraestrutura de autenticação e autorização baseadas em Certificação Digital para o INSS. Todavia, frente ao desafio da implantação no INSS, dada sua capilaridade, volumes e criticidade, não foi exequível nenhum projeto nessa linha de atuação, ora por aspectos orçamentários, ora por aspectos de natureza logística (nenhum AR atendia nos pontos de presença do INSS ou cronogramas extensíssimos) e ora por aspectos tecnológicos (AR Caixa atendia por uma Infraestrutura de Chaves Particulares ou ainda em versões defasadas de compliance ao ICP-Brasil).
- Atualmente tramita na CGTI, documentos licitatórios em estágio avançado para aquisição das mídias de armazenamento dos certificados digitais (tokens criptográficos) e proposta de atendimento da AR ECT de atendimento on site nas unidades de atendimento do INSS. Esta referida proposta da AR ECT apresenta valores bastante competitivos e será apresentada em reunião de diretoria para deliberação.
- DIRETÓRIO CENTRALIZADO: O Domínio Único GOV/INSS é baseado em soluções de código aberto (open source): OpenLDAP e SAMBA. O OpenLDAP é um software livre que

AV 1.19 - ICP E DIRETÓRIO CENTRALIZADO

implementa protocolo LDAP e o SAMBA é um software livre que tem como finalidade prover serviço com servidor de arquivos Windows e/ou controle de domínio Windows primário e secundário.

- As funcionalidades previstas para esta infraestruturas são as seguintes:
 - * Domínio único e centralizado para toda a organização;
 - * Estrutura com alta disponibilidade em cada site e com contingência entre os sites CPDF, CPRJ e CPSP;
 - * Estrutura de single sign-on provendo as autenticações de login para sistemas básicos de estações de trabalho, correio eletrônico e de todas as aplicações finalísticas e de área meio do INSS, através de implementações de serviços de autorização e autenticação java (JAAS) aliado às chaves baseadas em Certificação Digital Assimétrica;
 - * Refletir o organograma do INSS na organização do OpenLDAP;
 - * Administração Centralizada.
- Das funcionalidades acima relatadas, na v1 do domínio GOV que está atualmente em produção, implementou-se os elementos de hardware da infraestrutura apenas no site CPRJ, e as rotinas do login no sistema operacional Windows das estações de trabalho do INSS, no Edifício Sede do INSS, e como ferramenta de gestão de usuários e estações de trabalho no domínio, a mesma solução de mensageria eletrônica, a saber expresso.
- **CONCLUSÃO:** Frente o exposto, o percentual de atingimento das expectativas esculpidas no PDTI de 2001 baseia-se, por ora, nos requisitos funcionais presentes nas aplicações finalísticas derivadas do mesmo PDTI do ano de 2001, que nas versões entregues, prototificadas e em desenvolvimento, todas estas possuem suporte à tecnologia de certificação digital, através de interfaces API desenhadas de modo a prover interoperabilidade com qualquer aplicação parceira, independente de arquiteturas ou topologias diversas.

AV 1.20 - PLANO DE SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Resultados Esperados 2001

- Plano de Segurança detalhado para todos os ambientes operacionais da Previdência Social.
- Aumento da Segurança das informações gerenciadas pela Previdência Social.
- Plano de contingenciamento dos ambientes evitando que algum possível evento, ou sucessão de eventos, coloque em risco a execução dos processos vitais para o negócio da Previdência Social.
- Implantação dos planos em toda Previdência Social.
- Técnicos treinados e capacitados.
- Melhoria da imagem da Previdência Social.

Propostas do PDTI 2001

- Utilização de Consultoria especializada.
- Criação da equipe responsável pela manutenção dos Planos de Segurança e Contingência.

Avaliação

- Plano de Segurança detalhado para todos os ambientes operacionais da Previdência Social.

Não realizado.

- Aumento da Segurança das informações gerenciadas pela Previdência Social.

A implantação do SAA trouxe mais segurança para os sistemas, mas ainda tem muita coisa acessada via grande porte, necessariamente com falhas de segurança. Não há como afirmar muita coisa sobre os investimentos feitos pela Dataprev.

- Plano de contingenciamento dos ambientes evitando que algum possível evento, ou sucessão de eventos, coloque em risco a execução dos processos vitais para o negócio da Previdência Social.

Não foi construído um plano de contingenciamento do INSS bem como não se tem notícias que Dataprev tenha um.

AV 1.20 - PLANO DE SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

- Implantação dos planos em toda Previdência Social.

Não foi elaborado nenhum plano, portanto não houve implantação.

- Técnicos treinados e capacitados.

Poucos técnicos foram capacitados neste período ficando muito longe do que realmente se necessita.

- Melhoria da imagem da Previdência Social.

Com relação ao atendimento da clientela externa ocorreu uma melhoria significativa, porém quanto à imagem da Previdência Social ainda deixa muito a desejar.

AV 1.21 - GERENCIAMENTO DO AMBIENTE DE TI

Resultados Esperados 2001

- Ferramenta capaz de monitorar e antecipar problemas.
- Controle de todo o ambiente de TI da Previdência Social.
- Redução de custos no gerenciamento de recursos, suporte a hardware, software e sistemas.
- Permitir o planejamento para recursos como rede.
- Melhoria da segurança lógica.
- Implantação da gerência do ambiente de TI.

Propostas do PDTI 2001

- Seguir as recomendações das diretrizes tecnológicas e da arquitetura técnica.
- Implantar a ferramenta de gerenciamento gradativamente.
- Utilizar grupos pilotos de ambientes clientes para realizar a implementação.

Avaliação

- Este projeto foi parcialmente atendido por meio da aquisição e implantação de soluções de mercado/software livres.
- No entanto, o escopo destas soluções não foi suficiente até o presente momento para atingir as metas previstas neste projeto, permanecendo assim o desafio de sua viabilização plena.

AV 1.22 - PROJETOS E SISTEMAS

Resultados Esperados 2001

- Manutenção dos dados corporativos da Previdência Social.
- Disponibilização dos dados corporativos para utilização por todos os sistemas da Previdência Social.

Propostas do PDTI 2001

- Alocar um grupo de funcionários do INSS, com notório conhecimento do negócio, que deverá acompanhar o projeto desde o início. Este grupo de especialistas será responsável pela formação de Multiplicadores.
- Utilizar as metodologias de desenvolvimento de sistemas e documentação da Previdência Social em todas as fases do projeto.
- Utilizar padrões definidos pela Previdência Social para controle da qualidade de sistemas.
- Utilizar o ambiente de desenvolvimento da Previdência Social na durante a implementação do sistema.
- Modularizar o desenvolvimento dos novos sistemas priorizando as funcionalidades que correspondam a desativação integral de um sistema legado.
- Realizar a transferência de tecnologia para equipe técnica do cliente (DATAPREV) durante todo o projeto, através da participação dos técnicos que serão responsáveis pela manutenção do sistema desde a fase de desenvolvimento do sistema.
- Utilizar mecanismos que garantam a implementação do sistema no prazo previsto, através de orientação normativa, legal ou compromisso com o público (marketing).

Avaliação

- Manutenção dos dados corporativos da Previdência Social.
- Com relação a este item, a Previdência Social, além de manter os dados corporativos também desenvolveu outras soluções que deram maior sustentabilidade ao parque de informática. Atualmente dispomos dos seguintes sistemas:

Na Área de Atendimento: SAE (Agendamento Eletrônico), SGA (Agendamento APS) e SIGMA (Gerencial);

AV 1.22 - PROJETOS E SISTEMAS

Na Área do Cadastro: CNIS (Consulta Previdenciária, ajuste de vínculos e remunerações VR, contribuições SARCI e dados e pessoa física CADPF), além do Extrato CNIS;

Na Área de Benefícios: SABI (Loas e BI), Prisma (demais espécies), SIACI (Acordo Internacional), e-Recursos (RECBEN), SUIBE (Gerencial), COMPREV (Compensação Previdenciária) e o SUB - Sistema Único de Benefícios (Concessão, Atualização, Revisão, Pagamentos, Retorno Bancário, Consignações, SISOBI e HISCRE);

Além das citadas acima temos: SAA (Controle de Acesso), SIPPS (Protocolo), SDC (Tabelas Corporativas) ADMPER (Material Permanente), CMC (Material de Consumo), SALA (Monitoramento), SISREF (Ponto Eletrônico) e o SISGDASS (Gratificação).

- Disponibilização dos dados corporativos para utilização por todos os sistemas da Previdência Social.
- A Arquitetura de Sistemas atualmente permite que os dados corporativos sejam utilizados por todos os sistemas da Previdência Social.

DIAGNÓSTICO

Planejamento para o quadriênio 2013 - 2016

Arquitetura de Sistemas Proposta:

- Na Área de Atendimento: SISAGE (Agendamento Eletrônico), SGA (Agendamento APS) e Gerencial;
- Na Área do Cadastro: Novo CNIS (Consulta, ajuste de vínculos, remunerações e contribuições, dados de pessoa física e segurado especial), Gerencial e Extrato CNIS;
- Na Área de Benefícios: SIBE I (Loas e BI e demais espécies), SIACI (Acordo Internacional), MDJ (Judicial), e-Recursos, Gerencial, COMPREV (Compensação Previdenciária), Monitor (Monitoramento) e SIBE II (Pagamentos, HISCRE Imposto de Renda - IR, Consignações e outros);
- Além dos citados acima temos: GERID (Controle de Acesso), e-DOC (Protocolo), SDC (Tabelas Corporativas), ERP (DIROFL Integrada), CADSERV (Pessoal), SALA (Monitoramento), Novo SISREF (Ponto Eletrônico), SISGDASS (Gratificação), SISPAGBEN (Financeiro), SISPEP (CFAI) e SIRC (Dados do Registro Civil).

AV 1.23 - GOVERNMENT RESOURCE PLANNING - GRP

Resultados Esperados 2001

- Gerenciamento do orçamento público, de acordo com a lei vigente.
- Contabilização automática e transparente.
- Gerenciamento de custos diretos e indiretos.
- Gerenciamento do financeiro da área fim.
- Processamento do contas a pagar e receber.
- Acompanhamento de licitações e editais.
- Gerenciamento de pedidos de compras.
- Gerenciamento das atividades de contratação de serviços e aquisição de materiais e serviços.
- Administração interna.
- Eliminação de documentos físicos e da tramitação dos mesmos.
- Integração com os sistemas do Governo Federal (SIAFI, SIAPE, entre outros).

Propostas do PDTI 2001

Segmentar a execução deste projeto conforme a necessidade da Previdência Social, porém mantendo a gerência do mesmo centralizada. Ressaltamos os seguintes pontos:

- A customização e a implantação do Módulo Financeiro da Administração Direta devem ser realizadas de forma coordenada com a execução dos projetos dos sistemas transacionais da área fim, uma vez que todo o controle financeiro do negócio é feito por este módulo. Caso haja algum imprevisto na implantação do GRP, o módulo Financeiro deve ser desenvolvido seguindo as diretrizes de desenvolvimento de sistemas, garantindo sua integração tanto com os sistemas da área fim como com os demais módulos do GRP a serem customizados.
- A implantação do GRP na DATAPREV pode ser feita independentemente das demais instituições, devido às diferenças existentes tanto na legislação adotada quanto na

AV 1.23 - GOVERNMENT RESOURCE PLANNING - GRP

natureza dos serviços prestados. Com isso, o processo pode ser agilizado e o esforço de customização dos módulos comuns à Administração Direta e à Indireta reduzidos.

- O Módulo Administração de Documentos deve ter sua implantação priorizada por ter um grande volume de entrada de dados que deve ser feita por pessoal especializado. Este módulo deve estar de acordo com as diretrizes e padrões estabelecidos no projeto de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.
- Alocar, um grupo de funcionários das instituições envolvidas, para cada módulo, que deverá acompanhar o projeto desde o início. Este grupo de especialistas será responsável pela formação de Multiplicadores.
- Modularizar a customização de cada módulo do GRP pelas funcionalidades que correspondam à desativação integral de um sistema legado.
- Utilizar a mesma equipe para implantar o mesmo módulo em todas as instituições envolvidas, sempre que possível. Isto visa diminuir riscos e custos e aproveitar o conhecimento adquirido por esta equipe.
- Realizar a análise dos processos envolvidos simultaneamente à customização do correspondente módulo do GRP, quando necessário.
- Utilizar mecanismos que garantam a implementação do sistema no prazo previsto, através de orientação normativa, legal ou compromisso com o público (marketing).

DIAGNÓSTICO

Avaliação

- Este projeto teve sua execução iniciada em 2009, por meio da instrução do processo de contratação, fase em que se encontra até o presente momento.
- Seu escopo atual não inclui as demandas de Gestão de Pessoas. A previsão é de 24 meses de execução após a contratação, que está prevista para 2013.
- Projeto em andamento.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

PONTOS CRÍTICOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

IE 1.1 - Servidores de Rede

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e intervenção remota nestes equipamentos;
- Revisão da configuração de gestão da solução de antivírus, otimizando a rede e melhorando a eficácia para as estações de trabalho das unidades;
- Permanente atualização do parque para evitar obsolescência;
- Viabilização de ambiente físico seguro e adequado nas unidades para garantir a integridade física e durabilidade dos equipamentos;
- Garantir disponibilidade e redundância;
- Ligação a um link de rede com banda insuficiente para permitir intervenções gerenciais remotas sem prejudicar a utilização do tráfego demandado pelos expedientes da unidade;
- A atual solução de backup é realizada no próprio dispositivo ou em microcomputador destinado ao atendimento.
- (SR-I) Ausência de política de configuração e utilização dos servidores de arquivo.

IE 1.2 - Estações de Trabalho e Notebooks

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e intervenção remota nestes equipamentos;
- Deficiência no processo de revisão da configuração e gestão da solução de antivírus, prejudicando a performance da rede e a aplicação de políticas e atualizações das estações de trabalho das unidades;
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência;
- Ausência de gestão do processo de entrega, instalação e monitoramento da utilização;
- Deficiência no processo de gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil;
- Necessidade de contingenciamento em caso de incidentes tais como incêndio, alagamentos, roubos, etc;

- Ausência de solução de atualização dos softwares;
- Necessidade de capacitação dos usuários para os softwares padrão;
- Falta de estrutura de gestão do INSS para apoiar a operação dos recursos adequadamente.
- (SR-I) Fixação de critérios objetivos para a identificação do quantitativo de equipamentos necessários.

IE 1.3 - Impressoras e Multifuncionais

- Ausência de mecanismo que permita acompanhar e controlar o volume de impressão e digitalização.
- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento nestes equipamentos.
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência.
- Deficiência de gestão do processo de entrega, instalação, inventário e monitoramento da utilização.
- Deficiência no processo de gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil.
- Necessidade de contingenciamento em caso de incidentes tais como incêndio, alagamentos, roubos, etc.
- Necessidade de capacitação dos usuários para os softwares padrão.
- Falta de estrutura de gestão do INSS para apoiar a instalação e utilização dos recursos adequadamente.
- Utilização dos equipamentos no modo escravo por falta de ponto de rede.
- Alto custo logístico para aquisição de consumíveis e papéis.
- Eficiência na disponibilização dos consumíveis em todas as unidades em tempo compatível com a necessidade dos usuários.

IE 1.4 - Scanners

- Integração das demandas para otimização do uso dos scanners;
- Qualidade no processo de indexação dos documentos scaneados;
- Integração do software de captura aos sistemas corporativos do INSS;
- Sistemática do processo de digitalização.
- Com aumento da demanda de digitalização de documentos/processos, verificou-se que é necessário equipamentos robustos, com de tração horizontal visto a fragilidade dos documentos, assim como variação no tamanho do documento a ser digitalizado e a qualidade da imagem gerada versus tamanho do arquivo. Com estas características a definição de um modelo de digitalização e guarda do documento digitalizado versus custo de aquisição tornou-se o ponto mais crítico desta necessidade.

IE 1.5 - Equipamentos de Rede Local

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento, controle e intervenção remota nestes equipamentos.
- Necessidade de permanente atualização do parque para evitar obsolescência.
- Inexistência de processo eficiente que permita a gestão de entrega, instalação e monitoramento dos equipamentos nas unidades.
- A gestão descentralizada tem ocasionado a utilização desses equipamentos em locais e ambientes diferentes daqueles destinados no processo de aquisição.
- Dificuldade em retirar equipamentos obsoletos do ambiente de produção das unidades, ocasionando degradação da performance da rede local.
- Deficiência na gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil.
- Ausência de política que permita a atualização de versões de firmware/sistema operacional, considerando a disponibilização pelos fabricantes de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases.
- Inexistência de política de controle de acesso ao ambiente físico nas unidades tornando vulnerável a integridade física e durabilidade dos equipamentos.

- Vulnerabilidades quanto a disponibilidade e redundância.
- Ausência de política de segurança da informação.
- Compartilhamento de infraestrutura e serviços de rede com diversos órgãos.
- Contratação de profissionais não certificados que atuam na infraestrutura de redes locais nas unidades.
- Deficiências na infraestrutura lógica, elétrica e refrigeração em diversas unidades.

IE 1.6 - Serviço de Rede de Longa Distância

- Ausência de solução de gestão integrada que permita o monitoramento e controle remotos nos equipamentos por parte do INSS. A gestão está toda com a DATAPREV;

IE 1.7 - Ambiente Central de Processamento

Gestão do Ambiente

INSS: Necessita-se de uma ferramenta de gerenciamento de máquinas virtuais que suporte:

- Balanceamento de carga entre máquinas físicas
- Movimentação de máquinas virtuais
- Criação de padrões de máquinas
- Utilização de Snapshots
- Melhor integração com Storage

Dataprev:

- Conclusão da implantação da solução integrada de gestão do ambiente
- Implantação das soluções de alta disponibilidade e contingenciamento
- Conclusão do ciclo de substituição das tecnologias obsoletas
- Concluir a modernização dos sites de São Paulo e Rio de Janeiro

Storage

INSS:

- Redimensionar o atual storage diante da atual escassez de espaço livre disponível.
- Reorganizar a estrutura lógica do atual storage para otimizar seu uso com máquinas virtuais.
- Redirecionar soluções corporativas e críticas hospedadas no ambiente INSS para a Dataprev.

Dataprev:

- Ajustar o parque à demanda atual e futura para atender aos projetos do INSS;
- Prover alta disponibilidade nos serviços

IE 1.8 - Parque de Telefonia

- Inexistência de uma área específica responsável pela gestão global da planta. A gestão da comutação é realizada através de nomeação por portaria. A gestão da transmissão TDM está a cargo da CGLCO e das Superintendências Regionais. A gestão da transmissão IP está a cargo da Dataprev. A gestão da rede de acesso está a cargo da CGEPI e de suas projeções nas SR e GEX;
- Diluição das responsabilidades de contratação e gestão. Frequentemente, a área responsável pela especificação da contratação da transmissão não se comunica com a área que gere a comutação, não levando em consideração fatores que influenciam nos preços pagos, gerando custos que poderiam ser diminuídos com técnicas de encaminhamento de chamadas. O mesmo se aplica a decisões das áreas responsáveis pela contratação e manutenção da rede de acesso.
- Deficiência na gestão do desfazimento dos equipamentos ao fim de sua vida útil;
- Deficiência no treinamento dos co-gestores, de forma a poder identificar corretamente as causas das falhas e abrir chamados técnicos com propriedade;
- No caso das APSTEL, devido a características da arquitetura tecnológica adotada, o INSS não possui governança sobre a plataforma de tecnológica. Isto impede o conhecimento em tempo real da demanda de serviços e a melhor distribuição dos agentes.

IE 1.9 - Videoconferência

- Sistema Operacional Windows 2008 Server
- Banco de Dados SQL Server
- Radvision IView Suite
- Scopia Conference Server
- Sistema de agendamento "Agendavideo".
- Sistemas embarcados no hardware das MCU's e endpoints (Radvision, TANDBERG e Sony).

IE 1.10 - Equipamento de Apoio à TIC

- Gerenciamento da alocação e distribuição destes equipamentos
- Constante atualização da configuração destes dispositivos
- Gerenciamento da demanda destes equipamentos

IE 1.11 - Ambiente Cliente

- Ausência de solução que permita as atualizações de versões de software de forma automatizada e unificada;
- Baixo nível de compatibilidade das soluções impactando no pleno atendimento das demandas dos usuários;
- Ausência de solução de gerenciamento que permita inventariar os softwares e soluções instalados nas estações de trabalho dos usuários;
- Ausência de políticas que garanta a utilização de apenas softwares e soluções licenciadas e homologadas pelo INSS;

SS 1.1 - Atendimento

- Demanda crescente de atendimento em todos canais de atendimento;
- Viabilização da ampliação de serviços em canais remotos;
- Evolução das ferramentas de atendimento visando ampliar os recursos de gestão e a capacidade de atendimento em todos os canais;
- Aumentar o volume de atendimento agendado;
- Melhorar a gestão da capacidade de atendimento por serviço nas unidades presenciais e os processos de atendimento.

SS 1.2 - Cadastro

Portal CNIS

- Migração dos dados existentes da plataforma alta para a plataforma baixa, que gera riscos no tocante a integridade dos dados.
- Regras de negócio das novas versões da Extrato CNIS, com relação às informações dos sistemas legados.
- Expansão da implantação do módulo VRCE em conjunto com o SIBE-BI
- Mudança de cultura dos servidores para promover a aceitação dos novos sistemas
- Estrutura de rede e estrutura de TI necessárias para a operação dos sistemas, necessidade de contínuo monitoramento pelas áreas responsáveis
- Integração do Portal CNIS com os sistemas legado (PRISMA/SABI) e com o SIBE.

SIRC

- Aprovação do Decreto que regulamenta a gestão do Sistema e as obrigações dos cartórios;
- Cadastramento dos usuários dos cartórios e efetivação da utilização da tecnologia de certificação digital;
- Consolidação do processo e aplicação do sistema de cobrança administrativa.

Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social

- Necessidade de expandir o uso da Malha GFIP, atualmente restrita a empresas inativas, para que também sejam incluídas empresas ativas. Depende de negociação com a RFB.
- Necessidade de expandir o uso da Malha GFIP por transmissor, ao invés de somente por empresa. Depende de negociação com a RFB.
- Solução tecnológica para restituir GFIP substituídas por transmissores indevidos. Depende de negociação com a Dataprev.
- Necessidade de maior segurança na transmissão de dados por meio de GFIP – A insegurança está sendo mitigada pelo projeto Malha GFIP e será solucionado definitivamente com a EFD-Social.

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- Compatibilização dos dados cadastrais do trabalhador, utilizado pelas empresas, com os constantes do CNIS, tendo como base o CPF para validação das informações dos segurados, quando do cadastramento inicial dos vínculos no Ambiente Nacional;
- Adaptação do sistema CAT-WEB para captação das informações provenientes da EFD-Social e bloqueio do sistema de forma a não mais permitir que o módulo seja utilizado pelos empregadores;
- Adequação dos sistemas utilizados pelo CNIS para captação das informações oriundas da EFD-Social;
- Escassez de recursos humanos para formação da equipe técnica de acompanhamento do projeto;
- Conflito entre a legislação trabalhista e a legislação previdenciária, considerando as necessidades diversas dos dois órgãos.
- Tempo exíguo para cumprimento do cronograma definido.

SS 1.3 - Reconhecimento de Direito

Soluções Legadas

- Limitações tecnológicas para o reconhecimento de direitos;
- Limitações na integração entre os sistemas;

- Deficiências em segurança da informação;
- Limitação na disponibilização de serviços por canais remotos;

Novas soluções

- Conclusão da transição junto aos sistemas em fase de depletação;
- Estabilização dos ambientes dos novos sistemas.

SS 1.4 - Pagamento de Benefícios

- Pagamento de benefício de forma indevida ao beneficiário.
- Cessar intempestivamente a emissão do crédito do benefício após o óbito do segurado e beneficiário ou retorno voluntário ao trabalho.
- Processo de geração de créditos não atualizado.
- Inexistência de informações gerenciais;
- Falta de integração às funcionalidades do sistema com o SIAFI;
- Inexistência de uso da certificação digital;
- Servidores sem conhecimento técnico, habilidades e atitudes desenvolvidas para atuar nos processos da folha de pagamento de benefícios.
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios ineficiente.

SS 1.5 - Compensação Previdenciária

- Ausência de integração com sistemas da MPS, RFB e PGFN
- Ausência de sistema de Gerenciamento das Informações do Comprev
- Quantidade excessiva de demandas não atendidas pela Dataprev
- Dificuldade de operacionalização da Compensação Previdenciária pelas Unidades do INSS
- Sistema de Acesso apresentando inúmeras dificuldades e retrabalho.

SS 1.6 - Reabilitação Profissional

- A principal dificuldade encontrada está na necessidade de recomposição das equipes de RP, pois o cálculo do TMEAPL enviado pelas equipes de RP para Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, foram cálculos em sua maioria superestimados, como é o caso da GEX Santos que estimou 730 dias.
- A média entre as 93 GEX que enviaram foi de 158 dias em Janeiro, chegando a 117 dias em Dezembro de 2013. As GEX justificam a falta de servidores para poder reduzir o TMEAPL que elas estimaram, pois com o quantitativo atual elas não dão conta de atender a demanda (segurados em PRP e os que aguardam para APL).
- Segundo dados do BERP de Dezembro de 2012 temos:
 - * ROP: 767(havendo possibilidade de se aposentar 254).
 - * Administrativos: 284
 - * Peritos: 488
- As equipes acreditam que para dar conta da demanda atual que é de 69.039 segurados (em PRP - 37.179 e aguardando APL - 31.860, dados do BERP de Dez/2012),seria necessário a contratação de:
 - * ROP: 756
 - * Administrativos: 559
 - * Peritos: 428
- Outro ponto crítico na área de Reabilitação Profissional é a capacitação das equipes de RP nas áreas de Orçamento, Logística e Procuradoria para tornar mais ágil os processos de aquisição de recursos materiais da área de RP e otimizar a utilização do orçamento da Ação 2585 - Reabilitação Profissional.

SS 1.7 - Recursos Administrativos

- RECBEN
- O sistema não conta com equipe de suporte e manutenção técnica exclusiva e o suporte existente é totalmente insuficiente para o atendimento das demandas que surgem no dia a dia de sua operação.

- e-Recursos

A questão crítica para o sistema se reporta a falta de equipamentos scanner para a sua implantação e expansão de forma adequada, bem como a infraestrutura de rede da Instituição que pode se tornar um gargalo para o seu desempenho, além da questão da necessidade de infraestrutura de armazenamento de grande porte.

SS 1.8 - Procuradoria

- Lentidão dos sistemas – em razão do desenvolvimento/implantação dos mesmos pela DATAPREV
- Unidades de execução da Procuradoria com problemas de acesso à Rede (internet) – em razão do link de dados de baixa capacidade e de diversas unidades descentralizadas, especialmente as instaladas em APS ou GEX do INSS, que acabam compartilhando o sinal. Os sistemas usados pela PFE-INSS acabam preteridos em detrimento dos da Autarquia, no desempenho de sua função
- Burocracia na liberação de acesso VPN
- Disponibilização precária de equipamentos – ainda há relatos de problemas na distribuição/instalação de novos equipamentos e softwares
- Dificuldades relativas a acessos e endereços eletrônicos (dificuldades com login) – razões nos itens 1 e 2 acima
- Disfunções relativas a gerenciamento das caixas de e-mail (.previdencia E .inss X .agu) – os domínios possuem um delay muito longo na troca de informações. Ademais, a capacidade de transmissão de dados/arquivos anexados nos domínios .previdencia e .inss é muito inferior ao do .agu, dificultando a troca de mensagens entre interlocutores
- Disfunções relativas à migração/instalação de programas e bases de dados da rede DATAPREV com a rede AGU (DTI) – dificulta a operacionalização das ferramentas de TI nas unidades da PFE-INSS e PGF/AGU
- Baixa eficiência no desenvolvimento de soluções de TI por parte da Dataprev – demora corriqueira na entrega de produtos de TI para homologação pela PFE-INSS (ou para as demais áreas, que acabem por impactar a demanda da PFE-INSS)
- Sobrecarga do SICAU – o banco de dados está sendo sobrecarregado pela decantação da cultura de seu uso pela PGF, bem como pela novel implementação de rotinas de registro de

cumprimento de decisões judiciais pelo INSS. A DTI vem trabalhando na estabilização e no desenvolvimento do SICAU, ainda insuficiente face a sua demanda

- Ausência de ferramenta de cálculos judiciais que substitua em curto prazo os aplicativos domésticos utilizados

SS 1.9 - Acordos Internacionais

- Demanda crescente de acordos internacionais;
- Tratamento das particularidades de cada país e sua incorporação no fluxo padrão;
- Integração com a Rede Bancária para os pagamentos de benefícios no Brasil e no Exterior;
- Melhoria nos mecanismos de troca de informação entre os países acordantes.

SS 1.10 - Orçamento, Finanças e Contabilidade

- CONSIAFI

Tendo em vista o término do contrato em 15 de dezembro de 2012 com a empresa Prismasys, as 50 licenças do software não se encontram mais mantidas pelo serviço de suporte e manutenção, que é de fundamental importância para a continuidade de sua operação e gestão eficiente da execução orçamentária e financeiro do INSS e do FRGPS. Neste sentido faz-se necessário a contratação imediata.

O impacto resultante da atualidade ou falta de atualização da informação é exatamente a diferença entre a tomada de decisão correta ou incorreta, baseada ou não no cenário real. A execução orçamentária e financeira é extremamente dinâmica. A todo instante ocorrem lançamentos que afetam os saldos, sejam decorrentes da emissão de notas de empenho (originais, reforços, anulações), liquidações de despesas, emissões de ordens bancárias, e esse dinamismo é tão mais significativo quando se trata de órgão da dimensão e capilaridade do INSS, que registra números vultosos, porque administra orçamento comparável a algumas nações do continente sul americano, e possui em sua estrutura várias Unidades.

E é também pelo porte e alcance do INSS que os efeitos de uma tomada de decisão inadequada podem representar prejuízos de grave repercussão interna e externa, em todas as esferas, desde as APS, Gerências Executivas, Superintendências Regionais, Direção Central do INSS e o próprio MPS.

Os dados retrospectivos são importantes, é bom que digamos, para determinadas formas de abordagem, tais como elaboração de séries históricas e avaliação de resultados com periodicidade mensal, trimestral, semestral ou anual, para efeito de apuração de resultados. Por outro lado, a informação atual, ou a possibilidade de obtenção de informações extraídas instantaneamente, pertencem à outra natureza de conhecimento e propiciam planejar e atuar rapidamente, e com a segurança de que estamos efetivamente decidindo sobre um cenário real, no qual nos inserimos agora, com isto podendo traçar um diagnóstico extremamente confiável e, portanto nos facultando reverter procedimentos que ocorreram e estão ocorrendo neste momento, corrigindo distorções quantitativas e qualitativas da execução orçamentária e financeira, e otimizando nossa atuação institucional, com reflexos internos e perante a clientela previdenciária, e nos antecipando, inclusive, aos órgãos de controle.

Tal é a importância de uma ferramenta que nos disponibilize não apenas dados de ontem ou anteontem, mas também de hoje, e até mesmo de agora.

- TCE

O sistema atual está defasado tecnologicamente e há necessidade constante de ajustes em funcionalidades, além disso a Instrução Normativa TCU nº 71/2012 estabeleceu que o processo de tomada de contas especial deverá ser constituído e encaminhado ao TCU em meio eletrônico, art. 14, dessa forma há necessidade de aperfeiçoamento tecnológico e implementação de novas funcionalidades.

SS 1.11 - Logística, Licitações e Contratos

- Confiabilidade dos dados/informações;
- Incompatibilidade das ferramentas (planilhas);
- Versões de programas instaladas nos equipamentos;
- Ausência de comunicação entre os sistemas;
- Falta de capacitação para os usuários de Logística;
- Ausência de sistema informatizado que forneça informações gerenciais para o controle e supervisão dos contratos nas Unidades Descentralizadas do INSS;
- Impossibilidade de gestão e acompanhamento das unidades de modo eficiente;

- No caso do ADMPER, CMC e SISAT, segundo a Dataprev, existem muitas limitações em função da linguagem dos sistemas.

SS 1.12 - Gestão Documental

- Atualmente o trâmite de documentos entre as unidades do Instituto é realizado através do Sistema Informatizado de Protocolo da Previdência Social – SIPPS. Neste sistema os documentos físicos são cadastrados e tramitados, garantindo controle no envio e no recebimento entre as unidades. Ainda que o trâmite seja cadastrado no sistema, o documento é sempre enviado fisicamente para o destino.
- Analisando o cenário atual do trâmite de documentos podem ser observados alguns pontos críticos, passíveis de melhoria: grande volume de documentos físicos a serem tramitados; custo adicional para tramitar os documentos fisicamente; lentidão e risco de perda de documentos durante o trâmite; impressão de BRDP's para cada trâmite; entre outros.
- Do ponto de vista técnico, o sistema atual de controle de protocolos (SIPPS) utiliza uma linguagem proprietária (ASP) que se encontra em processo de descontinuidade.
- Também há, por parte dos atuais usuários do SIPPS, a necessidade de produzir, tramitar, armazenar e acessar documentos em suporte totalmente digital.
- Sendo o SIPPS um sistema que afeta diretamente o atendimento ao cidadão, faz-se necessário o desenvolvimento de uma nova ferramenta capaz de otimizar o fluxo de cadastro, trâmite, acesso, segurança, armazenamento e guarda de documentos em qualquer tipo de meio (físico, híbrido ou eletrônico).
- Outra característica que faz jus à modernização do SIPPS é sua adequação às diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), mais especificamente aos requisitos obrigatórios definidos pelo e-ARQ.
- Em relação ao sistema da biblioteca, não há manutenção, é instável e fica fora do ar com grande frequência. Atende apenas as funções básicas de pesquisa de livro, empréstimo e devolução. Não permite pesquisa online e não há opção de renovação. Os campos para pesquisa são bastante limitados. Não há a possibilidade de inserção de periódicos e de cadastramento dos colaboradores. Vale ressaltar que boa parte do acervo é de livros com patrimônio, o que exige um sistema que ofereça segurança na guarda de dados.

SS 1.13 - Engenharia e Patrimônio

- Sistemas foram desenvolvidos para finalidades diversas, tendo sido adaptados para a engenharia;
- Inexistência de documentação dos sistemas;
- Sistemas rodam em servidores com arquiteturas diversas (falta de padrão);
- Falta de comunicação/integração entre os sistemas existentes;
- Falta de sistema de informações gerenciais;
- Sistemas não automatizam todas as demandas, havendo rotinas sendo gerenciadas com soluções rústicas/caseiras;

SS 1.14 - Auditoria

- Carência de pessoal qualificado para atuar nas diversas áreas de auditoria
- Ferramentas necessitam de aprimoramento (as atuais atendem parcialmente às necessidades operacionais e gerenciais)
- Ausência de uma gestão de riscos nos processos da auditoria (aliás, nos processos do Instituto de uma forma generalizada)
- Distância das operações básicas da organização (maior domínio dos fluxos das unidades de atendimento)
- Atuação limitada no que diz respeito às ações de auditoria de sistemas
- Atuação limitada no que diz respeito a análise de banco de dados (mineração)
- Fragmentação dos sistemas de informações do INSS
- Acesso às informações do INSS.
- É fundamental conhecer os processos de negócios do ambiente a ser auditado para a adequada identificação dos riscos envolvidos e seus controles.
- Ausência de rotinas típicas de Auditoria nos sistemas em atividade.

- Demora na obtenção de subsídios para ações de Auditoria. Por exemplo, bases de dados de sistemas hospedados na Dataprev
- Sistemas utilizados no INSS, mas mantidos por órgãos externos (SIAPE, SIAFI)

SS 1.15 - Corregedoria

- Ausência de integração entre Banco de Dados do Sistema de Acompanhamento de Inquérito Administrativo-SIAI (INSS) e o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares-CGU/PAD (CGU)
- Processos operacionais não automatizado
- Ausência de ferramentas para emissão de relatórios gerenciais
- Ausência de processo de digitalização, sistematizado, dos procedimentos administrativos disciplinares (PAD e Sindicâncias)
- Ausência de ferramenta no SIAI para acompanhamento das atividade das Comissões Processantes
- Parque tecnológico defasado
- Incompatibilidade entre LibreOffice e Microsoft Office (O LibreOffice não está instalado em 100% das máquinas)
- Ausência de ferramenta de acompanhamento dos atos dos Processos Administrativos Disciplinares
- Ausência de ferramenta para supervisão com níveis de acessos diferenciados, com possibilidade de inserção de calendário, relatórios, facilitando o acompanhamento das sugestões e recomendações.
- Espaço insuficiente para a aguarda dos processos em algumas regionais (arquivo morto), pelo grande volume de processos físicos.
- Grande demanda de solicitação de informações por parte de órgãos externos e como os processos não são de forma eletrônica, dificulta a agilidade na resposta.

SS 1.16 - Capacitação e Aperfeiçoamento

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
 - * Limitação na tomada de decisão;
 - * Carência de licença Software específicos;
 - * Quantidade insuficiente de técnicos;
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL
 - * Estruturação das equipes do CFAI na Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas (números reduzidos de servidores);
 - * Falta de estrutura física, equipamentos e material para realização das ações educacionais;
 - * Limitação orçamentária referente ao custo com deslocamento de servidores para participarem de eventos educacionais;
 - * Frequente mudança de gestão que impede a continuidade das ações;
 - * Falta de planejamento prévio para a realização, com qualidade, das ações educacionais;
 - * Falta de atualização dos documentos normativos e norteadores;
 - * Falta de qualificação das equipes de educação no INSS;
 - * Falta de mapeamento de processos.
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
 - * Estruturação e capacitação das equipes tanto na Administração Central quanto nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas;
 - * Ausência de normativos específicos para a EaD;
 - * Ausência de mapeamento de processos;
 - * Número reduzido de servidores lotados na Coordenação de EaD e respectivas Divisões;

SS 1.17 - Educação Previdenciária

- Liberação de servidor para participar de ações de educação previdenciária;
- Desinteresse de alguns servidores em realizar ações de educação previdenciária dentro e fora da jornada do horário de trabalho e nos finais de semana;
- Falta Mídia (Notebook, 3G, datashow, máquina fotográfica) para Núcleos Locais do PEP (APS) para ser utilizada em eventos externos de educação previdenciária;
- Falta 3G para os Núcleos do PEP das GEX para acessarem o site da Previdência Social nos eventos externos para disponibilizar os serviços previdenciários ao cidadão;

SS 1.18 - Gestão de Pessoas

- Acórdãos do TCU- Hoje o trabalho é feito por um servidor que acompanha diariamente as publicações no DOU, insere as informações em uma planilha e depois é expedido um memorando pela DGP que encaminha a relação dos acórdãos e solicita o documento que foi gerado como resposta formal ao órgão de Controle pela unidade responsável. Um aplicativo poderia contemplar toda a parte de cadastro, controle de prazos e acompanhamento do atendimento de modo automatizado e mais célere.
- Todas as formas de controle que são feitas através de planilhas são críticas, pois se não for feita consulta diariamente pelo servidor a atualização ficará comprometida. É necessário o fim dessa intervenção manual onde não há nenhum tipo de sinalização de vencimentos de prazos.
- Cobrança dos órgãos de controle do acompanhamento da entrega e apresentação das DBR ou autorização de acesso à base de dados da RFB.
- Trilhas de Auditoria de Pessoal – Existe um grande volume de auditorias no cadastro e folha de pagamento dos servidores. Precisamos de uma mecanismo que receba as críticas da CGU, valide e devolva em forma de relatórios.
- Atualização das versões da Plataforma Moodle.
- O SPEP não atende as necessidades do processo de execução e acompanhamento das ações do PEP.
- O Agenda PEP não tem interface com outros sistemas, como por exemplo: SIAFI e SCDP.

- O CAPAZ não tem interface com todos os demais sistemas utilizados pelo CFAI.
- O Sistema de Bolsa no âmbito das Unidades de Gestão de Pessoas é realizado em meio papel.
- O Escola não foi desenvolvido para Web. Fica hospedado no computador do servidor.
- SIASS - No âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, há o Siape Saúde (sob a gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP), que possibilita diagnóstico do perfil epidemiológico e o controle dos exames médicos periódicos. No entanto, ele ainda não está disponível em todas as Unidades Administrativas, nem temos acesso direto.
- Os sistemas corporativos não estão preparados para atender os servidores portadores de necessidades especiais.
- O Sistema CONSULTARH está hospedado em servidor de arquivos dentro da DOUP. É necessário a mudança para um servidor Dataprev.
- Controle precário de lotação ideal de servidores e remoções internas. • Reestruturar o SISREF e internalizar o sistema na Dataprev. • Controle precário dos servidores assistidos pela GEAP e respectivos dependentes. • Implantação de um sistema de controle de Exames Médicos Periódicos.

SS 1.19 - Planejamento

- Ausência de solução de gestão integrada de informações – muitas informações são prestadas pelas áreas através de planilhas.
- Informações divergentes – diversos sistemas (soluções caseiras) são alimentados com informações de diferentes sistemas corporativos e em algumas situações apresentam-se divergentes.
- Redundância de informações – algumas informações são apresentadas/disponibilizadas em mais de um sistema.
- Dificuldade de Integração dos sistemas (soluções/aplicativos) – alternativas semelhantes são desenvolvidas pelas áreas com a mesma finalidade.

SS 1.20 - Gestão de TIC

I. Gestão de Demandas

- Monitoramento da execução das demandas Integração de todo fluxo de gestão de demandas Otimização dos fluxos de controle de demandas Monitoramento qualitativo execução das demandas

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Falta de recursos humanos e tecnológicos para gerenciamento ativo da infraestrutura e sistemas
- Equipe insuficiente para atuar junto à Dataprev nos incidentes e no monitoramento ativo dos ambientes;

III. Gestão de Telefonia

- Falta de integração dos projetos de telefonia fixas e móveis, reduzindo o alcance da economia destes serviços. Ex: Plano de telefonia celular integrado nas ligações entre Direção Central, Superintendências e Gerências;
- Utilização sistemática de interfaces celulares nas centrais VoIP.
- Necessidade de concluir a padronização da planta de telefonia fixa em 100% da rede para garantia de serviços, monitoramento e redução de custos, além de eliminar o uso de linhas diretas de telefonia fixa.
- Integração com a modernização das redes do INSS para reduzir o impacto da tecnologia VoIP na rede.

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Qualidade do cadastro de usuários;
- Implantação de autenticação de rede em todas as unidades para otimizar as política de gestão e a segurança;
- Registro de logs do acesso de usuários da rede disponibilizados para auditoria;
- Unificação das regras e ferramentas de autenticação;
- Ausência de política de controle de acesso lógico específica para o INSS.

V. Gestão de videoconferência

- Ausência de solução para integração com videoconferências fora da rede Previdência;
- Obsolescência do parque adquirido em 2006;

VI. Prospecção Tecnológica

- Viabilizar a articulação com as prospecções promovidas pela Dataprev;
- Sistematizar o planejamento e consolidar os resultados; Assumir papel proativo de estimular o uso de TIC como meio para alavancar os processos de negócio, alinhada aos Planos Estratégicos e Anuais do INSS.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- Falta de integração da metodologia de desenvolvimento e tecnologias aplicadas pelo INSS e Dataprev, prejudicando a convergência de soluções e o reaproveitamento de serviços;
- Personalização de soluções desenvolvidas pelo INSS e baixa governança na manutenção e evolução de sistemas desenvolvidos internamente;
- Falta de padronização no desenvolvimento de sistemas pelo INSS;
- Ausência de mapeamento de pessoas com perfil e disponibilidade na área de desenvolvimento de sistemas;
- Baixa eficácia no monitoramento do uso de softwares livres e proprietários pelos usuários do INSS;
- Não há um ambiente de desenvolvimento centralizado. Ocasionalmente o uso de servidores locais e redundância de soluções;
- Falta um ambiente de testes e homologação. Os ambientes de desenvolvimento tem sido o mesmo de produção.

SS 1.21 - Soluções Gerenciais

- Necessidade de um projeto integrado de sistemas gerenciais, contemplando as diversas áreas de negócio do INSS;

- Limitadas soluções tecnológicas para atender os desafios deste tipo de tecnologia;
- Integração dos projetos do MPS e INSS para produção de informações gerenciais; e,
- Inclusão das demandas de BI nos projetos desde o seu início, evitando-se limitações e futuros retrabalhos para viabilização do acesso a informações de gestão.

SS 1.22 - Comunicação Social

- Necessidade de dedicação exclusiva ao Projeto - Tendo em vista o escopo do Projeto, se faz necessária dedicação exclusiva dos servidores designados a fim de que as atividades possam ser realizadas dentro do prazo estabelecido. Para os servidores da ACS, o Projeto terá caráter prioritário.
- Infraestrutura disponibilizada - São necessários: servidores (máquinas) que tenham capacidade de suportar a quantidade de dados a ser migrada e de acessos simultâneos, já que as demais páginas serão descontinuadas; quantidade suficiente de pessoas devidamente capacitadas, com dedicação exclusiva ao projeto; recursos financeiros e tecnológicos.
- Ferramentas necessárias à implementação do portal disponibilizadas - Não há como implementar o projeto sem um gerenciador de conteúdo e um servidor capaz de suportar a migração de dados e a quantidade de acessos simultâneos.
- Comprometimento dos envolvidos e capacitados com os objetivos específicos do projeto - É primordial, devido ao volume de informações a serem tratadas e ao prazo exíguo, dedicação e habilidade técnica dos envolvidos no projeto.
- Realização de trabalho de forma integrada e sistêmica com as ACS/SCS - Os servidores das ACS/SCS, bem como os que mantêm atualizadas as páginas das GEX/SR, deverão participar do Projeto, pois conhecem as informações (conteúdos), conhecem as rotinas de atualização e, com isso, o trabalho fluirá com maior rapidez e qualidade.
- Aquisição de softwares - As ACS/SCS necessitam de softwares para tratamento de imagens, construção de peças gráficas, edição de áudio e vídeo, conversão de formatos de arquivos, disponibilização de documentos em formato PDF para impossibilitar a alteração do conteúdo pelo usuário e garantir a lisura das informações, bem como a criação de formulários em PDF editáveis.
- Aquisição de solução de gestão de conteúdos de website - É necessário definir a infraestrutura tecnológica que será utilizada no desenvolvimento do portal único e na migração de conteúdo e dos sistemas agregados.

- Aquisição de uma ferramenta moderna de correio eletrônico que traga uma maior interação aos processos de trabalho na instituição como ferramentas colaborativas, maior capacidade de armazenamento, evitando a perda de e-mails, dentre outras contribuições para atividades corporativas.

SS 1.23 - Atendimento aos Órgãos de Controle

- Inexistência de sistema integrado de automação do processo de atendimento/acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno/externo.
- Inexistência de workflow que abranja toda a organização
- Política de gerenciamento das demandas dos órgãos de controle

SS 1.24 - Estrutura de TIC

- Inexistência de fluxo de comunicação entre as estruturas de TIC distribuídas nas diversas áreas do INSS;
- As áreas de negócio produzem demandas relacionadas a TIC diretamente com a Dataprev sem participação da CGTI;
- A Estrutura de TIC está distribuída de forma fragmentada nas diversas áreas da Administração Central prejudicando a atuação e gestão de TIC no Instituto.
- Ausência de subordinação das estruturas de TIC das áreas de negócios a um órgão central o que fragiliza as ações, programas e políticas de TIC do Instituto;
- Falta de Núcleos de TIC nas Gerências Executivas para dar suporte às APS, atuar junto à Dataprev e apoiar a CGTI;
- Inexistência de sistemática de gestão de soluções desenvolvidas internamente;
- Deficiências na estrutura da CGTI para cumprir plenamente suas atribuições regimentais.
- (SR-A) Falta de Núcleo de TIC também nas Superintendências.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

DESAFIOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

IE 1.1 - Servidores de Rede

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Evoluir a sistemática de contingência e backup;
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede;
- Melhorar a sistemática de gerenciamento da instalação e da operação destes equipamentos;
- Implementar um esquema integrado e controlado, independente de fabricantes, de gerenciamento e monitoramento remoto dos servidores;
- Implementar uma solução de suporte técnico em caso de pane no servidor;
- Implementar a política de controle de acesso físico e lógico aos servidores.

IE 1.2 - Estações de Trabalho e Notebook

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, incluindo a instalação, operação e desfazimento;
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede;
- Atualizar continuamente a configuração mais compatível com as soluções corporativas em uso;
- Viabilizar o gerenciamento remoto e o controle de uso de softwares e hardwares inadequados
- Promover a capacitação e orientações para uso adequado dos recursos.

IE 1.3 - Impressoras e Multifuncionais

- Controle eficiente de gastos e quantitativo de impressão, papéis e consumíveis.
- Melhoria do processo de gestão relativo a aquisição, entrega, instalação, inventário, monitoramento e desfazimento.

- Melhoria da estrutura de gestão do INSS para apoiar a instalação e utilização dos recursos adequadamente.
- Viabilizar a instalação de todos os equipamentos conectados na rede local.
- Diminuição do volume de impressão por conta da melhor gerencia e utilização dos recursos de impressão e de implantação gradual de processos digitalizados.

IE 1.4 - Scanners

- Prover agilidade no momento da digitalização visando evitar o aumento no tempo de atendimento.
- Estudo de viabilidade para contratação outsourcing com serviços de digitalização.
- Prover infraestrutura adequada para suprir o aumento da demanda de digitalização proporcionada pela implantação de novos processos eletrônicos.
- Integrar este parque de equipamentos a uma solução baseada em gestão de conteúdo.

IE 1.5 - Equipamentos de Rede Local

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência.
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, contemplando a instalação, operação e desfazimento.
- Evoluir as soluções de atualização de softwares para otimização de rede.
- Padronização da infraestrutura das redes locais.
- Segregação física e lógica dos serviços de redes nos prédios compartilhados por mais de um órgão.
- Garantia da adequação da infraestrutura lógica, elétrica e de refrigeração nas unidades.
- Prover solução de gestão do parque de rede, seu uso e o monitoramento dos serviços operados a partir dessa estrutura.

IE 1.6 - Serviço de Rede de Longa Distância

- Contingenciamento da rede nas unidades;
- Evolução do modelo de gerenciamento;
- Adequação contínua dos circuitos;
- Atendimento da expansão da rede de unidades do INSS.

IE 1.7 - Ambiente Central de Processamento

- Elaborar plano de recuperação em caso de desastre
- Atualização e adequação constante do parque tecnológico
- Estudo e proposta de criação uma nuvem computacional
- Efetivação de alta disponibilidade nas soluções corporativas
- Monitoramento dos serviços e efetividade na gestão de incidentes

IE 1.8 - Parque de Telefonia

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Prospectar e avaliar a evolução do sistema, com a implantação de novas facilidades;
- Integrar o Sistema com outros sistemas de comunicação corporativos síncronos e assíncronos (videoconferência e comunicadores instantâneos);
- Centralizar a contratação da transmissão TDM, de forma a obter maiores ganhos financeiros com o aproveitamento das condições vantajosas oferecidas pelo mercado;
- Integrar o Sistema VoIP com a plataforma das Centrais de Atendimento 135 (APSTEL), para proporcionar à DIRAT uma base tecnológica de telecomunicações que lhe permita oferecer novos serviços aos cidadãos que procurem esse canal de atendimento, além de obter informações reais sobre a demanda dos serviços.

IE 1.9 - Videoconferência

- Aumentar a capacidade de comunicação por videoconferência, com capacidade de abrangência nas Agências das Previdência Social e videoconferência na internet (externa);
- Melhorar a qualidade da comunicação por videoconferência, em especial a resolução de vídeo;
- Prospeccionar solução que represente evolução tecnológica em relação à solução atual, contemplando: integração com dispositivos móveis; utilização de codecs com capacidade de adequar a qualidade de vídeo e áudio à disponibilidade de rede local; agendamento, apresentação e acionamento em um mesmo ambiente web; Gravação de videoconferências; Possibilidade de videoconferências na internet; integração com a solução de telefonia e demais soluções de comunicação corporativa.
- (SR-I) Agregar ao serviço de videoconferência salas de audioconferência, possibilitando a inclusão de audioconferência com as unidades de atendimento.

IE 1.10 - Equipamento de Apoio à TIC

- Atualização contínua dos equipamentos para evitar obsolescência;
- Aquisição de Laser Pointer;
- Evoluir a sistemática de gestão do parque, incluindo a instalação, operação e desfazimento;
- Atualizar continuamente a configuração mais compatível com as soluções corporativas em uso;
- Promover a capacitação e orientações para uso adequado dos recursos.

IE 1.11 - Ambiente Cliente

- Rever o modelo de gestão do parque e suporte
- Atualizar constantemente o parque
- Prover soluções de gerenciamento remoto do parque.

SS 1.1 - Atendimento

- Integrar o agendamento de todos os serviços em um única ferramenta, contemplando a gestão de todos serviços presenciais;
- Ampliar os serviços em canais remotos;
- Evoluir o modelo de contratação de serviços de call center;
- Disponibilizar serviços em dispositivos móveis;
- Ampliar o volume de atendimentos agendados;
- Disponibilizar recursos de interação com o cidadão (SMS, telefone, etc);
- Reduzir o índice de não comparecimento a serviços agendados;
- Melhorar a qualidade dos sistemas disponibilizados em todos os canais para otimização dos serviços;
- Monitorar a efetividade dos serviços de atendimento.

SS 1.2 - Cadastro

- Implantação total e evolução do Portal CNIS, inclusive com Processo Eletrônico.
- Atualizar a dados cadastrais dos empregados com alguma divergência, premissa para a implantação da EFD-Social.
- Implantar a EFD-Social em parceria com a RFB/MTE. e CAIXA .
- Qualificar a base do CNIS.
- Ampliar o acesso aos dados do Extrato Previdenciário aos Filiados para atualização do CNIS, promovendo a atualização do cadastro antes da demanda de benefícios;
- Implantar a CTC Eletrônica.
- Implantar o requerimento para empresas conveniadas para atualização do CNIS.
- Utilizar tecnologia de áudio e/ou vídeo para entrevistas e oitivas de segurados
- Construir o Cadastro de vinculação (dependentes, grupo familiar, etc).

- Incentivar a utilização do CNIS pelos demais órgãos do Serviço Público.
- Expansão do SIRC
- Interação da base SIRC aos diversos órgãos do governo
- Identificação das GFIP's transmitidas por procuradores não autorizados, com base no arquivo de procurações da CAIXA.

SS 1.3 - Reconhecimento de Direito

- Concluir o desenvolvimento das demais espécies de benefícios no SIBE e implantá-las;
- Iniciar a evolução do sistema, incorporando novas integrações e serviços;
- Evoluir a solução de monitoramento de qualidade e operacional;
- Ampliar o volume de serviços em canais remotos;
- Viabilizar o uso do processo eletrônico;
- Prover sistemas de informações gerenciais relativos ao reconhecimento de direitos;
- Incorporar novas tecnologias de segurança da informação.

SS 1.4 - Pagamento de Benefícios

- Implementar o sistema de gestão patrimonial, orçamentária, financeira e contábil da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS.
- Implementar as ações de correção no processo de geração de crédito/pagamento em até 60 dias após sua identificação;
- Definir juntamente com o DRH as estratégias de capacitação.
- Elaborar Plano de Capacitação de acordo com a disponibilização do sistema;
- Elaborar capacitação de acordo com a disponibilização do sistema;
- Implementar novas rotinas de processamento da maciça.
- Implementar 100% das rotinas de processamento automatizadas referentes às

informações provenientes do Sistema Informatizado de Mortos do Ministério da Saúde – SIM (base de dados para cessação de benefícios que não foram identificados no processamento do Sistema de Óbitos – SISOBI/SIRC ou por outras fontes)

- Implementar 100% das funcionalidade para tratamento das inconsistências nas informações da folha de pagamentos, com base nos critérios definidos.
- Planejar 100% das ações de correção das inconsistências detectadas na folha de pagamento até o mês subsequente a sua detecção.
- Implementar 100% das funcionalidades para geração de informações gerenciais de pagamento de benefícios.
- Realizar Integração do sistema de pagamento de benefícios com o SIAFI.
- Implementar 100% das funcionalidades para integração e uso com certificação digital.
- Implementar 100% das funcionalidades do Sistema integrado de pagamento de benefícios.
- Funcionalidade desenvolvida e implementada para geração das informações referentes à natureza de débito e crédito, às rubricas de pagamento de benefícios e respectivas fontes de custeio (RGPS, EPU e BPC/RMV).

SS 1.5 - Compensação Previdenciária

- Implementação das demandas pendentes
- integração do sistema Comprev a outros sistemas
- Elaboração de novo projeto para um sistema de Compensação Previdenciária

SS 1.6 - Reabilitação Profissional

- O principal desafio será reduzir o número de segurados na fila de espera para o atendimento da RP, para isso há necessidade de recomposição da atual equipe de RP;
- Propiciar um atendimento no PRP com eficácia e eficiência, por meio de concessão de recursos materiais em menor tempo, reduzindo assim o tempo de permanência do segurado em PRP e proporcionando um retorno ao mercado de trabalho com mais brevidade;

- Otimizar a utilização do orçamento da Ação 2585 - Reabilitação Profissional;
- Implementar o processo de descentralização das equipes de RP das GEX para as APS;
- Proporcionar capacitações mais frequentes para as equipes de RP, principalmente os da ponta;
- Reconhecimento da RP dentro e fora da Instituição.

SS 1.7 - Recursos Administrativos

- Desabilitar o sistema RECBEN substituindo-o de forma plena pelo sistema e-Recursos.

SS 1.8 - Procuradoria

- Informatizar a consultoria administrativa e de benefícios na PFE-INSS
- Integrar as bases de dados em um ambiente único de controle gerencial e operacional das unidades da PFE-INSS
- Informatizar a atividade de transmissão de documentos
- Informatizar a atividade de cálculos judiciais
- Informatizar o controle da legitimidade de despesas com pagamentos judiciais
- Garantir maior uniformização na execução de projetos que envolvam as diversas instâncias estruturais da PFE-INSS
- Integrar a equipe da PFE-INSS por ferramentas de comunicação mais ágeis
- Garantir maior segurança ao repertório de documentação da produção institucional
- Controlar de forma mais contundente e sistêmica o cumprimento de demandas judiciais pela Autarquia

SS 1.9 - Acordos Internacionais

- Integração com o projeto SIBE 2 (pagamento de benefícios);
- Integração dos sistemas de acordos internacionais aos sistemas CNIS e SIBE.

SS 1.10 - Orçamento, Finanças e Contabilidade

- Sistematizar o Fluxo de Caixa do INSS/FRGPS.
- Homologação da provável aquisição do sistema ERP.
- Implantar o sistema SISPAGBEN em sua plenitude.
- Implantar o sistema GRU em sua plenitude.
- Implantar o novo sistema TCE em sua plenitude.
- Implantar as versões do sistema APWEB em sua plenitude.
- Busca-se a criação de um repositório de dados abraçando todo o conjunto de informações relativas ao negócio do INSS, por intermédio de seus sistemas internos, dos sistemas estruturantes de governo e das ferramentas de gestão a serem contratadas, para que se possa produzir maior conhecimento não apenas pelas informações relativas ao planejamento e execução orçamentária, mas principalmente permitindo integrar toda a cadeia de processos relativos aos projetos finalísticos do INSS, contribuindo para uma visão completa do planejamento, da execução, dos desvios apontados pelos indicadores, das pesquisas de avaliação de resultados físicos/financeiros e das ações necessárias de correção para prover maior excelência na gestão.

SS 1.11 - Logística, Licitações e Contratos

- Homologar o SGCES e implementá-lo em 100% das Gerências Executivas;
- Capacitação para operacionalização do SGCES;
- Contratação do Sistema Integrado de Gestão da área meio (ERP);
- Capacitação dos usuários de Logística para utilização do ERP;
- Migração dos dados de todos os sistemas e planilhas atualmente utilizados pela CGRLOG para o ERP;
- Implementação do ERP em 100% das Gerências Executivas;
- Descontinuar a utilização do SGCES quando da implantação do ERP; e
- Controle e acompanhamento dos contratos e despesas operacionais por meio de sistema, seja qual ele for.

SS 1.12 - Gestão Documental

- Os principais desafios para os próximos 4 anos são:
 - * Substituir gradativamente o SIPPS atual pelo e-Doc com o mínimo de impacto sobre as atividades e demandas das unidades;
 - * Prover a infraestrutura de TI necessária para suportar o novo Sistema em desenvolvimento;
 - * Manter o SIPPS funcionando adequadamente frente as demandas por documentos e processos do passivo, diante da possível atenção e preferência dada ao novo sistema;
 - * Manter constante o aprimoramento do novo sistema;
 - * Realizar a capacitação de todos os servidores que utilizarão o novo sistema;
 - * Atender adequadamente as necessidades de integração entre o novo sistema e os sistemas cujo SIPPS tem relação atualmente;
 - * Mudança na cultura organizacional frente a utilização de um novo sistema, tendo em vista a inserção de novos conhecimentos e procedimentos na rotina administrativa das unidades;
 - * Monitorar de forma eficiente a utilização do novo sistema, identificando os gargalos e dificuldades de operacionalização;
 - * Aquisição de um sistema de gerenciamento de bibliotecas, com manutenção e atualizações, bem como a implantação da Rede de Bibliotecas do INSS.

SS 1.13 - Engenharia e Patrimônio

- Concluir o Programa de Expansão da Rede de Atendimento - PEX;
- Contratação de solução integrada para a gestão dos imóveis sob governança do INSS;
- Contratação de solução integrada que atenda a área de gestão do INSS.

SS 1.14 - Auditoria

- Conduzir o Planejamento Plurianual alinhado aos objetivos estratégicos da organização

- Conduzir o Planejamento Plurianual a partir de subsídios dos stakeholders
- Conduzir ações que garantam a aderência, por parte das unidades operacionais, aos controles internos (conformidade)
- Obter um entendimento de alto nível dos negócios, seu mercado, alianças e forças externas.
- Entender e identificar os objetivos estratégicos que fornecem sua continuidade dos negócios e visão estratégica.
- Entender como a organização reage a estes desafios.
- Fornecer contexto e fundamentos para o plano de auditoria.
- Desenvolver fundamentos que apoiarão na identificação dos processos básicos de negócios que direcionarão os riscos estratégicos.
- Ênfase em TAAC - técnicas de auditoria auxiliadas por computador (ou outras tecnologias)
- Aquisição de ferramenta de fluxogramação
- Capacitar auditores em técnicas de fluxogramação
- Adoção de ferramentas CASE
- Adoção de ferramentas de Business Intelligence
- Revisão geral do ambiente de Tecnologia da Informação, considerando aspectos tais quais:
 - * Avaliação dos riscos e controles de Tecnologia da Informação;
 - * Identificação da estrutura de informática;
 - * Revisão dos sistemas utilizados pela organização;
 - * Revisão dos perfis de acessos aos dados;
 - * Levantamento da topologia das redes internas;
 - * Integração entre os sistemas;
 - * Segurança física e lógica;

- * Segurança na Internet;
 - * Intranet;
 - * Política de segurança;
 - * Plano de contingência;
 - * Documentação;
 - * Backup;
 - * Projetos de tecnologia em andamento.
- Compliance nos processos de gerenciamento da Tecnologia da Informação
 - Capacitar servidores na área de desenvolvimento nas principais linguagens utilizadas pela Dataprev

SS 1.15 - Corregedoria

- Criação de Processo Administrativo Disciplinar eletrônico, a fim de proporcionar: maior acompanhamento das ações, a busca de informação com celeridade, redução de movimentação do processo físico, preservação de maior sigilo, diminuição de gasto público e redução de acervo físico.

SS 1.16 - Capacitação e Aperfeiçoamento

- SERVIÇO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
 - Laboratório de prospecção apropriado
 - Ambiente apropriado para desenvolver vídeos-aulas
- COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL
 - Estruturação das Equipes de Educação do INSS (número de pessoal adequado para realização das ações educacionais com qualidade);
 - Estruturação física e logística dos CFAI na Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas;

- Plano das Ações de Capacitação publicado no exercício que antecede a sua realização;
 - Documentos norteadores e normativos atualizados;
 - Equipes qualificadas para atuar no processo educacional do INSS;
 - Mapeamento dos processos da área;
 - Ações educacionais baseadas no mapeamento de competência.
- **COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**
 - Equipes tanto na Administração Central quanto nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas estruturadas e capacitadas;
 - Normas que tratem especificamente acerca das atividades da EaD;
 - Processos mapeados;
 - Coordenação de EaD e respectivas Divisões com lotação ideal;
 - Atividades descentralizadas.

SS 1.17 - Educação Previdenciária

- Diminuir o número de trabalhadores socialmente desprotegidos no Brasil;
- Disponibilizar o Portal do Programa de Educação Previdenciária na Internet e na Intraprev com produtos (cursos, cartilhas, matérias, jogos eletrônicos) e serviços de Educação Previdenciária;
- Inserir o tema Previdência Social nas salas de aulas de Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e das Escolas Profissionalizantes;
- Produzir materiais de educação previdenciária para crianças e jovens e disponibilizar na internet.

SS 1.18 - Gestão de Pessoas

- Integrar todos os Sistemas do INSS ao Cadserv.

- Automatizar todos os processos que hoje são feitos manualmente ou através de planilhas Excel.
- Integrar os sistemas Dataprev ao SERPRO.
- Tornar o Portal de Competências o instrumento de gestão de competências no INSS.
- Melhorar o processo de divulgação interno e externo das ações do PEP.
- Tornar o CAPAZ um sistema on-line, com interface com todos os sistemas que oferecem ou recebem informações para gestão das ações de formação e capacitação de servidores.
- Desenvolver e manter o Sistema de Bolsa de estudos no INSS, garantindo transparência e segurança para os servidores.
- Melhorar o processo seletivo e de avaliação dos tutores e educadores.
- Automatizar o Processo Seletivo de Remoção.
- Automatizar todo o Processo Seletivo Externo.
- Garantir acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais aos sistemas corporativos.
- Garantir pleno gerenciamento das ações de SQVT em nível nacional, por meio de uma ferramenta que possibilite acompanhamento, controle da qualidade e emissão de relatórios;
- Disponibilizar ferramenta interna para diagnóstico e controle do SQVT que possibilite a emissão de relatórios gerenciais, pesquisas qualitativas e quantitativas
- Reestruturar o SISREF para que possa atender com eficiência os sistemas que acessam a sua base de dados • Internalizar na Dataprev os principais sistemas desenvolvidos por servidores do INSS, principalmente o SISREF.

SS 1.19 - Planejamento

- Evolução do Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos;
- Capacitação de todos os servidores envolvidos com projetos;
- Monitoramento eficiente na utilização do SGPP;

- Integração e aprimoramento constante dos sistemas;
- Garantia de recurso para o trabalho evolutivo dos sistemas;
- Integração das áreas para consolidação da cultura de Planejamento, Controle e Avaliação, das Ações e Projetos do INSS;
- Planejamento integrado entre Dataprev e INSS para a execução dos projetos e ações; e
- Mudança na cultura organizacional frente à necessidade de melhor gerenciar os projetos da casa.

SS 1.20 - Gestão de TIC

I. Gestão de Demandas

- Evolução no monitoramento de gestão de demandas;
- Evolução da solução de suporte aos usuários de TIC;
- Melhoria dos mecanismos de monitoramento e controle da execução e efetividade das demandas.

II. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Integração do monitoramento dos ambientes com a Dataprev;
- Viabilização do monitoramento ativo dos ambientes;
- Melhoria da comunicação com os usuários finais no caso de incidentes;
- Evoluir o nível de serviço contratado junto à Dataprev e os mecanismos de sua avaliação.

III. Gestão de Telefonia

- Implantação de solução convergente de telefonia, videoconferência e sistemas corporativos;
- Garantir a atualização constante do parque de telefonia e soluções de gestão

- Promover a integração e convergência dos projetos e contratações de telefonia.

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Convergência de soluções de autenticação tendo como referência o Gerid;
- Implantação do serviço de diretório em todas as unidades;
- Implantação da solução de gerenciamento e rastreabilidade de logs para todos os sistemas corporativos;
- Consolidar as tecnologias de gestão de acesso, procedendo os ajustes necessários para garantir a segurança, operacionalidade e integridade no acesso à rede e sistemas corporativos;
- Integrar o cadastro de usuários ao processo de gestão de pessoas, compartilhando a evolução naquela área e consolidando a qualidade das informações de referência gestão de acessos;
- Aplicação da tecnologia de certificação digital na autenticação de usuários;
- Utilização de soluções baseadas no conceito de extranet para reduzir a necessidade do uso de VPN e integrar o controle de acesso às regras de perfis definidas.
- (SR-I) Substituição do e-trust por uma ferramenta mais moderna e aperfeiçoamento do sistema de controle de acesso à internet.

V. Gestão de videoconferência

- Atualização do parque, incorporando novas tecnologias;
- Integração com as demais ferramentas de comunicação corporativa;
- Ampliação do alcance da tecnologia, incorporando as unidades de atendimento;
- Viabilização de integração com dispositivos móveis.

VI. Prospecção Tecnológica

- Promover a atualização e evolução tecnológica do INSS;

- Atuar de forma ativa e propositiva nos projetos estratégicos e demandas de inovação do INSS;
- Promover a integração com a Dataprev no processo de prospecção tecnológica;
- Sistematizar o planejamento e os resultados do processo de prospecção.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- Promover um cadastro dos desenvolvedores internos do INSS;
- Promover a definição de padrões de desenvolvimento, integrando o mesmo ao framework de desenvolvimento da Dataprev e demais tecnologias que promovam a otimização e compartilhamento de serviços com a Dataprev;
- Sistematizar a homologação de softwares, o controle de uso das licenças e monitorar a aplicação dos softwares proprietários e livres em toda rede.

SS 1.21 - Soluções Gerenciais

- Solução integrada de sistemas gerenciais que permitam o acesso pelas diversas áreas da Previdência Social com o mesmo critério e conceito de utilização;
- Incorporação e consolidação de novas tecnologias; e,
- Utilização de infraestrutura segregada, permitindo autonomia na extração de informações, sem prejudicar a operação dos sistemas transacionais.

SS 1.22 - Comunicação Social

- Criar um único portal para que sejam centralizadas e disponibilizadas as informações institucionais, atualmente espalhadas em diversas páginas na Intraprev.
- Aprimorar e dinamizar a disponibilização de informações corporativas, estabelecendo critérios de inclusão de conteúdo e de atualização do portal.
- Estimular os servidores a buscarem informações no portal de forma concisa, rápida e prática.
- Obter maior controle das informações disponíveis aos servidores do INSS por meio de uma

ferramenta de gestão de conteúdo e de controle de acesso pelas ACS/SCS.

- Obter maior qualidade, eficiência, economicidade e padronização das informações disponibilizadas aos servidores do INSS e à sociedade, de forma rápida, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

SS 1.23 - Atendimento aos Órgãos de Controle

- Promover o mapeamento do processo
- Elaborar um workflow das rotinas
- Definir uma política de gestão de demandas dos órgãos de controle
- Desenvolver/implementar solução para suportar o processo, que integre todas os atores no processo.

SS 1.24 - Estrutura de TIC

- Aplicar as recomendações do PDTI para evolução dos processos de gestão de TIC;
- Viabilizar ajustes na atual estrutura de gestão de TIC.
- (SR-I) Formalizar a estrutura hierárquica da gestão de TIC nas unidades administrativas descentralizadas (SR e GEX).

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

AÇÕES EM ANDAMENTO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

IE 1.1 - Servidores de Rede

- Aquisição de novos servidores para substituir obsoletos e atender novas demandas;
- Implantação de sistemática integrada de gestão e integração do equipamento às políticas de gestão de acesso à rede e gestão de documentos (a partir da implantação do projeto e-DOC);
- Implantação do projeto de gestão da solução de antivírus;
- Implementação de esquema de monitoramento remoto dos servidores das unidades.
- Definição de uma política de controle de acesso físico e lógico.

IE 1.2 - Estações de Trabalho e Notebook

- Aquisição de novos microcomputadores e notebooks para substituir obsoletos e atender novas demandas;
- Implantação de sistemática integrada de gestão e integração do equipamento às políticas de gestão de acesso à rede (domínio centralizado) e à atualização de software;
- Realizar desfazimento dos equipamentos obsoletos;
- Melhoria da gestão da solução antivírus.

IE 1.3 - Impressoras e Multifuncionais

- O INSS atualmente encontra-se na fase de integração das soluções corporativas de digitalização ao parque de scanners e multifuncionais;
- Alteração do fluxo de atendimento, imputando a digitalização no processo de trabalho, em especial nas unidades de atendimento;
- Avaliar a contratação deste tipo de equipamento por meio de Outsourcing de impressão e/ou digitalização.
- O INSS está conduzindo processo de aquisição para substituição e modernização de parte do parque de impressoras e multifuncionais.

IE 1.4 - Scanners

- O INSS na evolução dos sistemas corporativos, está em fase de alteração do fluxo de atendimento em suas unidades.
- Esta evolução dos processos internos do Instituto, assim como a implantação do modelo híbrido de documentos e processos, isto é, documentos e processos parte eletrônica parte física, leva a modificação dos processos de trabalho.
- O INSS atualmente encontra-se na fase de integração das soluções corporativas de digitalização ao parque de scanners e multifuncionais;
- Alteração do fluxo de atendimento, imputando a digitalização no processo de trabalho, em especial nas unidades de atendimento;
- Avaliar a contratação deste tipo de equipamento por meio de Outsourcing.

IE 1.5 - Equipamentos de Rede Local

- Aquisição de novos equipamentos (switches, nobreaks, rack, etc) para substituir obsoletos e atender novas demandas.
- Implantação de gestão integrada que permita o monitoramento e controle destes equipamentos.
- Desfazimento dos equipamentos obsoletos.
- Elaboração de Política de Gestão das Redes Locais nas unidades do INSS.

IE 1.6 - Serviço de Rede de Longa Distância

- PEX
- Renovação dos contratos de rede pela Dataprev;
- Elaboração da política de gestão da rede.

IE 1.7 - Ambiente Central de Processamento

INSS:

- Adequação e atualização do parque e ferramentas de virtualização e gerenciamento.
- Operacionalização de rotina de backup.

- Elaboração e aplicação de política de backup.

Dataprev:

- Implantação de solução de gestão integrada
- Adequação do parque e infraestrutura dos CP
- Implantação de rotinas para viabilizar alta disponibilidade e contingenciamento
- Padronização de tecnologias

IE 1.8 - Parque de Telefonia

- Implantação dos equipamentos adquiridos em 2012;
- Negociação com o fornecedor para treinamento na operação dos co-gestores;
- Readequação do plano de numeração, visando à simplificação do processo de discagem para ligações internas ao sistema;
- Integração com sistema semelhante em operação na Dataprev;
- Especificação de nova arquitetura tecnológica de comunicação e controle para as Centrais de Tele-atendimento 135 (APSTEL).

IE 1.9 - Videoconferência

- Elaboração do plano de contingência da videoconferência;

IE 1.10 - Equipamentos de Apoio à TIC

- Atualização e complementação do atendimento das demandas de projetos e televisores
- Integração destes dispositivos aos projetos de videoconferência, SGA, Sala de Monitoramento, dentre outros

IE 1.11 - Ambiente Cliente

- Aquisição de equipamentos para atualização do parque;
- Alienação dos equipamentos com vida útil expirada.

SS 1.1 - Atendimento

- Evolução da Sala de Monitoramento;
- Atualização das centrais 135;
- Substituição do módulo de agendamento eletrônico do SAE pelo SISAGE;
- Integração dos fluxos de atendimento aos sistemas CNIS e SIBE.

SS 1.2 - Cadastro

Portal CNIS

- Expansão da implantação do módulo VRCE em conjunto com o SIBE-BI
- Desenvolvimento do módulo SE do Portal CNIS
- Continuidade do desenvolvimento de melhorias para todos os módulos e da integração com o SIBE e Gerenciador de Pesquisas-GPe.
- Aperfeiçoamento dos indicadores visando a integração com o SIBE
- Aperfeiçoamento das funcionalidades de consulta, com desenvolvimento da visão filiado do CNIS.
- Continuidade da adaptação da Extrato CNIS, que está sendo implementada em etapas, para atender às regras do NMG, à implementação dos novos sistemas e à migração das bases de dados.
- Desenvolvimento do módulo de informações gerenciais CNIS-Gestão
- Implantação da EXTRATO CNIS 3.5 e 4.0

Malha GFIP - Malha nas informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

- Atualmente, já foram desenvolvidos os módulos de cadastro de empresas e responsáveis por transmissões de GFIP suspeitas, e o bloqueio automático das GFIP transmitidas por estes, além do bloqueio de GFIP retificadora com excessiva variação a menor na quantidade de trabalhadores, além do módulo de análise das GFIP em bloqueio.

- Ainda em desenvolvimento encontra-se a funcionalidade de invalidação de GFIP já transmitidas anteriormente, e a restauração da GFIP anterior. Também necessitam ser adaptados os sistemas CNIS para que conste a informação de vínculo pertencente a GFIP retida na malha.
- Também está em negociação a obtenção da base de procurações eletrônicas da CEF, para ajudar a identificar transmissores indevidos que possam eventualmente serem incluídos na Malha GFIP.

Escrituração Fiscal Digital – EFD-Social

- Acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas que serão utilizados pelas empresas para confecção, validação, assinatura e transmissão dos eventos trabalhistas e de folha;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos módulos simplificados que serão utilizados pelo MEI, Segurados Especiais, Pequenos Produtores Rurais, Empregador Doméstico, Empresas optantes pelo SIMPLES com até 10 empregados, Obras de Construção Civil de *Pessoa Física e o Empregador Pessoa Física para confecção, validação, assinatura e transmissão dos eventos trabalhistas e de folha;
- Estudo quanto aos impactos nos diversos módulos do CNIS;
- Definições de regras de negócio e de validação para captação, gravação, armazenamento e disponibilização dos dados oriundos da EFD-Social no CNIS;
- Levantamento das ações a serem desenvolvidas visando a adaptação do Portal CNIS para tratamento das informações captadas da EFD Social.

SS 1.3 - Reconhecimento de Direitos

- Implantação do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE para os benefícios assistenciais e por incapacidade;
- Desenvolvimento no SIBE para inclusão das espécies de Aposentadorias;
- Integração com os demais sistemas da nova tecnologia. Ex: CNIS, GPE, SISAGE, etc.

SS 1.4 - Pagamento de Benefícios

- PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSAMENTO

Painel de Acompanhamento da Folha – o projeto deve desenvolver um painel de acompanhamento do processamento da Folha.

O painel deve indicar a situação atual do processamento da folha de determinado mês, além de oferecer informações visuais, sintéticas ou detalhadas com estatísticas sobre todos os subprocessos componentes da folha indicando a situação individual de cada um deles.

Sistema de Alertas para os Eventos Principais – o projeto deve desenvolver um mecanismo de alerta através de mensagens no SIBE-CONEV aos interessados sobre os eventos principais componentes da Folha de um mês. Exemplos: captação automática de parâmetros; prazo limite para preenchimento de parâmetros; início do processamento (primeiros créditos disponíveis para validação); conclusão da validação automática; fechamento da Folha; emissão bancária.

Expurgo da Folha (para reprocessamento) – o projeto deve desenvolver funcionalidades para expurgos parciais ou totais da Folha de um determinado mês, com praticidade e segurança. Dessa forma, quando forem encontrados erros nos programas geradores da Folha, ela poderá ser facilmente reiniciada inclusive parcialmente.

Controle dos arquivos utilizados na Folha – o projeto deve desenvolver funcionalidades para guardar na base do SIBE II todos os arquivos necessários ao processamento da folha do mês, sejam arquivos capturados, recebidos de entes externos ou gerados pela própria Folha.

Visualização do calendário de processamento – o projeto deve desenvolver funcionalidades para exibir o calendário estimado e/ou realizado do processamento da folha do mês. Deve haver também a visualização de calendário das folhas que estão atualmente em processamento.

- **EXTRAÇÃO DOS DADOS PARA OS CÁLCULOS**

Aquisição do serviço de replicação de dados do SUB (BDSISBEN) para o Oracle – o projeto deve adquirir junto à COBC e ao projeto SIBE II BDCRED a solução que replicará os dados do SUB em base Oracle espelho.

Dessa forma, os dados a serem considerados para a geração da folha já estarão disponíveis em plataforma baixa.

Reorganização dos dados para os cálculos da folha – o projeto deve desenvolver um programa que reorganizará os dados trazidos do SUB para a plataforma baixa. Esse programa deve reorganizar os dados de forma a buscar maior performance para o

processamento da Folha, incluindo a identificação dos benefícios com dependências entre si. Esse programa deve identificar os dados que estão inconsistentes para o processamento da Folha e apontá-los como tal.

- **BATIMENTO**

Comparação entre Folhas – o projeto deve desenvolver um aplicativo de Batimento que permita a comparação entre os dados de 2 Folhas de pagamentos de benefícios, sendo uma executada em Java e a outra executada em Cobol. Os dados da folha em Cobol já estarão disponíveis no Oracle de forma que todos os dados a serem comparados estarão nessa tecnologia, melhorando a performance da solução. O aplicativo deve ser configurável sobre quais partes da folha devem ser validadas. Deseja-se que o aplicativo possua inteligência não só para apontar os erros mas também para indicar as tendências dos erros analisados. É necessária a flexibilidade para indicar manualmente que determinados dados considerados divergentes não sejam mais comparados, considerando-se que a versão em Java é a que estará correta. Além disso, a solução deve prever uma adaptação futura para comparar duas Folhas integralmente geradas em Java.

Analizador de Resultados – o projeto deve desenvolver no aplicativo de Batimento a visualização dos resultados analisados, indicando estatísticas gerais (totais por espécies, totais por rubricas...) e as tendências identificadas.

Visualização individualizada de contracheques nas 2 Folhas – o projeto deve desenvolver no aplicativo de Batimento a visualização comparativa de 2 contracheques gerados para um benefício específico. A comparação deve apontar visualmente as diferenças encontradas nos valores de cada rubrica. Além disso, devem ser exibidas as informações que o sistema considerou para chegar aos resultados dos cálculos.

SS 1.5 - Compensação Previdenciária

- Acompanhamento da implantação do sistema Comprev na nova Plataforma (WEB)
- Identificação dos pontos críticos da implantação.
- Estudos para a mudança para um novo sistema de Acesso
- Participação de grupo de trabalho buscando o desenvolvimento da Câmara de Compensação Previdenciária
- Elaboração de Cronograma com a priorização das demandas de Compensação Previdenciária

- Inclusão do Comprev no Sistema de Digitalização
- Cadastramento dos usuários externos no SAA

SS 1.6 - Reabilitação Profissional

Revisão do Manual de Reabilitação Profissional;

- Construção do Sistema SIBE RP, com primeira entrega prevista para Junho de 2013;
- Supervisões previstas para 25 GEX em 2013;
- Capacitação em Mercado de Trabalho para as SR-I, II e III para Março de 2013;
- EAD em Procedimentos de Reabilitação Profissional - 3ª oferta em Março de 2013;
- Ida da equipe de RP do INSS, em Março de 2013, para Alemanha por meio do acordo celebrado com a DGUV;
- Novo indicador para cálculo do TMEAPL a partir de Janeiro de 2013;
- Solicitação de recomposição de equipe da RP em 97 GEX (entregue à DGP em Fevereiro de 2013);
- Apresentar ao CFAI proposta de capacitação que reúna as áreas de RP, Logística, Orçamento e Procuradoria;
- Apresentar ao CFAI proposta de capacitação em prescrição de órteses e próteses para os peritos médicos.

SS 1.7 - Recursos Administrativos

- Estão sendo adotadas ações para a conclusão da implantação do sistema e-Recursos em todas as APS do INSS, tal ação tem como meta de finalização 06/2013.

SS 1.8 - Procuradoria

- E-Consult - Sistema Eletrônico de Consultoria de área meio e finalística – sistema desenvolvido, em fase de teste de fluxo
- E-Recursos - Sistema Eletrônico de Processamento e Julgamento de Recursos – estudo de uso pela PFE-INSS em fase avançada

- SAPIENS - Ferramenta de Integração de Bases de Dados – operacional em Porto Alegre/RS. Em estudo para ampliação. Desenvolvimento pela DTI/AGU
- APWeb - Módulo de Despesas Judiciais – Operacional – agendada reunião com DIROFL para desenvolvimento de eventuais funcionalidades que permitam melhor gestão da execução orçamentária judicial da PFE-INSS
- SIPREC - Sistema de Precatórios – Aguarda entrega pela DATAPREV. Sistema apresentado para homologação não apresentava funcionalidades suficientes a seu uso operacional com a eficácia esperada
- Módulo de Demandas Judiciais – MDJ – Aguarda desenvolvimento do SIBE pela DATAPREV, para verificação das soluções em matérias de cálculos
- GPLANES – desenvolvimento de ambiente na ferramenta que apresente retrato estrutural das unidades cadastradas (estrutura, parque tecnológico, recursos humanos) e painel de indicadores estipulados pela PFE-INSS como medidores de eficácia das suas ações estratégicas. Em andamento
- MS Lync – ferramenta que propicia a comunicação em tempo real entre interlocutores a distância – após negativa da DATAPREV sob argumento de impossibilidade da rede suportar (item 2, ponto crítico), está se tentando garantir a conectividade junto às Procuradorias Regional e Direção Central da *PFE-INSS. Em fase de segregação de redes para teste
- SICAU – desenvolvimento de tarefas/atividades para cumprimento (e mapeamento deste cumprimento) de decisões judiciais pelas unidades específicas do INSS
- SIRC – Sistema Integrado de Registro Civil – em desenvolvimento – servirá de base de dados para consulta sobre a vida civil de todos os cidadãos brasileiros, a partir da alimentação pelos cartórios extrajudiciais
- Sistema Monitor – Integrado ao SIBE que executará a cobrança administrativa dos créditos do INSS bem como aplicação de multas administrativas pelo descumprimento de obrigações não tributárias

SS 1.9 - Acordos Internacionais

- Evolução dos sistemas SIAI e SPAI;
- Implantação dos novos acordos firmados;

- Cumprimento dos compromissos de melhoria dos sistemas nos acordos bilaterais, unilaterais e multilaterais.

SS 1.10 - Orçamento, Finanças e Contabilidade

- CONSIAFI

Atualmente estamos oficializando demanda de contratação e aquisição de solução de análise e extração de dados do SIAFI que contemple 260 usuários simultâneos. Que pode seguir duas opções: a aquisição da mesma solução (CONSIAFI aproveitando a experiência do sistema atual e as licenças já adquiridas) ou a compra de uma nova solução.

- SISPABEN

O sistema que está em processo de homologação, irá realizar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de benefícios administrada pelo INSS, bem como a contabilização de toda a despesa do fundo de forma segregada e a prestação de contas junto à rede bancária. Esse sistema irá substituir o atual SCF, que não consegue atender a atual demanda de forma tempestiva, em atendimento as normas e determinações dos órgãos de controle.

- GRU

Sistema em processo de implantação, desenvolvido pelo INSS e DATAPREV, com o objetivo de atender demandas das diversas áreas do instituto. Atualmente GRU utiliza controle de acesso SAA e vai ser migrado para o GERIDI.

- APWEB

Em processo de homologação. A partir de 01 de maio, todas as áreas utilizarão o sistema para a emissão e consulta do documento AP (Autorização de Pagamento). O Sistema possui vários formulários para atender as diversas áreas do INSS.

- TCE

Em fase de levantamento de requisitos para especificação de uma nova solução de TI para gerenciamento de ações e procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial.

SS 1.11 - Logística, Licitações e Contratos

- Foi desenvolvido, por servidor da casa, o Sistema de Gestão de Contratos e Execução de

Serviços - SGCES, inicialmente utilizado pela Superintendência Regional Norte/Centro Oeste, passando posteriormente sua gestão para a CGRLOG.

- O SGCES já está sendo, gradativamente, utilizado pelas unidades de Logística, porém devido a necessidade de ajustes, o mesmo terá um GT para avaliação, validação e homologação do sistema até o mês de abril/2013.
- Continuidade do Projeto do ERP (Sistema de Gestão Integrada), com objetivo de padronizar as ações da área meio e viabilizar a integração das diversas ações de Logística, Orçamento, Finanças e Engenharia. A previsão de publicação de edital de licitação para o 2º semestre de 2013.
- Demandas de implementações para melhoria do ADMPER (Depreciação e Reavaliação de Bens solicitadas pela STN) e no CMCWEB melhorias do Sistema.
- Quanto ao SISAT ainda não foram demandadas.

SS 1.12 - Gestão Documental

Em maio de 2011 a DGDIN, visando a modernização do SIPPS abriu uma demanda para a DATAPREV para que o mesmo pudesse funcionar na linguagem Java em substituição ao ASP que encontra-se obsoleta, permitindo entre outras coisas que o SIPPS pudesse ser aberto no navegador Mozilla Firefox.

Desde então após diversas discussões sobre a adequação desta demanda aos objetivos do escopo de projeto, a DATAPREV em conjunto com o INSS, PREVIC e MPS vem desenvolvendo um novo sistema que pretende substituir o SIPPS gradativamente.

O projeto tem como objetivo realizar o desenvolvimento de um novo sistema que viabilize a criação e o trâmite de documentos eletrônicos, além de sua manipulação e guarda, em substituição ao atual SIPPS.

As principais necessidades a serem atendidas pelo projeto são:

- Criar documentos processuais e não processuais através de formulário eletrônico;
- Anexar documentos digitalizados a documentos criados eletronicamente, compondo o documento principal;
- Permitir a tramitação de documentos eletrônicos, híbridos e físicos;

- Permitir o arquivamento, desarquivamento e localização no arquivo de documentos eletrônicos, híbridos e físicos;
- Controlar, armazenar, acessar e destinar documentos criados eletronicamente ou não, através do acesso aos serviços de gestão eletrônica de documentos;
- Permitir ao cidadão, através da web, consultar documentos nos quais ele seja citado;
- Prover serviços de comunicação com outros sistemas que necessitem realizar cadastro de documentos.

Em 28 de julho de 2010, iniciou-se o processo para aquisição de sistema para gerenciamento de acervo bibliográfico, no entanto, até o momento o processo encontra-se sem prosseguimento.

SS 1.13 - Engenharia e Patrimônio

- Fusão dos sistemas SISGEO e SGPI.
- Criação de novas funcionalidades para suprimir o uso de planilhas eletrônicas ou mensagens/informações mantidas nas caixas eletrônicas.
- Mapeamento das necessidades de informações.

SS 1.14 - Auditoria

- Desenho/redesenho das atividades da Divisão de Auditoria em Sistemas e Projetos
- Desenho/redesenho das atividades do Serviço de Assuntos Estratégicos
- Desenho/redesenho das atividades da área de Monitoramento

SS 1.15 - Corregedoria

- SISCOR - Sistema da Corregedoria

SS 1.16 - Capacitação e Aperfeiçoamento

- PFC - GESTORES

- PFC - EDUCADORES
- PFC - TÉCNICOS
- PFC - MÉDICOS
- PFC - ASSISTENTE SOCIAL
- FERRAMENTAS DE QUALIDADE
- LNC
- PLANO DE CAPACITACAO
- PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
- BOLSAS - atualização
- AVALIAÇÕES

SS 1.17 - Educação Previdenciária

- SISGPEP

SS 1.18 - Gestão de Pessoas

- O Portal de Competências hoje faz interface com o CAPAZ, assim, todas as capacitações e cursos realizados pelos servidor, migram, automaticamente para o Portal, desenvolvido um módulo para visualização e impressão do currículo do servidor com base nas informações registradas e alimentadas no sistema; incluído módulo de consulta, para facilitar a identificação de servidores com o perfil necessário em alguns projetos e atividades.
- O Cadserv está na fase final do projeto. A Dataprev estima a sua entrega para o primeiro trimestre de 2013.
- Plataforma Moodle – Prospecção no mercado de novas versões.
- SitedWeb – Negociação com a equipe de sustentação da Dataprev para desenvolver o novo sistema em 2013.
- SPEP - Iniciado o desenvolvimento do novo SisGPEP, que contemplará o processo de gestão do PEP em todas as etapas. Primeiro módulo em produção desde o início de dezembro de 2012.

- CAPAZ - Mudança de layout, geração de relatório gerenciais, sem a necessidade de senha, para auxiliar no acompanhamento da execução das ações e monitoramento da meta física.
- Sistema de Bolsa - Iniciado o desenvolvimento de módulos adicionais que contemple as demais etapas após o processo seletivo, chegando ao recebimento e publicação dos TCC.
- Criação do Sistema de Gerenciamento das Ações de SQVT – SISQVT – está sendo construído por servidores da Casa.
- Criação do Sistema de Acessibilidade – ACESSQVT – construído por servidor da Casa e possibilitará o cadastramento, diagnóstico por equipe multiprofissional e levantamento das necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência;
- Foi elaborada a proposta de criação da Ouvidoria Interna da Previdência Social, que fará uso de sistema próprio. A proposta foi elaborada por um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos quatro Órgãos da Previdência Social: MPS, INSS, PREVIC e DATAPREV, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da Previdência Social.
- O CONSULTARH está sendo atualizado por um servidor do Rio de Janeiro.

SS 1.19 - Planejamento

- Reanálise dos processos e desenvolvimento do SGPA;
- Continuidade do desenvolvimento do SGPP para inclusão de todos os processos de Gerenciamento de Projetos; e
- Manutenção do Sistema SIC/INSS.

SS 1.20 - Gestão de TIC

I. Gestão de Demandas

- Implantação do software Clarity em substituição do DemandasCliente, incorporando novo fluxo de gestão;
- Avaliação da viabilidade de contratação de suporte técnico presencial em paralelo aos serviços da Dataprev.

I. Monitoramento dos ambientes de TIC

- Avaliação de contratação de serviços para monitoramento ativo dos ambientes;
- Definição de política de redes locais;

III. Gestão de Telefonia

- Implantação da solução VoIP nas APS;
- Avaliação das soluções de convergência entre os diversos canais de comunicação corporativas;
- Avaliação da utilização intensiva de dispositivos móveis nos processos de negócio do INSS.

IV. Gestão de Acessos a Rede e Sistemas

- Início da migração das soluções parceiras do SAA para o Gerid;
- Piloto da implantação do domínio Gov nas unidades;
- Implantação do conceito de grupos de acesso na gestão de permissões aos usuários;
- Elaboração de política de gestão de acesso à rede aos sistemas corporativos.

V. Gestão de videoconferência

- Aquisição de equipamentos complementares para atendimento de novas Gerências Executivas;
- Prospecção de novas tecnologias de videoconferência;
- Avaliação de alternativas de integração com videoconferências externas diretamente do ambiente INSS.

VI. Prospecção Tecnológica

- Integrar a equipe de prospecção às áreas de negócio para maior conhecimento das necessidades, visando promover ativamente a indicação das melhores tecnologias disponíveis;
- Acompanhamento da elaboração do PDTI para subsidiar o planejamento deste processo.

VII. Desenvolvimento de Sistemas, Softwares Livres e Contratação de Licenças de Software

- Convergência do ambiente de sustentação dos sistemas desenvolvidos pelo INSS no ambiente Dataprev;

- Reavaliação do modelo de desenvolvimento interno do INSS;
- Acompanhamento da evolução da metodologia de desenvolvimento da Dataprev (PDDataprev);
- Foi disponibilizada em 2012 uma área para a publicação e colaboração no desenvolvimento dos sistemas internos pelo inss (<http://10.120.3.13/redmine>).
- Será necessário, entretanto, ampliar a divulgação e estímulo à sua utilização.

SS 1.21 - Soluções Gerenciais

- Utilização de novas tecnologias pela Dataprev para as soluções de BI;
- Metodologia de desenvolvimento de sistemas gerenciais em fase de consolidação pela Dataprev e incorporação de novas tecnologias no framework de desenvolvimento; e,
- Integração dos projetos de BI que atenderão os novos sistemas de atendimento, cadastro, reconhecimento de direitos e pagamentos.

SS 1.22 - Comunicação Social

- Levantamento de conteúdos nas páginas das Gerências-Executivas e Superintendências.
- Classificação de informações
- Definição do conteúdo dos conteúdos das GEX e SR a ser migrado para o portal único.
- Início do processo de aquisição de softwares com o encaminhamento do Documento de Oficialização da Demanda à CGTI realizado no mês de dezembro/2012.

SS 1.23 - Atendimento aos Órgãos de Controle

- Criação de comitês regionais para acompanhamento das soluções de demandas/recomendações/determinações.

SS 1.24 - Estrutura de TIC

- Reavaliação da sistemática de gestão e monitoramento das unidades, visando melhorar a qualidade e reduzir a demanda de atuação presencial para suporte, mediante a utilização de novos serviços;
- Inclusão no PDTI de proposta de ajustes na estrutura de governança de TIC.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

INVENTÁRIO de SISTEMAS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

INVENTÁRIO DE SISTEMAS
Completo

- Conteúdo Classificado como Restrito

Simple

- Conteúdo Classificado como Restrito

Quadro Consolidado

Unidade Gestora	Contrato Dataprev		Autenticação		Plataforma de Sustentação			
	SIM	NÃO	SIM	Não Informado	Mainframe	Cliente Server	WEB	Não Informado
PRESIDÊNCIA	0	5	1	4	0	0	5	0
ACS	0	1	0	1	0	0	1	0
CGPE	0	4	0	4	0	0	4	0
CGTI	0	1	0	2	0	0	2	0
CFAI	0	0	3	2	0	0	3	2
DIRSAT	1	3	0	5	0	0	4	1
DIRBEN	62	10	7	73	58	1	17	4
DIRAT	1	5	3	6	1	0	6	2
DGP	4	2	3	8	2	0	8	1
DIROFL	6	12	5	18	3	1	19	0
PFE	1	1	0	2	0	0	1	1
AUDGER	1	5	0	6	1	1	4	0
CORREG.	1	2	0	3	1	0	2	0
Total	77	51	22	134	66	3	76	11

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS - QUADRO CONSOLIDADO
Aquisição de Equipamentos de 2008 (Adesão a diversas atas de registro)

Unidade	Servidor	Microcomputador	Notebook	Monitor de vídeo	Impressora	Scanner	Switch
São Paulo	0	1931	58	2091	654	0	48
Belo Horizonte	0	2250	92	2250	667	0	46
Florianópolis	0	2652	81	2652	444	0	36
Recife	0	1810	116	1810	619	0	38
Distrito Federal	0	1600	139	1600	452	0	30
Direção Central	0	146	47	146	3	0	2
Total	0	10389	533	10549	2839	0	200

Aquisição de Equipamentos de 2009 (Pregão 05/2009)

Unidade	Servidor	Microcomputador	Notebook	Monitor de vídeo	Impressora	Scanner	Switch
São Paulo	120	2395	440	2715	586	230	472
Belo Horizonte	128	2675	393	3112	676	224	482
Florianópolis	70	1847	333	2212	546	261	453
Recife	263	4088	349	5236	1268	510	600
Distrito Federal	142	2728	90	3225	664	229	518
Direção Central	16	241	20	208	50	21	60
Total	739	13974	1625	16708	3790	1475	2585

Aquisição de Equipamentos de 2010 (Pregão 22/2010)

Unidade	Servidor	Microcomputador	Notebook	Monitor de vídeo	Impressora	Scanner	Switch
São Paulo	298	6790	446	7062	1458	73	0
Belo Horizonte	324	5618	326	5976	1727	70	0
Florianópolis	299	3312	310	3609	1544	61	0
Recife	509	6528	262	6761	2084	73	0
Distrito Federal	253	3347	152	3505	1389	43	0
Direção Central	38	448	298	456	353	30	0
Total	1721	26043	1794	27369	8555	350	0

Aquisição de Equipamentos Consolidado (2008 a 2010)

Unidade	Servidor	Microcomputador	Notebook	Monitor de vídeo	Impressora	Scanner	Switch
São Paulo	418	11116	944	11868	2698	303	520
Belo Horizonte	452	10543	811	11338	3070	294	528
Florianópolis	369	7811	724	8473	2534	322	489
Recife	772	12426	727	13807	3971	583	638
Distrito Federal	395	7675	381	8330	2505	272	548
Direção Central	54	835	365	810	406	51	62
Total Geral	2460	50406	3952	54626	15184	1825	2785

CHAMADOS TÉCNICOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

INFORMAÇÕES INFOSART



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

INFORMAÇÕES INFOSART

DIAGNÓSTICO

Quantidade de Chamados por Objeto - Jan. a Dez. 2012

Equipamentos			Correio Eletrônico			Sistemas			Outros		
Tipo	Quant.	%	Tipo	Quant.	%	Tipo	Quant.	%	Tipo	Quant.	%
Impressora	11.462	28,55	Expresso	44.799	85,02	AOR/IRSM	252	0,21	Accuterm	798	2,00
Micro Computador	25.354	63,16	Mozilla Thunderbird	6.527	12,39	CAT	662	0,55	Antivirus	1.135	2,85
Monitor	641	1,60	Outlook	451	0,86	CNIS	13.104	10,96	Baixa Web	247	0,62
Nobreak	279	0,70	Pandion	480	0,91	COMPREV	224	0,19	CADPF	375	0,94
Ponto Lógico	261	0,65	Prevmail	438	0,83	CTC	433	0,36	Circuito	10.494	26,31
Rack	402	1,00	Total	52.695	100,00	HIPNET	987	0,83	HOD SERPRO	861	2,16
Roteador	371	0,92				HISCRE	477	0,40	Internet	7.203	18,06
Scanner	844	2,10				PLENUS	17.033	14,25	Infra Estrutura	400	1,00
Switch	528	1,32				PORTAL CNIS	9.539	7,98	Linux	658	1,65
Total	40.142	100,00				PRISMA	28.999	24,26	Microformas	692	1,74
						REC. WEB	729	0,61	SAA	1.816	4,55
						SABI	9.663	8,08	Senha Rede	12.830	32,17
						SAE AGENDA	1.192	1,00	VPN	419	1,05
						SALWEB	664	0,56	Windows	1.956	4,90
						SARCI	529	0,44	Total	39.884	100,00
						SARTWEB	561	0,47			
						SGA	2.581	2,16			
						SIBE	1.954	1,63			
						SIPPS	28.842	24,13			
						SRP	389	0,33			
						SUIBE	726	0,61			
						Total	119.540	100,00			

Fonte: INFOSART.

Quantidades e Tipos de Ocorrências – CNIS – PLENUS – PORTAL CNIS – PRISMA

CNIS			PLENUS			PORTAL CNIS			PRISMA		
Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%
Acesso	1.404	10,76	Criação de Usercorde	411	2,42	Inconsistência de sistema	2.852	29,97	Acesso	509	1,76
Inconsistência de sistema	3.537	27,10	Erro na Leitura do Transporte	208	1,23	Indisponível	2.370	24,89	Crítica II	1.160	4,02
Indisponível	3.051	23,37	Indisponível	448	2,64	Informação de Uso	456	4,79	Impressão	484	1,68
Informação de Uso	440	3,37	Informação de Uso	1.000	5,89	Instável	2.745	28,83	Inconsistência de sistema	6.464	22,38
Instalação/Configuração	1.085	8,31	Instalação / Configuração	1.798	10,59	Lento	1.097	11,52	Indisponível	2.732	9,46
Instável	3.076	23,56	Instável	989	5,83				Informação de Uso	1.627	5,63
Lento	375	2,87	Número de Cópia Plenus	530	3,12				Instável	1.233	4,27
Vínculo não autorizado	86	0,66	Reativação / Desbloqueio	7.517	44,28				Problema de Senha	748	2,59
			Reinicialização de Senha	3.460	20,38				Represado	378	1,31
			Transporte Invalido ou não Especificado	132	0,78				Revisão	876	3,03
			Troca de Gestor	484	2,85				Troca de Status	12.356	42,78
									Instalação / Configuração	314	1,09

Fonte: Infosart.

INFORMAÇÕES INFOSART
DIAGNÓSTICO

Quantidades e Tipos de Ocorrências – SABI – SAE – SGA – SIPPS											
SABI			SAE – AGENDAMENTO ELETRÔNICO			SGA			SIPPS		
Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%
Atualização de versão	564	5,85	Inconsistência de sistema	418	35,24	Inconsistência de sistema	638	27,51	Alterar OL	1.885	6,54
Atualizador de estação não configurado	145	1,50	Indisponível	366	30,86	Indisponível	534	23,03	Alterar Status	1.504	5,22
Inconsistência de sistema	1.626	16,87	Informação de Uso	82	6,91	Informação de Uso	249	10,74	Cadastrar usuário	6.071	21,07
Indisponível	2.233	23,17	Instável	263	22,18	Instalação e/ou Configuração	648	27,94	Excluir usuário	499	1,73
Informação de Uso	591	6,16	Problema de Senha	57	4,81	Painel Problema Senha	207	8,93	Impressão	188	0,65
Instalação e/ou Configuração	1.494	15,50	SIBE			Problemas de Impressão	43	1,85	Inconsistência de sistema	569	1,98
Instável	1.712	17,76	Ocorrência	Quant.	%				Indisponível	611	2,12
Lento	1.100	11,41	Inconsistência de sistema	584	30,04				Informação de Uso	535	1,86
Problema de Senha	172	1,78	Indisponível	233	11,99				Instável	98	0,34
			Informação de Uso	468	24,07				Reinicialização de Senha	16.487	57,23
			Instável	461	23,71				Responsabilidade sobre OL	362	1,26
			Lento	198	10,19						

Fonte: Infosart.

Quantidades de Aberturas de Chamados para Correio Eletrônico								
Expresso			Mozilla Thunderbird			Outlook		
Tipo	Quant.	%	Tipo	Quant.	%	Tipo	Quant.	%
Alterar permissão acesso caixa compartilhada	2.026	4,55	Configurar perfil	902	13,90	Alterar responsável da caixa	32	7,13
Atualização dos dados do Usuário	2.899	6,51	Criar conta	422	6,50	Configurar perfil	49	10,91
Criar conta	9.856	22,14	Excluir conta	587	9,04	Criar conta	33	7,35
Criar/Alterar Lista de Distribuição	505	1,13	Falha no nome do usuário	188	2,90	Criar lista de distribuição	2	0,45
Excluir conta	2.389	5,37	Incluir e/ou Excluir usuário na lista distribuição	239	3,68	Excluir conta	34	7,57
Incluir/Excluir usuário na lista distribuição	2.684	6,03	Inconsistência de sistema	1.008	15,53	Incluir/Excluir usuário na lista distribuição	34	7,57
Inconsistência de sistema	2.583	5,80	Indisponível	784	12,08	Inconsistência de sistema	44	9,80
Indisponível	1.124	2,53	Informação de Uso	369	5,69	Indisponível	37	8,24
Informação de Uso	4.455	10,01	Instalação	134	2,06	Informação de Uso	51	11,36
Instável	189	0,43	Instável	125	1,93	Instalação	17	3,79
Lento	71	0,17	Reinicialização de Senha	1.631	25,13	Instável	9	2,00
Não envia/recebe mensagens	1.819	4,09	Transferência do local folders para outro micro	101	1,56	Reinicialização de Senha	95	21,16
Reinicialização de Senha	13.346	29,98	***	***	***	Transferência do local folders para outro micro	12	2,67
Senha trocada com restrição	563	1,26						

Fonte: Infosart.

INFORMAÇÕES INFOSART

DIAGNÓSTICO

Quantidades e Tipos de Ocorrências – Micros – Impressoras – Scanner – Switch											
Impressora			Micro Computador			SCANNER			SWITCH		
Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%
Atolando papel	2.237	20,49	Configuração	6.299	25,35	Digitalização de Má Qualidade	29	3,46	Falhas de Portas Lógicas	22	4,20
Configurar na rede	1.869	17,12	Falha de Sistema Operacional	779	3,13	Informação de Uso	33	3,94	Instalação	299	57,06
Desconfigurada	768	7,03	Informação de Uso	1.022	4,11	Instalação	615	73,48	Liberar Porta	155	29,58
Falha no sensor do toner	354	3,24	Instalação	5.362	21,58	Não Digitaliza	140	16,73	Não Comunica	39	7,44
Imprimindo folhas em branco	238	2,19	Não liga	3.456	13,91	Não Liga	20	2,39	Não Liga	2	0,38
Informação de Uso	343	3,14	Outros defeitos	6.391	25,72				Problema de Hardware	7	1,34
Instalação	1.661	15,21	Problema de Hardware	1.541	6,20						
Não imprime	2.787	25,53									
Não liga	484	4,43									
Problemas no painel de visualização	176	1,62									

Fonte: Infosart.

Quantidades e Tipos de Ocorrências – ANTIVIRUS – INTERNET – SAA – SENHAS DE REDE – CIRCUITO – WINDOWS												
ANTIVIRUS			INTERNET			S A A			SENHAS DE REDE			
Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Ocorrência	Quant.	%	Objeto	Ocorrência	Quant.	%
Informação de Uso	179	16,24	Atualização de Browser	98	1,37	Acesso	759	42,00	Senha da Rede	Criar conta	465	3,68
Instalação e/ou Configuração	923	83,76	Inconsistência de sistema	1.872	26,22	Impressão	6	0,33		Exclusão	33	0,26
CIRCUITO			Indisponível	1.021	14,30	Indisponível	585	32,37		Informação de Uso	52	0,41
Ocorrência	Quant.	%	Informação de Uso	1.285	18,00	Informação de Uso	130	7,19		Reinicialização de Senha	9.529	75,43
Falha de energia elétrica	662	6,37	Instável	457	6,40	Instável	214	11,84	Senha da Rede Local	Cadastramento no Domínio Local	1.694	13,41
Indisponível	7.741	74,49	Perfil de Acesso	2.407	33,71	Problema de Senha	113	6,25		Exclusão no Domínio Local	69	0,55
Instalação e/ou Configuração	322	3,10	WINDOWS							Informação de Uso	21	0,17
Ocorrência	Quant.	%	Entrando em modo de segurança	49						Reinicialização de Senha no Domínio Local	769	6,09
Instável	1.298	12,49	Erro de DLL	19								
Lento	369	3,55	Inconsistência de sistema	404								
			Informação de Uso	246								
			Instalação e/ou Configuração	923								
			Instável	58								
			Reinicializando sozinho	64								
			Tela Azul	30								
			Travando	158								

Fonte: Infosart.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

SISTEMAS e OCORRÊNCIAS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

SISTEMAS E OCORRÊNCIAS

Quantidades de Ocorrências Registradas no Sartweb por Sistemas – Período: Jan a Dez - 2012										
Ocorrências	SISTEMAS									TOTAL
	CNIS	PLENUS	PORTAL CNIS	PRISMA	SABI	SAE AGENDA	SGA	SIBE	SIPPS	
Acesso	1.404	0	0	509	0	0	0	0	0	1.913
Cadastramento de Usuário	0	0	0	0	0	0	0	0	6.071	6.071
Inconsistência de Sistema	3.537	0	2.852	6.464	1.626	418	638	584	569	16.688
Indisponível	3.051	448	2.370	2.732	2.233	366	534	233	611	12.578
Informação de Uso	440	1.000	456	1.627	591	82	249	468	535	5.448
Instalação e/ou Configuração	1.085	1.798	0	314	1.494	0	648	0	0	5.339
Instável	3.076	989	2.745	1.233	1.712	263	0	461	98	10.577
Lento	375	0	1.097	0	1.100	0	0	198	0	2.770
Problemas de Senha	0	0	0	748	172	57	207	0	0	1.184
Reinicialização de Senha	0	3.460	0	0	0	0	0	0	16.487	19.947
Reativação e Desbloqueio	0	7.517	0	0	0	0	0	0	0	7.517
Atualização de Versão	0	0	0	0	564	0	0	0	0	564
Troca de Status	0	0	0	12.356	0	0	0	0	0	12.356
TOTAL	12.968	15.212	9.520	25.983	9.492	1.186	2.276	1.944	24.371	102.952

Fonte: INFOSART.

SISTEMAS E OCORRÊNCIAS

Quantidade de Ocorrências Registradas no Sartweb por Equipamentos – Período: Jan a Dez – 2012						
Ocorrências	EQUIPAMENTOS					TOTAL
	IMPRESSORA	MICRO COMPUTADOR	MONITOR	SCANNER	SWITCH	
Atolando Papel	2.237	0	0	0	0	2.237
Desconfigurada	768	0	74	0	0	842
Digitalização de Má Qualidade	0	0	0	29	0	29
Falhas de Portas Lógicas	0	0	0	0	22	22
Falha no Sensor do Toner	354	0	0	0	0	354
Falha de Sistema Operacional	0	779	0	0	0	779
Imprimindo folhas em branco	238	0	0	0	0	238
Informação de Uso	343	1.022	29	33	0	1.427
Instalação e/ou Configuração	3.530	11.661	55	615	299	16.160
Liberar Porta	0	0	0	0	155	155
Liga e não aparece a imagem	0	0	207	0	0	207
Não Comunica	0	0	0	0	39	39
Não Digitaliza	0	0	0	140	0	140
Não Imprime	2.787	0	0		0	2.787
Não Liga	484	3.456	194	20	2	4.156
Outros Defeitos	0	6.391	0	0	0	6.391
Problema de Hardware	0	1.541	0	0	7	1.548
Problemas no Painel de Visualização	176	0	0	0	0	176
Total	10.917	24.850	559	837	524	37.687

Fonte: Infosart.

DIAGNÓSTICO

SISTEMAS E OCORRÊNCIAS

DIAGNÓSTICO

Quantidade de Ocorrências Registradas no Sartweb por Mensageria – Período Jan a Dez – 2012						
Ocorrências	CORREIO ELETRÔNICO					TOTAL
	Expresso	Mozilla Thunderbird	Outlook	Pandion	Prevmail	
Alterar permissão acesso caixa compartilhada	2.026	0	0	0	0	2.026
Alterar responsável da caixa	0	0	32	0	0	32
Atualização dos dados do usuário	2.899	0	0	0	0	2.899
Configurar Perfil	0	902	49	0	0	951
Cria conta	9.856	422	33	0	0	10.311
Criar/Alterar Lista de Distribuição	505	0	2	0	0	507
Excluir Conta	2.389	587	34	0	0	3.010
Erro de OWA	0	0	0	0	7	7
Falha no nome do usuário	0	188	0	0	0	188
Incluir/Excluir usuário na lista de distribuição	2.684	239	34	0	0	2.957
Inconsistência de Sistema	2.583	1.008	44	112	52	3.799
Indisponível	1.124	784	37	113	48	2.106
Informação de Uso	4.455	369	51	58	54	4.987
Instalação e/ou Configuração	0	134	17	169	0	320
Instável	189	125	9	0	3	326
Lento	71	0	0	0	0	71
Não envia/recebe mensagens	1.819	0	0	0	0	1.819
Reinicialização de Senha	13.346	1.631	95	27	274	15.373
Senha Tocada com Restrição	563	0	0	0	0	563
Total	44.509	6.389	437	479	438	52.252

Fonte: Infosart.

SISTEMAS E OCORRÊNCIAS

Quantidade de Ocorrências Registradas no Sartweb por Diversas Aplicações – Período: Jan a Dez – 2012								
Ocorrências	OUTROS							TOTAL
	Antivírus	Circuito	Internet	S A A	Senha Rede	Windows	Linux	
Acesso	0	0	0	759	0	0	0	759
Cadastramento no Domínio Local	0	0	0	0	1.694	0	0	1.694
Criar Conta	0	0	0	0	465	0	0	465
Exclusão	0	0	0	0	102	0	0	102
Inconsistência de Sistema	0	0	1.872	0	0	404	38	2.314
Indisponível	0	7.741	1.021	585	0	0	0	9.347
Informação de Uso	179	0	1.285	130	73	246	84	1.997
Instalação e/ou Configuração	923	322	0	0	0	923	488	2.656
Instável	0	1.298	457	214	0	58	0	2.027
Lento	0	369	0	0	0	0	0	369
Perfil de Acesso	0	0	2.407	0	0	0	0	2.407
Problemas de Senha	0	0	0	113	0	0	0	113
Reinicialização de Senha	0	0	0	0	10.298	0	0	10.298
Travando	0	0	0	0	0	158	0	158
Total	1.102	9.730	7.042	1.801	12.632	1.789	610	34.706

Fonte: Infosart.

OUTROS DOCUMENTOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

ANALISE SWOT

Ambiente Interno	Ambiente Externo
<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homogeneidade do parque de micros e impressoras • Equipamentos modernos e em garantia • Institucionalização de Comitê de TI 	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outsourcing de Impressão e Digitalização • Implantação do Processo Eletrônico • Criação de uma nuvem do INSS
<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centralização da TI do INSS na DC • Desenvolvimento pulverizado nas unidades • Governança de TI dividida na estrutura • A alta administração não tem noção do que seja governança de TI • Áreas relacionam-se diretamente com a Data-prev • Participantes do comitê de TI sem conhecimento em Governança de TI • Ausência de Metodologia de Projetos e de Escritório para Gerenciamento na unidade de TI • Falta de Governança sobre o orçamento de TI • Falta de Planejamento de TI • Servidores insuficientes na Unidade de TI • Falta de um plano e execução de capacitação para equipe de TI • Ingerência de recursos adquiridos pelo INSS e hospedados ou operacionalizados pela empresa de tecnologia contratada. • Relacionamento insuficiente e limitado pela lentidão burocrática da CGTI com a empresa de tecnologia contratada pelo instituto na resolução de problemas ou solicitação de informações. • Fragilidade e falta de investimento na área que supostamente deveria representar gerenciar, administrar, dirigir a TI no Instituto, a CGTI. • Cultura de utilização de recursos tecnológicos básicos totalmente deturpados pelos servidores em função da falta ou pífia existência de incentivo a capacitações e treinamentos. 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defasagem de conhecimento da Equipe • Falta de conhecimento das ações de TI desenvolvidas na casa • Mudança de diretriz das ações de TI quando muda o gestor do órgão • Ausência de uma área sólida de Segurança da Informação no Instituto

DIAGNÓSTICO

Documentos de Referência

Diretrizes da Estratégia Geral de TI – SISP

Plano Plurianual – PPA

Planejamento Estratégico da Previdência Social – PEI

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social – PETI

Plano de Ação Anual do INSS

Regimento Interno do INSS

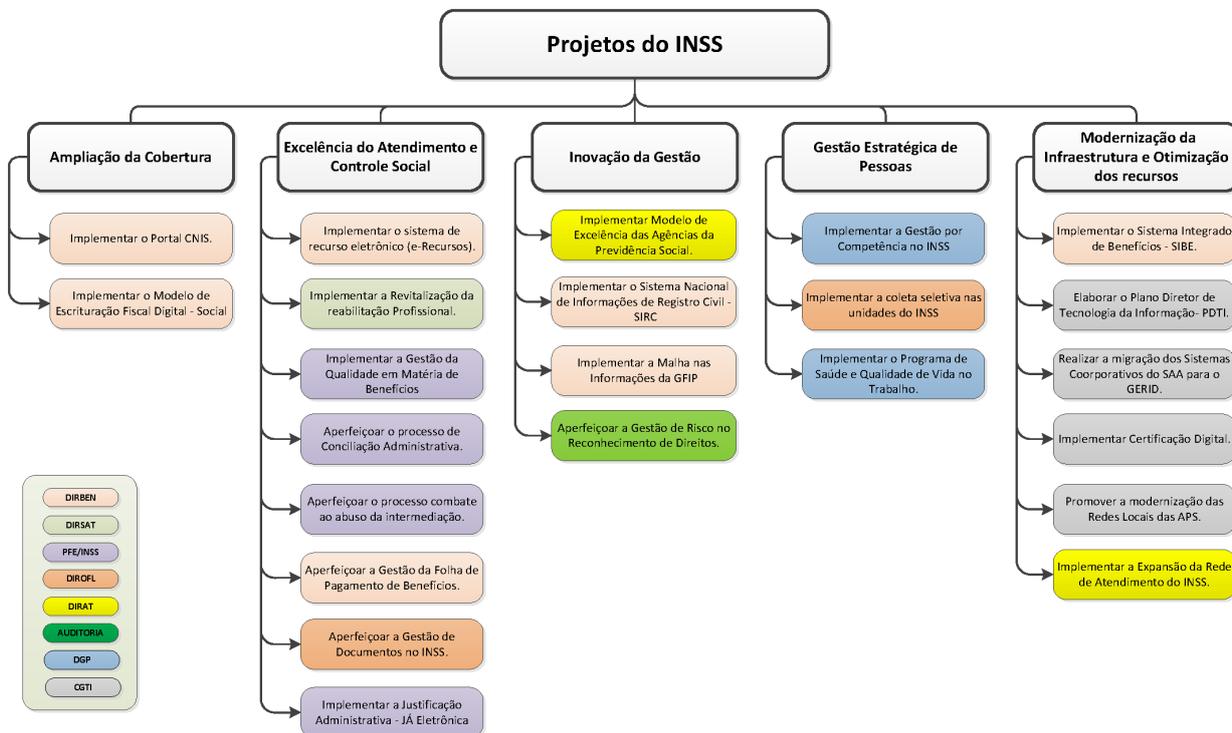
Instrução Normativa Nº 02/2008 – SLTI/MP

Instrução Normativa Nº 04/2008 – SLTI/MP

Acórdão Nº 1603/2008 – TCU

Medida Provisória Nº 2200-2/2001

PORTIFÓLIO DE PROJETOS DO INSS



Estratégias para Administração de TIC - Fase Diagnóstico

1.1. Introdução

No PDTI 2001 – 2004, as estratégias para administração de TIC eram destinadas ao sistema de Previdência Social formada pelo então MPAS, INSS e DATAPREV e suas necessidades foram detectadas mediante entrevistas realizadas com o nível estratégico da Previdência Social, especialmente, a Secretaria Executiva do MPAS e a Diretoria do INSS.

No presente diagnóstico, as estratégias para administração de TIC foram geradas a partir de uma série de necessidades detectadas ao longo desta Fase. Estas necessidades foram ratificadas e complementadas em conformidade com os Pontos Críticos e Desafios apontados pelas áreas de negócio, no nível estratégico do INSS, por tabulações realizadas quanto aos chamados de serviços da DATAPREV (SARTWEB) e ainda pelas recomendações de órgãos de controle interno e externo.

Atualmente, o INSS conta com uma estrutura organizacional de TIC ramificada por todas as áreas de negócio.

1.2. Premissas

O PDTI anterior partiu das seguintes premissas, consideradas adequadas ao que é esperado da área de TI da Instituição:

1. Foco no negócio e no cliente (Cidadão/Segurado e Contribuinte Solidário);
2. Visão integrada de processos;
3. Flexibilidade, agilidade, adaptabilidade das estruturas de TI;
4. Garantia da qualidade na provisão de bens e serviços de TI;
5. Garantia de segurança nas operações envolvendo TI;
6. As estruturas de TI do MPAS e INSS devem garantir o provimento, através da DATAPREV ou de terceiros, de bens, serviços e soluções de informática com a agilidade, qualidade e segurança necessárias ao negócio – foco no planejamento e coordenação e não na execução –, adotando as Diretrizes e Arquiteturas de Informação, Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI;
7. A estrutura da DATAPREV deve ser capaz de atender, de forma autônoma ou através de fortes parcerias, as necessidades de TI do MPAS e INSS, adotando as Arquiteturas de Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI.

ANÁLISE DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

No PDTI atual, estas premissas permanecem inalteradas a não ser pela destinação que passa a ser especificamente do INSS e o foco do negócio que ao deixar de ser agente arrecadador, passa a focar exclusivamente no Cidadão/Segurado:

1. Foco no negócio (Cidadão/Segurado);
2. Visão integrada de processos;
3. Flexibilidade, agilidade, adaptabilidade das estruturas de TIC;
4. Garantia da qualidade na provisão de bens e serviços de TIC;
5. Garantia de segurança nas operações envolvendo TIC;
6. A estrutura de TIC do INSS deve garantir o provimento, através da DATAPREV ou de terceiros, de bens, serviços e soluções de TIC com a agilidade, qualidade e segurança necessárias ao negócio – foco no planejamento e coordenação e não na execução –, adotando as Diretrizes e Arquiteturas de Informação, Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI;
7. A estrutura da DATAPREV deve ser capaz de atender, de forma autônoma ou através de fortes parcerias, as necessidades de TIC do INSS, adotando as Arquiteturas de Sistemas e Técnica propostas pelo PDTI.

1.3. Os papéis da área de TI da Previdência Social

O primeiro passo no estabelecimento das estratégias para administração de TI é determinar de forma clara o papel esperado desta área no contexto do INSS.

A visão que temos leva-nos a cinco diferentes papéis, exercitados desde o PDTI anterior para o Sistema Previdenciário Brasileiro, e que a área de TI deverá desempenhar e já vem desempenhando neste processo de modernização do INSS, a seguir apresentados:

- Tecnologia da Informação como parte integrante do processo de planejamento estratégico e operacional do negócio.
- Tecnologia da Informação como agente facilitador, catalisador, impulsionador e viabilizador do processo de mudança e, eventualmente, como o próprio agente de mudança do INSS.
- Tecnologia da Informação como um integrador de pessoas, processos e tecnologias capaz de identificar e viabilizar soluções para o negócio.
- Tecnologia da Informação como um disseminador de conhecimento.
- Tecnologia da Informação como um provedor eficaz de serviços.

ANÁLISE DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

1.4. Estratégias para administração da área de TIC

As seguintes estratégias foram propostas para a administração de TIC da Previdência Social desde o PDTI anterior. Assim, realizamos uma Matriz identificando aqueles pontos que permanecem, conforme se segue:

- A estrutura do INSS sob a ótica do “**Negócio**” Possui como Macro Responsabilidade as “Operações” e como Macro processos:
 - Gestão da relação com o Cidadão/Segurado
 - Gestão de Informações e Serviços
 - Gestão das Necessidades de TI
- A existência de um Planejamento Estratégico do Sistema Previdenciário, definindo claramente sua visão e objetivos de negócio, deve conduzir o PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – a um perfeito alinhamento com o primeiro. Aliado a este, foi criado o Planejamento Estratégico de TIC do INSS
- A estrutura do INSS, sob a ótica de “**Tecnologia da Informação**”, foi incrementada e modificada, tendo sua macro responsabilidade atribuída à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação tendo como responsabilidade maior em termos de TIC o Gerenciamento das necessidades de TIC do INSS.
- A área de Gestão de TIC do INSS tem a responsabilidade da coordenação do planejamento de TIC da Previdência Social, da implementação dos projetos PDTI e de gerenciar as necessidades de serviços de TI para as operações do INSS. Esta área, criada com nível executivo e de diretoria, é dirigida por um CIO (Chief Information Officer) de reconhecido nível sênior, com responsabilidade global pela implementação do PDTI.
- A área de Gestão de TIC INSS (cliente) está, dentro do possível, capacitada a gerenciar e ter domínio sobre a provisão de todos os serviços de TI da Previdência Social, tomando decisões sobre uso de tecnologias, padrões, fornecedores de serviços, aquisições, qualidade e nível dos serviços, etc.
- A DATAPREV é o principal e prioritário fornecedor de serviços de TIC para o INSS, obedecendo a regras de mercado. Todos os serviços são fornecidos sob contrato, atendendo a solicitações claramente especificadas e documentadas pelo INSS e DATAPREV.

ANÁLISE DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

- As áreas de Gestão de TI do INSS só poderá solicitar o início da execução de um determinado serviço após uma análise detalhada da proposta (envolvendo preço, prazo, riscos, etc.) e após a existência da respectiva cobertura contratual, desde que previsto no Planejamento Operacional. Esta regra aplica-se também à DATAPREV.
- A capacitação dos Recursos Humanos, envolvidos com TIC, tem papel fundamental no sucesso da implementação do PDTI, portanto esta atividade é priorizada pelos gestores de TIC do INSS.

Estratégias para administração da área de TIC	PERMANECE PDTI ATUAL	NÃO PERMANECE PDTI ATUAL
A estrutura do INSS sob a ótica do “Negócio” Possui como Macro Responsabilidade as “Operações” e como Macro processos:		
Gestão da relação com o Cidadão/Segurado	X	
Gestão da relação com o Contribuinte Solidário		X
Gestão de Informações e Serviços	X	
Gestão das necessidades de TI	X	
A existência de um Planejamento Estratégico do Sistema Previdenciário, definindo claramente sua visão e objetivos de negócio, deve conduzir o PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – a um perfeito alinhamento com o primeiro.	X	

RELACIONAMENTO ENTRE O PLANO PLURIANUAL e a FUNÇÃO TI

Objetivos/Metas/Iniciativas	Item suportado por processos de TI
Objetivo (0250)	
Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária	
METAS	
Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadores, de 64,5% em 2009, para 75%.	
Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%	
Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	
Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados	√
Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho	√
Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização	
Objetivo (0251)	
Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento do direito	
METAS	
Adequar 100% da rede de atendimento	
Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão	
Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias	√
Reduzir o tempo médio de atendimento agendado da perícia médica para 10 dias	√
Reduzir o tempo médio de atendimento agendado para 15 dias	√
Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada	√
INICIATIVAS	
Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social	
Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios	√
Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo	
Garantir o pagamento de benefícios com qualidade	√
Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva	
Promover o reconhecimento automático de direito	√
Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários	√
Objetivo (0252)	
Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos	
METAS	
Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7 do PIB	
Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios	
Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	
Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB	
Regulamentar a previdência complementar para o servidor público	
Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos	√
INICIATIVAS	
Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	
Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional	√
Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios	
Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.	

TERMOS E ABREVIações

Os conceitos envolvidos em termos técnicos importantes, convenções e abreviações que serão mencionados no decorrer deste documento.

SIGLA	DESCRIÇÃO
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACL	Software de Auditoria de Dados
AGU	Advocacia Geral da União
APS	Agência da Previdência Social
BERP	Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional
BSC	Balanced Scorecard
CACIC	Configurador Automático e Coletor de Informações Computacionais
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CFAI	Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS
CGU	Controladoria Geral da União
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
COBIT	Control Objects for Information and Related Technology
DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
EAD	Educação a Distância
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
FTP	Protocolo de Transferência de Arquivos
GERID	Sistema de Gerenciamento de Identidade
GEX	Gerência Executiva
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GPS	Guia da Previdência Social
ICP	Infraestrutura de Chaves Públicas
IN	Instrução Normativa
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
JA	Justificação Administrativa
MEI	Microempreendedor Individual
MPS	Ministério da Previdência Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PPA	Plano Plurianual

TERMOS E ABREVIações

SIGLA	DESCRIÇÃO
PPP	Perfil Profissiográfico Profissional
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRP	Programa de Reabilitação Profissional
PRTI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
SAE/ SISAGE	Sistema de Agendamento Eletrônico
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCF	Sistema de Controle Financeiro
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SGA	Sistema de Gerenciamento do Atendimento
SGPI	Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário
SGPP	Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos
SIAFI	Sistema Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas
SIGMA	Sistema de Indicadores, Gestão e Monitoramento do Atendimento
SIPAC	Sistema de Planejamento de Controle de Equipamentos Informática
SIPPS	Sistema de Protocolo da Previdência Social
SIRC	Sistema Integrado de Registros Cíveis
SISP	Secretaria de Administração dos Recursos de TI
SLA	Acordo de Nível de Serviço
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SR	Superintendência Regional
SRP	Serviço de Reabilitação Profissional
SUIBE	Sistema Único de Informações de Benefícios
TCO	Custo Total de Propriedade
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
VPN	Rede Privada Virtual

ÓRGÃOS DE CONTROLE

Relatório TI x Benefícios

- Documento Classificado como Restrito

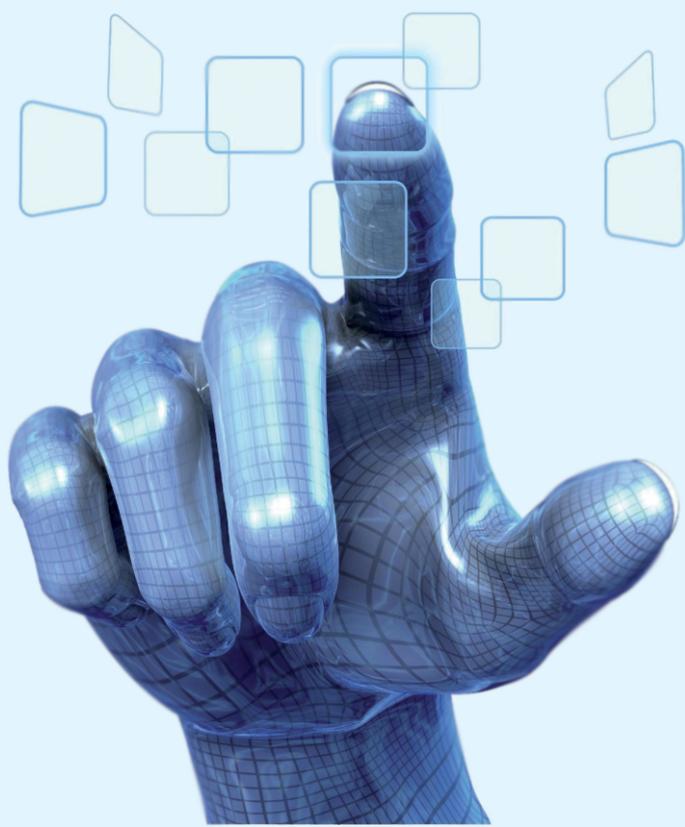
Relatório TI x Gestão Interna

- Documento Classificado como Restrito

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

FASE III - PLANEJAMENTO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE PLANEJAMENTO

1. Apresentação

Esta fase representa o principal grupo de produtos do PDTI do INSS, consolidando as ações, estratégias e respectivo planejamento de execução das ações de Tecnologia da Informação para suprir as necessidades do INSS no período de 2013 a 2016.

Para tanto, as informações foram organizadas em Projetos, distribuídos nas seguintes dimensões:

- **Negócio:** Projetos das áreas de negócio. Cada projeto apresenta a relação das ações estratégicas mais relevantes, a priorização anual e a projeção de pontos de função, unidade de mensuração de desenvolvimento de sistemas, a serem realizados em cada semestre, assim como a indicação dos riscos de cada projeto;
- **Tecnologia:** Projetos específicos de tecnologia da informação, apontando as ações estratégicas, sua priorização por semestre e estimativa de custos e riscos identificados;
- **Segurança:** Projetos de Segurança da Informação e Gestão de Riscos. Vale ressaltar que o PDTI contemplou ações e projetos em seu escopo em função da inexistência de um Plano Diretor especializado em Segurança da Informação, cuja viabilidade de elaboração depende do sucesso nas ações previstas no presente PDTI. A proposta contempla as ações de segurança da informação e gestão de riscos, contendo a descrição da estratégia, estimativa de custos, priorização de realização e riscos;
- **Governança:** Contempla a proposta de estruturação das equipes técnicas e dos ajustes na estrutura organizacional para suportar a condução das ações propostas no PDTI, o organograma, estudo de impacto de custos, do quantitativo de pessoal necessário e riscos;
- **Pessoal:** Apresenta os projetos necessários para preparação das equipes que atuarão na execução do PDTI, as capacitações e estratégias de adequações de acordo com a viabilização da proposta de Governança.

Documentos complementares:

- Diretrizes Tecnológicas;
- Matriz de Riscos;
- Consolidação dos Custos.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE PLANEJAMENTO

2. Metodologia Aplicada

Tal como na fase de diagnóstico, os produtos foram desenvolvidos com o ambiente colaborativo “*www-wikins*”, onde o conteúdo gerado é dinamicamente publicado na intranet, de modo a permitir a atuação de todos os representantes de áreas para elaboração dos documentos.

A versão inicial dos documentos foi disponibilizadas às áreas de negócio e constantemente atualizada durante a fase de elaboração deste produto e, posteriormente, para homologação da redação final dos Projetos e demais documentos.

Ainda durante a fase de elaboração, o produto foi discutido com as equipes da Dataprev que estão conduzindo a atualização do PDTI daquela empresa. Também foi consultado o PDTI do Ministério da Previdência, visando garantir o alinhamento estratégico das ações propostas.

3. Propostas do PDTI

Segue abaixo uma visão simplificada e resumida das principais propostas do PDTI para atendimento das necessidades estratégicas do INSS:

- I. Ampliar os serviços de atendimentos remotos, por meio de um Portal Integrado e com a ampliação do volume de serviços, dos dispositivos utilizados, assim como da efetividade do agendamento de serviços presenciais.
- II. Consolidar o ciclo de reconhecimento automático de direitos, com a melhoria das fontes das informações cadastrais, ampliação da integração com outros órgãos e parceiros, conclusão dos Portais Sibe e CNIS.
- III. Viabilizar a reformulação da folha de pagamento de benefícios, agregando recursos de gerenciamento, monitoramento e controle em níveis muito superiores aos atuais.
- IV. Concluir o ciclo de modernização tecnológica, compreendendo neste tópico a padronização tecnológica, integração de soluções e desativação de tecnologias obsoletas e proprietárias.
- V. Viabilizar a reformulação dos sistemas de gestão, baseados na implantação de uma solução Enterprise Resource Planning - ERP e em sua integração aos Sistemas Integradores de Governo, proporcionando a implantação de um novo modelo de processos.
- VI. Implantar uma nova geração de sistemas estratégicos gerenciais, provendo todos os processos de negócio de melhores instrumentos de controle e gestão, assim como maior efetividade em áreas como a Auditoria, Controle Interno e Planejamento.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE PLANEJAMENTO

- VII. Proporcionar uma melhora dos instrumentos de gestão de pessoas, por meio de um cadastro mais robustos, ao qual as demais ferramentas deverão ser integradas, assim como o novo Sistema de Gestão de Pessoal do Governo Federal. Além disso, prevê a consolidação das soluções de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, ampliando o foco em soluções de ensino à distância.
- VIII. Melhorar os instrumentos de gestão dos recursos administrativos e judiciais, ampliando a integração com a Justiça e consolidando as ferramentas, rotinas e mecanismos de controle das ações que envolvem o INSS.
- IX. Prever a conclusão do desenvolvimento, implantação e integração da solução de gestão documental aos sistemas corporativos, tendo como principal foco o documento eletrônico.
- X. Apoiar a reavaliação da solução de gerenciamento de segurança física das unidades.
- XI. Rever o modelo de gestão do parque de equipamentos, contemplando a gestão e suporte remoto, automatizando o controle inventarial da maior parte dos dispositivos, aperfeiçoando o controle de distribuição e utilização dos recursos e, conseqüentemente, a sua eficácia diante da real necessidade das unidades.
- XII. Implantar solução de autenticação de acesso à rede baseada em perfis e com atualização automatizada, permitindo eficácia na gestão, a aplicabilidade de diversas regras da política de segurança e promovendo a portabilidade operacional dos usuários dos sistemas e demais soluções.
- XIII. Prever a reformulação do modelo de contratação de serviços de impressão, de telefonia e de monitoramento, com a finalidade de melhorar a eficácia e otimizar os recursos.
- XIV. Viabilizar novo modelo de monitoramento dos serviços, em especial os de rede, do parque de equipamentos e das aplicações, onde será disponibilizada uma visão global e detalhada da qualidade e eficácia destes serviços. Este modelo será integrado às visões da sala de monitoramento do INSS e, conseqüentemente, às rotinas de gestão de suas unidades.
- XV. Consolidar na Dataprev a hospedagem dos sistemas de informação corporativos, deixando à cargo do ambiente central do INSS apenas o desenvolvimento, homologação e testes de sistemas desenvolvidos internamente, desativando soluções hoje descentralizadas e com baixo nível de governança e segurança.
- XVI. Propor a consolidação de um novo modelo de gestão de demandas pela Dataprev e a convergência das soluções desenvolvidas pelo INSS. Promover o alinhamento técnico e estratégico das ações conduzidas pelas equipes de

SUMÁRIO EXECUTIVO DA FASE DE PLANEJAMENTO

colaboradores de tecnologia da informação, atuantes nas diversas unidades do Instituto.

- XVII. Promover a convergência das soluções de comunicação, por meio de nova geração de ferramentas e pela incorporação de novas rotinas de utilização de insumos já disponíveis.
- XVIII. Prever a normatização da Política de Segurança, a criação e consolidação dos processos de Gestão de Riscos, do Plano de Continuidade do Negócio e da reformulação do modelo de acesso a sistemas, também baseado em perfis e convergindo para uma mesma plataforma de autenticação.
- XIX. Propor a reformulação da estrutura de governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, assim como a criação de uma área específica para Gestão de Segurança e Riscos. A proposta contempla um estudo da estrutura organizacional, quadro de pessoal e impacto de custos em relação ao modelo atual.
- XX. Apresentar a proposta de alocação de pessoas, capacitação e preparação para viabilizar as ações previstas no Plano.

4. Estimativas de Custos

Cada projeto teve seu orçamento individual, indicando a previsão de custeio e investimento, assim como a previsão de execução por semestre.

5. Matriz de Riscos

Foi elaborada uma Matriz de Riscos consolidada. Cada projeto indicou os riscos aplicados ao mesmo. A Matriz indica a descrição, categoria, probabilidade de ocorrência, impacto, exposição, estratégia de tratamento, ações e contingência a ser adotada.

6. Próxima Fase

O Modelo de Avaliação do PDTI concluirá o ciclo de elaboração do PDTI, contemplando a proposta de monitoramento da execução, avaliação e atualização do Plano, durante sua vigência.

Atenciosamente,

Alan do Nascimento Santos
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação
Gerente do Projeto PDTI

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

NEGÓCIO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PN 1.1 - PROJETO - ACORDOS INTERNACIONAIS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão do processo Acordos Internacionais de Previdência Social.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que nos últimos anos houve grande aumento de demandas de Acordos Internacionais e estão em curso negociação para continuar essa ampliação. Além disso, foram consolidadas rotinas de pagamento de benefícios no exterior e a troca de informações entre os Organismos de Ligação dos países Acordantes. Este cenário aponta a necessidade de significativa evolução das soluções de apoio a esse processo, assim como da integração destas soluções aos demais sistemas e soluções em uso pelo INSS.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Sistema SIACI: Ajustar o sistema para as parcerias com novos países, acordos bilaterais e multilaterais.
- II. Sistema SPAI: Ajustar o sistema para as parcerias com novos países, acordos bilaterais e multilaterais. Integrar a solução ao SIBE II e SISPAGBENEF. Viabilizar soluções de batimento de órbitos em benefícios pagos no exterior.
- III. Demais ações com impacto em TIC: Promover a integração com os demais países para troca de informações, melhoria de segurança e intensificação do uso da web como instrumento padrão de comunicação e prestação dos serviços entre os países.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2016

Promover a evolução dos sistemas e incorporar as novas tecnologias.

Ação II: 2013-2016

Aplicar a evolução dos sistemas do INSS para os serviços de acordos internacionais.

PN 1.1 - PROJETO - ACORDOS INTERNACIONAIS

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.2 - PROJETO - ATENDIMENTO

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução dos serviços de atendimento do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que há diversas ações em curso para viabilizar um novo salto de qualidade nos serviços de atendimento, seja nos serviços presenciais, na ampliação dos serviços na web e call center e na inclusão de serviços em dispositivos móveis.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. **Sistemas de Atendimento:** Promover a convergência tecnológica e integração dos sistemas e soluções de atendimento; Desenvolver soluções que permitam a operação na intranet, internet, extranet e dispositivos móveis; Concluir o desenvolvimento e viabilizar a implantação do sistema “*Sistema de Agendamento Eletrônico - SISAGE*” e a evolução do “*Sistema de Gestão de Atendimento – SGA*” de modo a convergir para um Portal de Atendimento do INSS. O referido Portal deverá ser estruturado de modo a operar localmente as transações de gerenciamento de filas (seja nos regimes de operação off-line e on-line); Integrar os sistemas de atendimento aos aplicativos transacionais utilizados no atendimento; Promover a atualização dos fluxos de trabalho, normas, indicadores e demais instrumentos de gestão, de acordo com a introdução de ajustes operacionais, tecnológicos e de sistemas de informação.
- II. **Soluções Estratégicas Gerenciais:** Promover a aplicação de soluções estratégicas gerenciais, em especial na gestão de dados do atendimento, projeções, gerenciamento da relação com os cidadãos, avaliação de resultados e monitoramento das unidades.
- III. **Portfólio de serviços:** Promover a constante reavaliação do portfólio de serviços, agregando novos canais de atendimento, a ampliação dos serviços, a melhoria da qualidade destes serviços e viabilizando o aumento da efetividade nos canais remotos.
- IV. **Atendimentos presenciais:** Viabilizar maior efetividade nos serviços agendados, a redução do índice de atendimentos espontâneos e a transferência de serviços passíveis de atendimento remoto para outros canais.
- V. **Atendimentos na web:** Ampliar os serviços disponíveis, promover soluções de autenticação dos usuários para os serviços que demandam este serviço e disseminar a utilização deste canal.

PN 1.2 - PROJETO - ATENDIMENTO

- VI. **Atendimentos no Call Center:** Integrar o call center aos serviços disponíveis na web que demandam autenticação. Melhorar o modelo de governança das unidades 135, permitindo a otimização dos pontos de atendimento das diferentes centrais.
- VII. **Atendimentos em dispositivos móveis:** Disponibilizar soluções customizadas e demais serviços para os dispositivos móveis, assim como a interação com os cidadãos por este canal de comunicação.

Estratégia de Execução

Ações: 2013-2016

Promover o desenvolvimento das soluções e viabilizar as implantações, conforme proposta abaixo:

- Concluir a transição do SAE para o SISAGE até 2014;
- Promover a construção de um Portal de Atendimento, consolidando os serviços até 2015;
- Evoluir a sala de monitoramento do INSS com a nova versão em 2013 e a internalização pela Dataprev até 2015;
- Evoluir o modelo de governança das centrais 135 até 2015;
- Criar serviços em soluções móveis a partir de 2013;
- Atualizar os fluxos, indicadores e mensurações dos processos de atendimento ao longo da implementação dos novos serviços e soluções durante a vigência do PDTI;
- Evoluir o portfólio de serviços nos diversos canais durante a vigência do PDTI.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.3 - PROJETO - AUDITORIA

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da Auditoria Interna do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos a necessidade de evolução do processo de Auditoria Interna, baseado na adoção de recursos de tecnologia da informação e por meio da melhoria contínua dos processos a partir de uma análise de riscos. Além disso, a evolução dos diversos processos e soluções utilizadas pelo INSS impõem à Auditoria a evolução e alinhamento para garantir o controle e apoiar a gestão da evolução institucional do INSS.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Processos de Auditoria: Viabilizar soluções para acesso integrado às informações de logs de auditoria, recuperação de informações de processos físicos e eletrônicos e garantir a disponibilidade de evidências para subsidiar a auditoria e controle;
- II. Promover a contínua avaliação dos processos em operação e em planejamento, viabilizando análise de riscos e monitoramento contínuo da execução;
- III. Evoluir as soluções de controle das ações de auditoria, controle dos desdobramentos destas ações e avaliação de resultados.
- IV. Sistemas Estratégicos Gerenciais: Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para apoiar as atividades preditivas e preventivas da Auditoria, utilizando as soluções disponíveis através da Dataprev e promovendo a utilização de tecnologias complementares.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2015

Desenvolver solução e atualizar os processos de auditoria nos sistemas.

Ação II: 2013-2016

Aplicar a atualização nos sistemas e processos de auditoria continuamente.

PN 1.3 - PROJETO - AUDITORIA

Ação III: 2013-2016

Intensificar a utilização de soluções tecnológicas estratégicas e gerenciais para apoiar os processos de auditoria.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.4 - PROJETO - CADASTRO**Objetivos**

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão dos cadastro de informações sociais administrados ou utilizados pelo INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que há diversas ações em curso para conclusão do ciclo de migração da base do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e das ferramentas a ele associadas. Além disso, novos projetos viabilizam a ampliação das informações disponíveis e, principalmente a melhoria da qualidade destas informações, em especial o projeto do Sistema Integrado de Registro Civil – SIRC e o Projeto e-Social. Outras ações também merecem destaque, a saber, a solução de Sistemas Gerenciais para o CNIS, a ampliação de fontes de dados dos segurados especiais, a integração de dados com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (CADUNICO) e o apoio ao projeto de Registro Civil – RIC. Além disso, cabe registro a necessidade de reduzir as vulnerabilidades na entrada de informações, da obtenção de informações por meio de troca de dados com parceiros e viabilizar a redução da demanda de atualizações a partir de atendimentos presenciais. Por fim, durante o período do PDTI deverá ser avaliada e viabilizada solução de gravação de entrevistas de segurados rurais e justificações administrativas, de forma integrada à solução de e-DOC e substituindo a necessidade de transcrição manual nos processos.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Portal CNIS

- Concluir a implantação nacional do Portal CNIS, com todos os módulos e integrado aos sistemas de atendimento e de benefícios;
- Implantar nacionalmente o cadastro de segurados especiais, inclusive nos serviços internet.
- Integrar o Portal à solução de Business Intelligence – BI;
- Promover a melhoria contínua do Portal, adequando-o aos ajustes legais e às oportunidades de melhoria nos processos;
- Integrar o Portal CNIS à solução de gestão eletrônica de documentos da Previdência Social;
- Ampliar a disponibilidade de serviços do CNIS em canais remotos e através de Parceiros;
- Promover a utilização do Portal por órgãos participantes do Consórcio CNIS;

PN 1.4 - PROJETO - CADASTRO

- Promover a implantação da solução Gerenciamento de Pesquisas – GPE, integrando-a ao Portal CNIS.

II. Soluções Estratégicas e Gerenciais

- Desenvolver solução de gerenciamento operacional dos processos de atualização das informações Cadastrais, integrando-a ao gerenciamento dos processos de atendimento, reconhecimento de direitos, demandas judiciais e recursos administrativos;
- Disponibilizar solução para gerenciamento das informações do ambiente SIRC;
- Aplicar soluções para qualificação dos dados;
- Integrar soluções de mineração e cruzamento de informações para identificar vulnerabilidades, incorreções e possibilidades de melhoria nas informações cadastrais;
- Promover a melhoria contínua da qualidade de dados, internalizando as melhorias nos processos transacionais;
- Promover o monitoramento da atualização das bases cadastrais.

III. Base CNIS

- Integrar a base CNIS às informações oriundas da base SIRC;
- Integrar à base CNIS as informações oriundas do ambiente do e-Social;
- Promover a sincronização das informações com outras bases de governo;
- Consolidar a base dos segurados especiais, contemplando os dados disponíveis no Governo;
- Compartilhar as informações do CNIS com outros órgãos por meio de rotinas estruturadas e com regras de acesso, atualização e sincronização devidamente estabelecidas;
- Concluir o processo de migração do ambiente mainframe, unificando a plataforma tecnológica e viabilizar no ambiente CNIS alta disponibilidade e solução de contingenciamento;
- Ampliar as parcerias de acesso a informações do CNIS a partir da rede bancária;
- Viabilizar o acesso eletrônico às bases de informações disponíveis em meio microfilme.

IV. Extrato CNIS

- Concluir o ciclo de migração do ambiente CNIS, atualizando a integração aos sistemas que consultam sua base e garantindo a continuidade dos serviços durante a transição;

PN 1.4 - PROJETO - CADASTRO

- Utilizar a solução Extrato CNIS como referência para acesso por outros sistemas à base CNIS.

V. SIRC

- Promover a implantação nacional do Portal SIRC;
- Substituir a base do SISOBI, integrando-se aos sistemas que consultam aquela base de dados;
- Promover a viabilização do acesso às bases de dados do SIRC pelos Parceiros;
- Consolidar a integração com o Sistema de Informações de Mortalidade - SIM e viabilizar a integração com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, ambos do Ministério da Saúde .

VI. e-Social

- Promover a preparação para a atualização cadastral previamente à implantação do e-Social, integrando as rotinas com a Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal;
- Viabilizar a integração entre o CNIS e a base de dados do ambiente nacional do e-Social, de forma a garantir a aplicação das regras de validação, a obtenção dos dados cadastrados naquele ambiente e as bases do CNIS;
- Adequar o CNIS de modo a receber a tratar as informações do e-Social, integrando-as às demais bases de dados;
- Adaptar os sistemas de informação e serviços que utilizam a base do CNIS para utilização dos dados do e-Social;
- Criar rotina de atualização do e-Social a partir dos eventos gerados em soluções administradas pelo INSS.

VII. Portal do Trabalhador

- Atuar junto aos demais órgãos públicos para criação e consolidação dos serviços aos trabalhadores, viabilizando o Portal do Trabalhador.

VIII. Justificação Administrativa Eletrônica – JA Eletrônica

- Concluir a fase piloto do projeto, definindo os ajustes necessários e identificando as necessidades de aquisição e os requisitos mínimos para implantação;
- Promover as aquisições/contratações necessárias para viabilização do projeto;
- Evoluir a solução JA Eletrônica de modo a permitir atender as demandas de entrevistas

PN 1.4 - PROJETO - CADASTRO

de segurados especiais e demais processos que impliquem na gravação sistemática de imagens e/ou sons para subsidiar os processos;

- Promover a integração da JA Eletrônica ao sistema Gerenciamento de Pesquisas – GPE;
- Viabilizar soluções de gerenciamento da documentação produzida, de forma compatível com os ambientes centrais, de rede e cliente do INSS..

IX. Integração aos projetos de governo que impactam o CNIS: Ampliar as parcerias para obtenção e/ou troca de informações para melhoria da qualidade e complementação das informações do CNIS.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2016

Concluir o desenvolvimento e a implantação do Portal CNIS, suas integrações e evolução.

Ação II: 2013-2016

Desenvolver e implementar as soluções de sistemas Gerenciais e Estratégicos e promover a utilização de ferramentas de Business Intelligence para melhoria da qualidade dos dados, estatísticas e controle da utilização, acesso e uso das informações cadastrais.

Ação III: 2013-2015

Concluir o ciclo de migração do ambiente mainframe e aplicar solução de alta disponibilidade e redundância nas bases cadastrais. Promover evolução das bases do CNIS, integrando e incorporando as novas informações e bases de dados, assim como viabilizando o acesso às informações.

Ação IV: 2013-2016

Promover os ajustes necessários para evolução das rotinas de Extrato do CNIS em consonância com a evolução das bases e as demandas das soluções clientes das informações do CNIS.

Ação V: 2013-2016

Promover os ajustes necessários para evolução das rotinas de Extrato do CNIS em consonância com a evolução das bases e as demandas das soluções clientes das informações do CNIS.

Ação VI: 2013-2015

Viabilizar a implantação do e-Social em parceria com a RFB, MTE e CAIXA.

PN 1.4 - PROJETO - CADASTRO

Ação VII: 2014-2016

Promover a consolidação do Portal do Trabalhador e sua evolução.

Ação VIII: 2013-2015

Concluir a fase piloto; promover os ajustes no projeto; desenvolver as integrações necessárias e prover os insumos necessários para operacionalização do projeto, incluindo às demandas de entrevistas de segurados especiais.

Ação IX: 2013-2016

Integrar gradualmente o CNIS às demais bases de governo, permitindo o cruzamento, compartilhamento e complementação das bases de dados do INSS. A ampliação do volume de informações tratadas no CNIS deverá ser refletida no contrato junto à Dataprev.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.5 - PROJETO - COMPREV

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão do processo Compensação Previdenciária pelo INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que foi concluído o processo de migração tecnológica do sistema Comprev, que adotou o padrão Java/Oracle como plataforma. Todavia, este processo, viabilizado por meio de migração simples de dados e sistema, não permitiu mudanças deste sistema nos últimos anos, implicando em um grande backlog de melhorias e evoluções, que deverão ser atendidas nos próximos anos.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Sistema Comprev: Promover a evolução do sistema Comprev, integrando-o ao projeto SIBE e ao módulo de digitalização do projeto e-DOC;
- II. Migrar a solução de autenticação de usuários para o padrão GERID;
- III. Aplicar os sistemas estratégicos gerenciais na solução e processos do Comprev;

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2016

Promover a evolução do produto Comprev.

Ação II: 2013-2014

Integrar o Comprev ao GERID.

Ação III: 2013-2016

Promover a utilização das soluções estratégicas gerenciais no Comprev.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.6 - PROJETO - COMUNICAÇÃO

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a comunicação interna do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico foi apontada a necessidade de promover o processo de comunicação e a disponibilização de instrumentos de TIC para viabilizar maior eficácia neste processo.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. **Portal Intranet:** Evoluir a atual solução de Portal Intranet, permitindo maior facilidade na elaboração, atualização e organização de conteúdo, com a menor necessidade de suporte técnico especializado em TIC para as ações e campanhas de divulgação e promoção da comunicação interna do INSS; Permitir a integração operacional do Portal Intranet e dos sistemas corporativos, facilitando o acesso às informações e serviços pelos servidores e colaboradores do INSS. Consolidar o Portal Intranet como principal instrumento de comunicação interna do INSS.
- II. **Soluções de comunicação e interação:** Promover a evolução das soluções de comunicação corporativa, visando facilitar as interações, divulgações e efetividade no processo de comunicação interna;
- III. **Ferramentas de produção de artefatos de comunicação:** Prover os softwares e equipamentos para subsidiar a elaboração de conteúdo, sua formatação e aplicação nas campanhas e ações ordinárias de comunicação pelas equipes de comunicação.
- IV. **Plano de Comunicação da Segurança da Informação e Comunicações:** Prover e implementar Plano de Comunicação de Segurança da Informação e Comunicações - SIC, com o objetivo de apoiar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações do INSS, além de promover a mudança da cultura organizacional com foco em SIC por meio da elaboração e impressão de materiais diversos abordando o tema, a realização de campanhas, workshops e oficinas de SIC nas unidades do Instituto.

Estratégia de Execução

Ação 1: 2013-2014

Reformular o Portal Intranet visando facilitar o acesso aos serviços e o uso dos canais de comunicação interna.

PN 1.6 - PROJETO - COMUNICAÇÃO

Ação 2: 2013-2016

Implementar de forma contínua a evolução dos recursos de comunicação corporativa, integrando-os.

Ação 3: 2013-106

Promover a disponibilização de soluções para subsidiar a atuação da comunicação interna do INSS.

Ação 4: 2013-106

Promover mudança da cultura organizacional e disseminar os conceitos de segurança da informação e comunicações.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.7 - PROJETO - CORREGEDORIA

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da área correicional do Instituto Nacional do Seguro Social.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos a necessidade de melhoria das soluções de TI para apoiar a evolução do processo de correição do INSS, em especial na solução de gestão dos processos administrativos disciplinares, na integração com a solução de gestão eletrônica de documentos do INSS e na integração com as soluções de Gestão de Pessoas.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Sistema de Acompanhamento de Inquérito Administrativo – SIAI

- Promover aprimoramento e/ou evolução da solução SIAI para contemplar a possibilidade de extração de novos relatórios, excluir funcionalidades que se encontram obsoletas, inserir novas funcionalidades compatíveis com o quadro atual da área correicional do INSS.

II. Solução para realização de supervisão

- Promover a construção de uma solução que contemple as fases de planejar, supervisionar, acompanhar e orientar, as atividades correicionais.
- Permitir a inserção de recomendações após a supervisão e as ações corretivas que as áreas supervisionadas tenham realizado.
- Permitir a inserção de sugestões por parte do setores supervisionados.
- Promover a interação entre a Corregedoria-Geral, Corregedorias Regionais e suas Representações, como também, a interação com as Comissões de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, proporcionando acesso as informações sobre as denúncias, os julgamentos e acompanhamento das comissões processantes eletronicamente.
- Permitir a análise do juízo de admissibilidade com possibilidade de inserção de recomendações.

PN 1.7 - PROJETO - CORREGEDORIA

III. Solução de Gestão Documental

- Promover a construção de uma solução que permita as seguintes funcionalidades:
- Inserção e tramitação dos documentos emitidos pela Corregedoria-Geral, Corregedorias Regionais e suas Representações, eletronicamente.
- Relação de servidores por unidade correicional e localização.
- Planilhas de Penalidades.
- Planilha de processos instaurados e a instaurar.
- Planilha de médicos peritos.
- Planilha de Controle de Operações da Força Tarefa Previdenciária.
- Informes da Presidência.
- Informações do SIGPLAN (Processos concluídos)

IV. Solução de Gestão Orçamentária/Financeira

- Promover a construção de uma solução para o controle orçamentário e financeiro.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2016

Utilizar a base de dados do SIAI para extrair relatórios com dados dos Processos Administrativos Disciplinares, das Sindicâncias Investigativas e das Sindicâncias Acusatórias.

Ação II: 2013-2015

Construir ferramenta que contemple as fases desde o planejamento até a conclusão do processo de supervisão.

Ação III: 2013-2014

Integrar o sistema e-Doc, para que os setores da Corregedoria-Geral, Corregedorias Regionais e suas representações possam inserir e gerenciar eletronicamente toda a documentação produzida nas áreas, como: Memorandos, Despachos, Juízo de Admissibilidade, entre outros.

PN 1.7 - PROJETO - CORREGEDORIA

Ação IV:2014-2015

Construir ferramenta que possibilite o acompanhamento e controle orçamentário e financeiro.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.8 - PROJETO - DEMANDAS JUDICIAIS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão das demandas judiciais.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que este processo apresenta uma necessidade de ajuste significativo, cujo desenvolvimento foi iniciado no âmbito do Portal SIBE, no que tange ao cadastramento das ações judiciais de benefícios. Cabe como evolução a ampliação do cadastramento para outras demandas judiciais, a conclusão e implantação do módulo de cálculo judicial, disponibilizando-o para o judiciário; o desenvolvimento de uma solução que permita a disponibilidade das informações dos processos de benefício e cadastro de forma eletrônica para apoiar o processo de defesa judicial; o desenvolvimento de instrumentos para automatizar o processo de implantação das decisões judiciais; e o desenvolvimento de uma nova solução de gestão de precatórios e RPV.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Cadastro de Ações Judiciais

- Concluir o desenvolvimento do Módulo de Cálculo Judicial -MDJ do Sistema SIBE;
- Ajustar o MDJ para compartilhamento com os demais sistemas;
- Integrar o MDJ aos sistemas da Advocacia Judicial da União e aos sistemas da Justiça;
- Integrar o MDJ aos recursos administrativos.

II. Cálculos Judiciais

- Concluir o módulo do MDJ que trata de cálculos judiciais, contemplando os todos os tipos de cálculo e substituindo os sistemas legados, AOR e PCALC;
- Compartilhar o módulo de cálculos judiciais com a AGU e a Justiça.

III. Cumprimento das Decisões Judiciais:

- Promover o desenvolvimento do módulo Cumprir Obrigação de Fazer no sistema MDJ, de modo a registrar os cumprimentos das ações judiciais e implantar gradualmente a automatização do processo de implantação das decisões, a partir de parâmetros definidos no módulo de cadastramento da ação.

PN 1.8 - PROJETO - DEMANDAS JUDICIAIS

IV. Subsídios para a defesa judicial

- Viabilizar o desenvolvimento de um módulo no MDJ que contemple a disponibilização das informações dos sistemas e soluções que apoiem a defesa judicial do INSS, incluindo o Processo Administrativo, digitalizado ou do original eletrônico;
- Promover a integração com a AGU e Justiça para compartilhamento das informações para subsidiar a defesa do INSS e o acesso às informações de forma tempestiva pela Justiça.

V. Precatórios e RPV:

- Desenvolver no MDJ módulo para gestão dos Precatórios e Requisições de Pequenos Valores – RPV, substituindo a ferramenta SIPREC; Até o desenvolvimento da nova solução, deverá ser dada manutenção na ferramenta SIPREC; O módulo de Precatórios e RPV deverão ser integrados aos projetos SIBE II e ao Sistema de Pagamento de Benefícios - SISPAGBENEF.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Concluir o desenvolvimento do SIBE MDJ, módulo cadastro de ações judiciais, e viabilizar sua implantação nacional.

Ação II: 2013-2014

Concluir o desenvolvimento do SIBE MDJ, módulo de cálculos judiciais, e viabilizar sua implantação nacional.

Ação III: 2014-2015

Concluir o desenvolvimento do SIBE MDJ, módulo de cumprir a obrigação de fazer, e viabilizar sua implantação nacional.

Ação IV: 2014-2015

Concluir o desenvolvimento do SIBE MDJ, módulo subsídios para defesa judicial, e viabilizar sua implantação nacional.

PN 1.8 - PROJETO - DEMANDAS JUDICIAIS

Ação V: 2014-2016

Concluir o desenvolvimento do SIBE MDJ, módulo precatórios e RPV, e viabilizar sua implantação nacional.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.9 - PROJETO - GESTÃO DOCUMENTAL

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução do Processo de Gestão Documental do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos a necessidade de promover a viabilização de uma grande mudança, já iniciada, na gestão documental e de conteúdo produzido pelo INSS. A integração do Processo Eletrônico nas rotinas do INSS é uma questão imprescindível para a melhoria dos processos de negócio; a classificação das informações, aplicação de tabela de temporariedade e o tratamento adequado destas informações são insumos fundamentais para definição de estratégias de segurança, de infraestrutura de TI e de gestão logística para todos os processos do INSS.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. **Gestão Documental:** Viabilizar a substituição do atual sistema de protocolo, pelo e-DOC, solução de gestão documental, de forma a internalizar o uso de documentos gerados eletronicamente, além dos híbridos e daqueles gerados em meio papel; Promover o uso de tecnologias que garantam a integridade, não repúdio e disponibilidade das informações geradas em meio eletrônico; Promover a integração do e-DOC aos sistemas das áreas de negócio do INSS, otimizando a produção, guarda e disponibilização de informações dos processos e dos documentos não processuais; Substituir o SIPPS; Instrumentalizar o acesso à informação pela clientela previdenciária; Prover os recursos de infraestrutura para apoiar o processo de gestão documental.
- II. **Classificação das informações:** Promover aplicação dos critérios de classificação, armazenamento, acesso e descarte de documentos e demais informações geradas pelo INSS
- III. **Consolidação do Acervo Documental:** Apoiar o processo de consolidação do acervo documental, provendo soluções para melhorar o nível de risco, a integração com o e-DOC e a viabilização da disponibilidade das informações contidas nos arquivos em meio eletrônico.
- IV. **Prover soluções e ferramentas para apoio à gestão do acervo documental, histórico e bibliográfico do INSS.**

PN 1.9 - PROJETO - GESTÃO DOCUMENTAL

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2015

Implantar o e-DOC iniciando-se pelos documentos não processuais e incluindo, gradualmente, a integração com os sistemas das áreas de negócio, incluindo a migração das informações do SIPPS, visando sua posterior desativação.

Ação II: 2013-2014

Aplicar, por meio da ferramenta e-DOC, as regras de classificação da informação nos sistemas de informação integrados ao mesmo e na documentação gerada neste sistema.

Ação III: 2014-2016

Prover soluções para apoiar a consolidação dos acervo documental e sua integração na solução de gestão documental.

Ação IV: 2013-2016

Identificar, atualizar e disponibilizar soluções que apoiem a gestão do acervo documental, histórico e bibliográfico do INSS.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.10 - PROJETO - GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão de pessoas no INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos a necessidade de melhoria dos instrumentos de TI para apoiar evolução da gestão e da atuação na gestão de pessoas, desenvolvimento institucional, capacitação, controle e mesmo na integração com o SIGEPE, projeto em curso no âmbito do Governo Federal para substituição do SIAPE.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. **Gestão:** Concluir a solução Cadastro dos Servidores do INSS – CADSERV, de modo a viabilizar melhor integração com o SIAPE e maior segurança e robustez na utilização dos dados dos servidores na integração com os outros sistemas; Desenvolver nova solução, substituindo o Sistema de Registro de Frequência – SISREF, integrada ao CADSERV e demais soluções da Diretoria de Gestão de Pessoas; Desenvolver soluções para gestão de férias, cessões, remoções, controle de estagiários, dentre outros serviços de gestão de pessoal, substituindo soluções internas e integrando-as ao CADSERV, ao SIAPE, quando pertinente e de forma alinhada ao projeto SIGEPE; Avaliar a viabilidade de implantação de solução de redes sociais corporativas para apoiar a gestão de pessoas no INSS.
- II. **Formação e Aperfeiçoamento:** Promover a consolidação de um Portal de Formação e Aperfeiçoamento, consolidando as soluções de TI que apoiar este processo. Esta ação deverá ser adotada de forma gradual pela evolução, substituição ou desenvolvimento de novas soluções para permitir uma gestão integrada das capacitações presenciais e remotas; Promover a evolução da solução Moodle, avaliando a possibilidade e oportunidade de integração com outras soluções de e-learning para apoiar o processo de capacitação à distância.
- III. **Sistemas Gerencias:** Aplicar as soluções de estratégia de negócio da gestão de pessoas as soluções de gestão estratégica de negócio.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2015

Implantar a solução CADSERV e integrá-la aos demais sistemas do INSS.

PN 1.10 - PROJETO - GESTÃO DE PESSOAS

Ação II: 2013-2016

Acompanhar a evolução do projeto SIGEPE e promover os ajustes necessários.

Ação III: 2013-2016

Promover a implantação do Portal Integrado de Capacitação e a evolução das soluções de e-learning, incluindo as contratações necessárias.

Ação IV: 2013-2016

Aplicar as soluções de gestão nos processos de gestão de pessoas.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução dos Processos de Logística, Financeira e Engenharia do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos a necessidade de uma ampla evolução nos processos de logística, engenharia e financeiro, assim como a integração deste último processo à reformulação das soluções de pagamento de benefícios. As soluções hoje disponíveis são fragmentadas e com pouca integração tecnológica e de processos, implicando em controles manuais, diversas ferramentas desenvolvidas internamente para suprir lacunas dos sistemas corporativos, assim como prejudicando a eficácia de alguns processos. Este quadro somado à tendência de menor disponibilidade de pessoas nessas áreas verificada nos últimos anos e projetada para os próximos, implica na necessidade de um aporte de soluções de TI para otimizar processos, melhorar os controles e a efetividade das ações nessa área.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Soluções de Gestão Interna – Logística, Engenharia e Financeiro

- Prover uma Solução de Gestão Integrada (ERP) para consolidar as ferramentas e soluções hoje disponíveis, permitindo assim otimizar os processos com menor dependência de recursos humanos em diversas atividades, maior produtividade e melhor desempenho;
- Prover a área de Engenharia de soluções de gestão de demandas, projetos e fiscalização de obras;
- Promover a evolução das sistemáticas de gestão patrimonial de materiais permanentes e de consumo, mediante a utilização de tecnologias que permitam a automação do controle do uso, alocação, gestão do ciclo de vida, dentre outras demandas;
- Promover a gestão de imóveis no que tange à sua administração, locação, alienação e utilização pelas unidades do INSS, apoiados no ERP;
- Sistematizar o processo de contratação e gestão de contratos, apoiadas no ERP;
- Reavaliar o modelo de segurança física das unidades, agregando soluções tecnológicas que viabilizem melhoria da eficácia, da gestão e a otimização dos recursos;

PN 1.11 - PROJETO - ORÇAMENTO, LOGÍSTICA, FINANÇAS E ENGENHARIA

- Promover a integração das soluções de programação orçamentária, financeira e contabilidade do INSS, no contexto da implantação do ERP e integrado às ferramentas de gestão estruturantes do Governo Federal;
- Viabilizar soluções tecnológicas que possam complementar o escopo do ERP, ou mesmo atender demandas durante a transição até sua efetiva implementação;
- Promover a atualização e evolução das ferramentas e soluções atualmente disponíveis até a efetiva operacionalização do ERP.

II. Gestão Financeira – Atividade Finalística

- Integrar as soluções de gestão financeira ao Sistema Integrado e Benefícios e às soluções gerenciais de benefícios para garantir a otimização de recursos, o controle e na execução nos processos de trabalho;
- Evoluir os instrumentos de integração com a Rede Bancária e demais parceiros integrados à gestão financeira e contábil do INSS;
- Promover a integração com as soluções de gestão de demandas judiciais;
- Integrar as soluções de gestão financeira às soluções das áreas de Saúde do Trabalhador.

Estratégia de Execução

Ação 1: 2013-2016

Contratar e implantar a Solução de ERP e suas integrações aos sistemas corporativos do INSS e aos integradores do Governo Federal.

Ação 2: 2014-2015

Evoluir as soluções de segurança física e patrimonial das unidades.

Ação 3: 2014-2015

Promover as soluções tecnológicas para evolução das sistemáticas de gestão de bens e automação do inventário do INSS;

Ação 4: 2013-2016

Promover os ajustes nos sistemas legados durante a transição para o ERP e a disponibilização de soluções durante a transição para apoiar a implantação ou para complementar o escopo do ERP.

PN 1.11 - PROJETO - ORÇAMENTO, LOGÍSTICA, FINANÇAS E ENGENHARIA

Ação 5: 2013-2016

Implantar a solução de gestão do pagamento de benefícios, no contexto do Sistema Integrado de Benefícios; Promover a melhoria das soluções de Demandas Judiciais e de Saúde do Trabalhador, no que tange às ações de planejamento, execução financeira e contabilização.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.12 - PROJETO - MONITORAMENTO DE BENEFÍCIOS E CADASTRO

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução do controle interno do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que há diversas ações em curso para melhoria do controle interno do INSS, baseados na evolução do Monitoramento Operacional de Benefícios – MOB e no Monitoramento de Qualidade. Desta evolução das ferramentas de apoio ao MOB, a integração com as ações de Auditoria, implantação da solução de Cobrança Administrativa e a incorporação de mecanismos de identificação de demandas de monitoramento operacional, gestão e avaliação dos processos em curso. Além disso, deverá ser viabilizada a generalização da ferramenta Monitoramento de Qualidade para atender as demais espécies de benefício, o processo de pagamento de benefícios e as rotinas de gestão do cadastro.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Monitoramento Operacional de Benefícios: Concluir o desenvolvimento da solução, integrando a cobrança administrativa e permitindo sua aplicação para os diversos tipos de processos do INSS.
- II. Sistema Monitor de Qualidade: Concluir o desenvolvimento da solução e aplicá-las aos processos de atendimento, cadastro, reconhecimento de direitos em todas as espécies e pagamento de benefícios.
- III. Cobrança Administrativa Concluir o desenvolvimento da solução de cobrança administrativa, integrando-a aos sistemas que demandam sua aplicação e aos sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Dívida).

Estratégia de Execução

Ação 1: 2013-2015

Concluir a solução e seu ciclo de implantações.

Ação 2: 2013-2015

Concluir a solução e seu ciclo de implantações.

PN 1.12 - PROJETO - MONITORAMENTO DE BENEFÍCIOS E CADASTRO

Ação 3: 2013-2015

Concluir a solução e seu ciclo de implantações.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.13 - PROJETO - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão do pagamento de benefícios pelo INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que há diversas ações em curso para conclusão do ciclo de desenvolvimento do Sistema Integrado de Benefícios, versão 2, em substituição aos Sistema Único de Benefícios, assim como a integração aos sistemas CNIS, os demais módulos do SIBE, o SIRC, os sistemas de Atendimento, Financeiro e demais soluções que apoiam o processo de pagamento de benefícios. Deverá ser viabilizada ainda uma revisão e atualização da solução de gestão.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Portal SIBE 2

- Implementar o sistema de gestão orçamentária, financeira e contábil da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS;
- Implementar as ações de correção no processo de geração de crédito/pagamento em até 60 dias após sua identificação;
- Concluir o desenvolvimento do Portal SIBE II, contemplando a folha de pagamento de benefícios, sua integração com o CNIS, o SIAFI, o módulo de SIBE I, Módulo de Cálculo Judicial, Sistema de Pagamentos de Acordos Internacionais e contemplando a gestão da geração do crédito, validação, emissão, retorno, contabilização, consignações e convênios, com recursos de parametrização e aplicação das soluções de inteligência de negócio;
- - Geração das informações referentes à natureza de débito e crédito, às rubricas de pagamento de benefícios e respectivas fontes de custeio (RGPS, EPU, BPC/LOAS e EPEX).
- - Promover ajustes nos sistemas que serão substituídos pelo SIBE 2, durante a transição, quando necessários.

PN 1.13 - PROJETO - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

II. Soluções Estratégicas e Gerenciais: - Aplicar recursos de qualidade de dados para promover a melhoria da qualidade das informações dos beneficiários

- - Monitorar sistematicamente a qualidade dos pagamentos, a partir de padrões e mediante a avaliação de indícios de erro;
- - Disponibilizar solução de gestão dos processos de pagamento;
- - Promover a validação prévia da folha de pagamentos e as correções dos problemas identificados.

III. Operação da Folha de Pagamento de Benefícios pela Rede Bancária - Apoiar o processo de renovação dos contratos de pagamento da folha de pagamento de benefícios, provendo recursos para gerenciamento dos contratos e para a inclusão de novos serviços.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2016

Promover o desenvolvimento do SIBE II e sustentar as soluções legadas durante a transição.

Ação II: 2013- 2016

Aplicar as soluções estratégicas gerenciais na gestão da folha de pagamentos.

Ação III: 2014-2015

Apoiar o próximo leilão da folha de pagamentos, incrementando recursos de TIC para evolução dos serviços.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.14 - PROJETO - PERÍCIA MÉDICA E SERVIÇO SOCIAL

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução do controle interno do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos ser um processo crítico para o INSS a evolução da soluções de TIC nos processos de serviço social, perícia médica. A viabilização de instrumentos para integração das informações dos médicos assistentes, tais como o Atestado Médico, Informações de Exames Complementares, ou mesmo o Prontuário Eletrônico, quando disponível tem sido identificada como uma alternativa para melhorar a eficácia deste processo. Além disso, no que tange ao serviço social e a maior integração da mesma aos serviços de perícia médica, aos dados de outros órgãos e aos sistemas gerenciais.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. SIBE

- Implantação do módulo de benefícios por incapacidade do SIBE, substituindo definitivamente o SABI; Promover o uso do Atestado Médico Eletrônico mediante a integração com sistemas de parceiros da área médica.

II. Soluções de Sistemas Gerenciais

- Aplicar soluções estratégicas gerenciais para subsidiar a gestão e o monitoramento dos serviços periciais e assistenciais.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Promover a conclusão do desenvolvimento do SIBE para as espécies que demandam serviços periciais e assistência social e viabilizar as implantações.

Ação II: 2013-2016

Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para apoiar a eficácia dos serviços e a adequação das alocação de profissionais nas unidades do INSS.

PN 1.14 - PROJETO - PERÍCIA MÉDICA E SERVIÇO SOCIAL

Ação III: 2013-2015

Promover a efetiva utilização do atestado médico eletrônico para apoiar o processo de reconhecimento de direitos.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.15 - PROJETO - PLANEJAMENTO

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução do Processo de Planejamento do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos uma grande evolução no processo de planejamento do INSS, incorporando em sua sistemática o amplo uso de indicadores, dados gerenciais, unitários e consolidados, além de diversos painéis que permitem a transparência e constante avaliação do processo. Há ainda muitos desafios no sentido de complementar e refinar os instrumentos de mensuração e avaliação, a constante atualização do planejamento de forma compartilhada com as diversas unidades e níveis da organização, assim como na melhoria das soluções que permitem essa sistemática. Além disso, verifica-se a iniciativa de sistematizar e consolidar a utilização de metodologias e ferramentas de gestão de projetos para apoiar as ações das áreas de negócio do INSS. Neste caso, verifica-se a necessidade de consolidação desta metodologia, evolução das ferramentas utilizadas, assim a disseminação da cultura de gestão por projetos, cabendo à TI um papel importante para instrumentalização desta diretriz, do qual o próprio PDTI é objeto.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Planejamento Estratégico:

- Evoluir a sistematização da integração entre o Plano Estratégico da Previdência Social, o Plano Plurianual do Governo Federal e as Diretrizes Estratégicas por meio de soluções transacionais e gerenciais nas fases de Planejamento, Execução, Avaliação e Atualização; agregando novas ferramentas e instrumentos de integração para melhorar a qualidade das informações utilizadas.

II. Plano de Ação Anual

- Evoluir as soluções atualmente disponíveis, integrando-a às soluções em uso pelas áreas de negócio, garantindo fidedignidade e temporariedade dos dados, assim como a instrumentalizando o acompanhamento com as áreas de execução;

III. Gestão de Projetos

- Consolidar ou integrar as soluções de gerenciamento de projetos entre o INSS, MPS e Dataprev; Evoluir os softwares disponíveis para apoiar o planejamento, execução,

PN 1.15 - PROJETO - PLANEJAMENTO

controle e publicação dos resultados dos projetos. Deverá ser avaliada a viabilidade de utilização de uma solução de mercado para apoiar este processo.

IV. Soluções Estratégicas Gerenciais

- Intensificar o uso de soluções estratégicas gerenciais para apoiar a evolução do processo de monitoramento e avaliação das unidades e do INSS como um todo, assim como o planejamento e projeções de resultados subsidiando a tomada de decisões estratégicas.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Alinhar as ferramentas de planejamento do INSS com as soluções de planejamento do MPS e do Governo Federal.

Ação II: 2013-2016

Evoluir as ferramentas, soluções de integração e gestão da base de informações das soluções de gerenciamento dos processos de trabalho, planejamento e para subsidiar o apoio à gestão do INSS.

Ação III: 2013-2016

Implementar a sistemática de gerenciamento de projetos e evoluir as soluções utilizadas para apoiar o processo.

Ação IV: 2013-2016

Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para apoiar a evolução dos instrumentos de planejamento e avaliação do INSS.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.16 - PROJETO - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução do processo de reabilitação profissional.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que a melhoria de eficácia no processo de reabilitação profissional é um desafio estratégico para o INSS. Este processo possui muito poucos recursos de TIC para apoiar sua gestão e execução e demanda uma profunda reformulação para viabilizar a gestão dos segurados em fase de reabilitação profissional e para viabilizar a sua reinserção no mercado de trabalho. A integração com outros órgãos de governo que este processo demanda, implica no uso intenso de recursos de TIC para subsidiar essa necessidade.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Desenvolvimento de uma solução de gestão da Reabilitação Profissional, integrada aos Portais CNIS e SIBE, assim como os sistemas de governo do MTE e do MEC para apoiar e monitorar a reinserção no mercado de trabalho e a qualificação profissional;
- II. Aplicação das soluções estratégicas gerenciais para apoiar o monitoramento e gestão do processo de Reabilitação Profissional.

Estratégia de Execução

Ação 1: 2013-2015

Promover o desenvolvimento da solução de Reabilitação Profissional, substituindo os sistemas atuais e viabilizando sua implantação.

Ação 2: 2013-2016

Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para apoiar o monitoramento e gestão da Reabilitação Profissional.

PN 1.16 - PROJETO - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.17 - PROJETO - RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão do reconhecimento de direitos pelo INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que há diversas ações em curso para conclusão do ciclo de desenvolvimento do Sistema Integrado de Benefícios, em substituição aos Sistemas de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI, Sistema PRISMA e BENEFEF WEB, assim como a integração ao Portal CNIS, aos sistemas de Atendimento e demais soluções que apoiam o processo de reconhecimento de direitos. Deverá ser viabilizado ainda uma atualização e evolução das soluções de Sistemas Gerenciais para o Reconhecimento de Direitos, a ampliação da disponibilização de serviços em canais remotos e a integração com a solução de gestão de documentos eletrônicos da Previdência Social.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Portal SIBE

- Concluir o desenvolvimento e a implantação nacional do Portal CNIS x SIBE, contemplando todas as espécies de benefícios, para o reconhecimento automático do direito com resolutividade;
- Promover a evolução qualitativa do sistema, aumentando gradativamente a performance e o nível de disponibilidade;
- Promover a melhoria contínua do Portal, adequando-o aos ajustes legais e às oportunidades de melhoria nos processos;
- Promover a evolução das funcionalidades do sistema com foco na disponibilização em canais remotos e dispositivos móveis de novos serviços;
- Integrar o Portal SIBE à solução de gestão eletrônica de documentos da Previdência Social;
- Promover ajustes nos sistemas atuais (PRISMA e SABI) que serão substituídos pelo SIBE, durante a transição, quando necessários;
- Promover a interface com outras bases de dados de outros órgãos;

PN 1.17 - PROJETO - RECONHECIMENTO DE DIREITOS

- Promover integração do sistema em uma única base de dados, contemplando as funcionalidades de administração de agenda.

II. Soluções Estratégicas Gerenciais

- Disponibilizar Painel de Informações Gerenciais de Benefícios, permitindo apoiar a gestão, planejamento, avaliação e monitoramento das ações de reconhecimento de direitos (Resolutividade, Recurso, Revisão e Judicial), integrando-as às soluções de BI que atenderão as áreas diretamente interligadas, a saber, Atendimento, Cadastro, Monitoramento, Pagamento de Benefícios, Acordos Internacionais, Perícia Médica e Reabilitação Profissional;
- Prover instrumentos de Auditoria e Controle, garantindo a rastreabilidade das transações realizadas e a instrumentalização dos processos de controle;
- Prover informações consolidadas para subsidiar os informes do INSS e MPS.

Estratégia de Execução

Ação 1: 2013-2016

Promover o desenvolvimento dos sistemas e viabilizar as implantações por meio de versões periódicas, contemplando as funcionalidades incrementadas e a evolução da performance e disponibilidade da solução.

Ação 2: 2013-2016

Disponibilizar a solução estratégicas gerenciais, substituindo as soluções legadas gradualmente e disponibilizando as informações nos canais demandantes e por meio de integrações.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.18 - PROJETO - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**Objetivos**

Promover as ações necessárias de TIC para apoiar a melhoria e evolução da gestão dos processos de recursos na instância administrativa.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que este processo está em meio a transição da solução Recben para a solução e-Recursos, que também substitui o sistema CRPSWeb, passando a tratar o fluxo de recursos como um workflow, já com requisitos de documentos eletrônicos, ainda que baseado na digitalização do processo e documentação complementar para apoiar a tramitação. Para conclusão desta transição será necessário viabilizar a adequação do aparelhamento das unidades com dispositivos de digitalização e a melhoria da rede de dados em grande parte das unidades. Essa solução demandará ainda uma evolução na integração com os Portais CNIS e SIBE, assim como com a solução de gestão documental da Previdência Social.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Recben

- Promover a sustentação da solução até a conclusão de seu ciclo de uso, inclusive a viabilização da migração das informações para o ambiente do e-Recurso;

II. e-Recursos:

- Concluir a implantação nacional do sistema;
- Integrar o sistema aos Portais CNIS e SIBE, otimizando as transações e melhorando o fluxo atual do sistema;
- Integração com os sistemas de demandas judiciais, para gerenciar adequadamente as ocorrências de processos simultâneos com o mesmo objeto e autor;
- Integração do e-Recursos com o projeto e-DOC;
- Promover a migração do ambiente central do e-Recursos para o ambiente hosting da Dataprev;
- Avaliar continuamente o modelo de gerenciamento, desenvolvimento e sustentação do e-Recursos.

PN 1.18 - PROJETO - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

III. Sistemas Gerencias:

- Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para a gestão e monitoramento do processo de recursos administrativos.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Concluir a deplementação do RECBEN.

Ação II: 2013-2016

Concluir a implementação do e-Recursos nacionalmente e evoluir suas funcionalidades e integrações;

Ação III: 2014-2016

Avaliar a viabilidade de internalização do produto pela Dataprev.

Ação IV: 2013-2016

Aplicar as soluções estratégicas gerenciais para apoiar a gestão e operação do processo de recursos administrativos.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.19 - PROJETO - SISTEMAS ESTRATÉGICOS E GERENCIAIS

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para viabilizar a consolidação e evolução das soluções estratégicas e gerenciais para apoiar os processos do INSS.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos que a evolução das soluções de gestão do INSS foram focadas no gerenciamento dos serviços de atendimento e na avaliação do plano de ação e mesmo nessas áreas há uma agenda de evolução importante a ser viabilizada. Nas demais áreas verifica-se a necessidade de uma grande ação de desenvolvimento ou contratação de soluções para atingir um nível de excelência nos sistemas estratégicos gerenciais. Em paralelo se faz necessário promover junto à Dataprev a reavaliação da infraestrutura destas soluções, de modo que estas não prejudiquem a operação dos sistemas transacionais e permitam a redução de extrações especiais pelo INSS.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Elaborar, em conjunto com o MPS, PREVIC e Dataprev a solução de infraestrutura, utilização de ferramentas e definição da proposta de transição para implantação de nova geração de soluções de Sistemas Estratégicos Gerenciais;
- II. Realinhar as ações em andamento, observando-se as propostas do PDTI e as definições de infraestrutura e ferramentas dos Sistemas Estratégicos Gerenciais;
- III. Promover a integração das equipes de desenvolvimento de soluções gerenciais internas do INSS ao ambiente e às soluções corporativas providas pela Dataprev, de modo a convergir os produtos e otimizar os recursos empregados em seu desenvolvimento e evoluções;
- IV. promover o desenvolvimento das soluções de Sistemas Estratégicos Gerenciais, de acordo com as demandas de Negócio, Tecnologia e Segurança;
- V. Promover a atualização e evolução das soluções de Sistemas Estratégicos Gerenciais ao longo da execução do PDTI;
- VI. Promover a disponibilização de soluções complementares àquelas providas pela Dataprev para o atendimento das necessidades de soluções Estratégicas Gerenciais para o INSS;
- VII. Promover a prospecção de soluções de Business Intelligence para atendimento de necessidades do INSS ou para a evolução das soluções já utilizadas.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Definir e aplicar nas soluções de Sistemas Estratégicos Gerenciais - SEG os padrões e estratégias deliberados conjuntamente entre as casas da Previdência Social.

Ação II: 2013

Alinhar as iniciativas em andamento, ajustando as prioridades e estratégias de desenvolvimento e evolução das soluções.

Ação III: 2013-2016

Capacitar as equipes do INSS para utilização compartilhada das soluções de SEG providas pela Dataprev e definir junto àquela empresa a metodologia de trabalho, subsidiando a viabilização dos projetos de desenvolvimento e evolução de soluções.

Ação IV: 2013-2016

Desenvolver de forma articulada e incremental as soluções de SEG para atender as demandas das áreas de negócio do INSS.

Ação V: 2013-2016

Promover a evolução das soluções de SEG ao longo do PDTI.

Ação VI: 2013-2016

Mapear necessidades e prospectar soluções de mercado ou desenvolvidas internamente para atender demandas não contempladas adequadamente no ambiente da Dataprev.

Ação VII: 2013-2016

Promover a constante avaliação de soluções que possam aprimorar o atendimento das necessidades de Sistemas Estratégicos Operacionais.

PN 1.19 - PROJETO - SISTEMAS ESTRATÉGICOS E GERENCIAIS

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PN 1.20 - PROJETO - CRÉDITOS CONSIGNADOS

Objetivos

Definir o modelo operacional dos empréstimos consignados de benefícios do INSS, inclusive a contratação dos serviços da Dataprev e as regras a serem observadas pelos Bancos para operacionalização dos serviços.

Descrição

Este projeto se propõe a definir os critérios de operação dos serviços de empréstimos consignados de benefícios geridos pelo INSS. Para tanto, seguem abaixo as diretrizes e estratégias a serem conduzidas no período de vigência do PDTI:

Evoluir o modelo de operação atual para contemplar a troca de informações em tempo real (online) entre os bancos e a Dataprev;

O acesso às informações de beneficiários se dará por meio de serviços contratados diretamente pelos Bancos junto à Dataprev. Os custos dessa contratação deverão ser arcados pelos Bancos. As receitas oriundas destes serviços deverão custear a operação da Dataprev e subsidiar a evolução dos serviços dessa para com o INSS. Os termos de contratação da Dataprev pelos Bancos deverão seguir as orientações do INSS;

A Dataprev deverá viabilizar a evolução dos serviços, visando maior agilidade, transparência e segurança nas operações de empréstimos consignados sob sua responsabilidade, sem onerar o INSS para estes serviços;

Os serviços de créditos consignados não deverão onerar as unidades de atendimento do INSS. A evolução dos sistemas e rotinas de sua operação deve observar esta diretriz permanentemente.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Disponibilizar o demonstrativo de histórico de consignações e consulta de margens; Iniciar as operações de contratação de empréstimos em tempo real.

Ação II: 2013-2016

Melhoria da operação e dos requisitos de transparência e segurança.

PN 1.20 - PROJETO - CRÉDITOS CONSIGNADOS

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

TECNOLOGIA



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Objetivos

Prover a infraestrutura de operação dos sistemas de informação utilizados pelo INSS, sejam eles contratados junto à Dataprev, ao mercado ou mesmo desenvolvidos internamente.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos que o processo atual é atendido em regra pela Dataprev, na forma de serviços de processamento (aplicações desenvolvidas ou geridas diretamente por aquela empresa), atendidas por meio do serviço de hosting, quando a gestão da solução se dá diretamente pelo INSS, ou colocation, quando o serviço é gerido diretamente pela Dataprev em um equipamento do INSS, em todos estes casos as soluções operam em centros de processamento da Dataprev. Por fim, existem ainda sistemas geridos pelo INSS em seu ambiente próprio.

Há deficiências estruturais em alguns serviços do INSS, tais como ambientes de desenvolvimento de sistemas internos, ambiente de homologação, treinamento e testes, assim como a falta de instrumentos para gestão do ambiente de produção.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016, visando a adequação da realidade atual para readequação do ambiente central do INSS:

I. Soluções Corporativas Desenvolvidas e Sustentadas pela Dataprev

- Prover ou utilizar instrumentos de acompanhamento para aferição dos níveis de serviços contratados, assim como do ambiente como um todo para avaliação da real situação operacional das unidades, assim como para a adoção de medidas preventivas e preditivas;
- Integrar o monitoramento dos ambientes de processamento das soluções providas pela Dataprev à sala de monitoramento do INSS, não só nas questões de disponibilidade, mas também de desempenho;
- Acompanhar a evolução do parque e demais soluções de infraestrutura e gestão do ambiente central da Dataprev.

II. Soluções de Mercado com ambiente de produção geridos pela Dataprev

- O dimensionamento, definição dos níveis de serviço e modelo de gerenciamento da solução deverá ser definido antes da efetiva alocação da solução no ambiente Dataprev;

PT 1.1 - PROJETO - AMBIENTE CENTRAL

- A solução adotada deverá definir claramente as responsabilidades do fornecedor, da Dataprev e do INSS na gestão do ambiente;

III. Sistemas Desenvolvidos pelo INSS

- O INSS deverá hospedar diretamente apenas as soluções de caráter departamental, com baixo impacto para a operação das unidades do INSS;
- O ambiente próprio e sob administração direta do INSS deverá, preferencialmente, ser hospedado na Dataprev, sob regime de “colocation”;
- As soluções desenvolvidas pelo INSS e em produção, deverão ser mapeadas e catalogadas para viabilizar a gestão e monitoramento dos ambientes;
- O INSS deverá prover soluções de gerenciamento dos ambientes sob sua gestão.

IV. Ambientes de Desenvolvimento, Homologação e Testes dos Sistemas

- O INSS deverá prover ambientes para desenvolvimento, homologação e testes dos sistemas desenvolvidos internamente;
- O INSS deverá definir os parâmetros de gestão, configuração, acesso e atualizações do ambientes;
- O INSS deverá prover ambiente para gestão da documentação dos sistemas.

V. Inventário de Sistemas

- O INSS deverá manter atualizado o inventário dos sistemas, indicando as características técnicas do sistema, equipe responsável e demais informações relevantes para identificação dos sistemas.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013

Disponibilizar o inventário de sistemas do INSS e prover meios para sua atualização.

Ação II: 2013-2014

Migrar os ambientes de produção de soluções desenvolvidas pelo INSS e com características corporativas para o ambiente de hosting da Dataprev.

PT 1.1 - PROJETO - AMBIENTE CENTRAL

Ação III: 2013-2014

Prover os ambientes de desenvolvimento, homologação e testes para as soluções do INSS.

Ação IV: 2014-2016

Manter os ambientes sob gestão direta do INSS atualizados e compatíveis com as necessidades de hardware e softwares para sua operação.

Ação V: 2014-2016

Promover a publicação e atualização do inventário de sistemas, indicando as informações dos sistemas e equipes responsáveis.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Objetivos

Prover às unidades do INSS soluções de tecnologia da informação compatíveis com as necessidades, no que tange às características técnicas, distribuição, gestão, compatibilidade e atualização dos equipamentos e sistemas utilizados nas Agências da Previdência Social, Gerências Executivas, Superintendências, Direção Central e demais unidades do INSS ou sob sua responsabilidade.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos que o processo atual não atende adequadamente o desafio de disponibilizar os insumos adequados para apoiar a operação das unidades do INSS. Na atual sistemática não há garantia da correta alocação dos equipamentos, o processo de instalação apresenta dificuldades que implicam em alto custo e baixo nível de controle, no que tange às configurações e gestão remota dos servidores locais, estações de trabalho e notebooks, ocasionando uma demanda onerosa de atendimentos presenciais. A alocação de suprimentos, manutenção após o fim da garantia e serviços de gestão do parque apresentam deficiências que impõem riscos de indisponibilidade de recursos básicos de operação das unidades. Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016, visando a adequação da realidade atual nos diversos tipos de dispositivos que compõem o ambiente Cliente:

I. Estações de Trabalho e Notebooks

- Viabilizar a aplicação de configurações padronizadas, baseadas em perfis de uso e que permitam a instalação e atualização remota;
- Gestão patrimonial que permita identificar a real alocação do equipamento a ativação e desativação dos equipamentos, com base em políticas de uso e desfazimento;
- Viabilizar a aplicação de políticas de uso e gestão de softwares;
- Utilização de pacotes de softwares compatíveis com cada perfil de usuários;
- Aplicação de soluções integradas de comunicação corporativa, pacote de automação de escritório e sistemas corporativos;
- Permitir o gerenciamento de alocação de licenças de softwares proprietários e o gerenciamento de softwares em geral;

PT 1.2 - PROJETO - AMBIENTE CLIENTE

- Permitir a aplicação de políticas de segurança;
- Promover a virtualização do ambiente de trabalho dos usuários, baseados em perfis;
- Viabilizar a automação do gerenciamento de necessidades de equipamentos das unidades e da efetiva alocação dos equipamentos e remanejamentos;
- Avaliar alternativas de contratação, instalação e desfazimento que permitam maior efetividade no uso dos dispositivos.

II. Parque de impressoras e digitalização

- Promover a constante avaliação dos quantitativos e configurações dos dispositivos de impressão e digitalização de acordo com o perfil de cada unidade;
- Rever o modelo de gestão de suprimentos;
- Viabilizar a gestão do uso dos recursos de impressão e digitalização, baseados em perfis de usuários e de unidades, aplicando recursos de autenticação do usuário;
- Promover mecanismos de monitoramento remoto da disponibilidade, alocação, utilização e desfazimento dos recursos de impressão e digitalização;
- Viabilizar o atendimento das necessidades de impressão e digitalização por meio de serviços (outsourcing), sempre que possível, compreendendo a alocação dos dispositivos, sua gestão, insumos, suprimentos e disponibilidade, baseada em Acordos de Níveis de Serviços adequados às necessidades das unidades.

III. Servidores Locais

- Viabilizar a aplicação de configurações padronizadas, baseadas em perfis de uso e que permitam a instalação e atualização remota;
- Promover a ampliação do uso destes equipamentos para otimizar a utilização da rede local, a atualização de softwares e demais serviços a serem operacionalizados em nível local;
- Ampliar o nível de disponibilidade e contingenciamento dos serviços dos servidores locais.

IV. Demais periféricos

- Viabilizar todos os periféricos necessários para operação das unidades do INSS, aqui entendidos como dispositivos diversos, tais como projetores, televisores, etc;

PT 1.2 - PROJETO - AMBIENTE CLIENTE

- Identificar a necessidade/oportunidade de soluções de TIC para melhorar os processos das unidades do INSS;
- Definir critérios de alocação, distribuição e atualização dos periféricos de TIC a serem utilizados pelo INSS.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Implementar ações para mudança do modelo de governança, suporte e operação do ambiente cliente, garantindo o saneamento das principais vulnerabilidades de segurança, das deficiências funcionais e de integração atuais. Definição de configurações padrão, uso de domínio centralizado de autenticação, políticas de acesso baseadas em perfis de usuários, viabilização de pleno suporte remoto e compatibilidade entre as soluções do ambiente cliente e destas com os sistemas corporativos.

Ação II: 2013-2015

Reavaliação do modelo de gestão do parque de impressão, visando maior efetividade nos serviços.

Ação III: 2013-2016

Atualização do parque de equipamentos, com substituição mínima de 20% do parque ao ano, evitando-se a utilização de dispositivos fora de sua vida útil.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PT 1.3 - PROJETO - COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Objetivos

Promover recursos de comunicação para atender as demandas de interação, divulgação, articulação e alinhamento entre os servidores do INSS e apoiar sua interação com o público externo e parceiros.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos que houve evolução nesta área nos últimos anos, mas se faz necessário um novo salto qualitativo, por meio da integração e articulação dos recursos hoje disponíveis, em especial, voz sobre IP, mensageria instantânea, videoconferência, correio eletrônico, agenda, portal intranet e telefonia móvel.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Telefonia Fixa

- Promover a atualização da solução de Voz sobre IP, integrando-a aos demais serviços de comunicação e complementação dos investimentos necessários para atender todas as unidades do INSS;
- Integrar dispositivos móveis à rede IP onde houver rede wireless;
- Deverá ser viabilizado o contingenciamento da solução IP por meio de telefonia convencional.

II. Telefonia Móvel

- Coordenar a contratação dos serviços, permitindo a otimização de tarifas, a integração com a telefonia fixa e a viabilização dos serviços para todos os níveis de gestão do INSS;
- Avaliar a viabilidade de estender os contratos de telefonia móvel à todas as unidades do INSS, tendo como foco os gestores;
- Viabilizar serviços de comunicação e corporativos para otimizar e maximizar a utilização deste tipo de comunicação, com segurança e usabilidade nos serviços de voz e dados;
- Avaliar a viabilidade de contratação nacional ou regional para promover a otimização de custos entre grupos internos.

PT 1.3 - PROJETO - COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

III. Videoconferência

- Atualizar o parque atual, promovendo a revisão e atualização tecnológica e permitindo a integração com a telefonia fixa, móvel, a solução de correio eletrônico e agenda corporativa e atendendo todas as unidades do INSS.

IV. Agenda Corporativa, Correio Eletrônico e Mensageria Instantânea

- Viabilizar uma solução que permita a integração dos serviços de correio, agenda corporativa, mensageria instantânea, videoconferência e dispositivos de comunicação móveis com rapidez e segurança;
- A solução deverá permitir a plena operacionalidade das demandas de comunicação do INSS nestes meios de comunicação, inclusive na gestão de listas, de perfis de público-alvo específicos, com segurança e garantia de disponibilidade e integridade das informações;
- Permitir o gerenciamento de serviços, baseado em perfis de usuários e nas políticas definidas pela Comunicação Social do INSS.

V. Portal Intranet

- Promover a evolução do Portal Intranet, integrando-o ao acesso aos sistemas corporativos, assim como a inclusão de novos serviços, tais como a preparação de formulários eletrônicos, suporte a redes sociais e integração às demais soluções de comunicação corporativa.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2015

Atualizar e complementar o parque de telefonia IP, abrangendo todo o INSS.

Ação II: 2014-2016

Reavaliar os contratos existentes e promover ajustes no modelo de contratação a partir de 2014.

Ação III: 2014

Atualizar o parque de videoconferência com nova tecnologias e abrangendo todas as unidades do INSS.

PT 1.3 - PROJETO - COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Ação IV: 2013-2016

Reavaliar as soluções atualmente disponíveis para correio, agenda e mensageria instantânea, viabilizando solução que atenda às características previstas nas diretrizes a partir de 2014.

Ação V: 2013-2016

Reavaliar as soluções atualmente disponíveis para Portal, viabilizando solução que atenda às características previstas nas diretrizes a partir de 2014.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PT 1.4 - PROJETO - GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO

Objetivos

Viabilizar a gestão dos componentes de TIC utilizados pelo INSS, assim como monitorar situações que demandem intervenção, ações de contingenciamento ou avaliação de níveis de serviços.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos que há uma grande lacuna nessas disciplinas de TIC, atualmente suprida por soluções que não permitem uma visão completa e em tempo hábil para subsidiar a gestão. Há necessidade de abrir várias ações para melhoria, de forma a permitir uma melhor atuação na governança de TIC.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Gestão de Aplicações

- Promover junto à Dataprev mecanismos de gerenciamento de aplicações críticas, de modo a monitorar incidentes, desempenho e eficiência das mesmas. A solução adotada deverá ter pleno acesso pelo INSS para subsidiar a avaliação de níveis de serviços, contingenciamento em caso de incidentes, assim como subsidiar a avaliação de indicadores operacionais dos processos ou mesmo apoiar a mensuração de serviços para efeito de planejamento. O foco deste monitoramento e gestão deverá ser os sistemas corporativos e a priorização se dará de acordo com a criticidade e tecnologia empregada, priorizando-se a convergência para as tecnologias de referência dos sistemas desenvolvidos a partir de 2008;
- Deverá ser viabilizada a integração das informações sobre os sistemas à Sala de Monitoramento do INSS.

I. Gestão de Redes

- O foco da gestão de redes deverá ter como referência a infraestrutura de redes locais do INSS;
- Deverá ser viabilizada solução que permita o pleno monitoramento de disponibilidade, desempenho, adequação de capacidade de links, latência, incidentes diversos, assim como o monitoramento e atuação nos componentes de rede locais;

PT 1.4 - PROJETO - GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO

- Os serviços deverão viabilizar a segregação lógica nos casos de compartilhamento de infraestrutura redes com parceiros e o gerenciamento por tipo de serviços;
- As informações de gerenciamento de redes deverão ser consolidadas e disponibilizadas nos diversos níveis de operação, de modo a permitir a identificação de ocorrências, avaliação de níveis de serviços e a identificação de necessidades de intervenção ou melhorias;
- Deverá ser viabilizado o suporte em tempo real para atuação remota em ocorrências que permitam este tipo de operação;
- Deverá haver integração da gestão do parque de equipamentos, de modo a otimizar serviços de atualização de softwares, suporte remoto, instalação e desativação de equipamentos, priorização de serviços e o processo de upload e download de arquivos de maior impacto na rede.

I. Gestão de Equipamentos

- Deverá ser viabilizada solução para viabilizar o suporte remoto, incluindo o ciclo desde a instalação, atualização e desativação dos dispositivos gerenciáveis através da rede IP; A gestão de equipamentos deverá se dar a partir de um diretório centralizado, baseado em perfis de uso e que permita configurações personalizadas; A solução deverá permitir a estruturação dos serviços de suporte, viabilizando a distribuição de equipes de suporte em polos ou mesmo centralizada; A solução de gerenciamento deverá permitir para os equipamentos com endereçamento IP o processo de inventário e sua atualização de forma dinâmica; A solução deverá permitir a integração a soluções de "outsourcing" de ativos, se necessário.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Atuar junto à Dataprev para disponibilização de solução de monitoramento de aplicações, integrando-a ao gerenciamento do ambiente disponível na Sala de Monitoramento, assim como subsidiando a evolução do Acordo de Nível de Serviços.

Ação II: 2013-2014

Implantar solução de gestão de redes locais, integrando-a à sistemática e gerenciamento das unidades do INSS.

PT 1.4 - PROJETO - GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO

Ação III: 2013-2015

Disponibilizar solução de diretório centralizado em toda a rede, aplicando as políticas de gestão, monitoramento e suporte e reestruturar o modelo de suporte ao parque.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PT 1.5 - PROJETO - INFRAESTRUTURA DE REDES

Objetivos

Garantir a segurança e níveis de operação adequados para as unidades do INSS nas questões de rede de dados, voz e imagens.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos que no processo há graves deficiências na qualidade dos links de redes, no que tange ao volume, disponibilidade e compatibilidade com as necessidades das unidades. Tal quadro é ocasionado por problemas de configuração, dimensionamento de circuitos, infraestrutura física das redes locais, deficiências das ferramentas de gestão e monitoramento.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. **Intervenção Contínua**

- Identificar e ajustar os links de rede, adequação de equipamentos, gestão dos recursos e ajustes na rede local em ações de menor impacto, que permitam a melhoria imediata dos serviços das unidades.

II. **Adequação do padrão dos dispositivos de rede local e seus demandantes**

- Aplicação de soluções de atualização de softwares nas unidades, viabilizando otimização do uso dos links de rede; Padronização das configurações dos equipamentos utilizados nas unidades, observando os perfis de utilização, o dimensionamento e viabilizando a aplicação de políticas para o melhor uso dos recursos disponíveis.

III. **Atualização constante do parque de equipamentos e dispositivos utilizados para apoiar a rede lógica das unidades**

- O INSS deverá promover a constante atualização do parque de equipamentos e demais dispositivos de rede, visando evitar a utilização de dispositivos fora de sua vida útil ou com configurações inadequadas para a operacionalização dos serviços, assim como atendendo a evolução da demanda de serviços. Esta evolução deve incluir a agregação de dispositivos que permitam a viabilização dos serviços de comunicação corporativa e promova a mobilidade.

PT 1.5 - PROJETO - INFRAESTRUTURA DE REDES

IV. Reformular as estruturas de rede locais das unidades

- Elaborar diagnóstico completo das unidades e documentar os resultados, permitindo a atualização desta documentação;
- Realizar os projetos de rede necessários e promover as intervenções necessárias em suas unidades nas questões de rede lógica, elétrica e refrigeração dos insumos necessários para operacionalização das redes locais;

Estratégia de Execução

Ação I: 2013

Atuar nas unidades em pior situação operacional, permitindo uma evolução da qualidade dos serviços durante a viabilização das demais ações.

Ação II: 2013-2014

Promover solução para atualização remota dos softwares utilizados nas unidades do INSS, de forma automatizada e viabilizar a otimização do tráfego de dados de documentos digitalizados, reduzindo o impacto na rede.

Ação III: 2013-2014

Promover a atualização contínua do parque, de forma a mantê-lo compatível com a demanda dos serviços de rede.

Ação IV: 2014-2016

Promover a intervenção nas redes locais as unidades a partir dos diagnósticos e projetos de rede elaborados.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PT 1.6 - PROJETO - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES

Objetivos

Definir estratégias e características dos projetos de desenvolvimento de soluções que atendem ao INSS, promovendo a evolução da qualidade, padronização, segurança e efetividade.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico, verificamos no processo de desenvolvimento de sistemas internos a ausência de padronização, sistematização e metodologia, assim como de um tratamento adequado da documentação produzida, implicando no risco de descontinuidade e dificuldade de manutenção. Além disso, nas aplicações demandadas pelo INSS, verifica-se uma limitação do Instituto na definição e avaliação de requisitos não funcionais, em especial na usabilidade e parâmetros de desempenho que afetam diretamente a qualidade final dos produtos.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016, visando adequação da realidade atual ao Padrão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação para o INSS:

I. Projetos de Sistemas Desenvolvidos pelo INSS

- Deverá ser definida metodologia de desenvolvimento de sistemas específica para as soluções desenvolvidas internamente, contemplando as melhores práticas e priorizando metodologia ágil;
- Deverão ser observados ainda os padrões de soluções de governo;
- A documentação dos sistemas deverá obedecer as regras de versionamento, armazenamento e acesso definidas pelo INSS;
- Os desenvolvedores e demais responsáveis técnicos de cada projeto deverão disponibilizar as informações de contato e estas deverão ser gerenciadas pela área de TIC do INSS;
- O INSS deverá identificar e promover a alocação de ferramentas, serviços e soluções que promovam a produtividade, padronização e segurança dos produtos desenvolvidos internamente;
- O INSS deverá definir as soluções homologadas para desenvolvimento de sistemas internos;

PT 1.6 - PROJETO - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES

- O INSS deverá promover a convergência da metodologia, documentação e ferramentas com a Dataprev para soluções que tenham perspectiva de futura internalização por aquela empresa.

I. Desenvolvimento de soluções pela Dataprev

- O INSS deverá promover a definição dos requisitos não funcionais e funcionais dos sistemas, os quais deverão ser observados nas interações durante o desenvolvimento, na homologação e durante a fase de garantia do sistema;
- A Dataprev deverá observar as melhores práticas de desenvolvimento de sistemas e os padrões de desenvolvimento e integração do Governo Federal;
- Os projetos de sistemas deverão promover uma avaliação efetiva nos requisitos de usabilidade, visando garantir melhor produtividade no uso e na manutenção dos sistemas. Deverá ser avaliada a viabilidade de ajustes na usabilidade nos sistemas desenvolvidos a partir de 2008.

III. Elaboração e Gestão de Demandas junto à Dataprev

- As áreas de negócio do INSS deverão demandar soluções junto à Dataprev observando a respectiva disponibilidade contratual. A priorização deverá ser definida pelas áreas de negócio diretamente envolvida em cada projeto, todavia, quando a demanda superar o saldo disponível a necessidade deverá ser submetida à área de TI para avaliar a viabilidade de utilização de recursos previstos para outras unidades ou aditamento ao contrato. Para demandas de novos serviços ou alterações com impacto significativo em soluções disponíveis, deverá ser procedida uma fase preliminar para definição do escopo, estratégia de entregas, dimensionamento do esforço, precedência e impactos em outras soluções. Esta fase preliminar deverá ser formalizada como uma ideia/demanda específica. A partir desta etapa deverão ser efetivadas as demandas, observando-se as regras de níveis de serviços previstas em contrato.

IV. Requisitos de Sistemas de Mercado

- A contratação de soluções de mercado deverá prever os requisitos não funcionais e funcionais, de modo a promover a integração e interoperabilidade com as demais soluções utilizadas pelo INSS.

PT 1.6 - PROJETO - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES

V. Equipe Nacional de Desenvolvimento / Banco de Competências / Infraestrutura de Hospedagem

- O INSS deverá prover infraestrutura para desenvolvimento, homologação, testes e produção dos sistemas desenvolvidos internamente;
- O INSS deverá prover ambiente para gestão da documentação dos sistemas;
- Deverá ser criado, atualizado e gerido um Banco de Competências composto pelos desenvolvedores do INSS e indicando suas experiências, formação, seus conhecimentos técnicos e os aplicativos que desenvolveu;
- O INSS poderá disponibilizar ferramentas de geração automática de código, soluções BPMS, templates pré-configurados e outras tecnologias com o objetivo de aumentar a produtividade e padronização, visando atender projetos específicos.

VI. Inventário de Sistemas

- O INSS deverá manter atualizado um inventário dos sistemas, indicando as características técnicas do sistema, equipe responsável e demais informações relevantes para identificação dos sistemas.

VII. Acessibilidade para usuários internos

- Considerando que nem todas as ferramentas de mercado, tampouco os softwares desenvolvidos internamente possuem todos os requisitos de acessibilidade definidos no e-MAG e que mesmo aqueles que possuem tais características não atendem plenamente o papel de garantir a portadores de necessidades especiais o uso dos sistemas, as demandas deste público deverão ser atendidas individualmente por meio da aquisição de soluções específicas e customizadas para as características de cada usuário.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Promover a definição da MDS do INSS, a definição de tecnologias homologadas e a disponibilização de insumos para o desenvolvimento dos sistemas.

PT 1.6 - PROJETO - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES

Ação II: 2013-2016

Promover a avaliação dos projetos de sistemas, visando a melhoria da qualidade no que se refere aos requisitos funcionais e não funcionais. Promover a avaliação da viabilidade de ajuste nos sistemas existentes, visando melhorar sua usabilidade e produtividade no uso.

Ação III: 2013-2014

Ajustar o fluxo atual e implementar a nova metodologia de elaboração e gerenciamento das demandas junto à Dataprev.

Ação IV: 2013-2016

Promover as contratações e definir em seu escopo as regras e requisitos para operacionalização no ambiente do INSS.

Ação IV: 2014-2016

Promover a disponibilização da infraestrutura de desenvolvimento e hospedagem de soluções; a consolidação das informações das equipes de desenvolvimento, atualizando o Banco de Competências.

Ação V: 2014-2016

Promover a disponibilização e atualização do inventário de sistemas.

Ação VI: 2013-2016

Promover a disponibilização dos softwares para acessibilidade de portadores de necessidades especiais, de acordo com a demanda.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PS 1.1 - PROJETO - POLÍTICAS E NORMAS

Objetivos

Implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do INSS, buscando o alinhamento das diretrizes da POSIC aos objetivos estratégicos do Instituto, bem como adotar as medidas de segurança que garantam a proteção e preservação dos ativos de informação do INSS.

Descrição

A Política de Segurança da Informação é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do INSS para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Deve, portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da instituição.

A presente Política será baseada nas recomendações propostas pela norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, reconhecida mundialmente como um código de prática para a gestão da segurança da informação, bem como observar as orientações da Norma Complementar nº 03 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Portaria Conjunta MPS/INSS/DATAPREV/nº 01, de 05 de novembro de 2008 e Portaria Conjunta MPS/INSS/DATAPREV/nº 01, de 09 de abril de 2009, que estabelecem as diretrizes relativas à segurança da Informação e comunicações no âmbito do MPS e suas entidades vinculadas.

Estabelecer meios para assegurar que os objetivos estabelecidos pelo Instituto, definidos através da política, sejam cumpridos pelo pessoal responsável pela execução das tarefas, alinhados com as normas e regulamentações existentes. Os meios que deverão assegurar os objetivos são: supervisão no cumprimento das diretrizes estabelecidas, auditoria e monitoramento nas unidades do INSS, além da viabilização de uma estrutura para tratar exclusivamente das questões relativas à Segurança da Informação e Comunicações no Instituto.

Para viabilizar a efetividade da Política de Segurança da Informação, seguem abaixo as diretrizes e estratégias a serem adotadas na vigência do PDTI:

- I. Produzir a normatização da POSIC por tema, obedecendo a priorização definida no Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações do INSS – CSTIC.
 - Acesso Lógico;
 - Controle de uso do Correio Eletrônico, Intranet e Internet;
 - Tratamento de Incidentes de Rede;

PS 1.1 - PROJETO - POLÍTICAS E NORMAS

- Plano de Gestão de Riscos;
 - Plano de Continuidade de Negócios;
 - Classificação da Informação.
- II. Implementação da POSIC por meio da disponibilização de recursos e aquisição e implementação de solução que permita:
- Promover o controle de acesso do uso dos serviços de correio eletrônico, internet e intranet por meio da integração da gestão de identidades;
 - A consolidação de equipe e atuação desta no tratamento integrado de incidentes de rede;
 - A identificação e gestão de integrada de riscos;
 - A implantação, manutenção e publicação de um Plano de Continuidade de Negócios;
 - A implantação, manutenção e publicação dos procedimentos relativos à classificação de informações.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

- Produzir minutas e submeter ao CSTIC-INSS normativos com relação a Acesso Lógico, Controle de uso do Correio Eletrônico, Intranet e Internet e Tratamento de incidentes de Rede;
- Instituir Grupos de Trabalho para formular minutas de Plano de Gestão de Riscos, Plano de Continuidade do Negócio e da Classificação da Informação;
- Avaliar viabilidade de apoio do GSI/PR e/ou de consultoria externa na produção da regulamentação da POSIC.

Ação II: 2013 - 2016

- - Prover meios para a implantação, observando-se a viabilidade técnica, das ações regulamentadas pelo CSTIC/INSS.
- - Avaliar viabilidade de contratação de consultoria externa para apoiar a consolidação das ações de segurança.

PS 1.1 - PROJETO - POLÍTICAS E NORMAS

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PS 1.2 - PROJETO - CONTROLE DE ACESSO

Objetivos

Promover soluções para autenticação, controle de permissões e registro dos eventos, de modo a evitar o repúdio nas transações efetivadas, viabilizar o controle, auditoria e monitorar as operações nos sistemas de informações e na rede de comunicação.

Descrição

Na fase de diagnóstico verificamos a diversidade de soluções de acesso a sistemas corporativos, as deficiências na autenticação de aplicações departamentais e ausência de uma solução de autenticação de acesso à rede de dados, em âmbito nacional, que viabilize a aplicação de diversas soluções e políticas de gestão e controle no uso dos dispositivos. Diante deste cenário, seguem abaixo diretrizes a serem aplicadas nos próximos anos:

- I. Implementação de serviço de diretório centralizado, abrangendo todos os dispositivos que demandem autenticação para acesso à rede de dados do INSS. Esta solução deverá permitir a aplicação de políticas de segurança, gestão de dispositivos conectados e gestão de acesso baseada em perfis de uso;
- II. Convergência das soluções de autenticação de usuários, promovendo a aplicação de single sign on para as aplicações corporativas e a integração deste modelo de autenticação para os demais serviços, tais como, acesso a rede, serviços de comunicação corporativa e soluções departamentais;
- III. Utilização de autenticação baseada em Certificação Digital, padrão ICP-Brasil, ainda que concomitante com o acesso baseado em usuário/senha, mas de modo a subsidiar a evolução do padrão de segurança no acesso e na assinatura de transações consideradas críticas nos serviços e soluções utilizadas pela Previdência Social ou disponibilizados por parceiros em nosso ambiente operacional. A implementação deste tipo de solução deverá se dar de modo incremental, observando a real demanda das áreas de negócio para este tipo de tecnologia;
- IV. Aplicação de modelo de gestão de usuários de sistemas corporativos para acesso à rede de dados baseadas em perfis institucionais, baseados nas atividades desenvolvidas pelos usuários, viabilizando a definição de configurações de equipamentos personalizadas, assim como a atribuição automática de permissões;
- V. Promover a substituição das atuais ferramentas de autenticação para os padrões que garantam a aplicação das diretrizes acima definidas. Esta solução deverá ser viabilizada por meio da vinculação dos sistemas corporativos e departamentais à solução de

PS 1.2 - PROJETO - CONTROLE DE ACESSO

Gerenciamento de Identidades - GERID e à solução de Diretório Centralizado. Estas soluções deverão possuir integração para garantir a unicidade do tratamento e sincronização com as informações do cadastro de pessoas do INSS e dos demais usuários da rede e/ou sistemas do INSS, incluindo colaboradores externos e visitantes;

- VI. Os sistemas deverão priorizar a utilização de autenticação extranet para as necessidades de acesso às soluções e sistemas do INSS, evitando-se a necessidade de acesso por Virtual Private Network - VPN para esta finalidade.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

Em função do insucesso da solução baseada no padrão Open LDAP verificada no Diagnóstico, deverá ser promovida a contratação de solução e viabilizada a implantação nacional, aplicando-se as regras e políticas de gestão.

Ação II: 2013 - 2015

A transição das atuais soluções de autenticação de acesso para os novos padrões já foi iniciada e será concluída por meio da transição das aplicações parceiras e pela adoção obrigatória dos novos padrões nos projetos de sistemas a partir da vigência do PDTI.

Ação III: 2013 - 2016

Contratar os serviços de Autoridade Certificadora e Autoridade de Registro; - promover a disponibilização dos certificados para os usuários na medida de sua demanda.

Ação IV: 2013 - 2014

Deverá ser definido e constantemente atualizado o conjunto dos perfis de usuários, constituídos a partir dos padrões de uso e atribuições, aplicados como referência para definição das permissões de cada sistema e na rede de dados.

Ação V: 2013 - 2015

- A aplicação dos padrões de autenticação dos sistemas corporativos deverá se dar de forma imediata. A autenticação no diretório centralizado deverá ser viabilizada a partir da disponibilização da solução a ser contratada. A transição das soluções parceiras para autenticação deverá se dar de modo gradativo, seja pela substituição das soluções atuais por novos produtos, seja pela migração das soluções para o novo padrão.

PS 1.2 - PROJETO - CONTROLE DE ACESSO

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PS 1.3 - PROJETO - GESTÃO DE RISCOS

Objetivos

Estruturar a sistemática de Gestão de Riscos no INSS.

Descrição

Durante a fase de diagnóstico foi ratificado o entendimento quanto à necessidade de consolidação de uma sistemática de Gestão de Riscos no âmbito do INSS, de forma a estruturar do ponto de vista metodológico e documental a gestão para prevenir e mitigar efeitos de ocorrências que prejudiquem efetiva ou potencialmente a operação das atividades do INSS.

Seguem abaixo as diretrizes e estratégias a serem executadas durante a vigência do PDTI para apoiar este desafio:

- I. Definir uma metodologia de identificação e monitoramento de riscos;
- II. Estruturar equipe dedicada à identificação e monitoramento dos riscos. A atuação desta equipe deverá se dar em articulação com as áreas de negócio;
- III. Prover ferramentas e demais instrumentos para apoiar o processo de identificação e gestão de riscos;
- IV. Conceber e difundir a Política de Gestão de Riscos em todo corpo funcional do INSS.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

Elaborar a metodologia para identificação e monitoramento de riscos. Para esta ação deverá ser avaliada a viabilidade de apoio do GSI/PR e de consultoria externa.

Ação II: 2014 - 2015

Elaborar o Plano de Gestão de Riscos. Este Plano deverá ser elaborado em sucessivas edições, incluindo gradualmente por temas os processos a serem priorizados com base na probabilidade de incidência e grau de impacto para o negócio.

Ação III: 2014-2015

Alocar e estruturar equipe dedicada à gestão de riscos, capacitando-a e provendo os insumos para sua atuação.

PS 1.3 - PROJETO - GESTÃO DE RISCOS

Ação IV: 2014-2016

Difundir os conceitos e a política de gestão de riscos para o corpo funcional do INSS, utilizando recursos de capacitação presencial, à distância e demais recursos de divulgação e capacitação disponíveis.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PS 1.4 - PROJETO - PLANO DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

Objetivos

Elaboração e implementação do Plano de Continuidade de Negócios - PCN, com o propósito de estabelecer estratégias e planos alternativos, para contingenciamento de processos, sistemas e instalações, afim de minimizar os impactos no negócio do INSS.

Descrição

O Plano de Continuidade de Negócios – PCN é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do INSS para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Deve, portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da instituição.

O PCN será baseado nas recomendações propostas pelas normas e padrões nacionais e internacionais, bem como as melhores práticas de mercado para se quantificar e qualificar os riscos. O plano deverá definir o escopo a ser alcançado, proceder a coleta das informações que serão tratadas, analisar o grau de priorização dos processos, desenvolver plano de continuidade e proceder a sua implementação e divulgação.

O Plano de Continuidade de Negócios deve atingir todos os processos de negócio, com vistas a reduzir os riscos e minimizar os impactos decorrentes de falhas, bem como identificar os responsáveis na execução das diversas etapas do Plano, observando e monitorando o constante aprimoramento do PCN.

O PCN deverá prever o engajamento de todo os envolvidos na prestação dos serviços pelo INSS, inclusive terceiros e parceiros de negócios críticos. Em relação à Dataprev deverá ser viabilizada a articulação entre o PCN daquela empresa e o do INSS, visando sua efetividade.

Estabelecer meios para assegurar que os objetivos estabelecidos pelo Instituto, definidos através do plano, sejam cumpridos pelo pessoal responsável pela execução das tarefas, alinhados aos objetivos estratégicos e com as normas e regulamentações existentes.

- I. Reanalisar e revalidar a documentação com o registro dos processo de negócio do Instituto, de modo a disponibilizar, minimamente, o fluxo básico e alternativo para operação, observando a priorização e o escopo definido pela alta direção.
- II. Identificar os processos que porventura não estejam devidamente mapeados e proceder a sua descrição conforme as normas existentes.
- III. Elaborar os procedimentos alternativos necessários a continuidade das atividades críticas em caso de ocorrência de incidentes.

PS 1.4 - PROJETO - PLANO DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2015

- Produzir relatório com os processos de negócios documentados em cada área da organização, relacionando-os com os respectivos responsáveis;
- Elaborar Plano de Continuidade do Negócios contendo a descrição da contingência para cada componente de negócio, ou seja, a recuperação do componente e contingência do processo. Este Plano deverá ser produzido em sucessivas versões, contemplando de forma incremental os temas definidos como prioritários, tendo como base a probabilidade de ocorrência e o impacto para o negócio;
- Promover a capacitação e disseminação do Plano dentro da Instituição;
- Prover a acessibilidade do Plano aos responsáveis pela sua execução, bem como disponibilizá-lo a todos os servidores envolvidos.

Ação II: 2014 - 2016

- Estruturar equipe para condução das atividades e monitoramento da operação do PCN.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PS 1.5 - PROJETO - GESTÃO DO AMBIENTE

Objetivos

Prover conjunto integrado de soluções visando garantir a segurança das informações, geradas, tratadas e trafegadas no ambiente de rede do INSS.

Descrição

Na fase de diagnóstico foram identificadas várias deficiências no processo de gestão do ambiente de rede, tendo em vista que as soluções em produção no Instituto não contemplam todos os aspectos necessários, algumas estão tecnologicamente defasadas e não são integradas, dificultando o gerenciamento do ambiente como um todo. Diante do cenário apresentados o INSS deve adotar as seguintes diretrizes e estratégias:

- I. Implementação de solução integrada de proteção e gestão de ativos permitindo a aplicação de políticas centralizadas de uso destes equipamentos e representará um significativo avanço na questão do uso adequado e racional dos recursos de rede.
- II. A adoção de medidas e políticas de prevenção contra a perda de informações reservadas faz-se necessária tendo em vista a necessidade de impedir o vazamento de informações reservadas tratadas nos diversos níveis de atuação do Instituto.
- III. A adoção e implementação de solução de criptografia na transmissão/recepção de informações representa um componente de suma importância na proteção de dados classificados como reservados, garantindo a inviolabilidade destas informações em uma situação de risco.
- IV. Em um contexto em que muitas decisões são comunicadas por meio de mensagens eletrônicas, o serviço de correio eletrônico se configura como importante instrumento de comunicação corporativa. Sendo assim, a implementação de uma solução de proteção e monitoramento desse serviço é essencial para garantir a veracidade e fidedignidade das informações transmitidas por esta ferramenta de trabalho. Além de permitir a aplicação de políticas de uso do serviço, evitando sua degradação e possíveis interrupções indesejáveis.
- V. Adicionalmente, a implementação de uma solução capaz de rastrear e analisar um conjunto de informações a fim de identificar e bloquear ataques direcionados na rede de dados do INSS é primordial para garantir a segurança de informações reservadas e configura-se como uma camada extra de proteção, tendo em vista que o ideal é utilizar esta ferramenta em conjunto com outras soluções de segurança (Firewall, IPS, antivírus, etc.).

PS 1.5 - PROJETO - GESTÃO DO AMBIENTE

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

Implantação de solução integrada de gerenciamento e proteção de estações de trabalho, dispositivos móveis, servidores virtuais, e informações e aplicativos disponibilizados e armazenadas por meio computação em nuvem segura.

Ação II: 2014 - 2016

Aquisição e implementação de solução de prevenção de perda de dados a fim de proteger aspectos relacionados à propriedade intelectual das informações geradas no âmbito do Instituto, além de permitir a detecção e o monitoramento de dados confidências armazenados em estações de trabalho, dispositivos móveis, computação em nuvem e na rede de dados do INSS (internet e e-mail). Esta solução deverá viabilizar ainda a inviolabilidade das informações durante o período ativo de sua temporariedade.

Ação III: 2015 - 2016

Aquisição e disponibilização de serviço de criptografia para o armazenamento e transmissão de informações de caráter reservado.

Ação IV: 2014 - 2015

Aquisição e implementação de solução de proteção do serviço de mensagens eletrônicas - e-mail, possibilitando o monitoramento e a aplicação de políticas de filtro de mensagens recebidas (permitindo a detecção e bloqueio de mensagens não solicitadas – SPAM), malwares, phishing e ataques direcionados, além de prover garantia de segurança das informações transmitidas e a continuidade dos serviços de comunicação corporativa.

Ação V: 2014 - 2016

Aquisição e implementação de solução que possibilite o monitoramento, detecção e bloqueio de ataques direcionados (não baseados em assinaturas) na rede de dados do INSS.

PS 1.5 - PROJETO - GESTÃO DO AMBIENTE

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

GOVERNANÇA



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PG 1.1 - PROJETO - ESTRUTURA DA FUNÇÃO INFORMÁTICA**Objetivos**

Reorganizar a estrutura da função Tecnologia da Informação e Comunicações, de modo a subsidiar a condução da implantação do PDTI e atender adequadamente às demandas das áreas de negócio.

Descrição

Ao longo da fase de diagnóstico verificamos uma série de deficiências na atual estrutura de gestão de TIC do INSS, em especial nas áreas de gestão do contrato Dataprev, no monitoramento dos serviços de TIC nas unidades e na capacidade de prospecção, elaboração e condução de projetos, monitoramento de serviços, gestão de segurança da informação, do gerenciamento das demandas de sistemas internos e de suporte às áreas de negócio em seus projetos e demandas de TIC. A limitação existente torna os prazos de execução das ações necessárias mais longo e aumenta o risco de insucesso nas iniciativas, prejudicando o atendimento das necessidades do órgão.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Revisão da Estrutura de TIC

- Encaminhar nova proposta de estrutura de gestão de TIC na Direção Central e nas unidades descentralizadas;
- Monitorar a viabilização da nova estrutura;
- Viabilizar adequação do quadro de servidores para atuar na nova estrutura de TIC;
- Elaborar Regimento Interno.

II. Revisão da Estrutura de Segurança

- Encaminhar nova proposta de estrutura de gestão de Segurança da Informação na Direção Central e nas unidades descentralizadas;
- Monitorar a viabilização da nova estrutura;
- Viabilizar adequação do quadro de servidores para atuar na nova estrutura de Segurança da Informação.
- Elaborar Regimento Interno.

PG 1.1 - PROJETO - ESTRUTURA DA FUNÇÃO INFORMÁTICA

III. Identificação e gestão das informações dos colaboradores de TIC na organização

- Identificar colaboradores na área de TIC;
- Promover a formação de um banco de competências em TIC e viabilizar a constante atualização;
- Promover a capacitação e atualização dos colaboradores de TIC;
- Promover a atuação coordenada dos colaboradores de TIC nos processos de negócio do INSS.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013-2014

Utilizar a proposta de Estrutura da Função TIC do PDTI como referência e iniciar viabilização da implantação da estrutura e readequação do quadro técnico para preenchê-la.

Ação II: 2013-2014

Utilizar a proposta de Estrutura de Segurança da Informação do PDTI como referência e iniciar a viabilização da implantação da estrutura e readequação do quadro técnico para preenchê-la.

Ação III: 2013-2016

Promover a identificação dos colaboradores, consolidar o Banco de Colaboradores de TIC e iniciar o alinhamento, capacitação e alocação das pessoas nas ações de TIC, para apoiar o atendimento das demandas das áreas de negócio e o processo de gestão de TIC.

Objetivos

Descrição das Equipes e Comitês

EQUIPES DE TI NAS ÁREAS DE NEGÓCIO

As áreas de negócio do INSS poderão possuir equipes de gestão de tecnologia da informação, em especial nas seguintes atividades:

- Gerenciamento da elaboração, execução, aceite e implantação de demandas de TIC;
- Acompanhamento de projetos de TIC, alinhado com as definições do PDTI e Plano de Ação do INSS e Planejamento Estratégico de TIC da Previdência Social;
- Acompanhamento conjunto com a DIRTEC na modelagem de soluções de TIC;
- Monitorar, no âmbito de sua respectiva área, os serviços de TIC.

EQUIPES DE COLABORADORES DE TIC

- Deverá ser disponibilizado um Banco de Competências em TIC, composto dos servidores com perfil nesta área e que possam atuar em tempo integral, parcial ou sob demanda específica no apoio às ações de TIC;
- A disponibilidade destas equipes para atuar nas ações de TIC deverá observar a anuência de suas chefias imediatas;
- As ações deverão ser monitoradas pela DIRTEC, Assessoria de Riscos e Segurança da Informação ou pelos Polos de TIC das Superintendências.

COMITÊ DE GESTÃO DE TI

Composição:

- Diretor de TI - Presidente;
- Representantes das Áreas de Negócio
- Representante da área de Segurança.

Reuniões Ordinárias: Trimestrais

PG 1.2 - PROJETO - PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC e R&SI

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E RISCOS

Composição:

- Representante da Área de Segurança – Presidente
- Áreas representadas: tecnologia, auditoria, controle interno, atendimento, corregedoria e OFL

Reuniões Ordinárias: Trimestrais

COMITÊ DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Composição:

- Representante Atendimento: Presidente
- Representante das áreas de negócio
- Dataprev

Reuniões Ordinárias: Bimestrais

COMITÊ DE GESTÃO E PRIORIZAÇÃO DE DEMANDAS DE TIC

Composição:

- Diretor de TIC – Presidente
- Representante das áreas de negócio
- Dataprev

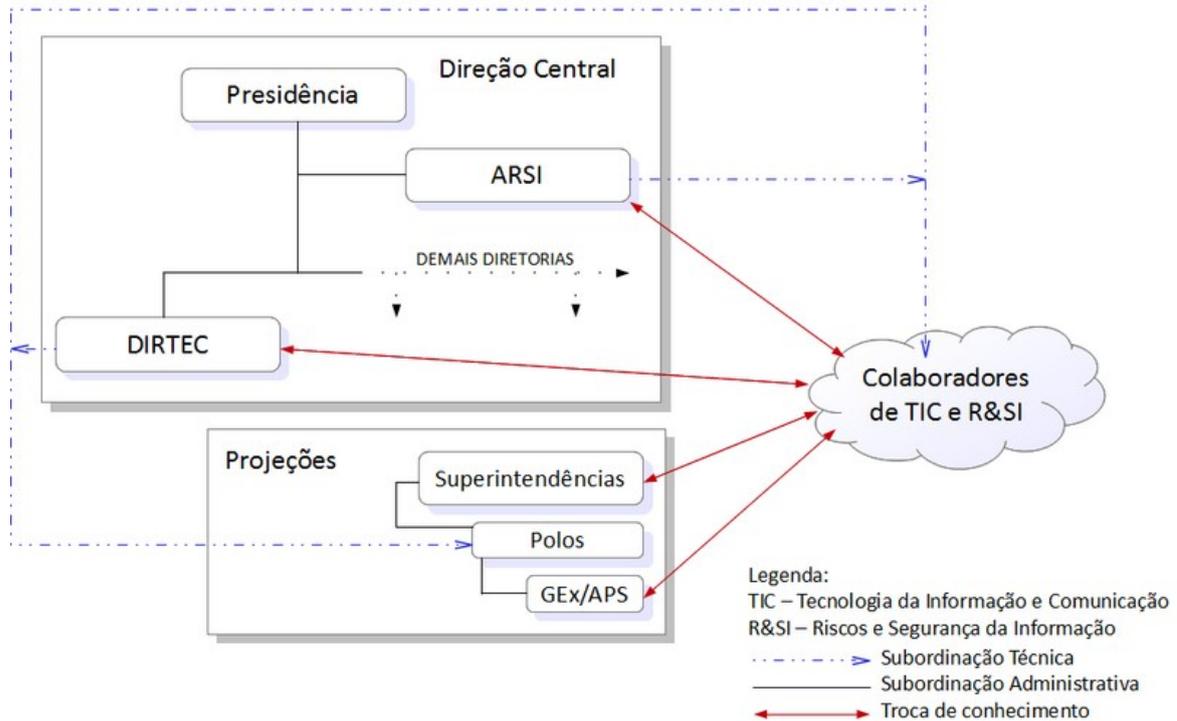
Reuniões Ordinárias: Trimestrais

PG 1.2 - PROJETO - PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC e R&SI

Proposta de Governança de TIC e R&SI (Riscos e Segurança da Informação)

FUNCIONOGRAMA DE TIC e R&SI

PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC E DE R&SI
FUNCIONOGRAMA

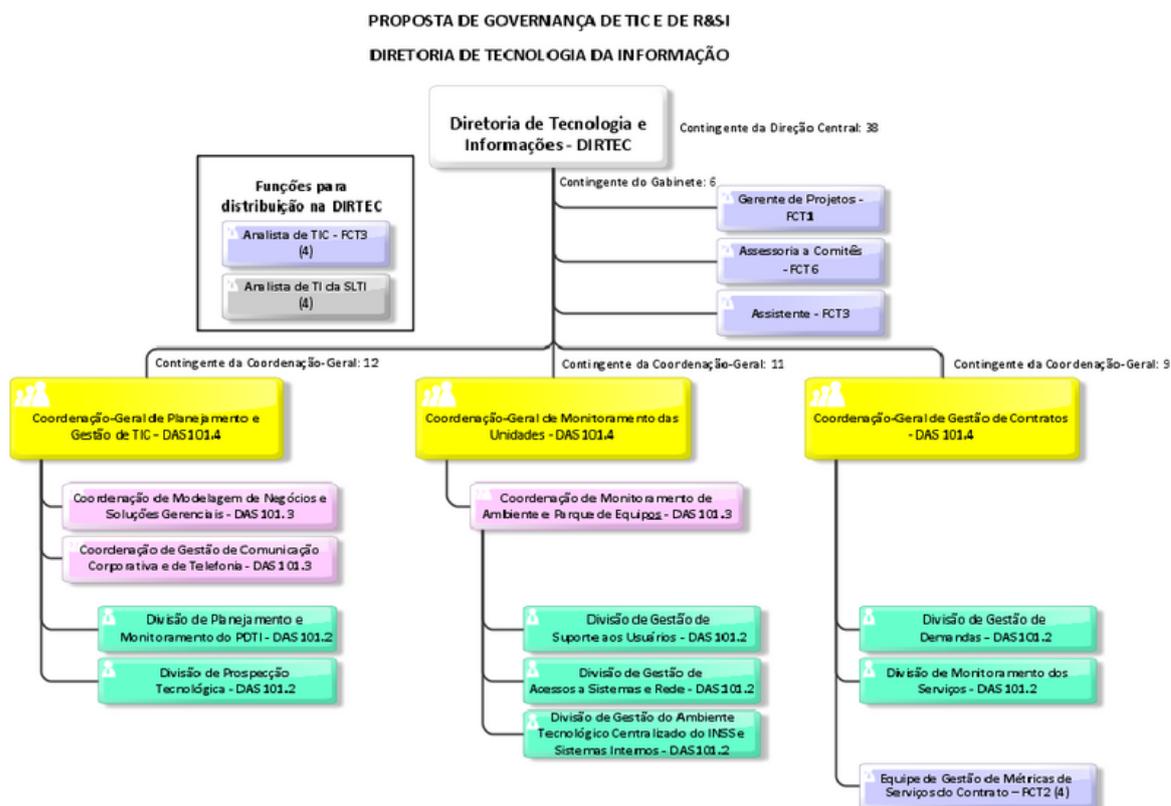


PLANEJAMENTO

PG 1.2 - PROJETO - PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC e R&SI

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

- Diretoria de Tecnologia e Informação – DIRTEC
- DIRTEC e Projeções
- Assessoria de Riscos e Segurança da Informação – ARSI



PLANEJAMENTO

Atribuições da DIRTEC

Principais Atribuições da DIRTEC

I. Coordenação Geral de Planejamento e Gestão de TIC

- Promover o apoio às áreas de negócio em questões de TIC, em especial no que tange ao planejamento, elaboração, acompanhamento da execução, avaliação e aprovação de demandas;
- Apoiar a gestão dos serviços de comunicação corporativa e dos demais serviços de comunicação do INSS;
- Prospectar soluções tecnológicas, apoiando a viabilização de demandas das diversas áreas do INSS e a identificação de inovações tecnológicas que apoiem as ações do INSS;
- Monitorar, avaliar e atualizar a execução do PDTI.

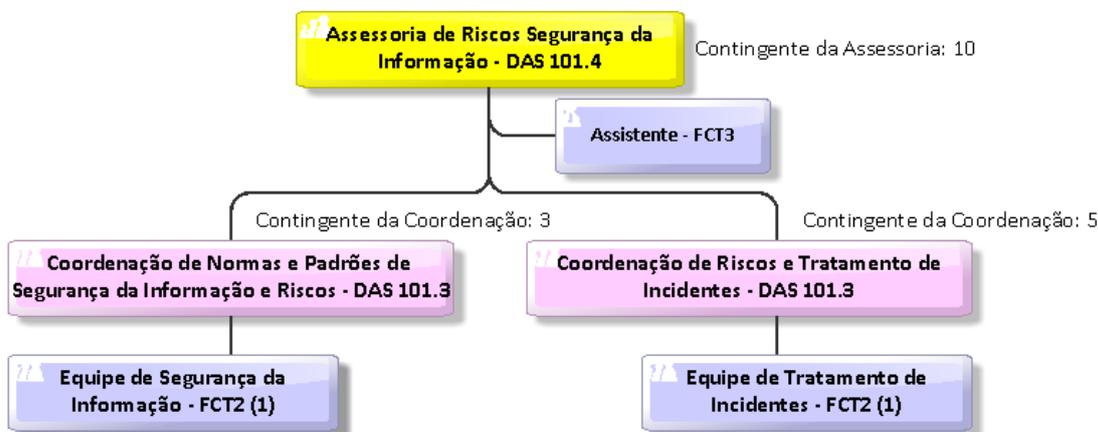
II. Coordenação Geral de Monitoramento das Unidades

- Monitorar a utilização dos recursos tecnológicos pelas unidades do INSS, incluindo a distribuição, conformidade e atendimento às demandas;
- Gerir os serviços de suporte técnico aos usuários;
- Gerir os acessos à rede e aos sistemas corporativos;
- Gerir os ambientes tecnológicos próprios no ambiente próprio do INSS, em regime de “colocation” ou “hosting” por terceiros;

III. Coordenação Geral de Gestão de Contratos

- Promover o apoio técnico à gestão dos contratos de TIC;
- Avaliar a qualidade dos serviços dos contratos de TIC e subsidiar a atuação dos co-gestores;
- Monitorar a efetividade dos serviços de TIC;
- Apoiar a execução de demandas nos contratos de TIC, em especial as de desenvolvimento de sistemas e consultoria;
- Aferir serviços dos contratos de TIC
- Subsidiar o processo de contratação de serviços de TIC.

PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC E DE R&SI
ASSESSORIA DE RISCOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



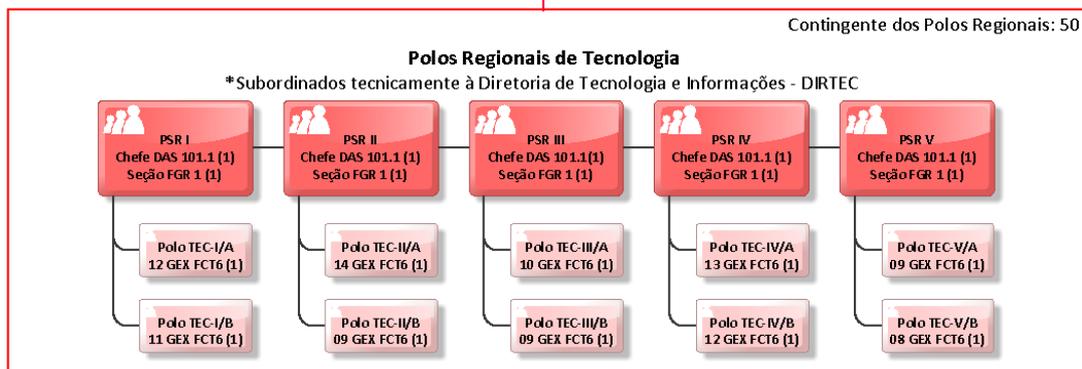
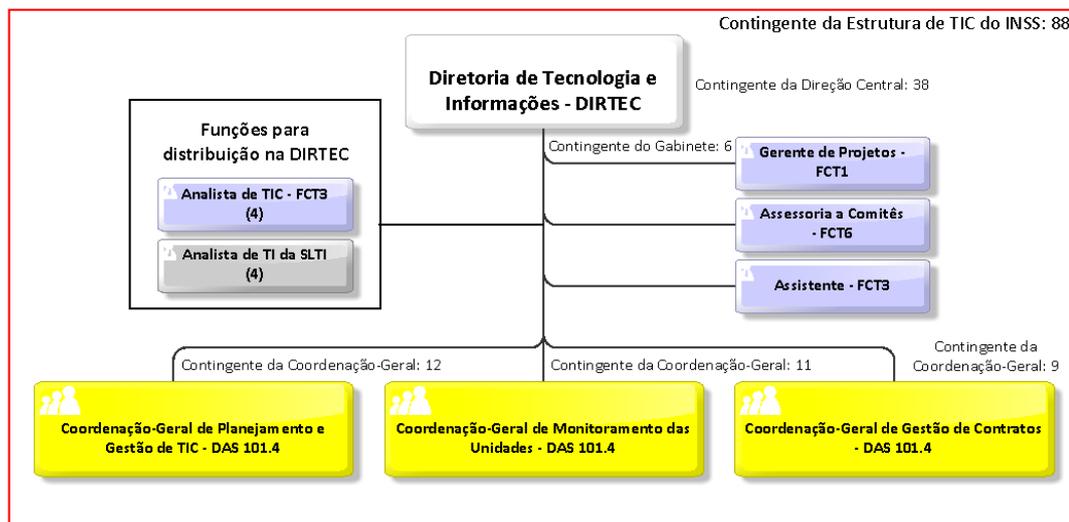
Principais Atribuições da ARSI

- I. Coordenação de Normas e Padrões de Segurança da Informação e Riscos
 - Promover a regulamentação das questões de SI e Riscos;
 - Atuar junto às entidades que regulamentam questões de SI e Riscos, visando manter o INSS alinhado com as melhores práticas e tendências;
 - Apoiar as áreas do INSS na aplicação da Política de Segurança da Informação do INSS.

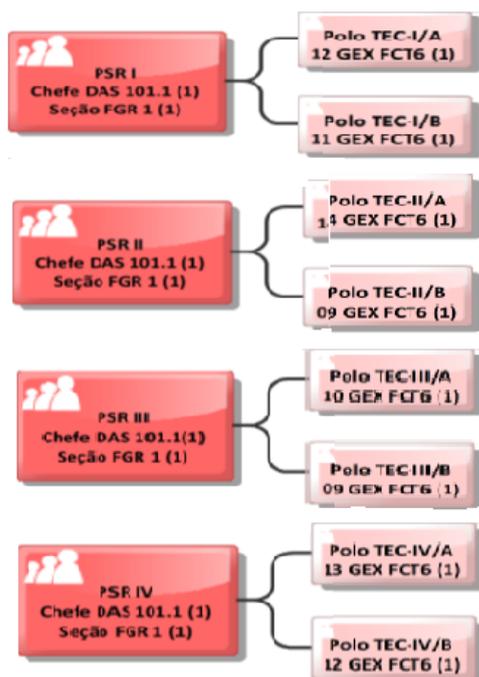
- II. Coordenação de Riscos e Tratamento de Incidentes
 - Promover a elaboração, atualização e aplicação do Plano de Continuidade de Negócios, da Política de Segurança da Informação e da Gestão de Riscos;
 - Atuar no tratamento de incidentes de segurança junto às áreas de negócios;
 - Orientar as áreas de negócio nas questões de SI e Riscos;
 - Avaliar constantemente a efetividade da Gestão de Riscos e da Política de Segurança do INSS.

PG 1.2 - PROJETO - PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC e R&SI

**PROPOSTA DE GOVERNANÇA DE TIC E DE R&SI
POLOS REGIONAIS DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



PLANEJAMENTO



ESTRUTURA DE CADA POLO:

- 1 Chefe de Serviço de TIC
- 2 a 4 colaboradores (1 FG1 e 1 FCT6)

ATRIBUIÇÕES:

- Monitoramento da atuação dos Co-gestores dos contratos de TIC;
- Monitoramento de serviços de TIC;
- Monitoramento e Gestão de Segurança da Informação;
- Avaliação da adequação dos recursos tecnológicos das unidades;
- Apoio técnico em TIC na gestão das Unidades vinculadas.

Comparativos e Avaliações

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

PESSOAS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

PP 1.1 - PROJETO - ADEQUAÇÃO DAS EQUIPES DE TIC À ESTRUTURA PROPOSTA NO PDTI

Objetivos

Promover a evolução das Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, Segurança da Informação - SI e Gestão de Riscos, para adequação à proposta de estrutura prevista no PDTI.

Descrição

Durante a viabilização das alterações de Estrutura Organizacional prevista no PDTI deverão ser conduzidas ações para subsidiar a preparação das pessoas para as novas atribuições, assim como a viabilização de alocação de pessoas nos quantitativos e perfis previstos na referida proposta.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

- I. Identificação das equipes e competências
 - A partir das lacunas quantitativas e qualitativas no quadro atual de pessoal das unidades de TIC, Segurança da Informação e Riscos, elaborar o planejamento de qualificação e demandar a complementação do quadro de pessoal para atender a configuração proposta no PDTI.

- II. Monitoramento da evolução da proposta de viabilização dos ajustes na Estrutura Organizacional, junto às áreas e órgãos competentes para sua viabilização, promovendo os ajustes necessários:
 - Atualizar e ajustar a proposta de infraestrutura em caso de atendimento parcial da proposta do PDTI;
 - Viabilizar junto ao Ministério do Planejamento a alocação dos Analistas de Tecnologia da Informação – ATI, em quantitativos compatíveis com as necessidades do INSS;
 - Planejar a efetividade operacional dos ajustes na Estrutura Organizacional tempestivamente;
 - Adequar a definição e distribuição de competências técnicas e regimentais, de acordo com a evolução da estrutura efetivamente implementada ao longo do PDTI;

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

Promover a preparação das equipes para nova estrutura, incluindo a viabilização da alocação de quadro adicional de servidores, em relação ao atualmente disponível.

Ação II: 2013 - 2016

Atuar na preparação e ajustes entre a Estrutura Organizacional proposta e aquela efetivamente viabilizada.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PP 1.2 - PROJETO - CAPACITAÇÕES

Objetivos

Promover as ações necessárias de TIC para capacitações das equipes envolvidas na Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações, assim como em Gestão de Segurança e Riscos.

Descrição

Descrição: O planejamento previsto no PDTI para as ações de negócio, tecnologia, segurança e governança, impõem uma evolução significativa na capacitação técnica e gerencial do quadro das pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas nestes processos.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Formação Técnica e Gerencial na área de Segurança da Informação

- Identificar os cursos de formação e capacitação necessários para consolidação das competência dos colaboradores atuantes de acordo com suas respectivas atuações. Poderá ser viabilizadas contratações que incluam serviços de coaching para permitir a transferência de tecnologia;

II. Capacitação em Segurança da Informação (público geral):

- Promover uma grade de capacitações em segurança da informação, voltadas para o público previdenciário interno, visando a disseminação e internalização cultura de segurança e sua incorporação e amadurecimento nos processos de negócio do INSS;

III. Preparação das equipes de Gestão de Riscos:

- Subsidiar a atuação das equipes de gestão de riscos por meio da formação e/ou capacitação dos colaboradores diretos e indiretos, observando-se suas respectivas necessidades e permitindo o amplo domínio deste conteúdo e efetividade em sua aplicação e disseminação;

IV. Capacitações em Tecnologia da Informação e Comunicações:

- Os membros das equipes técnicas de TIC deverão participar de pelo menos uma capacitação ao ano em sua área de atuação; Os colaboradores em serviços de TIC poderão participar de cursos e capacitações específicas para apoiar sua atuação no apoio das iniciativas de TIC e SI;

PP 1.2 - PROJETO - CAPACITAÇÕES

V. Capacitações em Contratações e Gestão de Contratos de TIC:

- Os colaboradores na área de gestão e fiscalização de contratos de TIC deverão ter acesso contínuo a cursos e capacitações, assim como a todo material necessário ao exercício de suas atribuições, de forma a subsidiar sua correta atuação, promovendo assim a excelência dos serviços contratados de terceiros;

VI. Capacitações em soluções de TIC:

- As capacitações em sistemas para os usuários finais deverão ser planejadas e conduzidas diretamente entre as áreas de negócio e a área de gestão de pessoas. A gestão de TIC deverá monitorar estas capacitações, visando atuar na complementação da disseminação de informações e demais subsídios para atuação dos usuários de sistemas e demais recursos de TIC e SI.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2016

Mapear competências e lacunas para viabilizar a atuação das pessoas envolvidas no processo de gestão de TIC e SI e promover a formação e as capacitações necessárias para exercer as atividades nessas áreas de conhecimento;

Ação II: 2013 - 2016

Promover programa de capacitação à distância, complementado por ações presenciais e materiais de divulgação de Segurança da Informação.

Ação III: 2014-2016

Promover programa de capacitação à distância, complementado por ações presenciais e materiais de divulgação de Segurança da Informação e Riscos, permitindo a especialização dos servidores diretamente envolvidos nessa área de conhecimento.

Ação IV: 2014-2016

Promover capacitações de forma a permitir aos gestores e colaboradores de TIC e SI a constante atualização de tecnologias e modelos de gestão nestas áreas de conhecimento.

Ação V: 2013-2016

Promover a constante atualização e capacitação de colaboradores nas áreas de gestão e

PP 1.2 - PROJETO - CAPACITAÇÕES

fiscalização de contratos de TIC e SI, por meio de ensino à distância, capacitações presenciais e participações em eventos de capacitação externos ao INSS, quando necessário;

Ação VI: 2013-2016

Monitorar a efetividade das capacitações nas soluções de TIC e SI utilizadas pelo INSS, promovendo a complementação, quando necessário, junto às áreas diretamente envolvidas.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PP 1.3 - PROJETO - PREPARAÇÃO DA EQUIPE DE COLABORADORES DE TIC

Objetivos

Promover a consolidação da equipe de colaboradores de TIC no INSS.

Descrição

A proposta de consolidação de uma equipe de colaboradores de TIC implica em promover a identificação, preparação e o alinhamento da atuação dos colaboradores nas diversas áreas de TIC e Segurança da Informação no INSS. O presente projeto se propõe a definir as ações e estratégias para viabilizar este desafio.

Face o exposto, segue abaixo algumas diretrizes a serem conduzidas no período de 2013-2016:

I. Identificação das equipes e competências

- Consolidação das informações de colaboradores, utilizando o Portal de Competências do INSS e complementando-o com instrumentos para avaliação da capacidade e disponibilidade de colaboradores em cada área de atuação de TIC e SI no INSS;

II. Adequações do Portal de Competências para gerenciamento dos colaboradores

- Promover ajustes no Portal de Competências do INSS, de modo a subsidiar sua utilização na identificação, avaliação e gestão de colaboradores de TIC e SI no INSS;

III. Promover agenda de atuação das equipes, alinhadas ao Planejamento Estratégico das Unidades

- Coordenar a alocação das equipes de colaboradores de TIC nas unidades do INSS, visando priorizar as ações vinculadas ao Plano Diretor de TI e aos Planos Operacional e Estratégico do INSS.

Estratégia de Execução

Ação I: 2013 - 2014

Identificar as informações de habilidades, competências e formação dos colaboradores de TIC e SI, sua disponibilidade e atualizar tais informações no Portal de Competências do INSS.

Ação II: 2013-2014

Ajustar e complementar as funcionalidades do Portal de Competências para atender às particularidades das equipes de TIC e SI.

PP 1.3 - PROJETO - PREPARAÇÃO DA EQUIPE DE COLABORADORES DE TIC

Ação III: 2014-2016

Atuar junto às equipes de colaboradores coordenando suas atuações às necessidades do Plano de Ação do INSS, Plano Estratégico da Previdência Social e ao PDTI do INSS.

Custos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

Riscos

- Conteúdo Classificado como Restrito.

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

OUTROS DOCUMENTOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

OD 1.1 - DIRETRIZES TECNOLÓGICAS

Descrição

DIRETRIZES TECNOLÓGICAS

Consideram-se os seguintes princípios para as definições norteadoras das decisões referentes ao uso e aplicação dos recursos de TIC no âmbito do INSS:

1. Eficiência

O INSS deverá adotar como princípio fundamental a busca da melhoria da eficiência dos processos e recursos, considerando a qualidade e a disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações enquanto insumo para alcance dos objetivos institucionais.

2. Economicidade

O INSS, na busca pela economicidade, buscará aprimorar:

- O planejamento dos investimentos, através de políticas de contratação, consumo e desmobilização para cada tipo de recurso tecnológico de acordo com os seus respectivos ciclos de vida;
- A racionalização dos recursos tecnológicos, otimizando a aplicação de soluções para atendimento de diversas finalidades com características comuns e o monitoramento de sua correta aplicação;
- O uso preferencial de soluções de padrões abertos para o contingenciamento de custos, observada a relação custo/benefício e a efetividade de sua aplicação.

3. Padronização

O INSS ampliará o uso de padrões, buscando garantir a interoperabilidade de serviços e sistemas e excelência no processo produtivo, com foco em:

- Promover a adequação ou substituição de componentes ou produtos fora do padrão por soluções compatíveis, sem comprometimento das funcionalidades dos sistemas ou serviços;
- Referências de interoperabilidade utilizando o e-Ping – Padrões de Interoperabilidade do Governo Federal;
- Padronização de processos e ambientes operacionais;

OD 1.1 - DIRETRIZES TECNOLÓGICAS

4. Orientações Tecnológicas

O INSS deverá promover a evolução do desenvolvimento de soluções e do ambiente operacional, em consonância com as melhores práticas de mercado e com foco em inovações pertinentes aos processos de trabalho do INSS, em especial nas seguintes disciplinas:

- **Mobilidade:** Garantindo o acesso às aplicações por múltiplos dispositivos e interfaces independente da condição em que o usuário se encontra;
- **TIC orientada a serviço:** Os processos de gestão de TIC devem ser orientados a disponibilizar software (SaaS), plataforma (PaaS) e infraestrutura (IaaS) como serviço;
- **Acessibilidade:** Aplicando os padrões internacionais de acessibilidade, garantindo sua utilização por pessoas portadoras de deficiências ou não nos produtos disponibilizados pelos canais remotos. Para os usuários internos a acessibilidade deverá ser provida por meio da disponibilização de soluções individualizadas de acordo com as necessidades de cada usuário;
- **Usabilidade:** Aplicação de técnicas que proporcionem, do ponto de vista do usuário, a facilidade de uso das soluções desenvolvidas, garantindo o uso e funcionamento da forma esperada e com a melhor produtividade possível.

5. Evolução dos processos e produtos

O INSS deverá promover a melhoria contínua dos produtos de TIC, em especial nos seguintes aspectos:

- **Inovação e prospecção:** independência tecnológica e modernidade nos processos e produtos, através da prospecção, absorção e internalização destas tecnologias;
- **Flexibilidade e Agilidade:** revisão permanente dos processos internos, visando aumentar a agilidade e a velocidade tanto de entrega das soluções quanto de adaptação cultural e tecnológica;
- **Escalabilidade:** capacidade de resposta para aumentos de carga de trabalho relativos aos processos de trabalho e às soluções tecnológicas ofertadas, especialmente no tocante à processamento, transmissão e armazenamento de dados e informações, incluindo a perspectiva de projetos e demandas futuras.

OD 1.1 - DIRETRIZES TECNOLÓGICAS

6. Segurança

Para preservar a segurança da informação, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade demandados pela Tecnologia da Informação, o INSS deverá estruturar as ações de forma a:

- Alinhar as soluções de TIC aos padrões de segurança definidos;
- Conceber soluções de segurança em TIC com base em padrões abertos;
- Proteger a informação durante todo o seu ciclo de vida.

7. Independência tecnológica

O INSS buscará garantir a independência tecnológica nas frentes:

- Gestão de dependência de fornecedor: absorção do conhecimento do negócio e tecnologia adotada e buscando, sempre que possível, mais de um fornecedor;
- Gestão de tecnologias: absorção, disseminação e sustentação de tecnologias atuais e futuras;
- Uso de padrões abertos: de livre acesso e implementação na definição de requisitos técnicos;
- Priorização do uso de software livre e/ou código aberto: associado fortemente com a implementação de padrões abertos, com interoperabilidade e observada a economicidade e viabilidade técnica.

8. Autonomia do usuário

O INSS deverá promover serviços e sistemas em que o usuário, interno ou externo, tenha maior independência para execução das suas funções, como parametrização e administração dos seus processos e serviços, bem como buscar atender as expectativas operacionais, com a maior autonomia possível.

9. Sustentabilidade

O INSS deverá buscar atender as normas sobre Gestão de Energia e Gestão Ambiental, privilegiando o uso eficiente e o descarte responsável de ativos e materiais de consumo. Buscará associar esses descartes à ações sociais de inclusão digital, sempre que possível.

OD 1.1 - DIRETRIZES TECNOLÓGICAS

10. Dimensionamento de capacidade

Considerando a eficiência, flexibilidade, agilidade e necessidade de manutenção da escalabilidade, o INSS buscará manter:

- A contratação de serviços que permitam adequação das capacidades operacionais de forma ágil, de modo a evitar ter a tecnologia da informação como gargalo para a evolução dos processos de negócio e demais necessidades do Instituto;
- Utilizar registros de preços vigentes para produtos e serviços visando garantir agilidade na disponibilização de insumos operacionais, em especial para aqueles considerados essenciais nas atividades do INSS;
- Monitoramento constante da vida útil dos equipamentos e sua compatibilidade com as necessidades do INSS, garantindo a substituição tempestiva e com baixo impacto nas atividades das áreas do Instituto.

11. Métricas

Deverão ser aplicadas métricas e indicadores, sempre que possível, para monitorar a eficiência dos serviços de TIC, a sua efetividade no atendimento às necessidades de negócio e a aderência aos padrões de mercado, em especial nos serviços contratados de terceiros.

12. Compartilhamento de Informações com Parceiros

As parcerias que impliquem a disponibilização de dados sob gestão do INSS, deverão ser previamente autorizadas pelo Instituto. Em regra, os ônus destes acessos deverão ficar a cargo do órgão demandante.

MATRIZ DE RISCOS

- Conteúdo Classificado como Restrito.

QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS

Anos	Quantitativo de Equipamentos por Ano de Aquisição						
	Servidor	Micros	Notebook	Monitor	Impressora	Scanner	Switch
2007	0	8.732	212	0	486	0	1.575
2008	0	10.389	1.000	10.549	2.839	0	200
2009	749	13.974	1.625	16.708	3.790	1.475	2.585
2010	1.309	26.043	1.794	27.369	8.555	350	0
2011	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0
Total de Eq. Ativos (2)	2.058	59.138	4.631	54.626	15.670	1.825	4.360

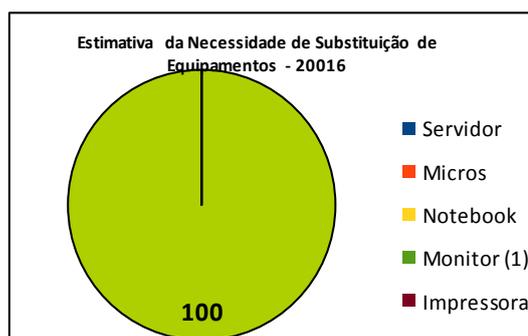
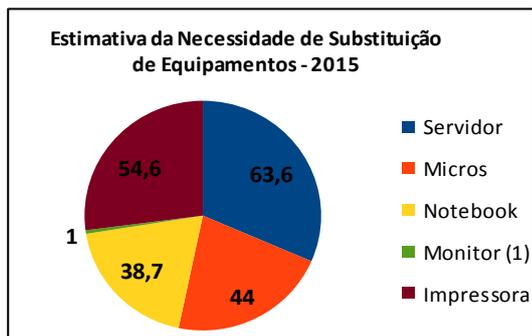
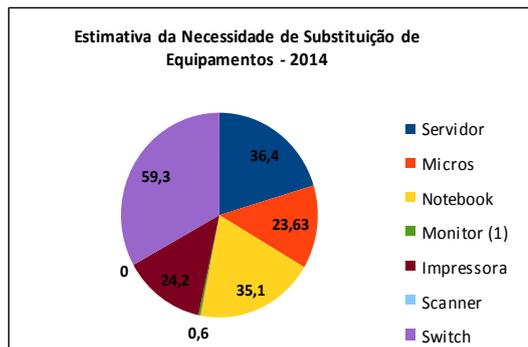
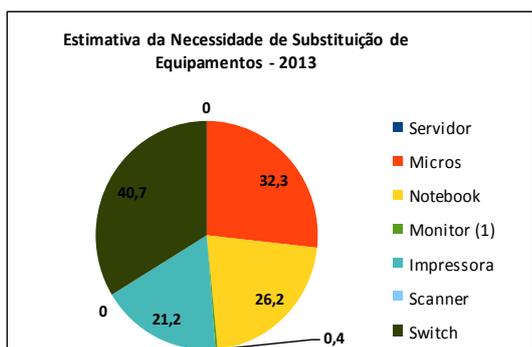
Anos	Estimativa Anual da Necessidade de Substituição de Equipamentos Obsoletos PDTI 2013 – 2016						
	Servidor	Micros	Notebook	Monitor (1)	Impressora	Scanner	Switch
2013	0,00%	32,33%	26,17%	0,39%	21,22%	0,00%	40,71%
2014	36,39%	23,63%	35,09%	0,61%	24,19%	0,00%	59,29%
2015	63,61%	44,04%	38,74%	1,00%	54,59%	0,00%	0,00%
2016	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%

PLANEJAMENTO

Fonte: CGTI – PDTI – 2013/2016.

Nota 1: Para a substituição de Monitores o percentual será de 2%, pois os micros já virão com monitores;

Nota 2: Os percentuais da tabela acima foram calculados em relação ao total de equipamentos ativos.

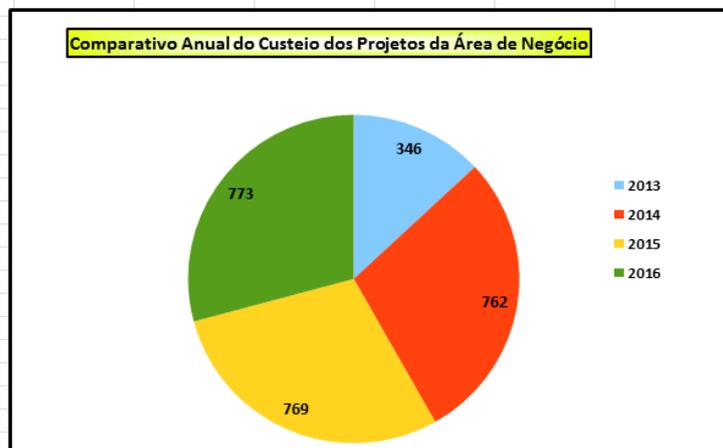


CUSTEIO E INVESTIMENTO

Áreas de Negócio	Estimativa do Custeio por Área de Negócio								(1,00)
	2013		2014		2015		2016		Total
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	
Acordos Internacionais	-	300.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	1.500.000
Atendimento	-	50.816.296	50.631.611	52.715.554	54.776.477	55.146.124	57.046.711	57.066.456	378.199.229
Auditoria	-	300.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	1.800.000
Cadastro	-	76.500.000	74.680.000	74.860.450	74.791.351	74.722.705	74.904.511	75.086.773	525.545.789
Comprev	-	400.000	200.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	1.350.000
Comunicação	-	400.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	1.000.000
Corregedoria	-	250.000	200.375	250.751	201.128	251.506	251.884	202.264	1.607.908
Demandas Judiciais	-	1.720.000	1.623.300	1.626.608	1.629.925	1.633.250	1.636.583	1.639.924	11.509.589
Gestão Documental	-	2.058.000	2.062.845	2.067.702	2.072.571	2.077.453	2.182.346	2.187.252	14.708.170
Gestão de Pessoas	-	5.718.000	5.630.795	5.543.622	5.736.481	5.749.822	5.763.197	5.776.605	39.918.522
Logística, Finanças e Engenharia	-	8.618.000	48.037.545	48.007.139	48.256.782	45.116.926	45.129.343	45.141.791	288.307.526
Monitoramento	-	400.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	1.000.000
Pagamento de Benefícios	-	2.500.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.500.000	1.500.000	13.500.000
Perícia Médica Serviço Social	-	5.808.000	5.822.520	5.837.076	5.851.669	5.866.298	5.880.964	5.895.666	40.962.194
Planejamento	-	0,00	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	1.500.000
Reabilitação Profissional	-	1.358.000	1.210.520	1.213.046	1.215.579	1.318.118	1.370.663	1.373.215	9.059.141
Reconhecimento de Direitos	-	188.640.000	186.100.350	186.061.851	186.524.506	187.488.317	187.953.288	188.919.421	1.311.687.731
Recursos Administrativos	-	220.000	220.000	170.000	120.000	120.000	120.000	120.000	1.090.000
Sistemas Estratégicos e Gerenciais	-	300.000	800.000	800.000	900.000	900.000	900.000	900.000	5.500.000
Total Sem.	0,00	346.306.296	380.119.861	382.203.800	385.126.468	383.440.518	385.689.490	386.859.367	2.649.745.800
Total Ano		346.306.296	762.323.661		768.566.986		772.548.857		

Fonte: CGTI – PDTI – 2013/2016.

(Milhões)



CÁLCULO DOS PONTOS DE FUNÇÃO EM RELAÇÃO AOS VALORES ESTIMADOS

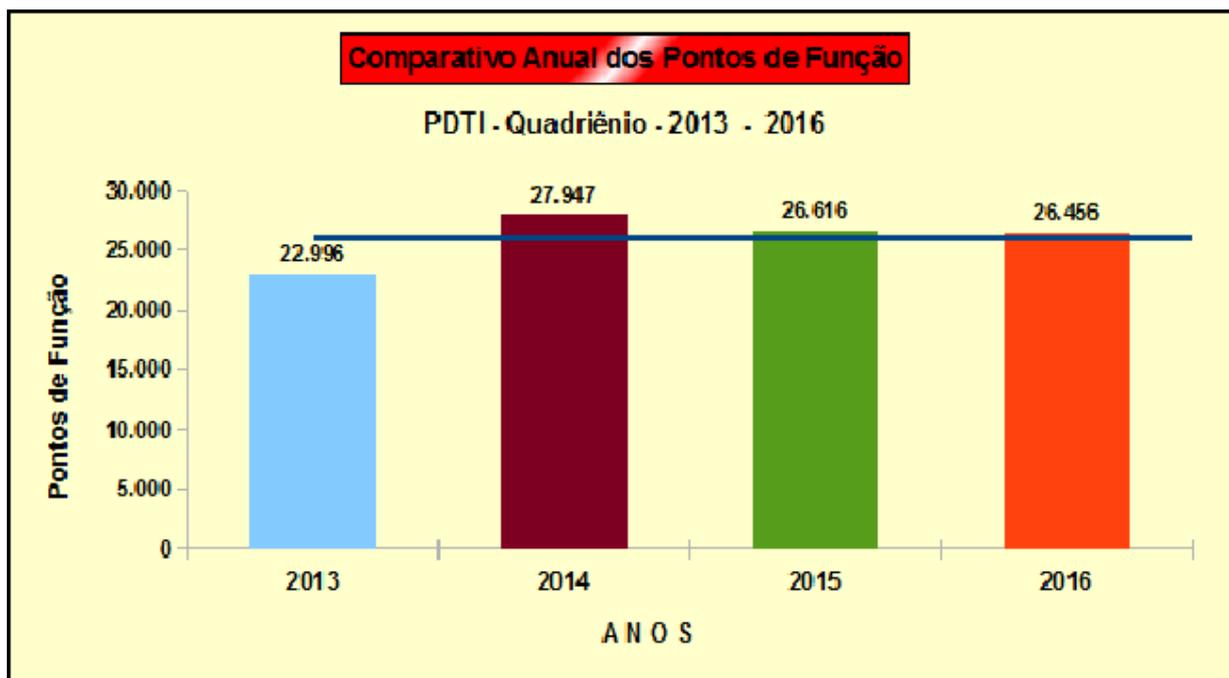
Áreas		Valor do Ponto de Função	DESENVOLVIMENTO									
			2013		2014		2015		2016		Total	
			P F	Valor	P F	Valor	P F	Valor	P F	Valor	P F	Valor
1	Reconhecimento de Direitos	939,29	4.791	4.500.000	4.259	4.000.000	4.259	4.000.000	4.259	4.000.000	17.566	16.500.000
2	Acordos Internacionais	939,29	479	450.000	479	450.000	532	500.000	532	500.000	2.023	1.900.000
3	Auditoria	939,29	426	400.000	639	600.000	426	400.000	426	400.000	1.916	1.800.000
4	Atendimento	939,29	3.726	3.500.000	3.726	3.500.000	3.726	3.500.000	3.726	3.500.000	14.905	14.000.000
5	Cadastro	939,29	4.791	4.500.000	5.855	5.500.000	5.323	5.000.000	5.323	5.000.000	21.293	20.000.000
6	Comprev	939,29	426	400.000	426	400.000	373	350.000	319	300.000	1.544	1.450.000
7	Comunicação	939,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Pagamento de Benefícios	939,29	2.662	2.500.000	5.323	5.000.000	5.855	5.500.000	5.323	5.000.000	19.163	18.000.000
9	Corregedoria	939,29	213	200.000	160	150.000	160	150.000	160	150.000	692	650.000
10	Demandas Judiciais	939,29	426	400.000	958	900.000	745	700.000	639	600.000	2.768	2.600.000
11	Gestão Documental	939,29	106	100.000	213	200.000	213	200.000	426	400.000	958	900.000
12	Gestão de Pessoas	939,29	1.278	1.200.000	1.065	1.000.000	958	900.000	852	800.000	4.152	3.900.000
13	OFCE	939,29	2.129	2.000.000	1.384	1.300.000	532	500.000	532	500.000	4.578	4.300.000
14	Monitoramento	939,29	426	400.000	479	450.000	266	250.000	213	200.000	1.384	1.300.000
15	Perícia Médica e Serviço Social	939,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	Reabilitação Profissional	939,29	373	350.000	426	400.000	586	550.000	745	700.000	2.129	2.000.000
17	Recursos	939,29	106	100.000	319	300.000	0	0	0	0	426	400.000
18	Sistemas Estratégicos Gerenciais	939,29	639	600.000	2.236	2.100.000	2.662	2.500.000	2.981	2.800.000	8.517	8.000.000
19	Planejamento	939,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		939,29	22.996	21.600.000	27.947	26.250.000	26.616	25.000.000	26.456	24.850.000	104.015	97.700.000

Fonte: CGTI – PDTI – 2013/2016.

Média Anual Custos = R\$ 24.425.000,00

Média Anual PF = 26.004

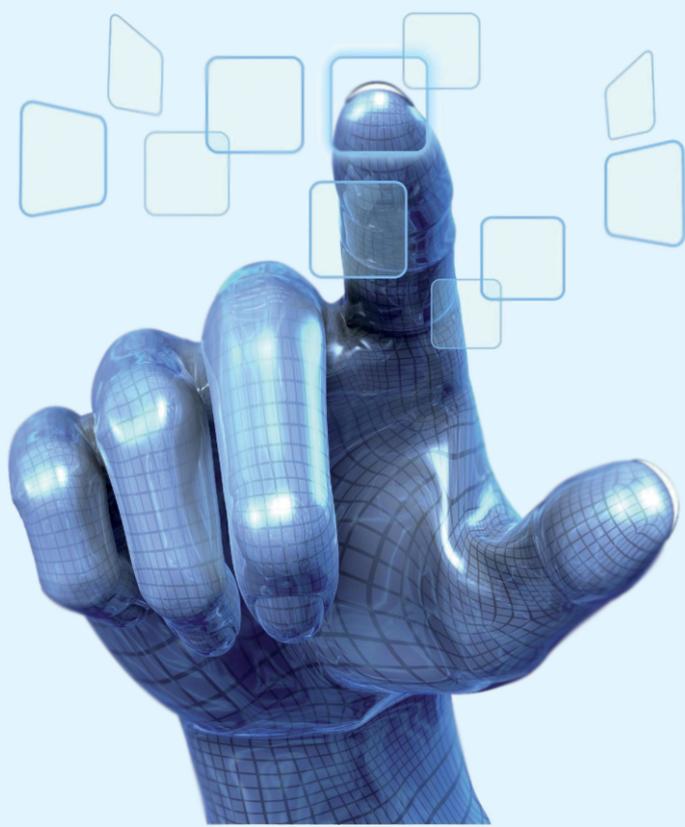
PLANEJAMENTO



PDTI

Plano Diretor de Tecnologia e Informação

FASE IV - MODELO DE AVALIAÇÃO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

MA 1.1 - MODELO DE AVALIAÇÃO

Descrição

Durante a vigência do PDTI, o INSS deverá conduzir sistematicamente um processo de constante avaliação, atualização e monitoramento da efetividade do Plano.

O presente produto apresenta a proposta destas atribuições, visando orientar os diversos atores envolvidos neste processo.

Segue anexo o Modelo de Avaliação, que indica as etapas e produtos a serem gerados durante o processo.

Segundo o referido Modelo, competirá à Divisão de Planejamento e Monitoramento do PDTI conduzir o processo, acionando as demais áreas responsáveis, assim como a coordenação da geração da documentação prevista, junto à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica.

Como a execução do PDTI será iniciada em meio a Plano de Ação em andamento, a avaliação não se aplicará ao Exercício 2013, todavia seus resultados deverão ser considerados como insumo para o planejamento de 2014. A partir do próximo ano deverá ser observado o fluxo proposto.

A avaliação dos resultados deverá observar os resultados efetivamente obtidos, assim como as justificativas orçamentárias, técnicas e de estrutura operacional para a viabilização, indicando o ponto de referência para continuidade das ações a partir do próximo exercício.

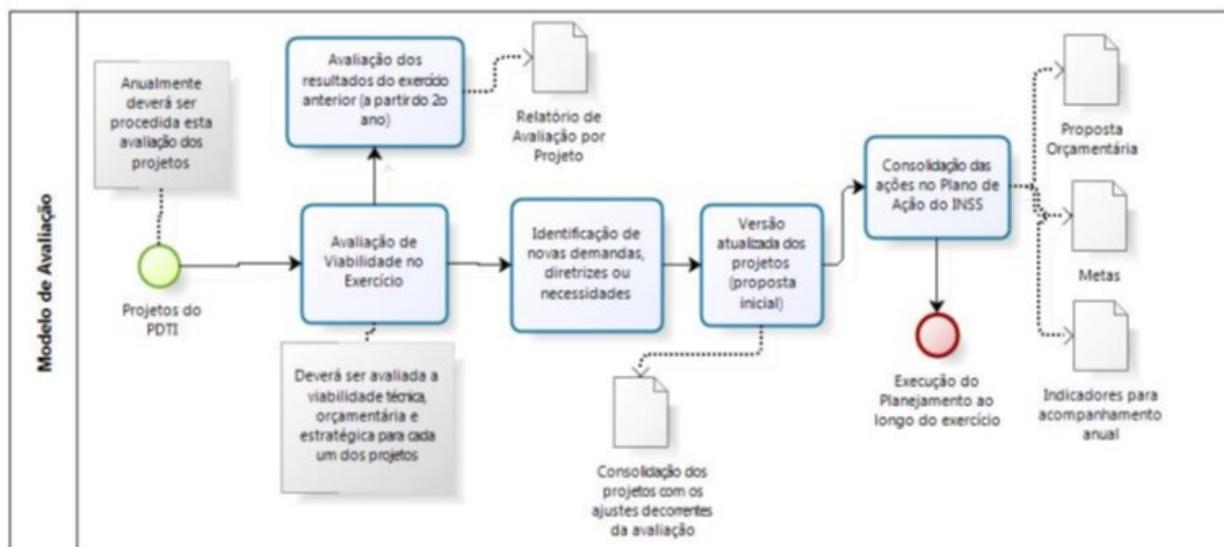
A identificação de novas demandas, diretrizes e necessidades poderá ocorrer durante toda vigência do PDTI e sua adoção ao corpo do PDTI poderá se dar por meio de Nota Técnica, indicando os impactos e possíveis efeitos no planejamento vigente.

Durante a consolidação do Planejamento de TIC e o Plano Anual do INSS, deverá ser identificado o conjunto de ajustes a serem refletidos no PDTI, por meio de Nota Técnica ou instrumento equivalente, de modo a permitir que o acompanhamento das metas e demais pontos de controle de execução sejam compatíveis com o previsto no Planejamento do INSS.

A viabilização da estrutura organizacional proposta no PDTI é fator crítico para a viabilização do modelo de monitoramento e avaliação proposto. Em caso de insucesso na proposta, o presente modelo deverá ser reavaliado, de modo a tornar-se compatível com os recursos efetivamente disponíveis.

MA 1.1 - MODELO DE AVALIAÇÃO

Fluxo



AValiação



PDTI | PLANO DIRETOR DE
2013 - 2016 | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO